ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 187

Brasília - DF, quarta-feira, 28 de setembro de 2011

SEÇÃO 1

## Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Congresso Nacional ..... 2
Presidência da República ..... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ..... 6
Ministério da Cultura ..... 6
Ministério da Defesa ..... 10
Ministério da Educação ..... 11
Ministério da Fazenda ..... 13
Ministério da Integração Nacional ..... 24
Ministério da Justiça ..... 24
Ministério da Previdência Social ..... 29
Ministério da Saúde ..... 31
Ministério das Cidades ..... 41
Ministério das Comunicações ..... 41
Ministério das Relações Exteriores ..... 42
Ministério de Minas e Energia ..... 42
Ministério do Desenvolvimento Agrário ..... 75
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ..... 76
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 76
Ministério do Esporte ..... 76
Ministério do Meio Ambiente ..... 77
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..... 77
Ministério do Trabalho e Emprego ..... 81
Ministério dos Transportes ..... 81
Conselho Nacional do Ministério Público ..... 82
Ministério Público da União ..... 83
Tribunal de Contas da União ..... 90
Poder Legislativo ..... 112
Poder Judiciário ..... 112
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 126

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Julgamentos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.133 (1)**
ORIGEM : ADI - 13061 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : PARTIDO DA REPÚBLICA - PR
ADV.(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA MACHADO
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS WAGNER
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - SINDICATO NACIONAL
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S) : DAMARES MEDINA RESENDE DE OLIVEIRA
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
ADV.(A/S) : ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO
ADV.(A/S) : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM
ADV.(A/S) : RENATO BORGES BARROS

**Decisão:** Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo requerente, o Dr. Wladimir Sérgio Reale; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.138 (2)**
ORIGEM : ADI - 14108 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

**Decisão:** O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, julgou improcedente a ação direta, contra os votos dos Senhores Ministros Ayres Britto, Marco Aurélio e Celso de Mello. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela requerente, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro e, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso. Plenário, 14.09.2011.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.143 (3)**
ORIGEM : ADI - 15952 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S) : ARY DURVAL RAPANELLI
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA MACHADO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
ADV.(A/S) : ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO
ADV.(A/S) : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM
ADV.(A/S) : RENATO BORGES BARROS
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA

**Decisão:** Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela requerente, o Dr. Ary Durval Rapanelli; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.184 (4)**
ORIGEM : ADI - 34681 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - SINDICATO NACIONAL
ADV.(A/S) : DAMARES MEDINA RESENDE DE OLIVEIRA
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA MACHADO
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS WAGNER
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S) : DAMARES MEDINA RESENDE DE OLIVEIRA
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF,
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
ADV.(A/S) : ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO
ADV.(A/S) : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM
ADV.(A/S) : RENATO BORGES BARROS

**Decisão:** Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

**Acórdãos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 128 (5)**
ORIGEM :
PROCED. : ALAGOAS
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA REGIS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

**Decisão**: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou prejudicada a ação direta, cassada a liminar concedida. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, licenciados, os Senhores Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa, justificadamente o Senhor Ministro Eros Grau e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 02.06.2010.

**EMENTA**: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS. LEI ALAGOANA N. 5.077/1989.

**1.** O art. 2º da Lei alagoana n. 5.109/1989 revogou expressamente os arts. 157 e 159 da Lei alagoana n. 5.077/1989.

**2.** O art. 141 da Lei alagoana n. 5.900/1996 revogou expressamente os arts. 4 a 155 da Lei alagoana n. 5.077/1989.

**3.** O art. 156 da Lei alagoana n. 5.900/1996 está vinculado ao art. 10 da Lei alagoana n. 5.077/1989, que foi alterado pela Lei n. 5.109/1989 e revogado pela Lei alagoana n. 5.900/1996.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

| Páginas | Distrito Federal | Demais Estados |
|---|---|---|
| de 02 a 28 | R$ 0,30 | R$ 1,80 |
| de 32 a 76 | R$ 0,50 | R$ 2,00 |
| de 80 a 156 | R$ 1,10 | R$ 2,60 |
| de 160 a 250 | R$ 1,50 | R$ 3,00 |
| de 254 a 500 | R$ 3,00 | R$ 4,50 |

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**4.** Os arts. 158 e 160 da Lei alagoana n. 5.900/1996 foram regulamentados pelas Leis Complementares n. 63/1990 e n. 87/1993, respectivamente. Impossibilidade de análise de maneira direta e imediata da constitucionalidade ou inconstitucionalidade dessas normas, sem exame prévio da norma legal.

Ação não conhecida nessa parte. Precedentes.

**5.** Impossibilidade de arguição genérica de inconstitucionalidade de dispositivo legal. O inc. I do art. 3º da Lei n. 9.868/99 exige que a impugnação do dispositivo de lei seja fundamentada. Ausentes os fundamentos para a alegada inconstitucionalidade do art. 161 da Lei alagoana n. 5.077/1989.

**6.** Ação julgada prejudicada quanto aos arts. 5º, inc. X, 10, inc. IX a XV e parágrafo único, 11, § 1º, 14, inc. VII, 33, 39, inc. VI e VIII, 48, inc. II, 60, § 2º, 63, 66, § 3º, inc. I, 72, §§ 2º, 3º, 4º e 5º, 132, 153, 156, 157, §§ 1º e 2º, e 159 da Lei alagoana n. 5.077/1989, e não conhecida quanto aos arts. 158, 160 e 161 do mesmo diploma legal.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 295, DE 2011

Escolhe a Senhora Ana Lúcia Arraes de Alencar para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhida a Senhora Ana Lúcia Arraes de Alencar para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em decorrência da aposentadoria do Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 5 de agosto de 2011, página 2.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal


## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
## CASA CIVIL
## IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
**SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

**A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas**

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787


## Presidência da República

### CASA CIVIL
### INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE**
Em 26 de setembro de 2011

Entidade candidata: AR CIESP, vinculada à AC IIMPRENSA OFICIAL SP e AC IMPRENSA OFICIAL SP RFB
Processos nºs: 00100.000250/2011-82 e 00100.000260/2011-18

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI 100/2011 e consoante os Pareceres ICP 052/2011-APG/PFE/ITI e ICP 062/2011 - PRCC/PFE/ITI, DEFIRO os pedidos de credenciamento da AR CIESP, vinculada à AC IMPRENSA OFICIAL SP e AC IMPRENSA OFICIAL SP RFB, com instalação técnica situada na Avenida Paulista, nº 1313, 14º andar, Bela Vista, São Paulo-SP, para as Políticas de Certificados credenciadas.

Entidade: AC RFB, vinculada à AC RAIZ
Processo nº: 00100.000049/2003-95

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 010/2011 e Nota nº 149/2011 - APG/PFE/ITI, que aprova a versão 4.0 da DPC da AC RFB, vinculada à AC RAIZ. O arquivo contendo o documento aprovado possui o *hash* SHA1 informado no Parecer e deve ser publicado pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
### PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
### SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**PORTARIA Nº 806, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe e a Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - PF/IF Sergipe e a Procuradoria Federal no Estado de Sergipe prestarão colaboração mútua, sob a coordenação desta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

### SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
### CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**RESOLUÇÃO Nº 151, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011**

Dispõe sobre a participação de adolescentes nas comissões referentes à IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

**A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA**, com fundamento no art. 35 do Regimento Interno, e considerando a deliberação do Conselho em sua 198ª Assembléia Ordinária, realizada no dia 15 de setembro de 2011, e, ainda, considerando a Resolução nº 149, de 26 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Os adolescentes representantes dos 27 (vinte e sete) Estados e do Distrito Federal compõem a Comissão Ampliada da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, sendo estes considerados delegados natos.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação de 5 (cinco) adolescentes, representantes de cada região, para compor a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

### CONSELHO DE GOVERNO
### CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
### SECRETARIA EXECUTIVA

**DECISÃO Nº 14, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

**A SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, em reunião realizada no dia 21 de setembro de 2011, com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n. 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução n. 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, decidiu:

• Acolher o Relatório nº. 40/2011/SE/CMED, de 13 de setembro de 2011, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.594582/2008-99, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 709,40 (setecentos e nove reais e quarenta centavos), por infringir os arts. 2º, 4º e 8º, ***caput***, da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003, combinado com a Orientação Interpretativa CMED nº. 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED nº. 14, de 13 de novembro de 2006; e

• Acolher o Relatório nº. 39/2011/SE/CMED, de 19 de setembro de 2011, referente aos Processos Administrativos nº. 25351.189722/2010-73, 25351.189790/2010-48, 25351.189759/2010-12, 25351.189752/2010-29, 25351.189772/2010-62 e 25351.189780/2010-26, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para arquivar os referidos processos, instaurados contra a Empresa OPEM REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA., CNPJ: 38.909.503/0001-57.

IVO BUCARESKY
Secretário Executivo

### SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
### AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

**PORTARIA Nº 1.865, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

**A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO**, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.169502/2011-21, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária ENERGY TÁXI AÉREO LTDA com sede social em Rio de Janeiro/RJ, como empresa exploradora do serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

**PORTARIA Nº 1.866, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Autoriza o funcionamento jurídico de empresa de serviço aéreo público especializado.

**A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO**, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.183780/2011-91, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária AVIAÇÃO AGRÍCOLA CASCAVEL LTDA com sede social em Corbélia/PR , como empresa exploradora do serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## GABINETE DO MINISTRO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.362, de 13 de dezembro de 1996, e com base no volume da cota tarifária de importação de açúcar atribuída pelo Governo dos Estados Unidos da América ao Brasil para embarque no período 2011/2012, e o que consta do Processo nº 21000.010392/2011-56, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a alocação da cota preferencial de exportação de açúcar destinada ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos da América será direcionada às unidades de produção de açúcar instaladas na Região Norte/Nordeste, nos volumes indicados no Anexo, já descontada a polarização, para exportação no ano-safra 2011/2012, observará a participação de cada Unidade da Federação nos rateios realizados em anos anteriores e a ponderação de cada unidade industrial de acordo com sua produção de derivados da cana-de-açúcar na safra 2010/2011.

§ 1º Somente terão direito ao recebimento da cota as unidades de produção da Região Norte e Nordeste que industrializaram açúcar no ano safra 2010/2011, em suas próprias instalações fabris, e que estejam com seu parque industrial em condições de processamento da cana-de-açúcar na presente safra.

§ 2º As cotas foram calculadas de acordo com a produção informada pelas indústrias na safra 2010/2011, por meio do Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira - SAPCana, enviada quinzenalmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º A cota de exportação de açúcar destinado ao mercado norte-americano, referente ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012, fica estabelecida nos volumes, em toneladas curtas, constantes do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 3º Os Certificados de Elegibilidade de Cota, emitidos pelo governo dos EUA em favor do governo brasileiro, e que asseguram a entrada do açúcar em portos norte-americanos, serão emitidos em favor das unidades produtoras de açúcar relacionadas no Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

ANEXO

| Usinas | Toneladas Curtas |
|---|---|
| **ALAGOAS** | **76.280,66** |
| Central Açucareira Santo Antônio - Filial Camaragibe | 1.450,78 |
| Central Açucareira Santo Antônio S/A | 6.005,88 |
| Cia. Açucareira Central Sumaúma | 2.737,64 |
| Cia. Açucareira Usina Capricho | 1.165,28 |
| Cia. Açucareira Usina Santa Maria S/A | 2.596,76 |
| Coop. De Col. AgroPecuária Ind. Pindorama | 2.589,10 |
| Industrial Porto Rico S/A | 4.303,71 |
| Laginha Agro Industrial S/A - Filial Guaxuma | 3.800,22 |
| Laginha Agro Industrial S/A - Filial Uruba | 2.000,90 |
| Mendo Sampaio S/A | 4.210,14 |
| Penedo Agro Industrial S/A | 2.154,39 |
| S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool | 3.782,67 |
| S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool | 8.347,92 |
| Triunfo - Agro-Industrial S/A | 4.979,89 |
| Usina Caeté S/A | 4.958,09 |
| Usina Caeté S/A - Filial Cachoeira | 3.435,05 |
| Usina Caeté S/A - Filial Marituba | 3.407,59 |
| Usina Cansação do Sinimbú S/A | 4.224,06 |
| Usina Santa Clotilde S/A | 2.732,81 |
| Usina Serra Grande S/A | 3.023,97 |
| Usina Taquara S/A | 1.159,47 |
| Usinas Reunidas Seresta S/A | 3.214,36 |
| **AMAZONAS** | **641,03** |
| Jayoro | 641,03 |
| **BAHIA** | **6.065,11** |
| Agro-Industrial Vale do São Francisco | 5.448,41 |
| União Industrial Açucareira LTDA | 616,70 |
| **MARANHÃO** | **525,97** |
| Maity Bioenergia | 525,97 |
| **PARA** | **445,35** |
| Pagrisa | 445,35 |
| **PARAIBA** | **4.240,65** |
| Agro-Industrial Vale do Paraíba LTDA | 953,83 |
| Cia. Usina São João | 963,44 |
| Destilaria Miriri S/A | 1.256,10 |
| Usina Monte Alegre S/A | 1.067,28 |
| **PERNAMBUCO** | **66.601,14** |
| Cia. Agro Industrial de Goiana | 5.174,87 |
| Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro - Massa Falida | 232,89 |
| Interiorana Serviços e Construções LTDA | 3.248,79 |
| Nortesul Construções e Agro Florestal LTDA | 609,05 |
| Una Energética LTDA | 1.410,70 |
| Usina Bom Jesus S/A | 2.498,45 |
| Usina Central Olho D'Água S/A | 5.463,76 |
| Usina Cruangi S/A | 4.952,57 |
| Usina Ipojuca S/A | 3.407,25 |
| Companhia Alcoolquímica Nacional | 4.340,70 |
| Usina Petribú S/A | 5.846,44 |
| Usina Pumaty S/A | 4.662,92 |
| Usina São José S/A | 4.988,80 |
| Usina Trapiche S/A | 5.668,53 |
| Usina União e Indústria S/A | 3.715,42 |
| Usivale Industria e Comércio LTDA | 2.254,08 |
| Vale Verde Empresendimentos Agrícolas Ltda | 2.439,78 |
| Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool LTDA | 5.686,13 |
| **PIAUI** | **409,44** |
| Comvap | 409,44 |
| **RIO GRANDE DO NORTE** | **6.377,40** |
| LDC Bioenergia S/A | 3.622,95 |
| Vale Verde - Filial II - 2 Açúcar | 2.754,45 |
| **SERGIPE** | **2.777,79** |
| Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool | 445,65 |
| Usina São José do Pinheiro LTDA | 2.332,14 |
| **TOTAL GERAL** | **164.364,53** |

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.362, de 13 de dezembro de 1996, e com base no volume adicional da cota tarifária de importação de açúcar atribuída pelo Governo dos Estados Unidos da América ao Brasil para embarque até 30 de setembro de 2011, referente ao período 2010/2011, e o que consta do Processo nº 21000.007745/2010-50, resolve:

Art. 1º Incluir no Anexo da Instrução Normativa nº 33, de 4 de julho de 2011, as Unidades Produtoras relacionadas abaixo:

| UF / USINAS | Toneladas Curtas |
|---|---|
| PERNAMBUCO | 1.695,81 |
| Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro - Massa Falida | 1.037,03 |
| Nortesul Construções e Agro Florestal LTDA | 658,78 |

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

### PORTARIA Nº 679-A, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, alterado pelo Decreto nº 7.216, de 17 de junho de 2010, e pelo Decreto nº 7.524, de 12 de julho de 2011, no art. 153 e a Instrução Normativa nº 36, de 20 de julho de 2011, e o que consta no Processo nº 21000.006820/2008-41, resolve:

Art. 1º Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA a inserção, no cadastro geral, do nome do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal mencionado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 33, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto Legislativo nº 885, de 30 de agosto de 2005, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e considerando ainda o que consta do Processo nº 21000.004890/2008-64, resolve:

Art. 1º Aprovar os requisitos fitossanitários para a importação de sementes e sementes pré-germinadas (Categoria 4, classe 3) das espécies de dendê *Elaeis guineensis* e *Elaeis oleifera* e do dendê híbrido interespecífico Coari (*Elaeis guineensis* x *Elaeis oleifera*) produzidas na Costa Rica.

Art. 2º As sementes especificadas no art. 1º, desta Instrução Normativa, deverão estar acondicionadas em embalagens novas e de primeiro uso.

§ 1º - As sementes especificadas no art. 1º, desta Instrução Normativa, poderão estar protegidas por substrato inerte e desinfestado;

§ 2º - No Certificado Fitossanitário deverá ser especificado o tipo de substrato e o tratamento, ao qual o mesmo foi submetido, (especificar produto, dose ou concentração, temperatura, tempo de exposição).

Art. 3º Os envios das sementes especificadas no art. 1º, desta Instrução Normativa, deverão estar acompanhados de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Costa Rica com as seguintes Declarações Adicionais - DAs:

I - DA 1: As sementes de dendê encontram-se livres do inseto *Caryedon serratus*;

II - DA 5: "O lugar de produção de sementes foi submetido à inspeção oficial durante o período de produção e não foram detectados o fungo *Marasmius palmivorus*".

IV - DA 8: "As pragas 'African oil palm ringspot virus' e 'Coconut cadang-cadang viroid' são pragas quarentenárias para a Costa Rica e constam da lista de pragas quarentenárias."

III - DA 15: "As sementes de dendê encontram-se livres do fungo *Fusarium redolens*, dos nematóides *Aphelenchoides blastophthorus*, *Aphelenchoides spicomucronatus* e *Ditylenchus fotedari*, de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório n° (*indicar nº da análise*)."

Art. 4º As partidas importadas de sementes especificadas no art. 1º desta Instrução Normativa, serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF) e terão amostras coletadas e enviadas para análise fitossanitária, em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Os custos do envio das amostras, bem como os custos das análises, serão com ônus para o interessado, que ficará depositário do restante da partida, não podendo comercializar nem plantar o produto até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 5º Caso seja interceptada praga quarentenária, ou praga sem registro de ocorrência no Brasil, nas partidas importadas citadas no art. 1º, desta Instrução Normativa, deverão ser adotados os procedimentos dispostos no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Parágrafo único. Ocorrendo a interceptação que trata o caput deste artigo, a ONPF do país de origem será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 6º No caso de não cumprimento das exigências estabelecidas nos art. 2º e 3º desta Instrução Normativa, o produto não será internalizado.

Art. 7º A ONPF da Costa Rica deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer ocorrência de nova praga em seu território.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Nº 37, de 19 de julho de 1999.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

### PORTARIA SDA Nº 166, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 221, de 19 de setembro de 2011, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria Ministerial nº 1132, de 19 de novembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21000.007918/2010-30, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do Laboratório Agrosafety Monitoramento Agrícola, nome empresarial Agrosafety Monitoramento Agrícola Ltda-EPP, CNPJ nº 08.073.669/0001-15, situado na Rua França, nº 69, Jardim Europa, CEP: 13.416-520, Piracicaba/SP, credenciado para realizar análises na Área de Resíduos e Contaminantes em Alimentos, através da Portaria nº 174, de 10 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 110, de 12 de junho de 2009, Seção 1, pág. 10.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 83, de 13 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 72, de 14 de abril de 2011, Seção 1, pág. 03.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

**PORTARIA SDA Nº 167, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

**O** SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 218, de 19 de setembro de 2011, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria Ministerial nº 1132, de 19 de novembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21000.007922/2010-06, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório SGS do Brasil, nome empresarial SGS do Brasil Ltda., CNPJ nº 33.182.809/0017-06, situado na Av. Vereador Alfredo das Neves, 480, Alemoa, CEP 11.095-510, Santos-SP, credenciado para realizar análises na Área de Resíduos e Contaminantes em Alimentos, por meio da Portaria nº 127, de 30 de novembro de 2007; publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 232, de 04 de dezembro de 2007, Seção 1, pág. 55.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

## SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL

**PORTARIA Nº 366, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011(*)**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de melancia no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

A melancia (Citrullus lanatus), originária do continente africano, é uma planta anual de crescimento rasteiro, pertencente à família das cucurbitáceas.

No Brasil, segundo dados do IBGE 2009, os principais Estados produtores são Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás, com produtividades médias, respectivamente, de 23,92, 18,89 e 33,45 toneladas/há.

A produtividade da cultura vem apresentando, nos últimos anos, grande incremento devido, principalmente, aos cultivos conduzidos com irrigação.

Os elementos climáticos de maior relevância para o cultivo da melancia em regime de sequeiro são temperatura, umidade relativa do ar, pluviosidade e fotoperíodo.

Clima ameno a quente, dias longos e baixa umidade relativa do ar favorecem o desenvolvimento da cultura e a qualidade dos frutos.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio, com menor risco climático, para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros nas 250 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) temperatura do ar: utilizados os valores médios de temperatura nas 36 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fases fenológicas: para efeito de simulação foram consideradas cultivares com ciclo médio de 80 dias e as seguintes fases fonológicas: germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de frutos e maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura: utilizados dados obtidos experimentalmente e constantes da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40, 50 e 60 mm, respectivamente.

Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), foram calculados por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de frutos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram utilizados os seguintes critérios para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,45;
- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura média anual maior ou igual a 18ºC e
- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura mínima média mensal maior ou igual a 12ºC

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram, em, no mínimo 20% de seu território, condições de temperatura dentro dos critérios estabelecidos e ISNA maior ou igual a 0,45, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de melancia no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, para a cultura de melancia no Estado do Rio Grande do Sul, as cultivares de melancia registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS DE SEMEADURA | | |
|---|---|---|---|
| | SOLOS TIPO 1 | SOLOS TIPO 2 | SOLOS TIPO 3 |
| Agudo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ajuricaba | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Alecrim | 22 a 28 + 32 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Alegrete | 22 a 28 + 35 a 02 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Alegria | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Almirante Tamandaré do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Alpestre | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Alto Alegre | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Alto Feliz | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Alvorada | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Amaral Ferrador | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ametista do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Arambaré | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Araricá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Arroio do Meio | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Arroio do Padre | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Arroio do Sal | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Arroio do Tigre | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Arroio dos Ratos | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Augusto Pestana | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Balneário Pinhal | 22 a 30 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Barão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Barão do Triunfo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Barra do Guarita | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Barra do Quaraí | 22 a 27 + 01 a 03 | 22 a 27 + 01 a 03 | 22 a 27 + 36 a 03 |
| Barra do Ribeiro | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| Barra do Rio Azul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Barra Funda | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Benjamin Constant do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Boa Vista das Missões | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Boa Vista do Buricá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Boa Vista do Cadeado | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Boa Vista do Incra | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Boa Vista do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Bom Princípio | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Bom Progresso | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Bom Retiro do Sul | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Boqueirão do Leão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Bossoroca | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| Bozano | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Braga | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Brochier | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Butiá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cacequi | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 |
| Cachoeira do Sul | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cachoeirinha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Caibaté | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Caiçara | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Camaquã | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Campina das Missões | 22 a 28 + 32 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Campo Bom | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Campo Novo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Campos Borges | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Candelária | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cândido Godói | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Canoas | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Canudos do Vale | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Capão da Canoa | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Capão do Cipó | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| Capela de Santana | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Capitão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Capivari do Sul | 22 a 30 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Caraá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Carazinho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Carlos Barbosa | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Catuípe | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cerro Branco | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cerro Grande | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cerro Grande do Sul | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cerro Largo | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 28 + 31 a 03 | 22 a 03 |
| Chapada | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Charqueadas | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Chiapetta | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Chuvisca | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cidreira | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Colinas | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Colorado | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Condor | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Constantina | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Coqueiro Baixo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Coronel Barros | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Coronel Bicaco | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Coronel Pilar | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Crissiumal | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cristal | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cristal do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cruz Alta | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Cruzeiro do Sul | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Derrubadas | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Dezesseis de Novembro | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Dilermando de Aguiar | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 |
| Dois Irmãos | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Dois Irmãos das Missões | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Dom Feliciano | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Dom Pedrito | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 34 a 03 |
| Dom Pedro de Alcântara | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Dona Francisca | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Doutor Maurício Cardoso | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Doutor Ricardo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Eldorado do Sul | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Encantado | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Encruzilhada do Sul | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Engenho Velho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Entre Rios do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Entre-Ijuís | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Erval Grande | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Erval Seco | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Esperança do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Espumoso | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Estância Velha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Esteio | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Estrela | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Estrela Velha | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Eugênio de Castro | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Farroupilha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Faxinal do Soturno | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Faxinalzinho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Fazenda Vilanova | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Feliz | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Formigueiro | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Forquetinha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Fortaleza dos Valos | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Frederico Westphalen | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Garibaldi | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Garruchos | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| General Câmara | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Giruá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Glorinha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Gramado dos Loureiros | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Gramado Xavier | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Gravataí | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Guaíba | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Guarani das Missões | 22 a 28 + 31 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Harmonia | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Herveiras | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Horizontina | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Humaitá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ibarama | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ibirubá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Igrejinha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ijuí | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Imbé | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Imigrante | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Independência | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Inhacorá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Iraí | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Itaara | 22 a 27 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Itacurubi | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Itaqui | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Itati | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Itatiba do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ivorá | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ivoti | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Jaboticaba | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Jacuizinho | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Jaguari | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 33 a 03 |
| Jari | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 |
| Jóia | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Júlio de Castilhos | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Lagoa Bonita do Sul | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Lagoa dos Três Cantos | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Lagoão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Lajeado | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Lajeado do Bugre | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Liberato Salzano | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Lindolfo Collor | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Linha Nova | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Maçambara | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Mampituba | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Manoel Viana | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Maquiné | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Maratá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Mariana Pimentel | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Marques de Souza | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Mata | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 34 a 03 |
| Mato Leitão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Mato Queimado | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Minas do Leão | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Miraguaí | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Montenegro | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Morrinhos do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Morro Reuter | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Mostardas | 22 a 28 + 35 a 02 | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 |
| Muçum | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Não-Me-Toque | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nonoai | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Boa Vista | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Bréscia | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Candelária | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Esperança do Sul | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 33 a 03 |
| Nova Hartz | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Palma | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Petrópolis | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Ramada | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Nova Santa Rita | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Novo Barreiro | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Novo Cabrais | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Novo Hamburgo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Novo Machado | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Novo Tiradentes | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Novo Xingu | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Osório | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Palmares do Sul | 22 a 30 + 35 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 |
| Palmeira das Missões | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Palmitinho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Panambi | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pantano Grande | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Paraíso do Sul | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pareci Novo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Parobé | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Passa Sete | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Passo do Sobrado | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Paverama | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pejuçara | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pelotas | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Picada Café | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pinhal | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pinhal Grande | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pinheirinho do Vale | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pirapó | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Planalto | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Poço das Antas | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Portão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Porto Alegre | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Porto Lucena | 22 a 28 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Porto Mauá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Porto Vera Cruz | 22 a 28 + 32 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Porto Xavier | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Pouso Novo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Presidente Lucena | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Progresso | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Quaraí | 22 a 28 + 36 a 02 | 22 a 29 + 36 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Quevedos | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 |
| Quinze de Novembro | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Redentora | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Relvado | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Restinga Seca | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Rio dos Índios | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Rio Pardo | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Riozinho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Roca Sales | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Rodeio Bonito | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Rolador | 22 a 28 + 33 a 03 | 22 a 28 + 31 a 03 | 22 a 03 |
| Rolante | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Rondinha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Roque Gonzales | 22 a 28 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Rosário do Sul | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 30 + 34 a 03 | 22 a 30 + 34 a 03 |
| Sagrada Família | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Saldanha Marinho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Salto do Jacuí | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Salvador das Missões | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 28 + 31 a 03 | 22 a 03 |
| Salvador do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santa Bárbara do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santa Clara do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santa Cruz do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santa Maria | 22 a 27+ 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santa Rosa | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santa Tereza | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santana do Livramento | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 34 a 03 |
| Santiago | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 34 a 03 |
| Santo Ângelo | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santo Antônio da Patrulha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santo Antônio das Missões | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| Santo Augusto | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Santo Cristo | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Borja | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| São Francisco de Assis | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 |
| São Gabriel | 22 a 27 + 33 a 01 | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 |
| São Jerônimo | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São João do Polêsine | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São José das Missões | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São José do Hortêncio | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São José do Inhacorá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São José do Norte | 22 a 30 + 36 a 03 | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 |
| São José do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Leopoldo | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Lourenço do Sul | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Luiz Gonzaga | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Martinho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Martinho da Serra | 22 a 30 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Miguel das Missões | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Nicolau | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| São Paulo das Missões | 22 a 28 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Pedro da Serra | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Pedro das Missões | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Pedro do Butiá | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 28 + 31 a 03 | 22 a 03 |
| São Pedro do Sul | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 |
| São Sebastião do Caí | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Sepé | 22 a 27 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Valério do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Vendelino | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| São Vicente do Sul | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 |
| Sapiranga | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sapucaia do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sarandi | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Seberi | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sede Nova | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Segredo | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Selbach | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Senador Salgado Filho | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sentinela do Sul | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sério | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sertão Santana | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sete de Setembro | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Silveira Martins | 22 a 27 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sinimbu | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Sobradinho | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tabaí | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tapera | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tapes | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 |
| Taquara | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Taquari | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Taquaruçu do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tavares | 22 a 27 + 36 a 02 | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 |
| Tenente Portela | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Terra de Areia | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Teutônia | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tiradentes do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Toropi | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 30 + 35 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 |
| Torres | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tramandaí | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Travesseiro | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Três Cachoeiras | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Três Coroas | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Três de Maio | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Três Forquilhas | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Três Palmeiras | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Três Passos | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Trindade do Sul | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Triunfo | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tucunduva | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tunas | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tupanciretã | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 31 + 34 a 03 | 22 a 03 |
| Tupandi | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Tuparendi | 22 a 27 + 30 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Turuçu | 22 a 31 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Ubiretama | 22 a 28 + 32 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Unistalda | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 | 22 a 29 + 35 a 03 |
| Uruguaiana | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 28 + 35 a 03 | 22 a 28 + 35 a 03 |
| Vale do Sol | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vale Real | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vale Verde | 22 a 30 + 33 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Venâncio Aires | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vera Cruz | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vespasiano Correa | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Viamão | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vicente Dutra | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vista Alegre | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vista Gaúcha | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Vitória das Missões | 22 a 32 + 35 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Westfalia | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |
| Xangri-lá | 22 a 03 | 22 a 03 | 22 a 03 |

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 186, de 27-9-2011, Seção 1, págs.3 e 4, com incorreção no original.

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

### PORTARIA Nº 9, DE 11 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44 inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial no 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA no 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3o da Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21028.008230/2009-25, resolve:

Art. 1o Autorizar a empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda, registro número BR MG 301, CNPJ 01.811.362/0003-97, inscrição estadual 0673492170004, localizada a Rua França nº 065, Bairro Jardim Casa Branca, Betim/MG, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, a executar Tratamento Térmico (HT), na área cedida pela empresa Altivo Pedras Ltda, CNPJ nº 26.183.699/0001-66, sediada na Rod. MG 060, km 1, sem número, Zona Rural, Papagaios/MG, CEP 35.669-000.

Art. 2o O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade até 13 de abril de 2015, conforme consta no parágrafo único do artigo 2º do Regulamento para Credenciamento da Instrução Normativa SDA 66 de 27 de novembro de 2006..

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DO VALLE RAMOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

## CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**DESPACHOS DO DIRETOR**
Em 27 de setembro de 2011

385ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

| ENTIDADE | CREDENCIAMENTO | CNPJ |
|---|---|---|
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina IF-SC | 900.1091/2009 | 81.531.428/0001-62 |
| Fundação Blumenauense de Estudos Têxteis | 900.1143/2011 | 82.668.039/0001-46 |

424ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

| ENTIDADE | CREDENCIAMENTO | CNPJ |
|---|---|---|
| Centro de Tecnologia Mineral - CETEM | 900.0825/2001 | 04.074.457/0001-00 |
| Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software - CTS | 900.0995/2006 | 05.123.972/0001-97 |

ERNESTO COSTA DE PAULA

## SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

**PORTARIA Nº 31, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011**

Dispõe sobre a submissão, por órgãos e entidades da administração pública federal, de propostas de projetos de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social e de Inclusão Digital: Implantação de Telecentros, junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, de que trata a Portaria SECIS nº 023, de 18 de agosto de 2011.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos artigos 2º e 3º da Portaria SECIS nº 023, de 18 de agosto de 2011, e a ocorrência da greve dos carteiros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, resolve:

Art. 1º Para os fins da fase de habilitação de propostas de projetos de que trata o artigo 1º da Portaria SECIS nº 023, de 18 de agosto de 2011, e respectivos documentos complementares, quando for o caso, serão consideradas a data de postagem dos documentos na ECT ou a data de envio por meio de correio eletrônico até o encerramento da fase de habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

# Ministério da Cultura

## GABINETE DA MINISTRA

**PORTARIA Nº 88, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

Altera o Anexo V da Portaria nº 127, de 20 de dezembro de 2010.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 2º-E da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e Portaria MinC nº 127, de 21 de dezembro de 2010, e considerando, ainda, a aplicação de 2º Ciclo de Avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC e a contenção de recursos orçamentários para outros custeios no exercício de 2011, resolve;

Art. 1º Alterar o Anexo V da Portaria MinC nº127, de 2010, na forma do anexo a esta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

Ministério da Cultura
Secretaria-Executiva
Diretoria de Gestão Interna
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

CDPE-FA4-64

**Avaliação da(s) Meta(s) de Desempenho Individual**

**MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC**

Ciclo de Avaliação ___/___/_____ a ___/___/_____

| 1 - UNIDADE DE AVALIAÇÃO: | 2 - UNIDADE ADMINISTRATIVA: |
|---|---|

**3 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO:**

| Nome: | Cargo/Função: | Matrícula SIAPE: |
|---|---|---|
| E-mail: | | |

**META:** Capacitação anual mínima de 40 horas em cursos gerenciais ou técnicos relacionados com as atividades do cargo na Unidade de Avaliação - RAZÃO - 1,4937

| Quesito | Pontuação | DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL | |
|---|---|---|---|
| A | 3,00 | Inexistência de cursos de capacitação. | |
| B | 4,50 | Realização de cursos de capacitação de até 08 horas em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação. | |
| C | 6,70 | Realização de cursos de capacitação com carga horária superior a 08 horas e menores de 20 horas anuais em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação. | |
| D | 10,00 | Realização de cursos de capacitação com carga horária igual ou superior a 20 horas anuais em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação. | |

**RESULTADO FINAL**

| Data ___/___/_____ | _____ |
|---|---|
| Recebimento | Assinatura da CDPE |

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA

**RESOLUÇÃO Nº 43, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011 (*)**

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para tratamento do passivo de prestações de contas de projetos audiovisuais realizados com recursos públicos federais existentes até 31/12/2010.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, em atendimento ao artigo 70 da Constituição Federal de 1988 e ao artigo 1º do Decreto nº. 4.456, de 04 de dezembro de 2002, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos V, IX e XI do artigo 7º e o inciso II do artigo 9º da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Os processos administrativos referentes a projetos audiovisuais, que foram distribuídos à Coordenação de Prestação de Contas até 31 de dezembro de 2010, relacionados no Anexo I desta RDC, serão submetidos a procedimento específico de seleção, utilizando-se modelo amostral pré-definido, para determinar o tipo de análise da prestação de contas a ser aplicado.

§ 1º Para aplicação do modelo amostral adotado no procedimento de seleção, será considerada como unidade de análise o projeto audiovisual, independente da quantidade de processos administrativos ou proponentes a ele vinculados.

§ 2º No caso de obra audiovisual, independente da quantidade ou tipologia de projetos audiovisuais referidos em processos administrativos autônomos, incluindo-se aqueles especificamente voltados à alguma fase determinada, seja desenvolvimento, produção, comercialização ou finalização, dar-se-á conexão por intermédio da identificação da obra audiovisual, aplicando-se o previsto no parágrafo anterior.

§ 3º As conexões entre os projetos audiovisuais, configurando a unidade de análise para seleção, estão explicitadas no Anexo I.

§4º Não estão relacionados no Anexo I os processos administrativos cujo proponente enquadre-se em qualquer uma das seguintes situações:

I - Que esteja em litígio administrativo com a ANCINE, na condição de inadimplente ou inabilitado;

II - Que tenha sido condenado por malversação na utilização de recursos públicos, em qualquer esfera administrativa ou judicial, de qualquer nível federativo;

III - Que seja parte em procedimento de auditoria pelos Órgãos de Controle interno ou externo, notadamente a Controladoria Geral da União - CGU e o Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 2º Os projetos audiovisuais constantes no Anexo I desta RDC serão submetidos a sorteio por meio eletrônico, que definirá qual tipo de análise de prestação de contas será adotada.

§1º Os projetos sorteados serão submetidos à análise integral de prestação de contas, sendo os demais submetidos apenas à análise simplificada, nos termos do art. 4º desta RDC.

§2º Do total de projetos aptos ao sorteio, no mínimo 96 (noventa e seis) serão submetidos à análise integral de prestação de contas.

§3º Independente do resultado do sorteio, todos os projetos cuja análise financeira integral tenha sido iniciada continuarão submetidos a este procedimento.

§4º O sorteio será realizado em sessão pública cabendo à ANCINE ampla publicidade do evento.

§5º O algoritmo fornecido pela Controladoria Geral da União deverá ser usado na realização do sorteio das amostras.

§6º O resultado do sorteio deverá ser publicado no sítio eletrônico da ANCINE na Internet e no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 3º O modelo de espaço amostral a ser utilizado no sorteio contempla a divisão dos projetos nos seguintes estratos:

I - Estrato 1 - valores até R$ 1 milhão;

II - Estrato 2 - valores de R$ 1 milhão a R$ 3,5 milhões; e

III - Estrato 3 - valores acima de R$ 3,5 milhões.

§1º Em cada estrato deverá ser sorteada uma amostra aleatória simples.

§2º O quantitativo da amostra mínima será de:

I - 24 projetos audiovisuais para o Estrato 1 (até R$ 1 milhão);

II - 24 projetos audiovisuais para o Estrato 2 (de R$ 1 milhão a R$ 3,5 milhões); e

III - 48 projetos audiovisuais para o Estrato 3 (acima de R$ 3,5 milhões).

Art. 4º A análise simplificada da prestação de contas constitui-se das seguintes etapas:

I - Análise documental: aferição da congruência entre as informações dos documentos encaminhados;

II - Análise de cumprimento do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e finalidades pactuadas pelo projeto aprovado pela ANCINE;

III - Análise processual: quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela proponente, inseridas no processo, durante a execução de seu projeto, em conformidade com a legislação e normativos aplicáveis; e

IV - Análise contábil: aferição do volume de recursos disponibilizados - recursos incentivados, contrapartida e rendimentos financeiros - em confronto com o volume de despesas apresentado para a comprovação da execução do projeto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º Às etapas descritas no art. 4º desta RDC, para fins de análise integral da prestação de contas, serão acrescentadas as seguintes:

I - Análise orçamentária: análise da composição da relação de pagamentos no que diz respeito à qualidade dos documentos apresentados para a comprovação das despesas, e sua inserção nos itens orçamentários aprovados para a realização do projeto; e

II - Análise financeira - conciliação bancária: aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados nas contas correntes que receberam recursos para a execução da obra.

Art. 6º Caso o projeto audiovisual sorteado para análise apresente desconformidades, os proponentes titulares do projeto audiovisual analisado terão os seus demais projetos submetidos à análise integral da prestação de contas, mesmo que não tenham sido sorteados.

§ 1º São consideradas desconformidades:

I - Prática de ato de gestão fraudulenta, ilegal ou de caráter antieconômico; ou que acarrete em infração à disposição normativa de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, que implique dano ao erário;

II - Não aplicação de rendimentos financeiros no objeto pactuado, ou não devolução de rendimentos de aplicações financeiras, no caso de sua não utilização;

III - Projetos que apresentem para comprovação da execução de seus recursos as seguintes práticas:

a) despesas em duplicidade;

b) execução de rubricas glosadas quando da aprovação do projeto;

c) despesa com data anterior à aprovação;

d) apresentação de documentos não hábeis;

e) execução de despesas que indiquem má-fé.

§2º No caso da não aprovação da prestação de contas, aplicar-se-ão os procedimentos previstos nas Instruções Normativas referentes à prestação de contas de projetos junto à ANCINE.

§3º Da decisão de não aprovação da prestação de contas, caberá pedido fundamentado de reconsideração à Diretoria Colegiada.

Art. 7º Concluída a análise e encaminhada à Diretoria Colegiada para deliberação, após a decisão, o laudo de avaliação final será encaminhado à proponente.

Art. 8º No caso dos projetos submetidos apenas à análise simplificada, a Ancine poderá, a qualquer momento, solicitar documentação complementar e comprobatória da execução do projeto para análise integral da prestação de contas nos termos das normas vigentes.

§1º Os proponentes titulares dos projetos mencionados no caput deste artigo deverão guardar a documentação referente à prestação de contas pelo prazo definido pela legislação, a contar da data da aprovação da prestação de contas, podendo a ANCINE solicitar a referida documentação durante este período a qualquer tempo.

§2º A verificação, dentro do prazo previsto na legislação para guarda da documentação , , de indício que configure as situações previstas no § 4º do art. 1º desta RDC, no caso de projetos que tenham sido submetidas à análise simplificada, ensejará na adoção da análise integral, com a solicitação da documentação complementar cabível.

Art. 9º Após a conclusão da análise da prestação de contas dos projetos audiovisuais, a ANCINE encaminhará comunicado à Controladoria Geral da União - CGU, objetivando avaliar o resultado da adoção do procedimento específico de triagem na análise da prestação de contas.

Art. 10 Os casos omissos ou de interpretação serão decididos pela Diretoria Colegiada.

Art. 11 Esta RDC e o Anexo I, acima indicado, estarão disponíveis para consulta por parte dos interessados no sítio www.ancine.gov.br.

Art. 12 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 181, Seção 1, de 20-9-2011, com incorreção no original.

## SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

### DELIBERAÇÃO Nº 214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685 de 20 de julho de 1993, em Medida Provisória º 2.228-1, de 06 de setembro de 2011, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, considerando a decisão de Diretoria Colegiada da ANCINE expressa no que o encaminhamento dado ao projeto contraria a referida decisão da Diretoria Colegiada, considerando que a Administração Pública pode rever seus atos sempre que detectar qualquer irregularidade e considerando o disposto no artigo 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Suspender a autorização de captação de recursos por meio do mecanismo de incentivo previsto no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93, publicada em Diário Oficial da União em 30/10/2010, por meio da Deliberação nº 257, de 29 de dezembro de 2010, para projeto audiovisual abaixo relacionado, sem prejuízo ao devido processo administrativo.

10-0432 - Ana Botafogo - Uma Vida na Ponta dos Pés
Processo: 01580.040990/2010-88
Proponente: Artedarte Produções S/C Ltda. EPP
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.514.650/0001-06

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

### DELIBERAÇÃO Nº 216, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

07-0180 - Os Residentes
Processo: 01580.019000/2007-47
Proponente: Filmes do Cerrado Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 07.530.292/0001-13
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

### RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº. 213 de 26/09/2011, publicada no DOU nº. 186 de 27/09/2011, Seção 1, página 13, em relação ao projeto "Entre a Dor e o Nada", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

leia-se:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes e realizar revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

onde se lê:

Valor total do orçamento aprovado: R$ 5.469.958,19

leia-se:

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 5.475.513,75 para

R$ 5.469.958,19

Na Deliberação nº. 39 de 03/03/2010, publicada no DOU nº. 42 de 04/03/2010, Seção 1, página 33; da Deliberação nº. 64 de 08/04/2010, publicada no DOU nº. 67 de 09/04/2010, Seção 1, página 09; da Deliberação nº. 107 de 27/05/2011, publicada no DOU nº. 103 de 31/05/2011, Seção 1, página 06; e da Deliberação nº. 128 de 01/07/2011, publicada no DOU nº. 126 de 04/07/2011, Seção 1, página 10 em relação ao projeto "O Auto do Lampião no Além", para considerar o seguinte:

onde se lê:

06-0114 - O Auto do Lampião no Além

leia-se:

06-0114 - O Auto de Lampião no Além

## FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

### PORTARIA Nº 236, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, em conformidade com a Portaria nº 197, de 12/08/2011 que instituiu o Prêmio Funarte/Petrobras Carequinha de Estímulo ao Circo-2011 e a Portaria nº 198, de 12/08/2011 que instituiu o Prêmio Funarte Artes na Rua (Circo, Dança e teatro)/2011, ambas publicadas no Diário Oficial da União de 15/08/2011 resolve:

I - Prorrogar o prazo de inscrição dos editais acima citados até 10 de outubro de 2011;

II - Os demais itens dos editais permanecem inalterados.

ANTONIO GRASSI

## SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

### PORTARIA Nº 114, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 0895 - DVD Teatro Instrumental
Artes Madureira Ltda.
CNPJ/CPF: 40.862.732/0001-05
Processo: 01400.001844/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 781.251,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um filme, média metragem, com a duração de 70 minutos, sobre um sonho de um velho tocador de marimbau.

11 6127 - Projeto de Instalação de Salas de Projeção no Interior
TERRA DO SOL EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.718.289/0001-28
Processo: 01400.025663/20-11
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 292.872,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Instalação de 14 salas de cinema nas cidades do interior de Mato Grosso.

11 8837 - Circuito Cine Curta
Nova Bossa Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 02.856.992/0001-89
Processo: 01400.029909/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 605.350,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Exibição de filmes em escolas da rede pública de ensino, no período entre março a junho de 2012.

11 3743 - Curtas Tela Brasil 3º Ciclo
Buriti Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 02.238.621/0001-33
Processo: 01400.014370/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.533.700,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Produção de curtas-metragens independentes realizados por jovens de comunidades de baixa renda de diferentes partes do país, publicados e disponibilizados no Portal Tela Brasil, no período entre 01 de fevereiro de 2012 a 01 de janeiro de 2013.

11 6120 - Super Tinga
Cherry do Brasil
CNPJ/CPF: 02.743.258/0001-03
Processo: 01400.025654/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 457.600,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um filme, média metragem, com duração de 70 minutos.

11 5186 - Griô na Escola, na Internet e na TV
Associação Grãos de Luz
CNPJ/CPF: 04.731.005/0001-45
Processo: 01400.020900/20-11
BA - Lençóis
Valor do Apoio R$: 485.600,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Realização de premiação e criação de 420 curtas, interprogramas, ficções, animações, documentários e registros audiovisuais para exibição na TV e em redes, mídias móveis e plataformas online, no período entre janeiro a junho de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11 8238 - CINE CLUBE ITINERANTE CONSCIENCIARTE
Fundação Conscienciarte
CNPJ/CPF: 00.521.168/0001-42
Processo: 01400.028030/20-11
MG - Paracatu
Valor do Apoio R$: 147.820,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Realização de exibições audiovisuais e capacitação de jovens para produção audiovisual, no período entre 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2012.

ANEXO II

11 8969 - RioContentMarket 2012
ABPITV Associação Brasileira Produtores Independentes de Televisão
CNPJ/CPF: 04.775.616/0001-95
Processo: 01400.030081/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.460.952,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Realização de um evento internacional sobre produção de conteúdo multiplataforma aberto à indústria de televisão e mídias digitais, no período entre 29 de fevereiro a 02 de março de 2012.

**PORTARIA Nº 112, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011**

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 8750 - BRASIL VISTO POR DENTRO
Tantri Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 07.702.824/0001-52
Processo: 01400.028611/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 347.279,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário, média-metragem, com duração de 52 minutos, que mostrará os aspectos não-tradicionais que podem contribuir substantivamente para o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil.

11 5307 - A Roza
Caza Filmes
CNPJ/CPF: 09.137.251/0001-97
Processo: 01400.021061/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 184.500,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta-metragem de animação 3D de aproximadamente 10 minutos.

11 8906 - MULHERES BENDITAS
ZL COMUNICACAO LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.716.120/0001-43
Processo: 01400.030017/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 401.990,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário, média metragem, com duração de 60 minutos, sobre a história recente do Brasil através dos olhos de algumas mulheres e suas participações na construção de um País igualitário.

11 6190 - GUARÁ VERMELHO
Teatro do Kaos
CNPJ/CPF: 02.316.301/0001-54
Processo: 01400.025758/20-11
SP - Cubatão
Valor do Apoio R$: 432.889,20
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Realização de Oficina de Cinema para 100 adolescentes da rede municipal de ensino de Cubatão e ao término produzir e exibir sete curtas utilizando câmeras de celular, no período entre novembro de 2011 a junho de 2012.

11 5336 - Minha escola, meu cinema.
Fundação Abrinq - Pelos Direitos da Criança
CNPJ/CPF: 38.894.796/0001-46
Processo: 01400.021090/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 690.420,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Montagem de cinemateca em 12 escolas públicas estaduais de ensino médio do subdistrito de Butantã, no município de São Paulo, com exibição regular de filmes nacionais.

11 5337 - a solidao de niagom
Orlando Pereira da Silva
CNPJ/CPF: 321.549.348-97
Processo: 01400.021091/20-11
SP - Jandira
Valor do Apoio R$: 99.484,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um filme, curta metragem, com duração de 15 minutos, usando a teoria do universo de cordas junto com o teorema da interconectividade de Bell aplicado a um ambiente espiritual.

11 6123 - Restauração e difusão do filme Misérias e grandezas de São
José do Rio Preto
Redemunho Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 13.317.827/0001-75
Processo: 01400.025658/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 546.604,83
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Restauração e difusão do filme "Misérias e Grandezas de São José do Rio Preto", longa metragem documentário sobre São José do Vale do Rio Preto, realizado em 1946.

11 0356 - Documentário Cinematográfico Digital - O São João de Dominguinhos
Wagner Malagrine
CNPJ/CPF: 084.111.178-20
Processo: 01400.000522/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 465.000,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário, média metragem, com duração de 60 minutos, sobre Dominguinhos.

ANEXO II

11 6121 - Gestão e Programação da Cinemateca Capitólio
Fundação Cinema RS - Fundacine
CNPJ/CPF: 03.300.207/0001-70
Processo: 01400.025655/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 2.462.208,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Aquisição de equipamentos de restauração e preservação fílmica, evento de inauguração e as operações da Cinemateca Capitólio.

11 6812 - PROJETO CONEXÃO PERNAMBUCO
Sociedade Cultural Pernambuco na Estrada
CNPJ/CPF: 08.178.076/0001-13
Processo: 01400.026400/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 425.000,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Realização de oficinas, visando qualificar profissionalmente 60 jovens oriundos de comunidades carentes para trabalhar na área de audiovisual, no período entre setembro de 2011 a agosto de 2012.

11 4842 - Ficção Viva II - Roteiro
ONG Projeto Olho Vivo
CNPJ/CPF: 07.381.315/0001-75
Processo: 01400.020463/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 288.635,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Realização de workshops e encontros com destacados autores e mestres do cinema latino-americano, além da publicação de um livro, no período entre novembro de 2011 a agosto de 2012.

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

**PORTARIA Nº 559, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas REPROVADA (s) no âmbito deste Ministério , conforme anexo abaixo:

Art.2º - Informar da determinação contida nos artigos 76 e 79 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 05.10.10, publicada no Diário a Oficial União de 06.10.10.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

| Pronac | Nome do Projeto | Proponente | Objeto | Área | Valor Proposto (R$) | Valor Aprovado (R$) | Valor Captado (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **05-2746** | Letras do Brasil | Edelbra - Indústria Gráfica e Editora Ltda | Este projeto tem como objetivo o fornecimento de um conjunto de 35 obras direcionadas a leitores de 04 a 12 anos, para 5.000 (cinco mil) bibliotecas do Rio Grande do Sul, totalizando 175.000 (cento e setenta e cinco mil ) obras. | Humanidades | **6.073.445,00** | **5.993.198,94** | **271.801,51** |

**PORTARIA Nº 560, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 3814 - AmarGen - o gene do amor
Núcleo de Arte e Saúde Corpo Consciente
CNPJ/CPF: 09.267.166/0001-43
Processo: 01400.014507/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 632.350,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto AmarGen propõe a utilização da expressão artística como ferramenta em processos de cura na visita a usuários do serviço de saúde mental. Também serão promovidas oficinas de palhaço, dança e teatro-improvisação que proporcionam uma experiência transformadora, resultando numa vida com maior sentimento de bem-estar. O projeto inclui a exposição de fotografias e vídeos documentais, a montagem e execução de espetáculo teatral e visitas às casas dos usuários.

11 7305 - NOITE DE CONTOS: MOSAICO DE SABEDORIAS DO POVO BRASILEIRO
Gislayne Avelar de Matos
CNPJ/CPF: 229.922.516-15
Processo: 01400.026875/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 229.493,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto "Mosaico de Sabedorias do Povo Brasileiro objetiva a realização de 16 apresentações de um espetáculo cênico a ser

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

apresentado em 4 cidades brasileiras: Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O roteiro das apresentações é desenvolvido a partir de contos populares dos povos responsáveis pelas matrizes formadoras do povo brasileiro. Estão previstas também oficinas de formação artística voltadas para crianças e adolescentes.

11 7255 - SEM PENSAR - TURNE 2012
Nia Produções Artísticas S/C Ltda
CNPJ/CPF: 66.657.727/0001-54
Processo: 01400.026824/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.501.975,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização da circulação do espetáculo teatral "Sem Pensar", de Anya Reiss (titulo original Spur of the moment), direção geral de Luiz Villaça, com Denise Fraga, Kiko Marques, Kauê Telloli, Virgínia Buckowski, Isabel Wolfenson, Verônica Sarno, Paula Ravache. O espetáculo fará uma turnê nacional em teatros ainda não definidos, com capacidade de aproximadamente 600 pessoas por sessão, totalizando 48 sessões e atingindo um público de aproximadamente 28.800 pessoas.

11 7932 - TODA NUDEZ SERÁ CASTIGADA
Luminis Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.927.008/0001-11
Processo: 01400.027624/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 443.800,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A encenação de Toda Nudez Será Castigada, texto de Nelson Rodrigues, revelará no contexto satírico de uma família, brasileira/carioca, católica, puritana e de classe média, a irreverência e a dialética da dramaturgia rodrigueana (amor-ódio, atração-repulsão) e sua denúncia de uma cultura da escravidão à pátria, à moral, à família. O espetáculo terá três meses de duração com apresentação de quinta a domingo, ou seja, 16 apresentações por mês. Totalizando 48 apresentações na temporada RJ.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 5078 - PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS DA ORQUESTRA PETROBRAS SINFÔNICA - ANO 2012
Associação Orquestra Pró Música do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 31.241.029/0001-99
Processo: 01400.020763/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 21.841.950,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização da Temporada 2012 de concertos sinfônicos e projetos da Orquestra Petrobras Sinfônica (OPES), Radicada na cidade do Rio de Janeiro, RJ, a OPES foi fundada em 1972, e é apoiada pelo Ministério da Cultura há mais de 20 anos. Trata-se, portanto, de um projeto de continuidade e de abrangência nacional.

11 7250 - Amazonas Filarmônica - Série Guaraná Temporada 2011/2012
Vlaanderen Produções Culturais S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 08.290.149/0001-64
Processo: 01400.026819/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.161.884,44
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização da Oitava Edição de concertos da Orquestra Amazonas Filarmônica e da Orquestra de Câmara do Amazonas, batizada de Série Guaraná Temporada 2011/2112. O projeto é uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, dedicado a difundir a música para todas as camadas sociais, visando a formação de novas platéias, o incentivo à Cultura e ao turismo e ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

11 7558 - No improviso - Festival Jazz&Blues
Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus
CNPJ/CPF: 76.497.338/0001-62
Processo: 01400.027224/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 648.130,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Com a proposta de unir os três ritmos Jazz, Blues e Bossa Nova - e incentivar o seu fortalecimento junto ao público curitibano, apresentamos o projeto "No improviso - Jazz&Blues ". A sua abordagem será realizada por meio de apresentações mensais de grandes instrumentistas nacionais. As apresentações serão realizadas em horários e formatos diferenciados, às sextas-feiras e sábados de cada mês, no Teatro Bom Jesus, em Curitiba. Totalizando 12 apresentações ao término da proposta.

11 7399 - Programa de Musicalização PRESTO â€" CEPE
Lucia de Moura Passos Simon
CNPJ/CPF: 07.863.377/0001-13
Processo: 01400.026994/20-11
RS - São Leopoldo
Valor do Apoio R$: 507.015,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de projeto de atividades totalmente gratuitas de musicalização, na região do Vale dos Sinos / RS, que incluem a criação e manutenção de orquestra de câmara, mínimo de 8 apresentações musicais e oficinas despertando, através destes meios, a musicalização dos individuoas, sua familiarização com a música clásica e popular, e os diversos instrumentos musicais

11 6823 - Encontro de Orquestras na 24a Oktoberfest de Rolândia
Associação Comunitária Oktoberfest de Rolândia
CNPJ/CPF: 00.742.435/0001-01
Processo: 01400.026407/20-11
PR - Rolândia
Valor do Apoio R$: 316.780,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
O Encontro de Orquestras na 24ª Oktoberfest de Rolândia será Durante 10 dias as apresetações das orquestras de musica instrumental e grupos de dança serão realizadas em 02 palcos armados no complexo denominado "Vila Germânica". A estrutura contará com elementos cenográficos da imigração alemã no Paraná, grupos de danças típicas e restaurante com comidas típicas.

11 7329 - GRAVAÇÃO E LANÇAMENTO DO CD BEBE E GUINHA
Silvia Susana Eguia Netto
CNPJ/CPF: 425.368.800-44
Processo: 01400.026908/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 111.003,30
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Promover a gravação de um CD com 2000 cópias/unidades, de parceria dos músicos Alessandro "bebe" Kramer e Guinha Ramires, de música instrumental autoral, bem como o lançamento deste novo trabalho num teatro em Porto Alegre, com 2 shows.

11 7951 - TURNÊ DO QUARTETO BRASILEIRO- Homenagem à Villa-Lobos
Tadeu do Amaral
CNPJ/CPF: 009.539.338-22
Processo: 01400.027647/20-11
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 325.020,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Síntese do Projeto: O Quarteto Brasileiro de Violões pretendem fazer uma turnê com 12 concertos Homenageando Villa-Lobos em 12 cidades brasileiras . O quarteto, possui uma expressiva carreira internacional que inclui mais de 300 concertos em quatro continentes e se diferencia por um repertório, possível ,graças à sua instrumentação diferenciada, que inclui dois violões de seis cordas e dois violões de oito cordas de tessitura expandida.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

11 0679 - O Espelho
Arteviva Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 03.613.171/0001-84
Processo: 01400.001485/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 313.271,60
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Espelho é uma exposição multimídia com vinhetas de performances filmadas, ilusões visuais e áudio espacial. Inspirado no texto homônimo de Machado de Assis, investiga se a gama de jogos e truques que podemos aplicar a nossa imagem. O visitante da galeria entra em um quarto e senta-se em frente a uma penteadeira. Tudo é refletido perfeitamente no espelho com exceção do visitante. Sua imagem é materializada aos poucos, ouve vozes como se elas estivessem dentro de sua cabeça.

11 7559 - Arte Vias
Rene Batista Meyring
CNPJ/CPF: 005.631.489-26
Processo: 01400.027225/20-11
PR - Maringá
Valor do Apoio R$: 134.800,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Grafitagem com imagens abordando temáticas sociocultural de comportamento para conscientização em até 12 vias, viadutos e/ou elevados das rodovias e estradas, localizadas em regiões com grande fluxo populacional e de veículos, um a cada mês compondo um importante cenário cultural na paisagem urbana e rural.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

11 7137 - Sentimentos Humanos: origens e sentidos
Fundação Stickel
CNPJ/CPF: 61.002.937/0001-90
Processo: 01400.026696/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 137.650,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Propõe a realização e a edição de um livro de textos e ilustrações especialmente criados para o projeto. O objetivo geral deste projeto é a produção de um livro de textos que abordará a etimologia de um conjunto de palavras que expressam "sentimentos" e que são usadas cotidianamente em nossa língua. Os textos (sempre curtos) serão escritos com base nas idéias do professor Flávio Di Giorgi e sob sua supervisão, constituindo uma coletânea de 75 verbetes.

11 4827 - Saga do Caminho Novo - Despojos: a festa da morte na corte
Benito Mussolini Barreto
CNPJ/CPF: 000.421.296-72
Processo: 01400.020441/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 55.920,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Publicação do romance histórico "Despojos: a festa da morte na corte", quarto livro da tetralogia "Saga do Caminho Novo", do escritor mineiro Benito Barreto. A série recria de maneira ficcional os acontecimentos que antecederam e sucederam a Inconfidência Mineira, desde os mais notórios até os que se esconderam nos interstícios da história oficial. Neste volume, o Reino responde à insurgência e a tragédia chega a seu clímax, com a execução de Tiradentes e o degredo para os demais inconfidentes.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

11 3857 - Italia: A terra da Cultura
Doc Service Ltda.
CNPJ/CPF: 05.441.429/0001-38
Processo: 01400.014554/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.435.905,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
História de um país cuja cultura regional é de grande valia para a formação do país. Percorremos regiões de forma a mostrar a vasta história e seus impactos em nossa cultura. Procuraremos mostrar a Itália em três fascículos que mostrarão a cultura deste país nos seguintes itens: Enogastronomia, Arquitetura e as ilhas do país.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

11 7919 - Banana Rock School Festival e DVD 2012
Muguen Produções
CNPJ/CPF: 03.201.775/0001-13
Processo: 01400.027604/20-11
SP - Americana
Valor do Apoio R$: 1.650.000,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Depois da primeira primeira edição, o festival torna-se regional e universitário. Poderão participar do festival bandas formadas por alunos do ensino fundamental, médio e universitário. O festival terá 5 etapas, triagem via internet, eliminatórias com audição ao vivo, final, gravação do DVD e festa de encerramento. Haverá apresentação de musica instrumental (Rock erudito executado em harpa paraguaia) em todas etapas eliminatórias, festa de encerramento e gravação do DVD.

11 7908 - Turnê Caixinha de Música
Studio Ziss Sociedade Civil Ltda
CNPJ/CPF: 00.329.438/0001-18
Processo: 01400.027579/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 405.330,00
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Esse projeto visa à realização de uma turnê de lançamento do CD "Caixinha de Música", novo trabalho da cantora Renata Gebara. São 02 shows nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre, em que a artista será acompanhada pelos músicos Plínio Profeta, Donatinho, Diego Zangado e Bigorna. Contará com a participação especial de um artista local, de cada uma das cinco cidades contempladas pelo projeto. Prevê ainda uma palestra sobre a produção musical independente.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)

11 7283 - Noite em Branco Rio de Janeiro
Dasartes Eventos e Produções Culturais Ltda.ME
CNPJ/CPF: 12.642.793/0001-21
Processo: 01400.026852/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.132.538,40
Prazo de Captação: 28/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Planejar, produzir, divulgar, promover e executar uma noite de atividades culturais de rua e visitação aos museus e circuitos culturais do Rio de Janeiro, seguindo modelo de sucesso já em atuação em 7 cidades da Europa. Serão produzidos três palcos públicos com atrações em música, circo, dança e artes visuais; circuito de transporte gratuito entre as atrações participantes e pontos de performance artistica, para os quais artistas independentes podem inscrever suas atividades no website.

**PORTARIA Nº 561, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)
07 10662 - Programa Cultura e Pensamento 2009/2010 - Publicações, Seleções Públicas e Rede Cultura e Pensamento
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX
CNPJ/CPF: 14.645.162/0001-91
BA - Salvador
Período de captação: 26/09/2011 a 31/12/2011

**RETIFICAÇÃO**

Retificar valor do projeto na portaria de aprovação nº 0165/09 de 22 de abril de 2010, publicada no D.O.U.em 23 de abril de 2010, Seção 1, referente ao Processo: 01400.024246/2009-73, Projeto "Olhar de um Brasileiro" - Pronac: 09 5815
Onde se lê:Valor do apoio: R$ 244.198,90
Leia se: Valor do apoio: R$ 276.133,00

# Ministério da Defesa

## COMANDO DA MARINHA
## TRIBUNAL MARÍTIMO

**ATA DA 6665ª SESSÃO ORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 (QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmºs Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

23.935/2009 da Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha; 24.429/2009 do Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 23.816/2008, 23.851/2008 e 25.068/2010 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel; 24.448/2009 e 24.788/2010 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; 24.401/2009 do Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos e 23.264/2008, 23.436/2008, 23.509/2008, 24.939/2010, 24.978/2010, 25.019/2010, 25.328/2010, 25.331/2010, 25.361/2010, 25.461/2010, 25.478/2010, 25.624/2011e 25.658/2011 do Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

REPRESENTAÇÕES

Nº 25.927/2011 - Acidente da navegação envolvendo uma Monobóia, ocorrido no campo petrolífero de Marlim Leste, bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 14 de maio de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representados: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS; Yuri Muniz Nobre Formiga (Engenheiro); Osvaldo Borges Cardoso (Engenheiro); Belov Engenharia Ltda.; Mauricio de Oliveira Gonçalves (Mergulhador); Alessandro Costa Oliveira (Mergulhador); Aldenir Costa (Engenheiro) e André Weber Carneiro (Gerente Geral). Decisão: recebida a unanimidade.

Nº 25.215/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo BM "JOSÉ VITOR" e a balsa "MARGLEISSON III" com uma canoa de madeira sem nome, não inscrita, e um pescador que se encontrava a bordo da mesma, ocorridos no rio Solimões, na Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Manacapuru, Amazonas, em 17 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representados: Valdenor Ferreira Batista (Comandante/Condutor inabilitado) e Clotildo Monteiro de Oliveira (Proprietário/Armador). Decisão: recebida a unanimidade.

Nº 25.820/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo as embarcações "LOG-IN SANTOS", "OCEAN VIKING", de bandeira da Ilha do Homem, e "LUANDA TIDE", de bandeira vanuatuense, ocorridos na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 12 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representado: Adalberto Pereira de Castro Neto (Comandante). Decisão: recebida a unanimidade.

Nº 24.885/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NM "FORCE RANGER", de bandeira da Ilha do Homem, e o Rb "CENTAURUS", ocorrido no porto de Paranaguá, Paraná, em 05 de dezembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representado: Júlio Verner Nadolny (Prático). Decisão unânime: volta à Douta Procuradoria Especial da Marinha nos termos do voto do Exmº Sr. Juiz-Relator.

Nº 26.027/2011 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO LIX" com as balsas "GIOVANNA III", "ISABELE VI" e "JEANY SARON XVI", ocorrido no estreito de Boiuçu, Manaus, Amazonas, em 18 de março de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: J. F. de Oliveira Navegação Ltda. (Armadora) e Raimundo Ferreira da Silva (Comandante). Decisão: recebida a unanimidade.

JULGAMENTO

Nº 23.968/2009 - Fato da navegação envolvendo o NM "TAXIARHIS P", de bandeira grega, e um clandestino, ocorrido durante a travessia do porto de Lagos, Nigéria, África, para o porto de Salvador, Bahia, Brasil, em 11 de setembro de 2008.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: Antonios Karageorgis (Comandante) e Dimitrios Vasilakopulos (Chefe de Segurança), Adv. Dr. Eraldo Silva Júnior (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar procedente a Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM em sua promoção de fls. 58/60, considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como consequência das condutas negligentes do CLC ANTONIOS KARAGEORGIS e do Oficial de Náutica - DIMITRIOS VASILAKOPULOS, Chefe de Segurança, ambos a bordo do N/M "TAXIARHIS P", condenando, cada um, à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no artigo 121, inciso VII, da mesma Lei, com redação dada pela Lei nº 8.969/94, acrescida de custas processuais, divididas.

Nº 24.037/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "TWISTER", o bote "PEPO" e um de seus ocupantes, ocorridos no rio Paraná, nas proximidades da ilha do Óleo Cru, Paraná, em 25 de outubro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representados: Usiel Baldoíno da Rosa (Condutor inabilitado) e Thiara Simone Sanna (Proprietária), Adv. Dr. Antônio Marcos Solera (OAB/SP 212.892). Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação previstos no art. 14, letra "a" e no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos do inquérito. Exculpar Usiel Baldoíno da Rosa e Thiara Simone Sanna, por insuficiência de provas. Oficiar à DPC a infração ao RLESTA, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), cometida por Usiel Baldoíno da Rosa, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), art. 19 (não possuir qualquer certificado ou documento equivalente exigido - não possuir Termo de Responsabilidade válido) e a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pela proprietária da lancha "TWISTER" Thiara Simone Sanna e a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometida pelo proprietário do bote "PEPO", Pedro Aparecido Gimenes.

Às 15h15min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h20min

Nº 24.435/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "JOÃO VICTOR I", ocorridos em águas uruguaias, nas proximidades do porto de La Paloma, em 03 de setembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representados: Juliano Rodrigues Costa (Mestre) - Revel e Marcos Bongalhardo Goulart (Proprietário), Adv. Dr. Mauro José da Silva Jaeger (OAB/RS 14.178). Decisão unânime: julgar os fatos da navegação, tipificados no art. 15, letras "a" (mau aparelhamento e deficiência de equipagem) e "e" (exposição a risco da embarcação, vidas e fazendas de bordo), da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência e negligência do primeiro Representado, Juliano Rodrigues Costa, MOP, na função de Mestre da embarcação "JOÃO VICTOR I", e de negligência do segundo Representado, Marcos Bongalhardo Goulart, proprietário deste barco, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 124, incisos II e VIII, c/c o art. 127 e o art. 135, incisos VII e XII, em relação ao primeiro Representado, e, com fulcro nos artigos 124, incisos II e VIII e parágrafos 1° e 2°, c/c o art. 127, em relação ao segundo Representado, aplicar a pena de suspensão por três meses, cumulativamente com a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao primeiro Representado, e a pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao segundo Representado. Custas proporcionais.

Nº 23.490/2008 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação "TIKE TAKE VI", ocorridos nas proximidades da ilha do Montão de Trigo, São Sebastião, São Paulo, em 15 de novembro de 2007.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: José de Fátima Ramos (Mestre), Adv. Dr. Eduardo Duilio Piragibe (DPU/RJ) e José Romeu Schwinn (Chefe de Máquinas), Adv. Dr. Célio Alves Moreira Júnior (OAB/SP 165.433). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", como decorrente de causas não apuradas e o fato da navegação capitulado no art. 15, letra "e", ambos da Lei nº 2.180/54, como inexistente, exculpando os representados. Arquivando-se os autos.

Nº 23.905/2009 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "ÚRSULA", ocorrido nas proximidades do Iate Clube Icaraí, baía de Guanabara, Niterói, Rio de Janeiro, no mês de junho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representada: Associação Universitária Santa Úrsula - AUSU (Proprietária). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 como decorrente da negligência da representada, Associação Universitária Santa Úrsula, cominando-lhe pena de repreensão, tendo em vista que do acidente resultou apenas prejuízo a seu próprio patrimônio e que teria confessado espontaneamente a culpa pelo acidente, nos termos do art. 121, inciso I, c/c art. 139, incisos II e IV, letra "d".

Determinar seja oficiada à DPC para que tome ciência das infrações cometidas pela proprietária da embarcação aos arts. 14, inciso III, 19, inciso III e 28, inciso II, do RLESTA. Medidas preventivas e de segurança: recomendar à DPC que dê prosseguimento na remoção do casco naufragado nos moldes previstos no art. 10, da Lei nº 7.542/86 e do item 0203, letra "b", da NORMAM-10/DPC, ante a inércia da proprietária da embarcação, apesar de notificada em 10 de outubro de 2008.

Nº 24.413/2009 - Fato da navegação envolvendo a balsa "CAMORIM V", quando atracada ao cais da empresa COMTROL - Comércio e Transporte de Óleos Ltda., na baía de Guanabara, Niterói, Rio de Janeiro, em 04 de junho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representado: COMTROL - Comércio e Transporte de Óleos Ltda., (Afretadora), Adv. Dr. Alessander Lopes Pinto (OAB/RJ 104.023). Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, letras "a" e "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da culpa da representada, COMTROL Comércio e Transporte de Óleos Ltda., condenando-a à pena de multa no valor de R$ 5.000.00 (cinco mil reais), com base no art. 121, inciso VII, c/c art. 124, inciso IX e § 1° da Lei nº 2.180/54 e nas custas.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL

Nº 25.506/2010 - Fato da navegação envolvendo o BM "SANTO EXPEDITO II" e um passageiro, ocorrido no rio Madeira, durante a travessia de Porto Velho, Rondônia, para Manicoré, Amazonas, em 10 de agosto de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Edson Viana de Castro (Comandante) e Élen Cristina Reizer (Fretante).

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 25.609/2011 - Acidente da navegação envolvendo os BM "JOSÉ NETO" e "CORONEL JOSÉ JULIO", ocorrido na orla fluvial de Belém, Pará, em 02 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.615/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "WEISSHORN", de bandeira de Antigua & Barbuda, ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades da ilha de Santa Rita, município de Juruti, Pará, em 01 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b", da Lei nº 2.180/54, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.666/2011 - Acidente da navegação envolvendo as escunas "FANTASIA" e "FANTÁSTICO", ocorrido na baía da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, Santa Catarina, em 04 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.534/2010 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "REBELO XXXVI" e as balsas "CVRA-04" e "JR1" com tronco flutuante, ocorrido no rio Madeira, nas proximidades do Paraná do Tira Fogo, Porto Velho, Rondônia, em 08 de maio de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, fizeram uso da mesma o Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras que requereu autorização para DELEGAR ATRIBUIÇÕES ao Sr. Capitão dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR), com fulcro no art. 63, da Lei nº 2.180/54, para ouvir o depoimento pessoal do primeiro representado, Ademir da Silva Lopes, com quesitos iniciais formulados na fl. 273, nos autos do processo nº 24.717/2010, em seguida o Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho também requereu autorização para DELEGAR ATRIBUIÇÕES ao Sr. Capitão dos Portos de São Paulo (CPSP), a fim de ouvir a testemunha arrolada pelo representado Ozi Santana (rol à fl. 136, quesitos à fl. 141 e preparo à fl. 142) nos autos do processo nº 25.032/2010 e ao Sr. Capitão dos Portos do Araguaia/Tocantins (CFAT) a fim de ouvir a testemunha arrolada pelo representado Ivory de Lira Aguiar Cunha (rol à fl. 174, quesitos à fl. 175 e preparo à fl. 177) nos autos do processo nº 25.077/2010, sendo todos deferidos por unanimidade nos termo do art. 16, letra "b", da Lei nº 2.180/54. E nada mais havendo a tratar, às 17h foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmº. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 22 de setembro de 2011.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

### PORTARIA Nº 2.855/MD, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 1º da Portaria nº 1350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no Art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o Art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição no Ministério da Defesa (MD) da empresa MICROSURVEY AEROGEOFÍSICA E CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA., com sede social na Estrada Rodrigues Caldas nº 299, sala 301, Jacarepaguá, CEP 22713-372, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 04.692.229/0001-95, como Organização Especializada Privada, categoria "a", para execução de aerolevantamento.

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 27 de setembro de 2016.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 1.383/MD, de 8 de outubro de 2008.

Almirante-de-Esquadra GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD

# Ministério da Educação

## FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
## CONSELHO DELIBERATIVO

### RESOLUÇÃO Nº 49, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Estabelece critérios e procedimentos para participação das Instituições de Ensino Superior - IES na implementação do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996;
Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010;
Portaria Interministerial 17 de 24 de abril de 2007.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 14, do Capítulo V, Seção IV, do Anexo I do Decreto nº 7.481, de 16 de maio de 2011 e pelos artigos 3º, 5º e 6º do Anexo da Resolução/CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, e

CONSIDERANDO que o Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC, é responsável por articular parcerias com os Estados, Distrito Federal e Municípios, programas de formação continuada para todos os professores no campo da educação integral;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), define, no seu art. 63, que os institutos superiores de educação deverão manter "programas de formação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis";

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, que define aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte, saúde e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção, promoção da saúde, educomunicação; educação científica e educação econômica; e,

CONSIDERANDO o disposto do Decreto n.º 7.083 de 27 de Janeiro de 2010, art. 2º, item VII qual dispõe que "a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimentos, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral", resolve "ad referendum":

Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos para participação de Instituições de Ensino Superior - IES na implementação do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Art. 2º A formação continuada visa qualificar profissionais no campo da Educação Integral da rede pública de educação básica, preferencialmente os atuantes do Programa Mais Educação, por meio dos cursos de Pós-Graduação Latu Sensu, Aperfeiçoamento e Extensão.

Art. 3º As ações de implementação visam também o monitoramento das atividades e pesquisas avaliativas no âmbito do Programa Mais Educação.

Art. 4º São objetivos do Programa Mais Educação:

I - formular política nacional de educação básica em tempo integral;

II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;

III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;

IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral;

V - pesquisar e avaliar os resultados e impactos no âmbito do Programa Mais Educação;

VI - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Art. 5º São as metas do Programa Mais Educação:

I - Ofertar cursos de formação, presencial ou à distância aos profissionais para atuarem na educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica;

II - Avaliar o impacto e o resultado do programa na melhoria de educação básica;

III - Fomentar estudos sobre a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

Art. 6º A vinculação orçamentária, inserida no Plano Plurianual do Programa Nacional de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação, é a Ação 8429, - Formação Inicial e Continuada a Distância do Programa 1061 - Brasil Escolarizado.

§ 1º - Os itens financiáveis de projetos apresentados no âmbito do programa estão vinculados aos seguintes elementos de despesa:

I - material de consumo;

II - outros serviços de terceiros (pessoa física);

III - outros serviços de terceiros (pessoa jurídica);

IV - obrigações tributárias e contributivas.

§ 2º - A inclusão de outros elementos de despesa fica condicionada à prévia apreciação e autorização da SEB/MEC e FNDE.

Art. 7º São agentes no processo de transferência de recursos financeiros do Programa Mais Educação:

I - a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC);

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

III - as Instituições de Ensino Superior (IES)

Art. 8º São competências e responsabilidades dos agentes do processo de transferência de recursos financeiros do Programa Mais Educação:

I - a Secretaria de Educação Básica - SEB, do Ministério da Educação - MEC:

a) avaliar e aprovar proposta técnica, pedagógica e financeira apresentada pelos agentes que atuarem no programa;

b) prestar, quando necessário, assistência técnico-pedagógica durante a execução do Programa;

c) acompanhar, monitorar e avaliar os aspectos técnico-pedagógicos da execução do Programa dentro do prazo regulamentar, por meio de uma Comissão de Acompanhamento formalmente designada, ficando assegurada a seus agentes a possibilidade de reorientar ações, no caso de eventuais inadequações em sua implementação;

d) coordenar e monitorar a execução das ações do Programa Nacional de Tecnologia Educacional mediante recebimento de relatório anual das Instituições de Ensino Superior parceiras.

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

a) descentralizar créditos orçamentários para as instituições federais de ensino superior, bem como firmar convênios com as instituições de ensino superior estaduais e municipais, que tiverem seus planos de trabalho aprovados pela SEB/MEC;

b) monitorar a aplicação das transferências financeiras efetuadas às instituições para a execução dos projetos aprovados.

III - As Instituições de Ensino Superior (IES):

a) aplicar os recursos financeiros aprovados exclusivamente na execução das ações indicadas no projeto aprovado;

b) ministrar o curso cumprindo todas as normas de execução previstas no documento de formalização do apoio financeiro, inclusive em termos de relatórios e informes bem como registros contábeis e prestação de contas, no caso de convênio, em conformidade com os procedimentos legais;

c) garantir à SEB e ao FNDE acesso a todas as informações pertinentes à implementação do objeto do convênio ou do termo de cooperação, colaborando com o trabalho de acompanhamento e avaliação;

d) acompanhar, avaliar e certificar os cursistas aprovados, de acordo com a legislação vigente.

Art. 9º Revoga-se a Resolução CD/FNDE nº 27 de 27 de setembro de 2010.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

FERNANDO HADDAD

### RESOLUÇÃO Nº 50, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Resolução nº 43, de 19/8/2011 que Aprova a assistência financeira para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/DF.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal - Art. 208;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - LDO 2011
Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14 do Anexo I do Decreto n.º 7.481, de 16 de maio de 2011, publicado no DOU de 17 de maio de 2011, e pelos artigos. 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no DOU de 2 de outubro de 2003, e,

CONSIDERANDO a necessidade inclusão de novas ações necessárias para agregação de esforços para que os programas cheguem aos sistemas, as redes, a escola e a sala de aula, de modo a garantir uma educação pública de qualidade para todos, resolve "ad referendum":

Art. 1º Aprovar a assistência financeira para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/DF, destinada à constituição de infra-estrutura básica e de corpo técnico, nas seccionais da UNDIME em todos os Estados e no Distrito Federal, para realização do 4º Fórum Nacional dos Dirigentes Nacionais de Educação e Reuniões do Conselho Nacional dos Representantes da UNDIME e elaboração, organização e coordenação de projetos e atividades voltadas para o apoio das ações executadas pelo FNDE, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação - PDE, conforme consta no Processo nº 23400.002213/2011-20.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

### PORTARIA Nº 585, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

O Reitor "Pro Tempore" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria Ministerial nº 36 de 07/01/2009, publicada no DOU de 08/01/2009, e Lei nº. 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Alterar no Quadro de Funções da Portaria nº. 112 de 31/07/2006, DOU de 23/08/2006 e da Portaria nº. 182 de 03/09/2009, DOU de 10/09/2009, respectivamente, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº. 764 de 05/08/2009, DOU de 07/08/2009 e/ou da Portaria Ministerial nº. 180 de 19/02/2010, DOU de 22/02/2010:

| SITUAÇÃO ATÉ 14/07/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 14/07/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Coordenação de Cooperativismo | FG-03 | Função Gratificada | FG-03 |
| Coordenação de Biblioteca | FG-04 | Função Gratificada | FG-04 |

II - Incluir no Quadro de Funções, a função abaixo decorrente da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 764 de 05/08/2009, DOU de 07/08/2009 e/ou da Portaria Ministerial nº 180 de 19/02/2010, DOU de 22/02/2010 e/ou da Portaria Ministerial nº 875 de 01/07/2011, DOU de 04/07/2011:

| SITUAÇÃO ATÉ 14/07/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 14/07/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Função Gratificada | FG-03 | Coordenação de Biblioteca | FG-03 |
| Função Gratificada | FG-06 | Divisão de Arrecadação | FG-06 |

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIPEDES RONALDO ANANIAS FERREIRA

### PORTARIA Nº 653, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O Substituto do Reitor "Pro Tempore" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria IFTM nº 625 de 15/09/2011, publicada no DOU de 16/09/2011, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Alterar no Quadro de Funções da Portaria nº 133 de 17/03/2010, DOU de 19/03/2010 e da Portaria nº 182 de 03/09/2009, DOU de 10/09/2009, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 875 de 01/07/2011, DOU de 04/07/2011:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| SITUAÇÃO ATÉ 19/09/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 19/09/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Diretor do Campus Avançado Patrocínio | CD-03 | Cargo de Direção | CD-03 |
| Coordenação de Turno da Unidade I - Campus Uberaba | FG-01 | Função Gratificada | FG-01 |

II - Incluir no Quadro de Funções, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 875 de 01/07/2011, DOU de 04/07/2011:

| SITUAÇÃO ATÉ 19/09/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 19/09/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Cargo de Direção | CD-02 | Direção do Campus Avançado Patrocínio | CD-02 |
| Cargo de Direção | CD-02 | Diretoria de Implantação do Campus Patos de Minas | CD-02 |
| Função Gratificada | FG-01 | Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - Campus Uberaba | FG-01 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação do Curso Técnico em Agricultura e Zootecnia - Campus Uberaba | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Ensino - Campus Avançado Patrocínio | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Gestão de Pessoas - Campus Avançado Patrocínio | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - Campus Avançado Patrocínio | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação do Curso de Tecnologia em Sistemas para a Internet - Campus Avançado Uberlândia | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação - Campus Avançado Uberlândia | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Campus Paracatu | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação do Curso Técnico em Comércio - Campus Paracatu | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação - Campus Paracatu | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - Campus Ituiutaba | FG-02 |
| Função Gratificada | FG-05 | Coordenação de Extensão - Campus Avançado Patrocínio | FG-05 |
| Função Gratificada | FG-05 | Coordenação do Curso de Eletrônica - Campus Avançado Patrocínio | FG-05 |
| Função Gratificada | FG-05 | Coordenação de Educação à Distância - Campus Paracatu | FG-05 |
| Função Gratificada | FG-05 | Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio - Campus Paracatu | FG-05 |
| Função Gratificada | FG-05 | Coordenação de Administração - Campus Ituiutaba | FG-05 |

III - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA

**PORTARIA Nº 690, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O Substituto do Reitor "Pro Tempore" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria IFTM nº 625 de 15/09/2011, publicada no DOU de 16/09/2011, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Alterar no Quadro de Funções da Portaria nº 53 de 09/03/2009, DOU de 28/04/2009, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 875 de 01/07/2011, DOU de 04/07/2011:

| SITUAÇÃO ATÉ 19/09/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 19/09/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Coordenação de Cursos da Área de Informática - Campus Uberaba | FG-01 | Função Gratificada | FG-01 |

II - Incluir no Quadro de Funções, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 875 de 01/07/2011, DOU de 04/07/2011:

| SITUAÇÃO ATÉ 19/09/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 19/09/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Função Gratificada | FG-01 | Coordenação de Curso de Tecnologia em Analise e Desenvolvimento de Sistemas - Campus Uberaba | FG-01 |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Cursos da Área de Informática - Campus Uberaba | FG-02 |

III - Incluir no Quadro de Funções, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 875 de 01/07/2011, DOU de 04/07/2011:

| SITUAÇÃO ATÉ 26/09/2011 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 26/09/2011 | |
|---|---|---|---|
| DENOMINAÇÃO ANTIGA | Código Função | NOVA DENOMINAÇÃO | Código Função |
| Função Gratificada | FG-02 | Coordenação de Área/Curso em Eletrotécnica - Campus Ituiutaba | FG-02 |

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
## PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**PORTARIA Nº 793, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O Pró-Reitor de Planejamento e Gestão da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria no uso de suas atribuições e competências que são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve homologar e tornar público o resultado do(s) processo nº(s) seletivo(s) simplificado(s) para contratação temporária de professor Substituto, conforme ao abaixo discriminado:

1 - 1 - Edital nº. 024/2011 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto/Temporário

1.1 - FACULDADE DE DIREITO

1.1.1 - Seleção 24 - Depto. de Direito Público Material - Processo nº 23071.008430/2011-01

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | Fernanda Loures de Oliveira | 64,5 |
| 2º | Denis Soares França | 61,5 |
| 3º | Pedro Mascarenhas Guzella | 57,0 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ALEXANDRE ZANINI

**PORTARIA Nº 794, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O Pró-Reitor de Planejamento e Gestão da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria no uso de suas atribuições e competências que são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve:

1 - Retificar na Portaria de Homologação nº 750, de 12/09/2011, publicada no DOU de 13/09/2011, seção 1, no item 1, onde se lê: "Edital nº 17/2011..."; leia-se: "Edital nº 20/2011...".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ALEXANDRE ZANINI

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**PORTARIA Nº 6.732, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público e homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos no setor Física Médica do Instituto de Física, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 65, de 30 de agosto de 2010, publicado no DOU nº 170, de 03 de setembro de 2010.

Não houve candidatos aprovados

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

**PORTARIA Nº 6.734, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Departamento de Projeto de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na categoria Titular. O número do edital do concurso é 07, de 25 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 18, de 26 de janeiro de 2011.

1º - Flávio de Oliveira Ferreira
2º - Paulo Afonso Rheingantz
3º - Pablo Cesar Benetti

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

## CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA

## INSTITUTO DE MATEMÁTICA

**PORTARIA Nº 6.842, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

A Diretora do Instituto de Matemática do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Walcy Santos, nomeada pela Portaria nº3873, de 08 de outubro de 2010, publicada no D.O.U. nº195 - Seção 2, de 11 de outubro de 2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto, referente ao Edital n°94, de 06 de setembro de 2011, publicado no DOU n°174, seção 3, pág 76, de 09 de setembro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Métodos Matemáticos
Campus Fundão - Setor: Métodos Matemáticos
1º lugar - Joana Luiz Marques
2º lugar - Gustavo de Barros
3º lugar - José Lisboa Gondin Junior
4º lugar - Pablo Aguiar de Maio
Campus Fundão - Setor: Cálculo I
1º lugar - Joana Luiz Marques
2º lugar - Pablo Aguiar de Maio
Campus Xerém - Setor: Métodos Matemáticos
1º lugar - Renato de Carvalho Alves
2º lugar - Débora de Melo Lima Ferreira
3º lugar - Elielson Mendes Pires

WALCY SANTOS

## CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
## INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

**PORTARIA Nº 6.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas, do Centro de ciências da Saúde, da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 346 de 26 de Janeiro, publicada no DOU nº 19, Seção 02, de 27/01/2011, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor temporário de expansão referente ao edital nº 95, de 09 de setembro 2011, publicado no DOU nº 175, Seção 3, de 12 de setembro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Setorização: Biologia Tecidual e Sistêmica
1º - Rita de Cássia Lima Martins
2º - Karina Ribeiro da Silva
3º- Ronaldo José Farias Corrêa do Amaral
4º- Karla Maria Pereira Pires
5º - Camila Brand de Carvalho

ROBERTO LENT.

## INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO

**PORTARIA Nº 6.841, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

A Diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro, do Centro de Ciências da Saúde, da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 2399 de 21/06/2010, publicada no DOU nº 117, de 22/06/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Temporário de Expansão do Curso de Graduação em Gastronomia, referente ao edital nº 82 de vinte de julho de dois mil e onze, publicado no DOU nº 140, de vinte e dois de julho de dois mil e onze, Seção 3, divulgando, por ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Gastronomia
Área: Gastronomia
1º Camila Pinheiro Coura
2º Caroline Geoffroy Ribeiro
3º Mariana de Oliveira Aleixo

ELIANE FIALHO DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

# Ministério da Fazenda

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
## PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS
## PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IPATINGA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A PROCURADORA-SECCIONAL FAZENDA NACIONAL EM IPATINGA/MG, no uso da competência outorgada pelo artigo 81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no DOU de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no art. 7º, I, e §§ 2º e 4º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, declara:

Art. 1º Fica rescindido o Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata o art.1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, com fundamento no art. 7º, inciso I, do referido diploma legal, das empresas constantes da relação do Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, tendo em vista que foi constatada inadimplência por 2(dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo a PROCURADORA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IPATINGA/MG, no seguinte endereço: Rua Juiz de Fora, 18,Centro,Ipatinga/MG, CEP: 35.160-031

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

THAISA C. BERNARDES GONÇALVES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional previsto na Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, com base no número do CPF/CNPJ:

| | |
|---|---|
| MAURICIO CEZAR BARRETO CARNEIRO | 41.782.095/0001-20 |
| | |

## PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO
## SERVIÇO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DE EXCLUSÃO Nº 8, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Exclui sujeitos passivos do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO na 4ª Região, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 7º, inciso I, da Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 1, de 25/06/203, no art. 9º, inciso II, da Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 3, de 25/08/2004, com a atual redação que lhe foi dada pela Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 4, de 20/09/2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684/2003, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas relacionadas no Anexo Único a este Ato de Exclusão, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis meses alternados em que o sujeito passivo não efetuou recolhimento das parcelas do PAES.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser protocolado na sede da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região, localizada na Av. Loureiro da Silva, nº 445, andar térreo, Setor de Atendimento ao Público da Procuradoria Regional da fazenda Nacional.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL DIAS DEGANI

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas físicas excluídas do Parcelamento Especial (PAES). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento.

| NOME | CPF | PROCESSO ADMINISTRATIVO |
|---|---|---|
| ADEMIR C FERREIRA | 131.991.370-91 | 10145.002794/2011-16 |
| ANTONIO PARISSI | 00.148.500-30 | 10145.003290/2011-13 |
| BERENICE M CORREA | 212.991.370-91 | 10145.003288/2011-44 |
| BRASIL CELSO PEIXOTO | 093.245.850-53 | 10145.002793/2011-71 |
| CARLOS ALBERT S VELOZO | 238.696.820-00 | 10145.003287/2011-08 |
| CELVAR ALVES PAZ | 010.453.260-20 | 10145.002800/2011-35 |
| CEZAR DUMONT NEDEL | 010.528.530-72 | 10145.002801/2011-80 |
| ERNANI JOSE PENZ | 001.238.030-04 | 10145.002782/2011-91 |
| FELIX DACIANO D MILANO | 131.252.650-53 | 10145.001490/2010-51 |
| FLORIDE ALVES | 241.545.470-20 | 10145.003289/2011-99 |
| HELIO RENATO HIDIGER | 019.059.450-00 | 10145.002802/2011-24 |
| HERMANN STROBEL | 050.131.600-06 | 10145.002790/2011-38 |
| JANE ARAUJO SCHENKEL | 194.085.010-04 | 10145.002836/2011-19 |
| JOÃO MANOEL B CAMPESATO | 408.594.790-72 | 10145.002819/2011-81 |
| JOSE ALBERTO S JUNIOR | 939.700.480-87 | 10145.002898/2011-21 |
| LAURO ROSSLER | 000.974.540-87 | 10145.002780/2011-01 |
| LUCIANO KAEFER | 414.116.500-00 | 10145.002818/2011-37 |
| MARIA SANDRA F ALFAMA | 222.074.810-34 | 10145.002876/2011-61 |
| NEWTON DOMINGUES KALIL | 076.017.270-68 | 10145.001230/2010-85 |
| RICARDO GLAVAM | 587.323.140-00 | 10145.002822/2011-03 |
| RICARDO PRADO MOREIRA | 286.159.990-15 | 10145.001212/2009-60 |
| ROBERTO ANAGNOSTOPOULOS | 294.121.880-72 | 10145.002821/2011-51 |
| SEBASTIÃO MAURIQUE | 151.276.480-91 | 10145.002795/2011-61 |
| SILVIO PEREIRA COELHO | 183.774.590-00 | 10145.002797/2011-50 |
| SONIA ELI DA SILVA GARCEZ | 176.116.950-53 | 10145.002796/2011-13 |
| TANIA MARIA F VIANNA | 216.019.500-63 | 10145.001231/2010-20 |

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### INSTRUÇÃO Nº 505, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 21 de setembro de 2011, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso II do art. 18 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES

Art. 1º Considera-se, para os efeitos desta Instrução:

I - intermediário: a instituição habilitada a atuar como integrante do sistema de distribuição, por conta própria e de terceiros, na negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários;

II - operador especial: a pessoa natural ou firma individual habilitada a atuar em nome próprio ou de intermediário, na negociação de valores mobiliários em mercados organizados de valores mobiliários, nas hipóteses e condições definidas pela entidade administradora;

III - comitente ou cliente: a pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, clube de investimento ou o investidor não residente, em nome do qual são efetuadas operações com valores mobiliários;

IV - membro ou agente de compensação: a instituição financeira ou a instituição a ela equiparada responsável, perante aqueles a quem presta serviços e perante a entidade de compensação e liquidação, pela compensação e liquidação das operações com valores mobiliários sob sua responsabilidade;

V - ordem: ato pelo qual o cliente determina que um intermediário negocie ou registre operação com valor mobiliário, em seu nome e nas condições que especificar; e

VI - pessoas vinculadas:

a) administradores, empregados, operadores e demais prepostos do intermediário que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional;

b) agentes autônomos que prestem serviços ao intermediário;

c) demais profissionais que mantenham, com o intermediário, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional;

d) pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário do intermediário;

e) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo intermediário ou por pessoas a ele vinculadas;

f) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nas alíneas "a" a "d"; e

g) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

CAPÍTULO II - INTERMEDIAÇÃO EM MERCADOS REGULAMENTADOS

Art. 2º A intermediação de operações em mercados regulamentados de valores mobiliários é privativa de instituições habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição, por conta própria e de terceiros, na negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Art. 3º O intermediário deve adotar e implementar:

I - regras adequadas e eficazes para o cumprimento do disposto na presente Instrução; e

II - procedimentos e controles internos com o objetivo de verificar a implementação, aplicação e eficácia das regras mencionadas no inciso I.

§ 1º As regras, os procedimentos e os controles internos de que trata este artigo devem:

I - ser escritos;

II - ser passíveis de verificação; e

III - estar disponíveis para consulta das pessoas mencionadas no art. 1º, inciso VI, alíneas "a" a "c", da CVM, das entidades administradoras dos mercados organizados em que o intermediário seja autorizado a operar e dos respectivos departamentos de autorregulação, se for o caso.

§ 2º São consideradas descumprimento do disposto nos incisos I e II do caput não apenas a inexistência ou insuficiência das regras, procedimentos e controles ali referidos, como também a sua não implementação ou a implementação inadequada para os fins previstos nesta Instrução.

§ 3º São evidências de implementação inadequada das regras, procedimentos e controle internos:

I - a reiterada ocorrência de falhas; e

II - a ausência de registro da aplicação da metodologia, de forma consistente e passível de verificação.

Art. 4º O intermediário deve indicar:

I - um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas por esta Instrução; e

II - um diretor estatutário responsável pela supervisão dos procedimentos e controles internos previstos no inciso II do caput do art. 3º.

§ 1º A nomeação ou a substituição dos diretores estatutários a que se referem os incisos I e II deve ser informada à CVM e às entidades administradoras dos mercados organizados em que o intermediário seja autorizado a operar, se for o caso, no prazo de 7 (sete) dias úteis.

§ 2º As funções a que se referem os incisos I e II do caput não podem ser desempenhadas pelo mesmo diretor estatutário.

§ 3º A função a que se refere o inciso II do caput não pode ser desempenhada em conjunto com funções relacionadas à mesa de operações do intermediário.

§ 4º Os diretores referidos nos incisos I e II devem agir com probidade, boa fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, todo cuidado e diligência esperados de um profissional em sua posição.

§ 5º O diretor a que se refere o inciso II do caput deve encaminhar aos órgãos de administração do intermediário, até o último dia útil dos meses de janeiro e julho, relatório relativo ao semestre encerrado no mês imediatamente anterior à data de entrega contendo:

I - as conclusões dos exames efetuados;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e

III - a manifestação do diretor referido no inciso I do caput a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

§ 6º O relatório de que trata o § 5º deve ficar disponível, para a CVM, para a entidade administradora do mercado em que esteja autorizado a operar e para o departamento de autorregulação, se for o caso, na sede do intermediário.

§ 7º Sem prejuízo da responsabilidade dos diretores referidos nos incisos I e II do caput, cabe aos órgãos de administração dos intermediários:

I - aprovar as regras e procedimentos de que trata o art. 3º; e

II - supervisionar o cumprimento e efetividade dos procedimentos e controles internos de que trata o art. 3º.

CAPÍTULO III - CADASTRO DE CLIENTES

Seção I - Regras Gerais

Art. 5º O intermediário deve efetuar e manter o cadastro de seus clientes com o conteúdo mínimo determinado em norma específica.

§ 1º O cadastro de clientes pode ser efetuado e mantido em sistema eletrônico.

§ 2º O sistema eletrônico de manutenção de cadastro de clientes de que trata o §1º deve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - possibilitar o acesso imediato do intermediário aos dados cadastrais; e

II - utilizar tecnologia capaz de cumprir integralmente com o disposto na presente Instrução e nas normas específicas a respeito de cadastro de clientes.

§ 3º O cadastro de clientes mantido pelo intermediário deve permitir a identificação da data e do conteúdo de todas as alterações e atualizações realizadas.

§ 4º Os intermediários devem identificar as pessoas autorizadas a emitir ordens em nome de mais de um comitente e informar as entidades administradoras de mercado organizado nas quais operarem, se for o caso, nos termos e padrões por elas estabelecidos.

Art. 6º O intermediário deve manter o cadastro dos seus clientes atualizado junto às entidades administradoras de mercado organizado nas quais opere e às correspondentes entidades de compensação e liquidação, se for o caso, nos termos e padrões por elas estabelecidos.

Art. 7º É facultado ao intermediário usar cadastro unificado caso integre um conglomerado financeiro.

Parágrafo único. Entende-se por cadastro unificado o sistema eletrônico de armazenamento de informação e documentação para a utilização de modo compartilhado.

Art. 8º Sem prejuízo das responsabilidades aplicáveis ao intermediário nos termos desta Instrução, a elaboração e manutenção de cadastros de clientes podem, mediante aprovação da CVM, ser realizadas de maneira centralizada pelas entidades administradoras de mercado organizado, pelas entidades de compensação e liquidação e pelas entidades representativas de participantes do mercado.

Seção II - Cadastro Simplificado

Art. 9º É facultado ao intermediário manter cadastro simplificado de investidores não residentes, desde que:

I - o investidor não residente seja cliente de instituição intermediária estrangeira, perante a qual esteja devidamente cadastrado na forma da legislação aplicável em seu país de origem;

II - a instituição intermediária estrangeira a que se refere o inciso I assuma, perante o intermediário, a obrigação de apresentar, sempre que solicitadas, todas as informações cadastrais devidamente atualizadas capazes de suprir as exigências presentes na regulamentação da CVM que trata do cadastro de clientes no âmbito do mercado de valores mobiliários;

III - o intermediário:

a) estabeleça critérios que lhe permitam avaliar o grau de confiabilidade da instituição intermediária estrangeira a que se refere o inciso I;

b) adote as medidas necessárias para assegurar que as informações cadastrais do cliente serão prontamente apresentadas pela instituição intermediária estrangeira, sempre que solicitadas; e

c) assegure que a instituição intermediária estrangeira a que se refere o inciso I adota práticas adequadas de identificação e cadastro de clientes, condizentes com a legislação aplicável no respectivo país de origem.

IV - a instituição intermediária estrangeira a que se refere o inciso I esteja localizada em país que não seja considerado de alto risco em matéria de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, e não esteja classificado como não cooperante, por organismos internacionais, em relação ao combate a ilícitos dessa natureza; e

V - o órgão regulador do mercado de capitais do país de origem da instituição intermediária estrangeira tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja, signatário do memorando multilateral de entendimento da International Organization of Securities Commissions - IOSCO.

Parágrafo único. Cabe à entidade administradora de mercado organizado definir o conteúdo mínimo do cadastro simplificado e possuir mecanismos de controle que garantam o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. As normas estabelecidas pelas entidades administradoras de mercados organizados para o cumprimento da presente Seção devem contemplar, no mínimo, o que segue:

I - obrigatoriedade de celebração de contrato escrito entre os intermediários brasileiros e os intermediários estrangeiros, o qual deve contemplar o seguinte conteúdo mínimo:

a) obrigação da instituição intermediária estrangeira em apresentar ao intermediário brasileiro, à entidade administradora do mercado organizado de que participe, ou diretamente à CVM, nos prazos estabelecidos, as informações cadastrais devidamente atualizadas capazes de suprir as exigências presentes na regulamentação da CVM que dispõe sobre o cadastro de clientes no âmbito do mercado de valores mobiliários;

b) cláusula que estabeleça a sujeição do contrato às leis brasileiras, e a competência do Poder Judiciário brasileiro para conhecer quaisquer demandas ajuizadas em razão de controvérsias derivadas do contrato, admitida a existência de compromisso arbitral, em que se estipule que a arbitragem deverá desenvolver-se no Brasil; e

c) cláusula que imponha a rescisão em caso de descumprimento da obrigação de fornecimento de informações cadastrais de investidores não residentes por requisição do intermediário brasileiro, da entidade administradora de mercado organizado ou de órgão público brasileiro com poderes de fiscalização.

II - proibição do uso de cadastro simplificado por quaisquer intermediários para clientes que atuem por meio de instituição intermediária estrangeira que tenha descumprido a obrigação de fornecimento de informações sobre investidores não residentes;

III - prazos e forma de comunicação, pelo intermediário brasileiro à entidade administradora de mercado organizado em que estiver autorizado a operar, sobre a celebração, rescisão ou alteração do contrato a que se refere o inciso I do caput, bem como sobre o descumprimento de quaisquer estipulações nele contidas; e

IV - inclusão da verificação de conformidade dos contratos a que se refere o inciso I do caput e do cumprimento, pelos intermediários, das normas pertinentes na programação de trabalho do departamento de autorregulação da entidade administradora de mercado organizado.

Parágrafo único. As entidades administradoras de mercado organizado devem:

I - submeter as normas mencionadas no caput à aprovação da CVM antes do início de sua vigência; e

II - manter à disposição da CVM relação atualizada dos contratos celebrados entre as instituições intermediárias estrangeiras e os intermediários brasileiros sujeitos à sua autorregulação.

Art. 11. O disposto nos arts. 9º e 10 se aplica, no que couber, às depositárias centrais, às entidades de compensação e de liquidação e aos respectivos participantes dessas entidades, no relacionamento com custodiantes globais que exerçam a atividade de custódia de valores mobiliários de investidores não residentes.

CAPÍTULO IV - ORDENS

Seção I - Transmissão de Ordens

Art. 12. O intermediário somente pode executar ordens transmitidas por:

I - escrito;

II - telefone e outros sistemas de transmissão de voz; ou

III - sistemas eletrônicos de conexões automatizadas.

Parágrafo único. Todas as ordens devem ser registradas, identificando-se o horário do seu recebimento, o cliente que as tenha emitido e as condições para a sua execução.

Art. 13. O intermediário deve arquivar os registros das ordens transmitidas pelos clientes e as condições em que foram executadas, independentemente de sua forma de transmissão.

Parágrafo único. O sistema de arquivamento de que trata o caput deve ser protegido contra adulterações e permitir a realização de auditorias e inspeções.

Subseção I - Ordens Transmitidas por Telefone ou Outros Sistemas de Transmissão de Voz

Art. 14. O intermediário que atue em mercado organizado deve manter sistema de gravação de todos os diálogos mantidos com seus clientes, inclusive por intermédio de prepostos, de forma a registrar as ordens transmitidas por telefone ou outros sistemas de transmissão de voz.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no art. 13, o sistema de gravação de que trata o caput deve manter controle das linhas e ramais telefônicos utilizados por cada usuário.

§ 2º As entidades administradoras de mercados organizados devem adotar regulamento sobre o sistema de gravação de que trata o caput e realizar sua fiscalização.

§ 3º O regulamento do sistema de gravação deve estabelecer os critérios e padrões mínimos de disponibilidade do sistema e de recuperação das informações.

§ 4º As entidades administradoras devem submeter à aprovação da CVM o regulamento sobre o sistema de gravação de que trata o caput.

Subseção II - Ordens Transmitidas por Sistemas Eletrônicos de Conexões Automatizadas

Art. 15. O intermediário pode receber ordens de seus clientes por meio de conexões automatizadas com os sistemas eletrônicos de negociação dos mercados organizados, de acordo com as condições e regras estabelecidas pelas entidades administradoras de mercados organizados.

Art. 16. O intermediário e o administrador de carteira não residentes somente podem ser usuários de terminais de sistemas automatizados se atenderem aos seguintes requisitos:

I - ter sede em país cujo órgão regulador do mercado de valores mobiliários tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja, signatário do memorando multilateral de entendimento da International Organization of Securities Commissions - IOSCO; e

II - estar registrado em seu país de origem como intermediário ou administrador de carteira.

Art. 17. As entidades administradoras de mercados organizados devem adotar regulamento sobre o funcionamento das conexões automatizadas.

§ 1º As entidades administradoras devem submeter à aprovação da CVM o regulamento de que trata o caput.

§ 2º Nas regras de que trata o caput, as entidades administradoras de mercado organizado devem estabelecer que os intermediários que não sejam pessoas autorizadas a operar se submetam, por meio de disposição contratual expressa, ao seu poder de autorregulação, em relação às regras sobre a utilização de sistemas eletrônicos de conexões automatizadas.

Art. 18. As operações realizadas por meio de conexões automatizadas devem ser supervisionadas pelas entidades administradoras e pelo departamento de autorregulação.

Parágrafo único. O departamento de autorregulação deve incluir as operações de que trata o caput no seu programa de trabalho.

Seção II - Execução de Ordens

Art. 19. O intermediário deve executar as ordens nas condições indicadas pelo cliente ou, na falta de indicação, nas melhores condições que o mercado permita.

Parágrafo único. Para aferir as melhores condições para a execução de ordens, o intermediário deve levar em conta o preço, o custo, a rapidez, a probabilidade de execução e liquidação, o volume, a natureza e qualquer outra consideração relevante para execução da ordem.

Art. 20. O intermediário deve estabelecer regras, procedimentos e controles internos sobre a execução de ordens, de modo a:

I - permitir que os intermediários obtenham as melhores condições disponíveis no mercado para a execução das ordens de seus clientes;

II - possibilitar, a qualquer tempo, a vinculação entre a ordem transmitida, a respectiva oferta e o negócio realizado; e

III - assegurar que os clientes sejam informados a respeito dos diferentes mercados em que os valores mobiliários objeto da ordem podem ser negociados.

§ 1º O intermediário que atue em mercado organizado deve estabelecer regras, procedimentos e controles internos de que trata este artigo, contendo, no mínimo:

I - tipos de ordens aceitas;

II - horário para o recebimento de ordens;

III - forma de transmissão;

IV - prazo de validade das ordens;

V - procedimentos de recusa;

VI - registro das ordens;

VII - cancelamento ou alteração de ordens;

VIII - forma e critérios para atendimento das ordens recebidas;

IX - forma e critérios para distribuição dos negócios realizados; e

X - fatores que determinam a escolha do mercado e do sistema de negociação para a execução da ordem, quando eles não forem indicados pelo cliente.

§ 2º Em caso de concorrência de ordens, a prioridade para a execução deve ser determinada pelo critério cronológico.

§ 3º Em caso de ordens concorrentes dadas simultaneamente por clientes que não sejam pessoas vinculadas e por pessoas vinculadas ao intermediário, ordens de clientes que não sejam pessoas vinculadas ao intermediário devem ter prioridade.

§ 4º As regras de que trata o caput e suas alterações devem ser previamente informadas aos clientes e estar disponíveis na página do intermediário na rede mundial de computadores.

Art. 21. Os intermediários devem arquivar, previamente à sua entrada em vigor, as regras de que trata o art. 20 e suas alterações nos departamentos de autorregulação, nos termos e prazos estabelecidos pela entidade administradora de mercado organizado em que estejam autorizados a operar.

Parágrafo único. Os intermediários que atuem em mercado de balcão não organizado devem manter em sua sede à disposição da CVM as regras de que trata o caput do art. 20.

Seção III - Identificação dos Comitentes

Art. 22. O intermediário deve identificar o comitente final em todas as:

I - ordens que transmita ou repasse;

II - ofertas que coloque; e

III - operações que execute ou registre.

§ 1º As entidades de compensação e liquidação somente podem realizar a compensação e a liquidação de operações cujo comitente final esteja cadastrado em seu sistema.

§ 2° O intermediário deve identificar o comitente final dos negócios comandados por intermédio de sua mesa de operações no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após o registro do negócio.

§ 3º A CVM pode autorizar a entidade administradora de mercado organizado a estabelecer prazos maiores para a identificação de comitentes finais quando as características operacionais o justificarem.

§ 4º O comitente final não precisa ser identificado em operações de ordem pulverizada de venda de ações, conforme definido em norma específica, e em outras operações previamente autorizadas pela CVM.

Art. 23. É vedada a reespecificação de negócios, salvo nas hipóteses expressamente previstas neste artigo.

§ 1º O administrador de carteira, devidamente autorizado nos termos do art. 23 da Lei nº 6.385, de 12 de dezembro de 1976, pode reespecificar o comitente em operações realizadas exclusivamente para as contas das carteiras e dos fundos de investimento administrados por ele, previamente cadastradas junto ao intermediário.

§ 2º O intermediário e o administrador de carteira não residentes podem reespecificar operações exclusivamente para as contas de sua carteira própria, de seus clientes ou de fundos por ele administrados.

§ 3º O intermediário pode reespecificar operações em que tenha ocorrido erro operacional, desde que este seja devidamente justificado e documentado, nos termos das regras editadas pela entidade administradora de mercado organizado.

CAPÍTULO V - PESSOAS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

Seção I - Operadores Especiais

Art. 24. Os operadores especiais podem negociar diretamente em mercados organizados de bolsa, somente em nome próprio ou em nome de intermediários, nas hipóteses e condições definidas pela entidade administradora de mercado organizado de bolsa em que sejam autorizados a operar.

§ 1º Os operadores especiais somente podem liquidar suas operações por intermédio de membro ou agente de compensação a que estiverem vinculados por contrato.

§ 2º É vedado aos operadores especiais executar ordens emanadas diretamente dos clientes de intermediários.

Seção II - Pessoas Vinculadas ao Intermediário

Art. 25. As pessoas vinculadas ao intermediário somente podem negociar valores mobiliários por conta própria, direta ou indiretamente, por meio do intermediário a que estiverem vinculadas.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica:

I - às instituições financeiras e às entidades a elas equiparadas; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - às pessoas vinculadas ao intermediário, em relação às operações em mercado organizado em que o intermediário não seja pessoa autorizada a operar.

§ 2º Equiparam-se às operações de pessoas vinculadas, para os efeitos desta Instrução, aquelas realizadas para a carteira própria do intermediário.

§ 3º As pessoas vinculadas a mais de um intermediário devem escolher apenas um dos intermediários com os quais mantenham vínculo para negociar, com exclusividade, valores mobiliários em seu nome.

CAPÍTULO VI - REPASSE DE OPERAÇÕES

Art. 26. As entidades administradoras de mercado organizado devem estabelecer regras, procedimentos e controles internos para o repasse de operações realizadas em seus ambientes ou sistemas de negociação.

§ 1º As regras, procedimentos e controles internos referidos no caput devem prever, ao menos:

I - o conteúdo mínimo do contrato que estabelece o vínculo de repasse entre os intermediários; e

II - a forma de identificação e registro das operações decorrentes de repasses.

§ 2º Quando o repasse de operações for motivado por decisão do cliente, este deve estar cadastrado em ambos os intermediários envolvidos na operação.

CAPÍTULO VII - PAGAMENTO E RECEBIMENTO DE VALORES

Art. 27. O pagamento de valores a intermediários por clientes deve ser feito por meio de transferência bancária ou cheque de titularidade do cliente.

Art. 28. O pagamento de valores a clientes por intermediários deve ser feito por meio de transferência bancária ou cheque de titularidade do intermediário.

§ 1º As transferências bancárias de que trata o caput devem ser feitas para conta corrente de titularidade do cliente previamente identificada em seu cadastro.

§ 2º As transferências para investidores não residentes podem ser feitas para a conta corrente do custodiante contratado pelo cliente que também deve estar identificada no cadastro junto ao intermediário.

Art. 29. Em relação a todos os pagamentos efetuados, o intermediário deve manter arquivo com:

I - o número do cheque, nos casos de pagamento em cheque;

II - o número do documento eletrônico de transferência, nos casos de transferência bancária;

III - o valor; e

IV - o banco sacado, com indicação da agência e conta corrente.

Parágrafo único. Os cheques utilizados para transferências de recursos entre intermediários e clientes devem conter tarjas com os dizeres: "exclusivamente para crédito na conta do favorecido original".

CAPÍTULO VIII - NORMAS DE CONDUTA

Seção I - Deveres dos Intermediários

Art. 30. O intermediário deve exercer suas atividades com boa fé, diligência e lealdade em relação a seus clientes.

Parágrafo único. É vedado ao intermediário privilegiar seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas em detrimento dos interesses de clientes.

Art. 31. O intermediário deve estabelecer regras, procedimentos e controles internos que sejam aptos a prevenir que os interesses dos clientes sejam prejudicados em decorrência de conflitos de interesses.

Parágrafo único. As regras, procedimentos e controles internos de que trata o caput devem:

I - identificar quaisquer conflitos de interesses que possam surgir entre ele, ou pessoas vinculadas a ele, e seus clientes, ou entre os clientes;

II - permitir que, diante de uma situação de conflito de interesses, o intermediário possa realizar a operação, em nome do cliente, com independência; e

III - estabelecer mecanismos para informar ao cliente que o intermediário está agindo em conflito de interesses e as fontes desse conflito, antes de efetuar uma operação.

Art. 32. O intermediário deve:

I - zelar pela integridade e regular funcionamento do mercado, inclusive quanto à seleção de clientes e à exigência de garantias;

II - manter controle das posições dos clientes, com a conciliação periódica entre:

a) ordens executadas;

b) posições constantes na base de dados que geram os extratos e demonstrativos de movimentação fornecidos a seus clientes; e

c) posições fornecidas pelas entidades de compensação e liquidação, se for o caso.

III - manter registro de conta corrente de todas as movimentações financeiras de seus clientes;

IV - informar à CVM sempre que verifique a ocorrência ou indícios de violação da legislação que incumba à CVM fiscalizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência ou identificação;

V - suprir seus clientes com informações sobre os produtos oferecidos e seus riscos;

VI - suprir seus clientes com informações referentes aos mecanismos de ressarcimento de prejuízos estabelecidos pelas entidades administradoras de mercado organizado, se for o caso;

VII - diferenciar nas notas de corretagem, faturas e avisos de lançamento enviados aos clientes, os valores decorrentes de corretagem daqueles relativos a outros serviços prestados pelo intermediário e das taxas e emolumentos cobrados pelas entidades administradoras de mercado organizado ou por outros terceiros, se for o caso; e

VIII - suprir seus clientes com informações e documentos relativos aos negócios realizados na forma e prazos estabelecidos em suas regras internas.

Art. 33. O intermediário deve divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, antes do início de suas operações, as regras internas elaboradas para o cumprimento desta Seção e suas alterações.

Art. 34. Os intermediários devem arquivar, previamente à sua entrada em vigor, as regras internas adotadas para o cumprimento do disposto nesta Seção e no Capítulo II e suas alterações, na entidade administradora de mercado organizado em que estejam autorizados a operar e no departamento de autorregulação, se for o caso.

§ 1º Cabe à entidade administradora de mercado organizado em que o intermediário estiver autorizado a operar e ao departamento de autorregulação definir o conteúdo mínimo e fiscalizar as regras internas adotadas por cada intermediário.

§ 2º Os intermediários que atuem em mercado de balcão não organizado devem manter em sua sede à disposição da CVM as regras de que trata esta Seção.

Seção II - Vedações

Art. 35. É vedado ao intermediário:

I - utilizar contas correntes com mais de 2 (dois) titulares;

II - aceitar ou executar ordens de clientes que não estejam previamente cadastrados ou que estejam com os cadastros desatualizados;

III - permitir o exercício das atividades próprias de integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários por pessoas não autorizadas pela CVM para esse fim;

IV - exercer a atividade de administração de carteira sem a correspondente autorização da CVM;

V - permitir que integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que estejam sob sua responsabilidade exerçam atividades para as quais não estejam expressamente autorizados pela CVM; e

VI - cobrar dos clientes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com valores mobiliários durante o período de sua distribuição pública, com exceção de negociação em mercados organizados com valores mobiliários já negociados em tal mercado e desde que o cliente seja devidamente informado sobre a distribuição pública em curso.

CAPÍTULO IX - MANUTENÇÃO DE ARQUIVOS

Art. 36. Os intermediários devem manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados do recebimento ou da geração pelo intermediário, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos por esta Instrução, bem como toda a correspondência, interna e externa, todos os papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas funções, sejam eles físicos ou eletrônicos, assim como a integra das gravações referidas no art. 14.

Parágrafo único. Admitem-se, em substituição aos documentos, as respectivas imagens digitalizadas.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Os intermediários devem se adaptar ao disposto nesta Instrução e às regras editadas pelas entidades administradoras de mercado organizado até 1º de outubro de 2012.

Art. 38. Considera-se infração grave, para efeito do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, a infração às normas contidas nos arts. 2º a 5º; 12 a 14; 19; 20; 22; 23; 29 a 32; 35 e 36.

Art. 39. Ficam revogados:

I - a Instrução CVM nº 122, de 6 de junho de 1990;

II - a Instrução CVM nº 348, de 23 de janeiro de 2001;

III - a Deliberação CVM 372, de 23 de janeiro de 2001;

IV - a Instrução CVM nº 387, de 28 de abril de 2003;

V - a Instrução CVM nº 395, de 23 de setembro de 2003;

VI - os arts. 1º e 2º da Instrução CVM nº 419, de 2 de maio de 2005; e

VII - a Instrução CVM nº 437, de 5 de julho de 2006.

Art. 40. Esta Instrução entra em vigor em 2 de abril de 2012.

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

## INSTRUÇÃO Nº 506, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999. Revoga o art. 12 da Instrução CVM nº 14, de 17 de outubro de 1980.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 21 de setembro de 2011, e com fundamento no disposto nos art. 8º, inciso I, art. 15, inciso VI, 16 e 18, inciso II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1º Os §§ 1º a 4º do art. 3º da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§ 1º As pessoas de que trata o art. 2º devem efetuar o cadastro de seus clientes contendo, no mínimo, as informações e os documentos indicados no Anexo I.

§ 2º As pessoas de que trata o art. 2º devem atualizar os dados cadastrais dos clientes ativos em intervalos não superiores a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º Considera-se ativo, para fins desta Instrução, o cliente que tenha efetuado movimentação ou tenha apresentado saldo em sua conta no período de 24 meses posteriores à data da última atualização.

§ 4º Serão permitidas novas movimentações das contas de titularidade de clientes inativos apenas mediante a atualização de seus respectivos cadastros.

§ 5º O Colegiado da CVM poderá autorizar a adoção de sistemas alternativos de cadastro, desde que satisfaçam os objetivos das normas vigentes e adotem procedimentos passíveis de verificação.

§ 6º Os clientes devem comunicar, de imediato, quaisquer alterações nos seus dados cadastrais." (NR)

Art. 2º A Instrução CVM nº 301, de 1999, passa a vigorar acrescida do Anexo I, cuja redação é a que segue:

"ANEXO I

Conteúdo mínimo do cadastro de clientes

Art. 1º O cadastro de clientes deve ter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

I - se pessoa natural:

a) nome completo;

b) sexo;

c) data de nascimento;

d) naturalidade;

e) nacionalidade;

f) estado civil;

g) filiação;

h) nome do cônjuge ou companheiro;

i) natureza e número do documento de identificação, nome do órgão expedidor e data de expedição;

j) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF;

k) endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP) e número de telefone

l) endereço eletrônico para correspondência;

m) ocupação profissional;

n) entidade para a qual trabalha;

o) informações sobre os rendimentos e a situação patrimonial;

p) informações sobre perfil de risco e conhecimento financeiro do cliente;

q) se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos administradores de fundos de investimento e de carteiras administradas;

r) se o cliente autoriza ou não a transmissão de ordens por procurador;

s) indicação de se há procuradores ou não;

t) qualificação dos procuradores e descrição de seus poderes, se houver;

u) datas das atualizações do cadastro;

v) assinatura do cliente;

w) cópia dos seguintes documentos:

i) documento de identidade; e

ii) comprovante de residência ou domicílio.

x) cópias dos seguintes documentos, se for o caso:

i) procuração; e

ii) documento de identidade do procurador.

II - se pessoa jurídica:

a) a denominação ou razão social;

b) nomes e CPF/MF dos controladores diretos ou razão social e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ dos controladores diretos;

c) nomes e CPF/MF dos administradores;

d) nomes dos procuradores;

e) número de CNPJ;

f) endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP);

g) número de telefone;

h) endereço eletrônico para correspondência;

i) atividade principal desenvolvida;

j) faturamento médio mensal dos últimos doze meses e a situação patrimonial;

k) informações sobre perfil de risco e conhecimento financeiro do cliente;

l) denominação ou razão social de pessoas jurídicas controladoras, controladas ou coligadas;

m) se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos administradores de fundos de investimento e de carteiras administradas;

n) se o cliente autoriza ou não a transmissão de ordens por representante ou procurador;

o) qualificação dos representantes ou procuradores e descrição de seus poderes;

p) datas das atualizações do cadastro;

q) assinatura do cliente;

r) cópia dos seguintes documentos:

i) CNPJ;

ii) documento de constituição da pessoa jurídica devidamente atualizado e registrado no órgão competente; e

iii) atos societários que indiquem os administradores da pessoa jurídica, se for o caso.

s) cópias dos seguintes documentos, se for o caso:

i) procuração; e

ii) documento de identidade do procurador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - nas demais hipóteses:

a) a identificação completa dos clientes;

b) a identificação completa de seus representantes e/ou administradores;

c) situação financeira e patrimonial;

d) informações sobre perfil de risco e conhecimento financeiro do cliente;

e) se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos administradores de fundos de investimento e de carteiras administradas;

f) datas das atualizações do cadastro; e

g) assinatura do cliente.

§ 1º As alterações ao endereço constante do cadastro dependem de ordem do cliente, escrita ou por meio eletrônico, e comprovante do correspondente endereço.

§ 2º No caso de investidores não residentes, o cadastro deve, adicionalmente, conter:

I - os nomes das pessoas naturais autorizadas a emitir ordens e, conforme o caso, dos administradores da instituição ou responsáveis pela administração da carteira; e

II - os nomes do representante legal e do responsável pela custódia dos seus valores mobiliários.

Art. 2º Do cadastro deve constar declaração, datada e assinada pelo cliente ou, se for o caso, por procurador legalmente constituído, de que:

I - são verdadeiras as informações fornecidas para o preenchimento do cadastro;

II - o cliente se compromete a informar, no prazo de 10 (dez) dias, quaisquer alterações que vierem a ocorrer nos seus dados cadastrais, inclusive eventual revogação de mandato, caso exista procurador;

III - o cliente é pessoa vinculada ao intermediário, se for o caso;

IV - o cliente não está impedido de operar no mercado de valores mobiliários;

V - suas ordens devem ser transmitidas por escrito, por sistemas eletrônicos de conexões automatizadas ou telefone e outros sistemas de transmissão de voz; e

VI - o cliente autoriza os intermediários, caso existam débitos pendentes em seu nome, a liquidar os contratos, direitos e ativos adquiridos por sua conta e ordem, bem como a executar bens e direitos dados em garantia de suas operações ou que estejam em poder do intermediário, aplicando o produto da venda no pagamento dos débitos pendentes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único. Para a negociação de cotas de fundo de investimento será ainda obrigatório que conste do cadastro junto ao intermediário, autorização prévia do cliente, mediante instrumento próprio, incluindo declaração de ciência de que:

I - recebeu o regulamento e, se for o caso, o prospecto ou a lâmina;

II - tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento;

III - tomou ciência da possibilidade de ocorrência de patrimônio líquido negativo, se for o caso, e, neste caso, de sua responsabilidade por consequentes aportes adicionais de recursos.

Art. 3º Do cadastro de clientes que façam operações com derivativos em mercado organizado deve constar contrato padrão específico para tais operações.

Parágrafo único. A entidade administradora de mercado deve estabelecer o conteúdo do contrato padrão mencionado no caput."

Art. 3º Revoga-se o art. 12 da Instrução CVM nº 14, de 17 de outubro de 1980.

Art. 4º Esta Instrução entra em vigor em 2 de abril de 2012.

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
## SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

### DECISÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A Superintendência de Relações com Empresas da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, com base no disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº427/06, informa que, em 26.09.2011, suspendeu o registro de que trata o artigo 2º da Instrução CVM nº265/97, das seguintes companhias incentivadas, por estarem há mais de 3 (três) anos em atraso com a obrigação de prestar informações à CVM:

| DENOMINAÇÃO SOCIAL | CNPJ | UF |
|---|---|---|
| AGRICULTURA MECANIZADA S/A | 22.974.380/0001-06 | PA |
| AGROPEC PRACUUBA AS | 04.730.412/0001-38 | PA |
| AGROPECUÁRIA EMILIO OMENA S/A - AGROMENA | 13.025.135/0001-53 | AL |
| BRAMETAL S/A | 83.249.078/0001-71 | ES |
| BRASFIO INDUSTRIA E COMERCIO NORDESTE S/A | 12.770.558/0001-35 | PE |
| BROTAS GENETICA S/A | 39.335.443/0001-79 | ES |
| CIA INDL DE LATIC DO ACRE | 04.061.693/0001-83 | AC |
| CIA TROPICAL DE HOTEIS AS | 15.147.499/0001-31 | BA |
| ELETRICIDADE DA AMAZÔNIA S/A | 33.069.063/0001-53 | MT |
| EVADIN INDÚSTRIAS AMAZÔNIA S/A | 04.180.279/0001-93 | AM |
| FAZENDA SANTA MARIA DE RONDON S/A | 10.244.952/0001-04 | PA |
| FINOBRASA AGROINDUSTRIAL S/A | 10.498.764/0001-02 | CE |
| HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A | 84.590.892/0001-18 | AM |
| HOTEIS RIO ALEGRE AS | 24.693.756/0001-21 | MT |
| MAGNUM INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA S/A | 63.715.510/0001-65 | AM |
| NEFFA TURISMO EVENTOS E COMERCIO S/A | 39.814.058/0001-04 | ES |
| NUTRIGAS S/A | 39.793.260/0001-05 | ES |
| PAJUÇARA CONFECÇÕES S/A | 06.642.342/0001-91 | CE |
| PARÁ INDUSTRIAS REUNIDAS DA FONTE S/A | 22.949.911/0001-00 | PA |
| SUAPE TEXTIL S/A | 12.869.038/0001-84 | PE |
| TEXTILE INDL AS | 12.987.103/0001-76 | RN |

Cabe ressaltar que o cancelamento de ofício do registro dessas companhias incentivadas poderá ocorrer, a qualquer momento, caso seja constatada uma das hipóteses previstas no art. 2º da Instrução CVM nº427/06.

Lembra-se, ainda, que, nos termos do § 2º do artigo 3º da Instrução CVM nº427/06, da decisão da suspensão do registro de companhia incentivada, caberá recurso ao colegiado da CVM, nos termos da regulamentação vigente.

Nesse sentido, esclarece-se, nos termos do inciso I da Deliberação CVM nº 463/03, que eventuais recursos devem ser encaminhados no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência dos interessados da presente Decisão, para os seguintes endereços desta Autarquia, em atenção da Superintendência de Relações com Empresas:

1 - Rua Sete de Setembro, nº 111/33º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (021) 3554-8584/8206

2 - Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares - Edifício Delta Plaza - São Paulo - SP

3 - Quadra 02, bloco A, 4º andar, Edifício Corporate Financial Center - Brasília - SCN

Alerta-se, por fim, que a suspensão do registro não exime a companhia, seus controladores e administradores da responsabilidade decorrente do eventual descumprimento da legislação que lhes é aplicável, inclusive em razão dos incentivos fiscais auferidos pela companhia, entre outros, o pagamento da taxa de fiscalização prevista na Lei nº 7.940/89.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente de Relações com Empresas

PATRICK VALPAÇOS FONSECA LIMA
Gerente de Acompanhamento de Empresas 3

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
## SECRETARIA EXECUTIVA

### ATO DECLARATÓRIO Nº 14, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Ratifica o Convênio ICMS 83/11, de 8 de setembro de 2011.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 165ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada no dia 8 de setembro de 2011, e publicados no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2011:

Convênio ICMS 83/11 - Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a conceder isenção do ICMS no recebimento de mercadorias pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

### RETIFICAÇÕES

No Ato COTEPE/ICMS 29/11, de 4 de agosto de 2011, publicado no DOU de 5 de agosto de 2011, Seção 1, página 59,

onde se lê: "Art. 2º ... requisito estabelecido no art. 1º até o dia 30 de setembro de 2011.",

leia-se: "Art. 2º ... requisito estabelecido no art. 1º nos prazos previstos em legislação estadual específica.".

No item 2, do inciso VIII-A, do Anexo I, do Art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 39/11, de 14 de setembro de 2011, publicado no DOU de 20 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 25 a 44:
onde se lê: " ...

| REQUISITOS GERAIS | | |
|---|---|---|
| **REQ.** | **ITEM** | **DESCRIÇÃO** |
| ... | | |
| VIII-A | 2 | Para o PAF-ECF utilizado por estabelecimento situado no Estado de Minas Gerais o código deve ser precedido da expressão "MINAS LEGAL:" em caixa alta e deve obedecer ao formato 99999999ddmmaaaa8888888, onde:<br>"99999999" representa o número do núcleo do CNPJ do contribuinte usuário do ECF, impresso no cabeçalho do Cupom Fiscal, considerando como núcleo do CNPJ os oito (8) primeiros dígitos que o compõe;<br>"ddmmaaaa" representa a data de emissão do Cupom Fiscal impressa em seu cabeçalho;<br>"8888888" representa o valor total do respectivo Cupom Fiscal, sem as casas decimais (centavos) e sem zeros (0) à esquerda.<br>Exemplo:<br>Dados do Cupom Fiscal: CNPJ: 12.345.678/0001-00 Data: 12/06/2011 Valor Total: R$ 125,45 - Formação do código:<br>MINAS LEGAL: 1234567812062011125<br>Dados do Cupom Fiscal: CNPJ: 12.345.678/0001-00 Data: 12/06/2011 Valor Total: R$ 1.230,86 - Formação do código:<br>MINAS LEGAL: 12345678120620111230 |

... ",
leia-se: " ...

| REQUISITOS GERAIS | | |
|---|---|---|
| **REQ.** | **ITEM** | **DESCRIÇÃO** |
| ... | | |
| VIII-A | 2 | Para o PAF-ECF utilizado por estabelecimento situado no Estado de Minas Gerais o código deve ser precedido da expressão "MINAS LEGAL:" em caixa alta e deve obedecer ao formato 99999999999999espaçoddmmaaaaespaço8888888, onde:<br>"99999999999999" representa o número do CNPJ do contribuinte usuário do ECF, impresso no cabeçalho do Cupom Fiscal;<br>"ddmmaaaa" representa a data de emissão do Cupom Fiscal impressa em seu cabeçalho;<br>"8888888" representa o valor total do respectivo Cupom Fiscal, sem zeros (0) à esquerda.<br>Exemplo:<br>Dados do Cupom Fiscal: CNPJ: 12.345.678/0001-00 Data: 12/06/2011 Valor Total: R$ 125,45 - Formação do código:<br>MINAS LEGAL: 12345678000100 12062011 12545<br>Dados do Cupom Fiscal: CNPJ: 12.345.678/0001-00 Data: 12/06/2011 Valor Total: R$ 1.230,86 - Formação do código:<br>MINAS LEGAL: 12345678000100 12062011 123086 |

...".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.196, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para fruição dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas nas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas doações aos Fundos do Idoso, nos investimentos e patrocínios em obras audiovisuais, nas doações e patrocínios de projetos culturais, nas doações e patrocínios em projetos desportivos e paradesportivos e na contribuição patronal paga à Previdência Social incidente sobre a remuneração do empregado doméstico.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 50 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50. A pessoa física, até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, se empregador doméstico, pode deduzir do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual, a que se refere o art. 54, a contribuição patronal paga à Previdência Social incidente sobre o valor da remuneração do empregado." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

## SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
## 1ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 391, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CUIABÁ-MT, no uso das atribuições previstas no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e Portaria DRF - Cuiabá n° 125/2009, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o que consta do processo administrativo n° 10183.002267/2011-55, declara:

Art. 1°. Habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) a pessoa jurídica, INXU GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A, CNPJ: 12.863.751/0001-10, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção e serviços, deste que incorporados, utilizados ou aplicados na obra de infra-estrutura relativa à reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétricas, aprovada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia n° 229, de 07 de abril de 2011, conforme Anexo I(PCH Inxu, com 20.600KW), publicada no DOU, de 08 de abril de 2011, e destinadas ao seu ativo imobilizado.

Art. 2°. Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto n° 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria MME n° 299, de 07 de abril de 2011, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a habilitação a empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão;

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 3°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 4° deste Ato Declaratório.

Art. 4°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de dez dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 5°. A ausência da solicitação de que trata o art. 4° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.6°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO COSTA MARQUES

## 3ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a exclusão de empresa do SIMPLES NACIONAL, por infringência ao inciso XI do art. 17 da Lei Complementar nº 123 de 2006, combinado com o art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso II do artigo 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no artigo 4º da Resolução nº 15, de 23 de julho de 2007, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e o apurado no Processo nº 10384.721.656/2011-17 declara: o contribuinte CONSTRUTORA FENIX LTDA, CNPJ 02.047.087/0001-88, EXCLUÍDO do SISTEMA NACIONAL, pelo motivo abaixo discriminado:

- O contribuinte não apresentou Livro Caixa ou Diário e Razão referentes ao ano calendário de 2008, por não possuir e não ter como escriturar os livros solicitados face a ausência de documentação, infringindo o inciso VIII, do art. 29, da Lei Complementar 123/2006.

Os efeitos da exclusão, em obediência às disposições contidas no art. 29, do § 1º, da Lei Complementar 123/2006, surtirão a partir de primeiro de janeiro de 2008.

Fica anulado o Ato Declaratório Executivo nº 05, de 22 de setembro de 2011, publicado no DOU nº 186, Seção 1, de 27 de setembro de 2011.

Fica assegurado ao contribuinte o direito de, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do presente Ato Declaratório Executivo, interpor manifestação de inconformidade contra a exclusão do SIMPLES, por meio de expediente escrito, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Teresina-PI.

Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

## 4ª REGIÃO FISCAL
## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O Inspetor da Receita Federal do Brasil no Recife, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 ( Regulamento Aduaneiro), resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

| INSCRIÇÃO Nº | NOME | CPF | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|
| 4A .0.497 | Mariângela Lopes de Araujo | 051.111.694-23 | 10480.725983/2011-50 |

EXCLUIR do Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as pessoas físicas, agora inscritas como Despachantes Aduaneiros:

| INSCRIÇÃO Nº | NOME | CPF | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|
| 4A.0.142 | Ederson Andrade dos Santos | 020.307.154-92 | 10480.725663/2011-08 |
| 4A.0.379 | João Eudes de Lima Junior | 034.922.504-40 | 10480.725678/2011-68 |

INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas físicas:

| INSCRIÇÃO Nº | NOME | CPF | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|
| 4D.0.354 | Ederson Andrade dos Santos | 020.307.154-92 | 10480.725663/2011-08 |
| 4D.0.355 | João Eudes de Lima Junior | 034.922.504-40 | 10480.725678/2011-68 |

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

GINALDO ANTONIO FREIRE

## 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
## SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Atualiza as marcas comerciais relativo aos Registros Especiais nº 06104/100 e 06104/101.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 32, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, e de acordo com o processo administrativo nº 13642.000081/2008-08, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE BEBIDAS CAMPOS E LUPPI LTDA, CNPJ 05.887.006/0001-46, situado na Rodovia vereador João Vicente Viera Camargo, S/Nº, Km 1, Zona Rural, Coronel Xavier Chaves - MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/100 e 06104/101, como produtor e engarrafador, conforme Ato Declaratório Executivo nº 14, de 12 de maio de 2008 e Ato Declaratório Executivo nº 15, de 12 de maio de 2008, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

| MARCA COMERCIAL | CAPACIDADE DOS RECIPIENTES( ml) |
|---|---|
| ABC Ouro | 750 |
| ABC Prata | 600 |
| América Futebol Clube Ouro | 750 |
| América Futebol Clube Prata | 600 |
| Atlético Mineiro Ouro | 600 e 750 |
| Atlético Mineiro Prata | 600 e 750 |
| Avaí Ouro | 750 |
| Avaí Prata | 600 |
| Ceará Ouro | 750 |
| Ceará Prata | 600 |
| Beata | 600 |
| Beata ( Tonéis de Carvalho) | 600 |
| Clube do Remo Ouro | 750 |
| Clube do Remo Prata | 600 |
| Corinthians Ouro | 600 e750 |
| Corinthians Prata | 600 e 750 |
| Cruzeiro Esporte Clube Ouro | 600 e 750 |
| Cruzeiro Esporte Clube Prata | 600 e 750 |
| Figueirense Futebol Clube Prata | 600 |
| Figueirense Futebol Clube Ouro | 750 |
| Fortaleza Esporte Clube Ouro | 750 |
| Fortaleza Esporte Clube Prata | 600 |
| Internacional Ouro | 600 e 750 |
| Internacional Prata | 600 e 750 |
| Jacuba Prata | 50 e 700 |
| Jacuba Ouro (Carvalho) | 50 e 700 |
| Náutico Ouro | 750 |
| Náutico Prata | 600 |
| Portuguesa de Desportos Ouro | 600 e 750 |
| Portuguesa de Desportos Prata | 600 e 750 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| São Paulo Futebol Clube Ouro | 600 e 750 |
| São Paulo Futebol Clube Prata | 600 e 750 |
| Vasco da Gama Ouro | 600 e 750 |
| Vasco da Gama Prata | 600 e 750 |
| Vitória Ouro | 750 |
| Vitória Prata | 600 |

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO CEZAR CIAMPI MANGON

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS-MG,no uso da atribuição que lhe confere o artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovada pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, fundamentados nos itens I e VI, da Portaria MF nº 90, de 08 de abril de 1981, e tendo em vista o que consta no processo nº 13656.720703/2011-56 declara INAPTA POR INEXISTENCIA DE FATO, com efeito a partir da publicação deste ATO DECLARATÓRIO, conforme o disposto nos arts. 34 e 41 da Instrução Normativa RFB nº 748 de 28 de junho de 2007.

INAPTIDÃO DA EMPRESA COMERCIO E INDUSTRIA DE BEBIDAS ERLER LTDA

CNPJ 23.641.558/0001-51

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

## 7ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória no Estado do Espírito Santo,usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504/2005 de 3 de fevereiro de 2005 e, tendo em vista o resultado de diligência fiscal realizada pelo Serviço de Fiscalização e demais informações constantes do processo 10783.723583/2011-03, declara que:

O estabelecimento da empresa BRAZ ANTONIO MARGON ME, CNPJ 27.755.255/0001-10 localizado na na Fazenda Palestina, Zona Rural, Município de Montanha-ES-, CEP 29.890-000 está habilitada ao REGISTRO ESPECIAL nº 07201/00434, de estabelecimento engarrafador de aguardente de cana de açúcar Código NCM 2208.40.00, contido no Anexo I da IN SRF nº 504/2005

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF nº 504/ de 3 de fevereiro de 2005, e suas alterações podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 8º.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória no Estado do Espírito Santo,usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504/2005 de 3 de fevereiro de 2005 e, tendo em vista o resultado de diligência fiscal realizada pelo Serviço de Fiscalização e demais informações constantes do processo 10783.723583/2011-03, declara que:

O estabelecimento da empresa BRAZ ANTONIO MARGON ME, CNPJ 27.755.255/0001-10 localizado na na Fazenda Palestina, Zona Rural, Município de Montanha-ES-, CEP 29.890-000 está habilitada ao REGISTRO ESPECIAL nº 07201/00435, de estabelecimento produtor de aguardente de cana de açúcar Código NCM 2208.40.00, contido no Anexo I da IN SRF nº 504/2005

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF nº 504/ de 3 de fevereiro de 2005, e suas alterações podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 8º.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 157, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Concede inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e selo de controle a que estão sujeitos esses produtos.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias RFB n° 2.156, de 21 de fevereiro de 2011, Portaria RFB nº 2.401, publicada no DOU de 04 de abril de 2011 e Portaria nº 2.415, publicado no DOU de 05 de abril de 2011 e tendo em vista o disposto no art. 3º da IN SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, alterada pelas IN RFB nº 782, de 09 de novembro de 2007, IN RFB nº 824, de 20 de fevereiro de 2008, IN RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e IN RFB nº 1.065, de 16 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição nº 07108/0016 - atividade importador - no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, concedido a PREMIUM DRINKS BRASIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 12.663.527/0001-85, situada na Avenida Passos, 122 - sala 605, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.051-040, requerido no processo administrativo nº 10768.000999/2011-30.

Art. 2º A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da competência que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 15 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, incluído pelo artigo 3º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º, 12, 14, inciso I, e 15 da Lei nº 9.317, de 1996, com suas alterações posteriores, declara:

Art. 1º Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do Simples a partir do dia 01/01/2002 pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo.

Nome: RASCH CONSULTORIA, PROJETOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CPF 00.715.646/0001-55 Data da opção pelo Simples: 01/01/2000

Situação excludente (evento 306):

- Descrição: atividade econômica vedada: consultoria para empresas e serviços de telecomunicação.
- Data da ocorrência: 07/1995 (Contrato Social)
- Fundamentação legal: Lei nº 9.317, de 05/12/1996: art. 9º, XIII; art. 14, I; art. 15, II.

Art. 2º A exclusão do Simples surtirá os efeitos previstos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.317, de 1996, e suas alterações posteriores. Instrução Normativa SRF nº 355, de 29/08/2003: art. 20, XI; art. 21; art. 23, I; art. 24, II, c/c parágrafo único.

Art. 3º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da data do recebimento deste Ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples, ao Delegado da Receita Federal de Julgamento de sua Jurisdição, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples tornar-se-á definitiva.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 266, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa IN RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa NORSKAN OFFSHORE LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 227, de 08 de agosto de 2011, publicado no D.O.U. em 09 de agosto de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

PROCESSO 10768.012595/2001-17

| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S.A. | Campos em Exploração; Bacias Sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3. Ceará- Amazonas: BPOT-4, 10(RNS-143) e 100. Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2. Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1. Espírito Santo: BES-3, 100 e 200. Campos: BC- 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600, BM-C-3 e 6. Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10 e 11. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Atum, | 2050.0046992.08.2 2050.0046991.08.2 Embarcação Skandi Chieftain | 17.12.2011 |
| 04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18 | | Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Biquara (RNS-134), Bonito, Caioba, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Cherne, Cioba (RNS-035), Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão(RNS-035), Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Guaiuba (RNS-128), Guaricema, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de | 2050.0032448.07-2 2050.0032449.07-2 PVS - OSRV 750 Skandi Yare | 29.12.2011 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Namorado, Pescada, Norte de (RNS-033),<br>Oeste de Urubarana, (RNS-071), Pampo, Parati, Pargo, Peroá, Pescada, Piraúna, Roncador, Serra (RNS-128),Trilha, Ubarana,<br>Vermelho, Viola, Voador e Xaréu. | | |
| PROCESSO 10768.008420/2009-62 SUB JUDICE | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | Petróleo Brasileiro S.A. | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | Sub judice<br>2050.0017431.05.2 "NORMAND BORG" | 19.07.2010 |
| PROCESSO 10768.006280/2010-21 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37<br>04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0059460.10.2<br>Embarcação Skandi Admiral | 15/07/2014 |
| PROCESSO 10768.006279/2010-05 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37<br>04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0059459.10.2<br>Embarcação Skandi Giant | 25/07/2014 |
| PROCESSO 10768.009056/2009-58 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37<br>04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0036862.07.2 Afretamento<br>SKANDI SANTOS<br>2050.0036860.07.2 Prestação serviços | 23/03/2013 |
| PROCESSO 10768.001505/2010-53 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37<br>04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0055750.09.2<br>Afretamento SKANDI CAPTAIN | 17/01/2013 |
| PROCESSO 10768.000954/2010-84 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37<br>04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0055751.09.2<br>Afretamento SKANDI STOLMEN | 17/01/2013 |
| PROCESSO 10768.000103/2011-12 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0063802.10.2 Afretamento<br>GEOGRAPH<br>2050.0063803.10.2 Prestação Serviços | 02/01/2016 |
| PROCESSO 10768.002177/2011-93 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | OGX Petróleo e Gás Ltda. | ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | OGXLT/2009/002 (Serviços)<br>OGXLT/2009/015 (Afretamento)<br>"SKANDI MOGSTER" | 27/02/2012 |
| PROCESSO 10768.005852/2009-11 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | OGX Petróleo e Gás Ltda. | ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | OGXLTD/2008/091 (Serviços)<br>OGXLTD/2008/090 (Afretamento)<br>"SANKO BAY" | 31/07/2011 |
| PROCESSO 10768.000997/2011-41 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda. | Bacia Sedimentar de Campos<br>Bloco BM-C-7 | 4501829863 (Serviços)<br>Embarcação SKANDI PEREGRINO | 01/12/2012 |
| PROCESSOS 10768.000416/2011-71 E 10768.000943/2011-85 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | OGX Petróleo e Gás Ltda. | ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | OGXLT/2009/171 "ODIM VIKING" | 18.05.2011 |
| PROCESSO 10768.000943/2011-85 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37 | OGX Petróleo e Gás Ltda. | ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | OGXLT/2009/171 "SKANDI EMERALD" | 29.03.2012 |
| PROCESSO 10768.000454/2011-23 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0063797.10.2 (Afretamento)<br>2050.0063798.10.2 (Prestação Serviços)<br>SKANDI COMMANDER | 19/01/2016 |
| PROCESSO 10768.002207/2011-61 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 04.023.447/0001-37<br>04.023.447/0002-18 | Petróleo Brasileiro S/A | ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97. | 2050.0039001.08.2 (Afretamento)<br>2050.0039002.08.2 (Prestação Serviços)<br>SKANDI HAV | 27/10/2014 |

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 267, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art.1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FUGRO GEOSOLUTIONS BRASIL SERVIÇOS LEVANTAMENTO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo nº 487, de 05 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 11 de dezembro de 2008.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo 10768.002502/2011-18

| Nº NO CNPJ | AUTORIZAÇÃO (ANP) | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº PROCESSO (ANP) | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 42.140.699/0001-35 | nº 353 de 04.08.2011 Agência Nacional de Petróleo - ANP | Bacia de Campos | 48610.009959/2011-10 | 06/08/2013 |

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 268, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 , e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARÍTIMO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 no. 243, de 23 de agosto de 2011, publicado no D.O.U. de 24 de agosto de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Processo 10768.000422/2010-47

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0051721.09.02 MAERSK CHAMPION | 25.02.2014 |

Processo 10768.003374/2010-49 e Proc.10768.002576/2011-54 (*)

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0030640.07.02 MAERSK BOULDER | (*) 19/02/2012 |

Processo 10768.005868/2010-68

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0059813.10.2 MAERSK RETRIEVER | 16.09.2012 |

Processo 10768.007566/2010-24

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0020871.06.2 MAERSK ROVER | 21.11.2014 |

Processo 10768.00944/2011-20

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0030628.07.2 MAERSK HELPER | 18/09/2011 |

Processo 10768.004486/2010-17

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0032154.07.2 2050.0032153.07.2 MAERSK CHIEFTAIN | 03.11.2011 |

Processo 10768.004561/2010-40

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0039472.08.2 2050.0039473.08.2 MAERSK PROVIDER | 25.05.2011 |

Processo 10768.006256/2010-92

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0059265.10.2 MAERSK ASSETER | 24/08/2014 |

Processo 10768.006257/2010-37

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0059816.10.2 MAERSK MARINER | 09/08/2012 |

Processo 10768.006258/2010-81

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0020834.06.2 MAERSK CUTTER | 12/09/2011 |

Processo 10768.006742/2010-19

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0020853.06.2 MAERSK MASTER | 03/10/2011 |

Processo 10768.006039/2010-01

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | MAERSK DRILLING AND FPSOS BRASIL SERVIÇOS DE PROD. PERF. MARÍTIMOS LTDA | BM - C - 7 PEREGRINO | S/Nº "MAERSK ATTENDER", "AHT MAGNUS" e "AHT TUARUS" | 30/06/2011 |

Processo 10768.004320/2010-09

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.00338863.07.2 MAERSK TOPPER | 12/11/2012 |

Processo 10768.006255/2010-48

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0059266.10.2 MAERSK ADVANCER | 24/08/2014 |

Processo 10768.006260/2010-51

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0020831.06.2 MAERSK CLIPPER | 16/09/2011 |

Processo 10768.003373/2010-02 e 10768.001242/2011-63(*)

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS AS | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0032151.07.02 MAERSK RIDER | (*) 12.10.2011 |

Processo 10768.003370/2010-61 - provimento a recurso e 10768.001363/2011-13 (*)

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0030635.07.2 MAERSK BLAZER | (*) 24.10.2011 |

Processo 10768.003371/2010-13 - provimento a recurso e 10768.001498/2011-71 (*)

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | PETROBRAS SA | TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | 2050.0030631.07.2 MAERSK HANDLER | (*) 08.11.2011 |

Processo 10768.000581/2011-22

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | OGX PETRÓLEO E GÁS | BLOCOS BM-PAMA-13, BM-PAMA-14, BM-PAMA-15, BM-PAMA-16, BM-PAMA-17 | OGXLT/2010/109 OGXLT/2010/110 MAERSK TERRIER | 25.11.2011 |

Processo 10768.002219/2011-96

| CNPJ Nº | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | CONTRATO Nº | TERMO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 09.098.215/0001-61 | SHELL BRASIL PETROLEO LTDA | TODA A AREA EM QUE A SHELL BRASIL PETROLEO LTDA SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97 | contrato nº 4610031774 MAERSK LIFTER | 04.01.2012 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 44, DE 30 DE AGOSTO DE 2011**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 2008.70.90 Purê de pêssego, ºBrix 30-32.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Texto da posição 20.08), RGI 6 (Texto da subposição 2008.70) e RGC-1 (Texto do código 2008.70.90) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pelo Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, com alterações posteriores, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

## 8ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Registro Especial para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2009, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13839.002946/2002-70, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial nº DP-08124/00051 concedido ao estabelecimento da pessoa jurídica FORMATTO CORTE E COMERCIO DE PAPEL LTDA - CNPJ nº 05.076.974/0001-72.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ROBERTO MAZARIN

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Declara inscrito no Registro Especial estabelecimento que realiza operações com papel destinado a impressão de livros jornais e periódicos abaixo identificado.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da atribuição conferida pelo inciso VII do artigo 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 125/2009, publicada no DOU de 6 de março de 2009, considerado o disposto no art. 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o artigo 1º e seus parágrafos da Instrução Normativa - IN RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009, com nova redação dada pela IN RFB nº 1.011/2010, e o que consta no processo 10882.001775/2010-58, declara:

Art. 1º INSCRITO no Registro Especial sob o nº GP-08113/266, o estabelecimento da empresa REDE BOM DIA DE COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.602.781/0007-29, localizado na Rua Américo Vespúcio, 1001 - Vila Menk - Osasco / SP, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de GRÁFICA.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL TARANTO MALHEIROS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Declaração de Inaptidão de inscrição de Pessoa Jurídica no CNPJ-Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 37 e artigo 39, incisos I e II da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta no processo de número 11020.002355/2010-00, declara como INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de nº 05.329.877/0001-44, da sociedade, IMPALHO COMERCIO ATACADISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA., por não ter sido localizada no endereço informado no CNPJ.

ÂNGELO CELSO BOSSO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Declaração de Inaptidão de inscrição de Pessoa Jurídica no CNPJ-Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 37 e artigo 39, incisos I e II da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta no processo de número 11020.002355/2010-00, declara como INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de nº 04.926.732/0001-68, da sociedade, COMERCIAL MASSU LTDA., por não ter sido localizada no endereço informado no CNPJ.

ÂNGELO CELSO BOSSO

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de transportes, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alteradas pelas Instruções Normativas nº 778 de 19 de outubro de 2008 e nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo nº 18186.722099/2011-08 resolve:

Art. 1º Reconhecer à OXFORT CONSTRUÇÕES S.A., CNPJ 61.192.308/0001-70, com sede a Rua Torquato Ponte Lima n.º 101-A, Itaquera, São Paulo - SP, a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto da concessão, Concessionária Auto Raposo Tavares S.ª, constante do Anexo I, da Portaria GM n.º 245, do Ministério dos Transportes, de 27 de setembro de 2010, publicada no DOU de 28 de setembro de 2010, "Exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, localizada no Estado de São Paulo, conforme determina art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação..

CARMINE RULLO

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011**

Habilita ao REPETRO, até 05/08/2015, a empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, atendendo ao disposto nos artigos 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e à vista do que consta no processo nº 12782.000037/2011-28, declara:

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santense - município de Guarujá/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO, instituído pelo art. 458 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 844/2008, para a execução do contrato relacionado no item 2 abaixo.

2. A presente habilitação é válida até 05 de agosto de 2015, conforme o Contrato de Prestação de Serviços nº 2050.0067086.11.2 celebrado entre a empresa habilitada e a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, e relativo à Embarcação "ER TROMSOE", do tipo PSV 3000, para prestação de serviços onde a PETROBRAS for concessionária, e o Contrato de Afretamento nº 2050.0067085.11.2 celebrado entre a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e a empresa ER SCHIFFAHRT REEDEREIGESELLSCHAFT MBH & CIE. KG.

3. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

4. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

5. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Habilita ao REPETRO, até 28/01/2012, a empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, atendendo ao disposto nos artigos 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e à vista do que consta no processo nº 12782.000031/2011-51, declara:

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santense - município de Guarujá/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO, instituído pelo art. 458 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 844/2008, para a execução do contrato relacionado no item 2 abaixo.

2. A presente habilitação é válida até 28 de janeiro de 2012, conforme o Contrato nº LOG-C-007-41 celebrado entre a empresa habilitada e a empresa REPSOL SINOPEC BRASIL S.A., atual denominação da empresa REPSOL YPF BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.270.689/0001-08, e relativo à Embarcação "ER TRONDHEIM", para prestação de serviços na Bacia de Campos - Bloco C-M-539.

3. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

4. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

5. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

## 9ª REGIÃO FISCAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10920.001968/2010-13, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa DÂNICA TERMOINDUSTRIAL BRASIL LTDA., CNPJ nº 42.506.618/0001-78, e o estabelecimento da empresa ROCKFIBRAS ISOLANTES LTDA., CNPJ nº 02.040.069/0001-74, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

| Descrição do Produto | Código/Tipi | Alíquota |
|---|---|---|
| Lã de Rocha (Manta) | 6806.10.00 | 10% |
| Lã de Rocha (Painéis) | 6806.10.00 | 10% |
| Lã de Rocha (Feltros) | 6806.10.00 | 10% |
| SC (Isotubos LR) | 6806.90.90 | 10% |

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| Descrição do Produto | Finalidade | Código/Tipi | Alíquota |
|---|---|---|---|
| Termowall, Termozip, Termorrof e painéis SL LDR | Industrialização | 7308.90.90 | 5% |
| Portas de correr, de enconsto, de inspeção naval e escotilha naval | Industrialização | 7308.30.00 | 0% |
| Braçola naval | Industrialização | 7301.20.20 | 5% |
| Banheiro naval | Industrialização | 9406.00.92 | 0% |

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 043, de 22/09/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO CÉSAR MOSCATTO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10920.002176/2009-14, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa DÂNICA TERMOINDUSTRIAL BRASIL LTDA., CNPJ nº 42.506.618/0001-78, e o estabelecimento da empresa C&B FERRAMENTARIA LTDA. ME, CNPJ nº 03.523.444/0001-08, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

| Descrição do Produto | Código/Tipi | Alíquota |
|---|---|---|
| Suportes de chaves em geral | 7616.99.00 | 5% |
| Imã permanente em geral | 7326.90.00 | 5% |
| Construções e suas partes em geral | 7308.90.90 | 5% |
| Parafusos, pinos, porcas em geral | 7318.15.00 | 10% |
| Porcas em geral | 7318.16.00 | 10% |
| Ganchos e armelas em geral | 7318.13.00 | 10% |
| Tachas, pregos, escápulas e parafusos em geral | 7616.10.00 | 10% |
| Rodízio | 7302.20.00 | 10% |

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

| Descrição do Produto | Finalidade | Código/Tipi | Alíquota |
|---|---|---|---|
| Portas de sala limpas, portas frigoríficas em geral, porta Nassau | Industrialização | 7308.30.00 | 0% |
| Pass trought | Industrialização | 7326.90.90 | 5% |
| Painel termoisolante e telhas de aço geral | Industrialização | 7308.90.90 | 5% |

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 044, de 22/09/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO CÉSAR MOSCATTO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10920.002181/2009-27, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa DÂNICA TERMOINDUSTRIAL BRASIL LTDA., CNPJ nº 42.506.618/0001-78, e o estabelecimento da empresa COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, CNPJ nº 33.042.730/0134-35, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

| Descrição do Produto | Código/Tipi | Alíquota |
|---|---|---|
| Chapa de aço zincado | 7210.49.10 | 5% |
| Chapa de aço galvalume | 7210.61.00 | 5% |
| Chapa de aço zincado | 7210.70.10 | 5% |

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

| Descrição do Produto | Finalidade | Código/Tipi | Alíquota |
|---|---|---|---|
| Painel termoisolante e acessórios | Industrialização | 7308.90.90 | 5% |
| Conjuntos industriais frigoríficos | Industrialização | 8418.69.90 | 5% |

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 045, de 22/09/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO CÉSAR MOSCATTO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
## CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE PARCELAMENTO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 15 DE AGOSTO DE 2011**

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CTA nº 195, de 17 de novembro de 2009 (publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2009), e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a pessoa jurídica B. G. N. ALIMENTOS LTDA, cadastrada no CNPJ sob o nº 79.329.686/0001-19, tendo em vista a constatação de ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados de inadimplência no recolhimento de tributos e de contribuições referidos no art. 5º da mesma Lei, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão consta nos autos do processo (PAES) nº 18042.000557/2011-81.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data do recebimento deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Curitiba, na Rua João Negrão, 246 - 4º Andar, nos dias úteis.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua ciência/publicação.

MARCOS VINÍCIUS RINALDI
Chefe

## 10ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 198, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

| Nº REGISTRO | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 10A.04.508 | Deise Albuquerque de Oliveira | 013.494.800-96 |

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

LUIZ WESCHENFELDER

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 199, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

| Nº REGISTRO | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 10D.02.083 | Luiz Fernando Araujo da Rosa | 144.937.992-34 |
| 10D.02.084 | Litiele Haigert Comis Bertazzo | 005.918.140-05 |

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas

| Nº REGISTRO | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 10A.03.130 | Luiz Fernando Araujo da Rosa | 144.937.992-34 |
| 10A.04.068 | Litiele Haigert Comis Bertazzo | 005.918.140-05 |

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

LUIZ WESCHENFELDER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**PORTARIA Nº 113, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL - RS, no uso da competência estabelecida na Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, tendo em vista o disposto na Resolução CG/REFIS nº 9, de 12 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Resolução CG/REFIS nº 20, de 27 de setembro de 2001, no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados relativamente às parcelas do débito consolidado e aos tributos ou contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2011, conforme os fatos relatados nos processos administrativos abaixo relacionados, cuja decisão foi emitida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/ RS, mediante delegação de competência concedida pela Resolução CG/REFIS nº 09, de 12 de janeiro de 2001, alterada parcialmente pela Resolução CG/REFIS nº 20, de 27 de setembro de 2001 e pela Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011.

| CNPJ | NOME EMPRESARIAL | PROCESSO |
|---|---|---|
| 88.610.290/0001-36 | MADEZATTI S.A. | 11020.721.535/2011-67 |
| 88.624.598/0001-30 | AUTO CIOATO LTDA | 11020.723.382/2011-92 |
| 89.962.781/0001-09 | MURARO E CIA LTDA | 11020.721.888/2011-67 |
| 90.374.323/0001-38 | CONSTRUTORA BERTIN LTDA - ME | 11020.002.170/2010-97 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ WESCHENFELDER

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011**

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o contido nos processos 17220.000161/2011-72 e 17220.000162/2011-17, declara:

Art. 1º - INCLUÍDAS no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

| Nº REGISTRO | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 10A.04.536 | Carlos Miguel de Azeredo | 024.185.440-79 |
| 10A.04.537 | Cristiani Sucalha Frighetto | 805.888.830-34 |

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

LUIZ FERNANDO LORENZI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011**

Inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o contido no processo 11065.003463/2010-75, declara:

Art. 1º - INCLUÍDA no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa:

| Nº REGISTRO | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 10D.02.091 | Gabriel Lemos Blasi | 005.417.830-41 |

Art. 2º - CANCELADA a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, da seguinte pessoa:

| Nº REGISTRO | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 10A.03.604 | Gabriel Lemos Blasi | 005.417.830-41 |

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

LUIZ FERNANDO LORENZI

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS, usando da competência que lhe confere o artigo 810, parágrafo 3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve CANCELAR, a pedido do interessado, a inscrição no Registro de Despachantes e Ajudantes de Despachante Aduaneiro, nº 10D.01.469, de RODRIGO JOSÉ PICOLLI CATARINO , CPF nº 976.578.080-04.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS, usando da competência que lhe confere o artigo 810, parágrafo 3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve CANCELAR, a pedido do interessado, a inscrição no Registro de Despachantes e Ajudantes de Despachante Aduaneiro, nº 10A.03.072, de RAFAEL PICOLLI CATARINO , CPF nº 816.174.960-49.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

## SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
## SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

**PORTARIA Nº 659, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 8.590.016 (oito milhões, quinhentos e noventa mil e dezesseis) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E - CFT-E, no valor de R$ 21.783.842,47 (vinte um milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

| TÍTULO | EMISSÃO | VENCIMENTO | VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/9/2011 (R$) | QUANTIDADE | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| HCFTEE0138 | 1º/1/2008 | 1º/1/2038 | 2,535949 | 254.625 | 645.716,01 |
| HCFTEE0139 | 1º/1/2009 | 1º/1/2039 | 2,535949 | 247.679 | 628.101,31 |
| HCFTEE0140 | 1º/1/2010 | 1º/1/2040 | 2,535949 | 8.087.712 | 20.510.025,15 |
| TOTAIS | | | | 8.590.016 | 21.783.842,47 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

**PORTARIA Nº 658, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e a Portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 27.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 28.09.2011;

V - data da liquidação financeira: 28.09.2011;

VI - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 500.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

| Título | Cod. Selic | Venc. | Juros (a.a.) | Prazo (dias) | Qtde | VN data-base (R$) | Adquirente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| NTN-B | 760199 | 15.08.2014 | 6,0% | 1.052 | Até 500.000 | 1.000,000000 | Público |
| NTN-B | 760199 | 15.08.2016 | 6,0% | 1.783 | Até 500.000 | 1.000,000000 | Público |
| NTN-B | 760199 | 15.08.2020 | 6,0% | 3.244 | Até 500.000 | 1.000,000000 | Público |

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

| Título | Cod. Selic | Data-base | VNA |
|---|---|---|---|
| NTN-B | 760199 | 15.07.2000 | 2.071,668280 |

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pelas cotações de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 27.09.2011;

II - Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

III - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

IV - data da liquidação financeira: 28.09.2011;

V - características da emissão:

| Título | Cod. Selic | Venc. | Juros (a.a.) | Prazo (dias) | Qtde | VN data-base (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| NTN-B | 760199 | 15.08.2014 | 6,0% | 1.052 | Até 100.000 | 1.000,000000 |
| NTN-B | 760199 | 15.08.2016 | 6,0% | 1.783 | Até 100.000 | 1.000,000000 |
| NTN-B | 760199 | 15.08.2020 | 6,0% | 3.244 | Até 100.000 | 1.000,000000 |

Parágrafo único. divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 695, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e antecipação de transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Boa Vista / RR.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, tendo em vista o atendimento do prazo legal estipulado para apresentação do plano de trabalho e da Notificação Preliminar de Desastre/NOPRED resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Boa Vista / RR, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para a execução de obras de Reconstrução e Recuperação, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.001221/2011-13.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 44.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º Diante da urgência na execução das ações antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 750.000,00 (setecentos e cinqüenta mil reais), conforme art. 10, § 2° do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 4º O repasse das demais parcelas está condicionado à aprovação do Plano de Trabalho apresentado pelo proponente.

Art. 5° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação da 1ª parcela dos recursos.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

## SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 407, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Estado do Tocantins - TO.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 4.371, de 19 de agosto de 2011, do Estado do Tocantins, e demais informações constantes no processo nº 59050.001363/2011-81, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de incêndios florestais, CODAR: NE.SIF - 12.404, a situação de emergência no Estado supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

# Ministério da Justiça

## GABINETE DO MINISTRO

### DESPACHO DO MINISTRO

Em 27 de setembro de 2011

Nº 1.160 - Ref.: Processo nº 08018.000998/2010-45. Interessado: LANDO NSAKALA JHANNI. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

## COMISSÃO DE ANISTIA

### PAUTA DA 4ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 30 de setembro de 2011, à partir das 14 horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, sito na Rua da União, nº 439, Boa Vista, Recife, PE, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

| Nº | Requerimento | Tipo | Nome | Relator |
|---|---|---|---|---|
| 1. | 2001.02.00948 | A | RUBEM ALVES RODRIGUES | Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque |
| 2. | 2004.01.42307 | A | WILSON CAMPOS DE ALMEIDA FILHO | Conselheiro Narciso Patriota Fernandes Barbosa |
| 3. | 2005.01.49477 | A | GILBERTO BARRETO DA COSTA PEREIRA | Conselheiro Egmar José de Oliveira |
| 4. | 2005.01.50588 | A<br>R | MANOEL SILVA TEODOSIO NETO<br>NORMA JENNER ROSAS E OUTROS | Conselheiro Virginius José Lianza da Franca |
| 5. | 2007.01.56759 | A<br>R | SEVERINO MARQUES BRITO<br>LUZINETE MARQUES BRITO | Conselheira Luciana Silva Garcia |
| 6. | 2007.01.57273 | A | ROBERTO CARLOS CANTALICE DE MEDEIROS | Conselheiro Narciso Patriota Fernandes Barbosa |
| 7. | 2007.01.59389 | A<br>R | FRANCISCO JULIÃO ARRUDA DE PAULA<br>MARTA ROSA DE JULIÃO | Conselheira Sueli Aparecida Bellato |
| 8. | 2007.01.59483 | A | IZABELA JULIANA DE CASTRO | Conselheira Sueli Aparecida Bellato |
| 9. | 2008.01.60894 | A<br>R | JOÃO FRANCISCO DA SILVA<br>SEVERINA BARBOSA DA SILVA | Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque |
| 10. | 2008.01.62674 | A<br>R | JOSÉ SILVESTRE DE ARAUJO<br>NOEMIA SILVESTRE DE ARAUJO | Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque |
| 11. | 2008.01.63113 | A | JOSÉ MOREIRA DE LEMOS NETO | Conselheira Luciana Silva Garcia |
| 12. | 2009.01.63377 | A | MARCELO HUGO DE MEDEIROS | Conselheira Sueli Aparecida Bellato |
| 13. | 2009.01.63571 | A | FERNANDO DUARTE FERNANDES VIEIRA | Conselheiro Virginius José Lianza da Franca |
| 14. | 2009.01.63797 | A<br>R | GERALDO GONÇALVES PEREIRA<br>NILZA GONÇALVES PEREIRA E OUTROS | Conselheiro Egmar José de Oliveira |
| 15. | 2009.01.63935 | A | ROSA MARIA BARROS DOS SANTOS | Conselheira Sueli Aparecida Bellato |
| 16. | 2009.01.64100 | A | LUIZ DE MORAES COSTA FILHO | Conselheiro Egmar José de Oliveira |
| 17. | 2009.01.64198 | A | SEVERINO LINO DA SILVA | Conselheira Ana Maria Guedes |
| 18. | 2009.01.64299 | A | EPITÁCIO AFONSO PEREIRA | Conselheiro Narciso Patriota Fernandes Barbosa |
| 19. | 2009.01.64590 | A<br>R | NOBEL VITA<br>IRENE SOBREIRA VITA | Conselheiro Virginius José Lianza da Franca |
| 20. | 2010.01.68243 | A | GERALDO AZEVEDO DE AMORIM | Conselheira Ana Maria Guedes |
| 21. | 2011.01.68963 | A | THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS | Conselheira Luciana Silva Garcia |

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

### PORTARIA Nº 459, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga o prazo de apresentação das propostas referentes ao auxílio no Reaparelhamento de Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais (ou espaços institucionais das Secretarias Estaduais que lhes sejam correspondentes), com recursos do Fundo Penitenciário Nacional no exercício de 2011 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 e suas alterações; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e suas alterações; o Decreto n.º 1.093, de 03 de março de 1994; a Portaria Interministerial MS/MJ 1.777/2003; o Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007 e suas alterações; a Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010; Portaria Interministerial MF/MPOG/CGU nº 127 de 29 de maio de 2008 e suas alterações; a Emenda de Apropriação de Despesa PLN 0059/2010 - LOA; as Resoluções nº 05 de 09 de maio de 2006, nº 01, de 29 de abril de 2008, todas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, aplicáveis no âmbito do DEPEN/MJ, resolve:

Art. 1º Prorrogar para o dia 30 de setembro de 2011 o prazo de apresentação das propostas referentes ao auxílio no Reaparelhamento de Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais (ou espaços institucionais das Secretarias Estaduais que lhes sejam correspondentes), com recursos do Fundo Penitenciário Nacional no exercício de 2011, determinado pela Portaria nº 443, de 15 de setembro de 2011, publicada no DOU nº 179, sexta-feira, 16 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 41 e 42.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
## DIRETORIA EXECUTIVA
## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

### ALVARÁ Nº 1.572, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.028635/2011-74/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VÉDAT TAMPAS HERMÉTICAS LTDA., CNPJ nº 50.931.484/0001-60, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 1.590, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08360.008737/2011-54-SR/DPF/PA (GESP-2011/1420) resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PUMA SERVIÇO ESPECIALIZADO DE VIGILÂNCIA E TRANS-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 15.752.934/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, para atuar no PARÁ, com Certificado de Segurança nº 933/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 12.953, DE 29 DE AGOSTO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002895/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa LIVRARIA CULTURA S/A, CNPJ nº 62.410.352/0005-04,para atuar no DISTRITO FEDERAL.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 12.984, DE 31 DE AGOSTO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3179 DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POSTO XINGU LTDA, CNPJ nº 03.786.763/0001-06, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1 (um) Revólver(es) calibre 38,

18 (dezoito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.196, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3529 DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COMBATE SEGURANCA DE VALORES LIMITADA, CNPJ nº 02.322.136/0001-43, sediada na PARAÍBA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,

4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,

400 (quatrocentos) Cartuchos de Munição calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

96 (noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.212, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003129/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa LIVRARIA CULTURA S/A, CNPJ nº 62.410.352/0018-10, para atuar na BAHIA.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº13.280, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003090/DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 06.236.934/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada, para atuar no MATO GROSSO , com Certificado de Segurança nº 1675/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.292, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003010/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REICHERT CALÇADOS LTDA, CNPJ nº 88.059.746/0001-11, para atuar no RIO GRANDE DO SUL , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1476/11 (CNPJ nº 88.059.746/0001-11).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.300, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003186/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COUTO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 03.670.760/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1693/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.303, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2839 DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES ALAGOAS LTDA, CNPJ nº 12.498.861/0001-20, sediada em ALAGOAS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

91 (noventa e um) Revólver(es) calibre 38,

7558 (sete mil, quinhentos e cinquenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 38,

51 (cinquenta e um) Cartuchos de Munição calibre .380,

914 (novecentos e quatorze) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.305, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3682 DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEI VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.392.232/0001-96, sediada no ESPÍRITO SANTO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

9 (nove) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,

162 (cento e sessenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

96 (noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.306, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3663 DPF/RDO/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ATALAIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.310.848/0002-11, sediada no PARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

15 (quinze) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.307, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3665 DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MISPA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.167.893/0001-06, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.312, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3607 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMFORVIGIL EMPRESA ESPECIALIZADA FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/A, CNPJ nº 58.805.508/0001-47, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

710000 (setecentos e dez mil) Espoletas para Munição calibre 38,

710000 (setecentos e dez mil) Projéteis para Munição calibre 38,

30000 (trinta mil) Estojos para Munição calibre 38,

70000 (setenta mil) Espoletas para Munição calibre .380,

70000 (setenta mil) Projéteis para Munição calibre .380,

10000 (dez mil) Estojos para Munição calibre .380,

15000 (quinze mil) Cartuchos de Munição calibre 12,

150000 (cento e cinquenta mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.313, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3445 DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MANAUARA-ACADEMIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA-ME, CNPJ nº 13.558.174/0001-16, sediada no AMAZONAS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

5 (cinco) Espingarda(s) calibre 12,

62640 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

55080 (cinquenta e cinco mil e oitenta) Cartuchos de Munição Treina calibre .380,

32400 (trinta e dois mil e quatrocentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ALVARÁ Nº 13.314, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3596 DPF/NRI/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 10.904.557/0001-00, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

8 (oito) Revólver(es) calibre 38,

96 (noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº13.317, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002950/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no CEARÁ , com Certificado de Segurança nº 1673/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.325, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003392/DPF/GRA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCHLLEMER SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 04.013.487/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 1705/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.328, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002663/DPF/DRS/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DISP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. , CNPJ nº 05.052.780/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no MATO GROSSO DO SUL , com Certificado de Segurança nº 1698/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 13.330, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003379/DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 10.398.803/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no MATO GROSSO DO SUL , com Certificado de Segurança nº 1651/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

**PORTARIA Nº 37, DE 1º DE JUNHO DE 2011**

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, nomeada para exercer interinamente o cargo, no uso da competência que lhe confere o art. 101, inciso XX, do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2007;

CONSIDERANDO o contido no processo nº 08.650.000.860/2011-61 e o disposto na Portaria nº 83, de 02 de novembro de 2010, da Direção-Geral, que instituiu o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações - CETIC no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

CONSIDERANDO que o CETICtem por objetivo estabelecer políticas e diretrizes, coordenar e articular ações em tecnologia da informação e comunicações, alinhadas ao objetivo e às estratégias do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA

ANEXO

PLANEJAMENTO DE METAS E AÇÕES

O Planejamento de Metas e Ações consiste em identificar, para cada necessidade apurada, sua prioridade, metas e ações necessárias ao seu cumprimento.

DIRETRIZES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - TIC

DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

1. Aprimorar a capacidade de desenvolvimento e manutenção de sistemas: dotar o órgão de capacidade plena para melhoria dos processos e serviços disponíveis aos cidadãos e servidores por meio de sistemas informatizados, dentro da cultura do Governo Eletrônico;

2. Desenvolver projeto unificado e integrado de Telecomunicações: aprimorar os serviços de telecomunicações;

3. Modernizar a infraestrutura de TIC: estabelecer uma base de recursos computacionais que otimizem os sistemas implantados, aos servidores e cidadãos, e implemente serviços agregados;

4. Aprimorar a Governança de TIC: avançar com a implementação das melhores práticas de governança de TIC no ambiente da CGPLAM, melhorando o cumprimento das atribuições formais da unidade de TIC no órgão;

5. Implantar Gestão de Segurança da Informação: realizar um ambiente informacional com integridade, confiabilidade e autenticidade para usuários e parceiros nos sistemas de informação, estabelecendo uma cultura de segurança das informações classificadas do órgão e aprimorando o controle de acesso dos usuários;

6. Capacitar os servidores da área de TIC: desenvolver os recursos humanos da área de TIC para o desempenho de suas atividades e maior contribuição no relacionamento de TIC e negócio;

7. Valorizar a imagem de TIC na organização: fomentar a aproximação da TIC nos processos da organização e seus resultados para o negócio; e

8. Obter uma estrutura organizacional adequada para área de TIC: estabelecer a TIC dentro de uma estrutura organizacional formal que estimule o desenvolvimento de suas atividades e permita inovações.

## SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**
Em 27 de setembro de 2011

O SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 778. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008882/2011-95 em que são Requerentes: Clayton, Dubilier & Rice Fund VIII, L.P. e Ingersoll-Rand PLC. Advs.: José Alexandre Buaiz Neto e outros.

Nº 779. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009347/2011-51 em que são Requerentes: RIP Serviços Siderúrgicos Ltda.; ThyssenKrupp AG e ThyssenKrupp GfT Bautechnik GmbH. Advs.: Sérgio Varella Bruna e outros.

Nº 780. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008104/2011-04 em que são Requerentes: Santa Barbara Fundo de Investimento em Participações e Banco Santander (Brasil) S/A. Advs.: Cristianne Saccab Zarzur e outros.

Nº 781. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009045/2011-83 em que são Requerentes: Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações e Eletrosul - Centrais Elétricas S/A. Advs.: Barbara Rosenberg e outros.

Nº 782. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009021/2011-24 em que são Requerentes: Anglo Coal Canada Inc. e Peace River Coal Inc. Advs.: Tito Amaral de Andrade e outros.

Nº 783. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008109/2011-29 em que são Requerentes: Raphael Acquisition Corp. e Renaissance Learning, Inc. Advs.: Tito Amaral de Andrade e outros.

Nº 784. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009229/2011-43 em que são Requerentes: Masterfoods Brasil Alimentos Ltda. e Frank Reis Vieira. Advs.: Fábio A. Figueira e outros.

Nº 785. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008119/2011-64 em que são Requerentes: Librelato S/A Implementos Rodoviários e CRP VII Fundo de Investimento em Participações. Advs.: Ricardo Leal de Moraes e Waleska Santana Teixeira Lopes.

Nº 786. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009044/2011-39 em que são Requerentes: Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações e Servtec Investimentos e Participações Ltda. Advs.: Barbara Rosenberg e outros.

Nº 787. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009046/2011-28 em que são Requerentes: Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações; Eletrosul - Centrais Elétricas S/A e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social. Advs.: Barbara Rosenberg e outros.

Nº 788. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008996/2011-35 em que são Requerentes: F.E.C.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. e Petsupermarket Comércio de Produtos para Animais S/A. Advs.: Tiago Machado Cortez e Eloy Rizzo Neto.

Nº 789. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008745/2011-51 em que são Requerentes: Kinea I Real Estate Equity Fundo de Investimento em Participações e STXROCK 10 Desenvolvimento Imobiliário S/A. Advs.: Barbara Rosenberg e outros.

Nº 790. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.009000/2011-17 em que são Requerentes: Cargil Agrícola S/A e KoroFrance SAS. Advs.: Onofre Carlos de Arruda Sampaio e outros.

Nº 791. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.008347/2011-34 em que são Requerentes: Odebrecht Participações e Investimentos S/A; OAS Investimentos S/A e UTC Participações S/A. Advs.: Caio Mário da Silva Pereira Neto e outros.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

**DESPACHOS DA DIRETORA**

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/08/2011 , pág. 33, Seção I. Processo N° 08505.093837/2009-61 - SEHEON KWON.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 18/07/2011, pág. 57 Seção I. Processo N° 08433.001670/2004-05 - CARLOS VLADIMIRO MÁLAGA PEÑA.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 04/11/2003, pág. 41 Seção I. Processo N° 08505.091802/2009-98 - CRUZ MELIDA ROMERO CALDERON.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida e, considerando que o Estrangeiro encontra-se fora do país, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 23/08/2011, pág. 18, Seção I. Processo N° 08212.009652/2009-72 - YAN HUANMING.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 24/06/2011, Seção I, pág. 64. Processo N° 08385.037568/2009-67 - JOSE ANTONIO DENEGRI GARCIA e CLORIS ADRIANA ROJO PARADA.

Não conheço do recurso e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União, em 14 de junho de 2011, Seção I, pág. 24, tendo em vista a inobservância do prazo a que alude o art. 5º, da Portaria nº 22 de 07 de julho de 2009. Processo N° 08389.040779/2009-47 - MOHAMMAD RUMEN MIAH.

Não conheço do recurso e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União, em 16 de setembro de 2011, Seção I, pág. 59, tendo em vista a inobservância do prazo a que alude o art. 5º, da Portaria nº 22 de 07 de julho de 2009. Processo N° 08505.040006/2009-97 - CHUNXIAN LI.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

### DESPACHO DO CHEFE

O Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional português JOSÉ NARCISO FERNANDES, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de LAURENTINA DOS ANJOS R. FERNANDES para LAURENTINA DOS ANJOS COSTA.

JOÃO BÔSCO DE SOUZA
Substituto

## DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

### DESPACHOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08420.004958/2009-87 - ANA MARINA GONZÁLEZ PEREZ.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08310.007115/2011-02 - OCTAVIO LEON RODRIGUEZ.

Tendo em vista a correta instrução do pedido de permanência definitiva, torno insubsistente o ato publicado no Diário Oficial da União em 24 de março de 2011, Seção I, pág. 75, para conceder a permanência para o Sr. JULIAN REMACHE POTOSI e para sua esposa MARIA REBECA ARIAS CASTANEDA, nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, e observando o princípio da economia processual, Defiro para seus filhos menores ALISON ANAYANI REMACHE ARIAS e HEIDE BRITANY REMACHE ARIAS, com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração, salientando, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo N° 08390.005213/2010-73 - JULIAN REMACHE POTOSI, ALISON ANAYANI REMACHE ARIAS, HEIDE BRITANY REMACHE ARIAS e MARIA REBECA ARIAS CASTANEDA.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória postulado por BAILIANG HUANG, nos autos nº 08353.007810/2009-45, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08353.007810/2009-45 - BAILIANG HUANG.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08505.072828/2010-71 - LIU WENYE.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.013722/2011-05 - JOHN ROBERT SLATER, até 29/07/2013

Processo Nº 08000.013724/2011-96 - DIDIER ANDRE JOSEPH CHAIX, até 29/07/2013

Processo Nº 08000.008150/2011-34 - DENNIS ABANILLA ORNALES, até 30/07/2013

Processo Nº 08000.013062/2011-54 - JANUSZ PIOTR GRABINSKI, até 22/10/2013

Processo Nº 08000.013975/2011-71 - COLIN RICHARD SHANKS, até 07/12/2013

Processo Nº 08000.013983/2011-17 - ROBERT ANTONY CARROLL, até 15/02/2014

Processo Nº 08444.004333/2011-61 - ARAVIND SHIMOGA VENKATANARANAPPA, até 25/08/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.008581/2011-09 - STELIOS PETRIDIS, até 27/07/2012

Processo N° 08000.004958/2011-42 - ILDEFONSO ARMENDARIZ LEACHE, até 01/05/2013

Processo N° 08000.011923/2011-60 - JACOB CAMARGO AGUIRRE, até 28/07/2013

Processo N° 08000.013121/2011-94 - LI ZHANG, até 20/08/2012

Processo N° 08000.013701/2011-81 - MARIO CLARA EDWARD MAERE, até 22/03/2012

Processo N° 08000.014621/2011-43 - RYAN CHRISTOPHER RONQUILLO LOMAT, até 19/09/2013

Processo N° 08000.014402/2011-64 - VICTOR DALIVA DELFIN, até 09/01/2012.

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.

Processo Nº 08000.006597/2011-79 - SANTOSH KUMAR CHAUHAN

Processo Nº 08000.008307/2011-21 - MLADEN PERACIC

Processo Nº 08000.008309/2011-11 - GAUDENCIO CORNEJO FERNANDEZ

Processo Nº 08000.008310/2011-45 - DUBRAVKO GVEROVIC

Processo Nº 08000.008311/2011-90 - RANKO VUKSA

Processo Nº 08000.008312/2011-34 - JOSEPH SUAREZ BANTAWING

Processo Nº 08000.008313/2011-89 - PASKO TRAVIZI

Processo Nº 08240.004861/2011-15 - XIAOFANG WANG

Processo Nº 08260.002292/2011-27 - ELSA SOFIA DOS SANTOS MALHEIRO PEIXOTO BASTOS

Processo Nº 08260.006418/2010-51 - RICARDO HERNANDEZ VALDES

Processo Nº 08295.035217/2010-64 - JUAN CARLOS DANIERI BENITEZ

Processo Nº 08354.001027/2011-82 - XU BOTANG

Processo Nº 08375.002446/2010-11 - CHRISTOPH SIMON

Processo Nº 08390.005292/2010-12 - HUMBERTO SILVANO HERRERA CONTRERAS

Processo Nº 08458.007523/2010-09 - ARTUR SLAWOMIR ROKICKI

Processo Nº 08460.025588/2010-89 - MARCO MARIA BANFI

Processo Nº 08460.053868/2010-87 - HAWA DIAWARA

Processo Nº 08505.006625/2011-77 - RAUL ELISEO ROJAS SALDIVAR

Processo Nº 08505.017296/2011-90 - JOSUE ALEXANDER ALEMAN SIERRA

Processo Nº 08505.016242/2011-15 - LUIS ANDRES MARTINEZ LORENZANA.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
P/Delegação de Competência

## DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

### PORTARIA Nº 263, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 01
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002263/2009-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 02
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002264/2009-77
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 03
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002265/2009-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 04
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002266/2009-66
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 05

Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002267/2009-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 06
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002268/2009-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 07
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002269/2009-08
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 08
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002270/2009-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 09
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002271/2009-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 10
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002272/2009-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 11
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002273/2009-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 12
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002274/2009-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 13
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002275/2009-57
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 14
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002276/2009-00
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 15
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002277/2009-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 16
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002278/2009-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEROES - 3ª TEMPORADA (HEROES - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 17
Título da Série: HEROES
Produtor(es): Tailwind Productions
Diretor(es): Allan Arkush
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Poderes Paranormais
Processo: 08017.002279/2009-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 01
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003102/2008-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 02
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003103/2008-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 03
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003104/2008-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 04
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003105/2008-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 05
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003106/2008-53
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 06
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003107/2008-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA (CSI MIAMI III, Estados Unidos da América - 2004)
Episódio(s): 24
Título da Série: CSI MIAMI III - 3ª TEMPORADA
Produtor(es):
Diretor(es): Ann Donahue/Carol Mendelsohn/Anthony D. Zuiker
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Suicídio e Homicídio
Tema: Investigação
Processo: 08017.003125/2008-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

**PORTARIA Nº 264, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: NICKELODEON DANCE (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: 2K PLAY
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006160/2011-56
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: NICKELODEON DANCE (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: 2K PLAY
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ritmados
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006161/2011-09
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: YOUR SHAPE FITNESS EVOLVED: 2012 (Canadá - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006162/2011-45
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: BEJEWELED TWIST (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: POP CAP GAMES / ELECTRONIC ARTS LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia/Simulação
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006188/2011-93
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: PLANTS VS ZOMBIES (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: POP CAP GAMES / ELECTRONIC ARTS LTDA
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006189/2011-38
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: CARNIVAL ISLAND (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: SONY COMPUTER OF AMERICA
Distribuidor(es): Sony DADC Brasil
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Minigames
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006190/2011-62
Requerente: Sony DADC

Título: MARVEL SUPER HERO SQUAD: COMIC COMBAT (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação/Esporte/Luta
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.006196/2011-30
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: MARVEL SUPER HERO SQUAD: COMIC COMBAT (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação/Esporte/Luta
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.006197/2011-84
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: SPONGEBOB`S SURF & SKATE ROADTRIP (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Gincana/Esporte
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006198/2011-29
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: SPONGEBOB`S SURF & SKATE ROADTRIP (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Gincana/Esporte
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006199/2011-73
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: JAMES BOND: GOLDENEYE 007 RELOADED (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION INC.
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006200/2011-60
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: JAMES BOND: GOLDENEYE 007 RELOADED (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION INC.
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006201/2011-12
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: MARIO KART 7 3D (Japão - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): Gaming do Brasil Com. de Jogos Eletronicos Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006205/2011-92
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: ULTIMATE MARVEL VS CAPCOM 3 (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: CAPCOM
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Luta
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006206/2011-37
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: EA PLAYGROUND (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006218/2011-61
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: F1 2009 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: CODEMASTERS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006223/2011-74
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FAMILY FEST PRESENTS MOVIE GAMES (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006225/2011-63
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FAMILY PARTY: 30 GREAT GAMES OUTDOOR FUN (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006226/2011-16
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FAMILY PARTY: 90 GREAT GAMES PARTY PACK (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006227/2011-52
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FAMILY PARTY: FITNESS FUN (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006228/2011-05
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

**RETIFICAÇÕES**

Na Portaria nº 108 de 20/04/2011, publicada no DOU de 26/04/2011, Seção I, página 51, Processo MJ nº 08017.004195/2011-51 onde se lê: "Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M" leia-se "Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMERCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.".

Na Portaria nº 109 de 25/04/2011, publicada no DOU de 26/04/2011, Seção I, página 51, Processos MJ nºs 08017.004180/2011-92 e 08017.004181/2011-37 onde se lê: "Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M" leia-se "Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMERCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.".

Na Portaria nº 144 de 26/05/2011, publicada no DOU de 30/05/2011, Seção I, página 81, Processo MJ nº 08017.004404/2011-66 onde se lê: "Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M" leia-se "Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMERCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.".

## Ministério da Previdência Social

### GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 580, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nos parágrafos 1º e 2º do art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, com a redação dada pelo Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a antecipar, nos casos de estado de calamidade pública decorrente de desastres naturais reconhecidos por ato do Governo Federal, aos beneficiários domiciliados no Município de Antonina no Estado do Paraná/PR, Agronômica, Aurora, Brusque, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Presidente Getulio, Rio do Oeste, Rio do Sul, Taió no Estado de Santa Catarina/SC e Eldorado no Estado de São Paulo/SP

I - o pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para o primeiro dia útil do cronograma, a partir da competência outubro de 2011 e enquanto perdurar a situação; e

II - mediante opção do beneficiário, o valor correspondente a uma renda mensal do benefício previdenciário ou assistencial a que tem direito, excetuados os casos de benefícios temporários.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se unicamente aos beneficiários domiciliados nos municípios na data de decretação do estado de calamidade pública, ainda que os benefícios sejam mantidos em outros municípios, bem como aos benefícios decorrentes.

§ 2º O valor antecipado na forma do inciso II deverá ser ressarcido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação, mediante desconto da renda do benefício e, dada a natureza da operação, sem qualquer custo ou correção, aplicando-se, no que couber, o inciso II do art. 154 do RPS.

§ 3º Deverá ser adequada a quantidade de parcelas de que trata o § 2º, para aqueles benefícios cuja cessação esteja prevista para ocorrer em data anterior à 36ª parcela, de modo a propiciar a quitação total da antecipação, ainda na vigência dos referidos benefícios.

§ 4º Na hipótese de cessação do benefício antes da quitação total do valor antecipado, deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor devido pelo beneficiário e o crédito a ser recebido, nele incluído, se for o caso, o abono anual.

§ 5º A identificação do beneficiário para fins de opção pela antecipação de que trata o inciso II do caput poderá ser feita pela estrutura da rede bancária, inclusive os correspondentes bancários, responsável pelo pagamento do respectivo benefício.

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
## DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

### PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 336034113 e juntada nº 348350931, resolve:

Nº 530 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e o Itaú Seguros SA, na condição de patrocinador do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 341026612 e juntada nº 348350208, resolve:

Nº 531 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Pró-Imóvel Promotora Ltda, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301781/81, comando nº 343380883 e juntada nº 348364687, resolve:

Nº 532 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a FUSESC - Fundação CODESC de Seguridade Social e a Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema BESC e CODESC, do BADESC e da FUSESC - SIM, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Multifuturo II - CNPB nº 2002.0046-92.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 336033723 e juntada nº 348351179, resolve:

Nº 533 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a CIA Itaú de Capitalização, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 347308323 e juntada nº 348351544, resolve:

Nº 534 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 341026162 e juntada nº 348351317, resolve:

Nº 535 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Itaú Vida e Previdência S.A, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 336033389 e juntada nº 348350994, resolve:

Nº 536 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e o Itaú Seguros SA, na condição de patrocinador do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 336033634 untada nº 348351685, resolve:

Nº 537 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Fináustria Assessoria, Administração, Serviços de Crédito e Participações S.A, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 334761700 e juntada nº 348349922, resolve:

Nº 538 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Megabônus Negócios de Varejo Ltda., condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 341023902 e juntada nº 348350467, resolve:

Nº 539 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e o Itaú Unibanco Holding S.A, na condição de patrocinador do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 341026414 e juntada nº 348349809, resolve:

Nº 540 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Maxfácil Participações S.A, na condição de patrocinador do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 341025754 e juntada nº 348350109, resolve:

Nº 541 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Fina Promoção e Serviços S.A, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301817/79, comando nº 337304990 e juntada nº 348350022, resolve:

Nº 542 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a UBB PREV - Previdência Complementar e a Microinvest S.A Sociedade de Crédito a Microempreendedor, condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001608/04-69, sob o comando nº 346536013 e juntada nº 348349674, resolve:

Nº 543 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão das patrocinadoras Brasil Telecom S.A. (incorporadora da Brasil Telecom Participações S/A) e Internet Group do Brasil S.A. (incorporadora da Freelance S.A.) ao Plano BRTPREV - CNPB nº 2002.0017-74, administrado pela Fundação Atlântico de Seguridade Social - FATL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001608/04-69, sob o comando nº 346536013 e juntada nº 348349674, resolve:

Nº 544 - 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão das patrocinadoras Brasil Telecom S.A. (incorporadora da Brasil Telecom Participações S/A) e Internet Group do Brasil S.A. (incorporadora da Freelance S.A.) ao Plano TCSPREV - CNPB nº 2000.0028-38, administrado pela Fundação Atlântico de Seguridade Social - FATL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001608/04-69, sob o comando nº 346536932 e juntada nº 348352227, resolve:

Nº 545 - Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Internet Group do Brasil S.A. (incorporadora da Freelance S.A.) ao Plano TELEMARPREV - CNPB nº 2000.0065-74, administrado pela Fundação Atlântico de Seguridade Social - FATL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIAS DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.003595/98-81, sob o comando nº 346345716 e juntada nº 348455985, resolve:

Nº 546 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Guarani Prev (atual denominação do Açúcar Guarani S.A.), Andrade Açúcar e Álcool S/A. e Companhia Energética São José, na qualidade de patrocinadoras do Plano de Benefícios de Benefícios Guarani Prev - CNPB nº 2009.0023-18, administrado pela Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000629/1993, sob o comando nº 345694335 e juntada nº 348421421, resolve:

Nº 547 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Telefônica Sistema de Televisão S.A(atual denominação de Lightree Sistema de Televisão S.A.) na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000629/1993, sob o comando nº 345694677 e juntada nº 348420716, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 548 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora DGB Logística S.A. - Distribuição Geográfica do Brasil (atual denominação da Abril Music Ltda.) na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000629/1993, sob o comando nº 345694763 e juntada nº 348420880, resolve:

Nº 549 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora FC Comercial e Distribuidora S.A. (atual denominação da Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora Ltda.) na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000629/1993, sob o comando nº 345694394 e juntada nº 348420596, resolve:

Nº 550 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora DINAP S.A. - Distribuidora Nacional de Publicações (atual denominação da Yellowtree Participações Ltda.) na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000629/1993, sob o comando nº 345694569 e juntada nº 348420013, resolve:

Nº 551 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Abril Comunicações S.A. (incorporadora das patrocinadoras TVA Sistemas de Televisão S.A. e Rede Ajato S.A) na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000629/1993, sob o comando nº 345694254 e juntada nº 348420283, resolve:

Nº 552 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Canais Abril de Televisão Ltda.(atual denominação da Produtora Abril Ltda.) na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301.419/1978, sob o comando nº 346610712 e juntada nº 348187887, resolve:

Nº 553 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da Patrocinadora CAPEMISA - Instituto de Ação Social (nova denominação da CAPEMI- Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente) na qualidade de Patrocinadora do Plano Benefícios FUCAP - CNPB n°1981.0011-74, administrado pelo Fundo de Pensão Capemi - FUCAP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no MPS nº 44000.001606/2007-12, comando nº 347135503 e juntada nº 348459723, resolve:

Nº 554 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o JUSPREV - Fundo de Pensão Multinstituido por Associações do Ministério Publico e da Justiça e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS, CNPB nº 2007.0035-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 302235/1979, sob o comando nº 347271937 e juntada nº 348414053, resolve:

Nº 555 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora ALL América Latina Malha Oeste S.A(nova denominação da Ferrovia Novoeste S.A) na qualidade de patrocinadora do Plano Novoeste - CNPB nº 1996.0049-56, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004344/1993, sob o comando nº 347214301 e juntada nº 348414729, resolve:

Nº 556 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora GE Celma Ltda.(incorporadora da empresa GE Rio Revisão de Motores Aeronáuticos Ltda.) na qualidade de Patrocinadora do Plano de Aposentadoria da GEBSA - PREV - CNPB nº 1993.0034-11, administrado pela GEBSA PREV - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

## DIRETORIA COLEGIADA

### DECISÕES DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11 inciso III do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 38/2011/DICOL/PREVIC

PROCESSO Nº: MPS 44190.000006/2011-23

INTERESSADOS: Curt Hadlich e outros

ENTIDADE: Sociedade de Previdência Complementar - PREVUNISUL

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Curt Hadlich, Aleir Medeiros Martins, Ana Paula Silvia Bertoldo, Felipe de Souza Bez, Flávio Prá, Zulmar Pedro Pereira e Eduardo Burigo de Carvalho, por manterem membros nos órgãos deliberativo, executivo ou fiscal sem o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação, infringido o artigo 35 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, c/c art. 92 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 77ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela improcedência do Auto de Infração nº 07/2011, de 07/04/2011, nos termos do Relatório Final nº 38/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 22/09/2011, aprovado nesta oportunidade.

DECISÃO Nº 39/2011/DICOL/PREVIC

PROCESSO Nº: MPS 44190.000007/2011-78

INTERESSADOS: Bolívar Baldissetotto Moura eoutros

ENTIDADE: Fundação Francisco Martins Bastos - FFMB

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Bolívar Baldisserotto Moura, Carlos Alberto Martins Bastos, Carlos Duarte Caldas, Eduardo Tergolina, Elizabeth Surreaux R. Tellechea, João Pedro Gouvêa Vieira Filho, José Augusto Dutra Nogueira, Leocádio de Almeida Antunes Filho, Marcelo Aragão M. Ferreira, Ricardo Carvalho Maia, Roberto Bastos Tellechea Filho, Sérgio Antônio Linck de Mello Saraiva, Sérgio Luiz Camacho Viscardi e Walter Pastorello, por utilizarem no cálculo das reservas matemáticas, fundos e provisões, bem como na estruturação do plano de custeio, métodos de financiamento, regime financeiro e bases técnicas que não guardem relação com as características da massa de participantes e de assistidos e da atividade desenvolvida pelo patrocinador ou pelo instituidor, ou em desacordo com as normas emanadas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e da Secretaria de Previdência Complementar, infringido o § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, c/c art. 73 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003; e os itens 2 e 2.4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 77ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela improcedência do Auto de Infração nº 08/2011, de 18/04/2011, nos termos do Relatório Final nº 36/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 22/09/2011, aprovado nesta oportunidade.

DECISÃO Nº 40/2011/DICOL/PREVIC

PROCESSO Nº: MPS 44190.000008/2011-12

INTERESSADOS: Bolívar Baldisserotto Moura eoutros

ENTIDADE: Fundação Francisco Martins Bastos - FFMB

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Bolívar Baldisserotto Moura, Carlos Alberto Martins Bastos, Carlos Duarte Caldas, Eduardo Tergolina, Elizabeth Sureaux R. Tellechea, João Pedro Gouvêa Vieira Filho, José Augusto Dutra Nogueira, Leocadio de Almeida Antunes Filho, Marcelo Aragão M. Ferreira, Ricardo Carvalho Maia, Roberto Bastos Tellechea Filho, Sérgio Antônio Link de Mello Saraiva, Sérgio Luiz Camacho Viscardi e Walter Pastorello, por utilizarem de forma diversa da prevista na legislação o resultado superavitário do exercício ou deixarem de constituir as reservas de contingência e a reserva especial para revisão do plano de benefícios, bem como, por não realizarem a revisão obrigatória do plano de benefícios, infringido o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, c/c art. 76 do Decreto nº 4.942/2003, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 77ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela procedência do Auto de Infração nº 09/2011, de 20/04/2011, com aplicação da pena de multa pecuniária no valor de R$ 18.996,77, (dezoito mil, novecentos e noventa e seis reais, e setenta e sete centavos), atualizada pela Portaria MPS/PREVIC nº 970, de 21/12/2010, nos termos do Relatório Final nº 37/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 22/09/2011, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

# Ministério da Saúde

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
## DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
## NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

### DECISÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 42, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33903.016078/2009-78 | UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MEDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Deix. de gar. as cobs prevs. no art. 12, I, alínea "b" da Lei 9656/98, e sua regulamentação p/ planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais ou adotivos prev. nos seus incs. II e IV, c/c art. 25 da mesma Lei, ao deix. de cumprir as obrigações prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**DECISÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

A Chefe do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 42, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.029435/2000-30 | SANTA LUZIA ASSISTENCIA MEDICA | 358509. | 36.751.634/0001-23 | Exercer atividade de oper. de plano de saúde sem prévio registro na ANS (art. 19 da Lei 9656/98) | Anulação do AI n° 1010. Arquivamento. |
| 33903.004305/2009-12 | UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO | 342084. | 03.533.726/0001-88 | Deix. de gar. as cobs. Obrigats. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656) | 64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS) |

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

## NÚCLEO EM MINAS GERAIS

**DECISÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 25779.017222/2010-71 | VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA | 411213. | 03.694.039/0001-44 | Deix. gar. em 13.11.10 cob. internação p/ realização sessões de radioterapia, benef. W.M.B.A. (Art.12, II da Lei 9.656) | Arquivamento.Anulação auto 34596 |
| 25779.007717/2011-73 | SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF | 312304. | 33.909.540/0001-41 | Deix. gar. Cob. a J.A.D.M., Plansfer - plano 4 - Especial QP, p/ realização consulta c/ cardiologista, em 22.02.11, em descumprimento cl. 5.1, alínea a, do contrato. (Art.25 da Lei 9.656) | 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS) |
| 25779.000427/2011-07 | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL | 346659. | 33.719.485/0001-27 | Negar em 30.08.10, benef. A.F.D.O., material kit instrumental p/ fixador externo LRS ADV Orthofix, c/ cob. prev. art. 18, VIII, das condições gerais do contrato . (Art.25 da Lei 9.656) | 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS) |
| 25779.010487/2010-49 | PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL | 379697. | 02.929.110/0001-68 | Deix. de cumprir, em 05/10, obrigações prev. item 4, subitem 4.3.1, do contrato firmado c/ benef. J.C.D.A., ao negar cob. consultas espec. ginecologia e ortopedia. (Art.25 da Lei 9.656) | 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 25779.008934/2010-08 | COOPTASIM-ES - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS TECNICOS NA ADMINISTRACAO DE SERV EVANGELICOS DO EST DO ESPIRITO SANTO | 310581. | 02.146.566/0001-51 | Deix. de gar. atend. de emergência, à benef. M.D.G.D.J.S., em 02/06/10 às 01:41 horas, conforme boletim de atend. SUS. (Art.35-C da Lei 9.656) | 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS) |
| 25779.000993/2010-20 | UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO | 343889. | 16.513.178/0001-76 | Impedir, em 01/10, a Sra. J.A.D.S. a aderir ao contrato coletivo firmado entre CRO/MG E UNIMED BH. (Art.14 da Lei 9.656) | 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) |
| 25779.008122/2010-54 | CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA. | 363766. | 31.488.208/0001-25 | Cobrar co-participação acima do estabelecido art. 7º, IX, do contrato do Sr. F.B.M., ref. Atends. realizados em 05/05/10 e 17/05/10, nos boletos c/ venc. em 10/06/10 e 10/07/10. (Art.25 da Lei 9.656) | 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS) |

EUNICE MOURA DALLE

## NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

**DECISÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Nº do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 25772.004334/2010-22 | AMIL SAÚDE S.A. | 302872. | 43.358.647/0001-00 | Atrasar por prazo não superior a 30 dias, ou encaminhar de forma incorreta, as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes, conforme estabelece o art. 20 da Lei 9656/98 e sua regulamentaçã (Art.20, caput, da Lei 9565) | Improcedência. Anulação do auto nº 35630 e arquivamento do sancionador após publicação em D.O.U. |

LUIZ PAULO FAGGIONI

## NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Nº do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.118806/2010-29 | DIX ASSISTENCIA MEDICA LTDA | 362921. | 01.734.531/0001-70 | Deix. de gar. cob. obrig. (Art.11, parág único, c/c Art.12, IIda Lei 9.656/98, c/c Art.6º, § 2º da RN 162/2007) | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.180608/2009-41 | POLICLÍNICA GRAMACHO LTDA - EPP | 408581. | 00.458.066/0001-20 | Comercializar produto sem o devido registro na ANS. (Art.9º, II da Lei 9.656). | 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) |
| 33902.176385/2010-51 | AMICO SAÚDE LTDA | 306622. | 51.722.957/0001-82 | Recusar a participação de consumidores, em planos de assist. à saúde, em razão da idade, doença ou lesão preexistente. (Art.14 da Lei 9.656/98). | 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) |
| 33902.034107/2011-16 | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL | 346659. | 33.719.485/0001-27 | Aplicar reaj. em desacordo c/ o contratualmente previsto. (Art.25 da Lei 9.656). | 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) |
| 33902.338695/2010-75 | SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF | 312304. | 33.909.540/0001-41 | Deix. de gar. cob. obrig. por Lei. (Art.12, II da Lei 9.656). | 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS) |
| 33902.085913/2011-44 | GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA | 403911. | 01.518.211/0001-83 | Aplicar reaj. por mudança de faixa etária me desacordo c/ ato administrativo exarado pela SUSEP. (Art.25 da Lei 9.656). | 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) |
| 33902.095119/2010-28 | SAMOC S.A. - SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRURGICA | 343676. | 33.721.226/0001-30 | Deix. de gar. as cobs obrigs. prevs. (Art.12, II, "c", da Lei 9.656/98) | 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS) |
| 33902.288414/2010-26 | UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO | 393321. | 42.163.881/0001-01 | Deix. de gar. cob. obrig. pelo contrato. (Art.25 da Lei 9.656). | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.090359/2010-36 | CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL | 339679. | 02.812.468/0001-06 | Deix. de comunicar à ANS reaj. aplicado ao contrato.(Art.20, caput, da Lei 9565 c/c Art. 13 RN 171/08). | ADVERTÊNCIA |
| 33902.134348/2010-75 | AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. | 326305. | 29.309.127/0001-79 | Deix. de comunicar reaj. por variação anula de custos e aplicar reaj. à mensalidade de benef. c/ mais de 60 anos e mais de 10 anos de plano. (Art.20 da Lei 9.656 C/C Art. 13 da RN 171/08 e Art.15 § únicoda Lei 9656/98). | 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) |
| 33902.318439/2010-61 | PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS | 366871. | 33.000.167/0001-01 | Deix. de cumprir as obrigações prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98). | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.214613/2010-06 | UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO | 393321. | 42.163.881/0001-01 | Deix. de gar. as cobs obrigatórias prevs. (Art.12, I da Lei 9.656/98). | Anulação do AI 39.962 / Arquivamento |
| 33902.367406/2010-45 | AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. | 326305. | 29.309.127/0001-79 | Impedir que o benef. exercesse a portabilidade de carências (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c Art. 3º da RN 186/09). | Anulação do AI 47.142 / Arquivamento |
| 33902.219092/2010-75 | SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE | 006246. | 01.685.053/0001-56 | Deix. de gar. cob. contratualmente prev. (Art.25 da Lei 9.656) | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.134935/2010-64 | GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA | 309222. | 31.925.548/0001-76 | Aplicar reaj. em desconformidade c/ o contratualmente previsto. (Art.25 da Lei 9.656). | 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) |
| 33902.163590/2006-70 | ASFEM - Associação dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais. | - | 05.943.762/0001-45 | Comercializar plano de assist. à saúde sem estar registrada na ANS como Operadora. (Art.8º da Lei 9.656 c/c Art. 2º da RN 85/04, alterada pela RN 100/05) | 900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS) |
| 33902.131027/2010-19 | GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA | 403911. | 01.518.211/0001-83 | Suspender a assist. à saúde ao consumidor, face a doenças ou lesões pre-existentes. (Art.11, parág. único, c/c Art.12, I, da Lei 9.656/98, c/c Art.16, § 3º da RN 162/07) | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.040407/2010-45 | GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA | 403911. | 01.518.211/0001-83 | Deix. de cumprir as obrigações prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98) | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

## DIRETORIA COLEGIADA

### DECISÃO DE 11 DE ABRIL DE 2011(*)

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2331, de 4 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.178922/2004-59

Operadora: UNIMED PAULISTANA Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 301337

Auto de Infração n.º 15540 de 27/10/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a penalidade pecuniária fixada para o montante de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), nos termos do inciso I e parágrafo único do art. 7º da RDC n° 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 73, de 15-4-2011, Seção 1, pág. 56, com incorreção no original.

### DECISÕES DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027624/2006-63

Operadora: Biovip Planos de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 402354

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027628/2006-41

Operadora: Brasilcenter Comunicações Ltda

Registro na ANS nº: 402265

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027644/2006-34

Operadora:Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da CELG

Registro na ANS nº:361461

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 2979469460.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100593/2010-89

Operadora: Cooperativa de Trabalho Médico Região do Planalto Serrano

Registro na ANS nº: 318213

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 4106106379133 (competência 06/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100723/2010-83

Operadora: Instituto Português Brasileiro de Assistência

Registro na ANS nº: 408531

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, por ter ocorrido a perda do objetivo em razão do pagamento do débito, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.232108/2002-25

Operadora:Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga

Registro na ANS nº: 312762

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100897/2010-46

Operadora: Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei

Registro na ANS nº: 408522

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311915/2010-13

Operadora:Unimed Alfenas Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 354996

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177605/2010-63

Operadora: Unimed Além Paraíba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 313955

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3306106268520 (competência 09/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028356/2006-05

Operadora: Unimed Aquidauana Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 319597

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156717/2005-13

Operadora: Unimed Caratinga Cooperativa de Trabalho Médico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro na ANS nº: 347736

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 269965727213 (competência 08/2003).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.216216/2005-01

Operadora:Unimed de Juiz de Fora Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 306886

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156809/2005-01

Operadora: Unimed de Tupa Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 365530

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028607/2006-43

Operadora: Unimed João Monlevade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 352314

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312250/2010-65

Operadora:Unimed Santa Maria Soc Coop de Serviços Médicos Ltda

Registro na ANS nº: 319708

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312279/2010-47

Operadora: Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 359289

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.282887/2010-10

Operadora: Ômega Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 358126

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

**DECISÕES DE 19 DE SETEMBRO DE 2011**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156647/2007-65

Operadora: AMA Assistência Médica Ltda

Registro na ANS nº: 357448

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027540/2006-20

Operadora: Amil Assistência Médica Internacional Ltda

Registro na ANS nº: 326305

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.310877/2010-81

Operadora: Ampara Assistência Médica Paraíso Ltda

Registro na ANS nº: 325465

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027575/2006-69

Operadora: Associação de Saúde dos Policiais e Bombeiros Militares do Espírito Santo

Registro na ANS nº: 357910

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046668/2008-54

Operadora:C.A.M. Operadora de Planos de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 406589

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3306101804907 (competência 03/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027633/2006-54

Operadora: Caixa Assistencial e Beneficente dos Funcionários da ACARESC

Registro na ANS nº: 327557

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.349823/2010-14

Operadora: Caixa de Assistência a Saúde da Universidade

Registro na ANS nº:330027

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.155878/2005-90

Operadora:Caixa de Assistência da Previminas

Registro na ANS nº: 411817

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso de 3ª instância, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100532/2010-11

Operadora: Camboriú Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 360147

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027674/2006-41

Operadora:Casa de Saúde e Mat Nossa Senhora das Graças Ltda

Registro na ANS nº: 309401

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046690/2008-02

Operadora: Centro Clínico Gaúcho Ltda

Registro na ANS nº: 392804

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311347/2010-51

Operadora: Cooperativa dos Usuários de Serviços de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 406805

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 4306108858172.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027846/2006-86

Operadora:FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG Assistência Saúde

Registro na ANS nº: 315567

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027847/2006-21

Operadora: Fundo de Assistência à Saúde dos Funcionários do BEC

Registro na ANS nº:414689

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100707/2010-91

Operadora: Hospital de Prontoclinica Ltda

Registro na ANS nº: 341941

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 4306103693100 (competência 06/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027940/2006-35

Operadora:Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba

Registro na ANS nº:334651

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156315/2005-19

Operadora: Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros

Registro na ANS nº: 363685

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 2ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100823/2010-18

Operadora: Organização Médica Clinihauer Ltda

Registro na ANS nº: 325341

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

Em 19 de setembro de 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177434/2010-72

Operadora: PLAMER - Plano Médico de Resende Ltda

Registro na ANS nº: 324299

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028120/2006-61

Operadora: Promed Assistência Médica Ltda

Registro na ANS nº: 348805

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028148/2006-06

Operadora: Royal Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 319546

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177500/2010-12

Operadora:Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte

Registro na ANS nº: 325252

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311777/2010-72

Operadora: Santa Casa de Misericórdia de Itabuna

Registro na ANS nº: 372404

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028298/2006-10

Operadora: Sociedade de Beneficência e Filantropia São Cristovão

Registro na ANS nº: 314218

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157552/2007-69

Operadora: Unimed Agreste Meridional Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 312649

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 2ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3084051652 (competência 10/2005).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.283101/2010-81

Operadora: Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 304158

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311957/2010-54

Operadora: Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro na ANS nº: 335690

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101051/2010-23

Operadora: Unimed Centro Sul - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 310964

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028392/2006-61

Operadora:Unimed Curvelo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 330108

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028484/2006-41

Operadora: Unimed de Jaboticabal Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 329886

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312198/2010-47

Operadora: Unimed de Palmas Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 309907

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.283195/2010-99

Operadora: Unimed de Paranavaí Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 320862

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157692/2007-37

Operadora:Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 306126

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pela anulação do voto nº 120/2011/DIGES/ANS, pelo conhecimento e não provimento do recurso das AIHS listadas no despacho nº 987/2011/DIGES/ANS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para retornar a cobrança para o valor original das AIHS nº 2947679130 (competência 11/2005) e 2949220175 (competência 11/2005), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101139/2010-45

Operadora: Unimed de Tupa Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 365530

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101147/2010-91

Operadora: Unimed do Estado de Santa Catarina Fed Est das Coop Méd

Registro na ANS nº: 355691

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312147/2010-15

Operadora:Unimed Grande Florianópolis Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 360449

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028555/2006-13

Operadora:Unimed Grande Florianópolis Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 360449

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101174/2010-64

Operadora:Unimed Itabuna Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 357065

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028638/2006-02

Operadora:Unimed Marques de Valença Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 311087

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.054635/2005-35

Operadora:Unimed Piraqueaçu Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 385751

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028805/2006-15

Operadora:Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro

Registro na ANS nº: 393321

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028725/2006-51

Operadora: Unimed Salvador Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 301311

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101301/2010-25

Operadora:Unimed São Gonçalo - Niterói - Soc Coop Serv Med e Hosp Ltda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Registro na ANS nº: 343731
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028732/2006-53
Operadora: Unimed São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 370088
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157854/2007-37
Operadora:Unimed Três Pontas Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº:364070
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.283366/2010-80
Operadora: Unimed Uruguaiana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 328596
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, por ter havido perda do objetivo do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 307ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.028842/2006-15
Operadora: Vonpar Refrescos S/A
Registro na ANS nº: 386871
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

**DECISÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3432, de 22 de julho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.194664/2005-39
Operadora: Amil Assistência Médica Internacional
Registro ANS: 326305
Auto de Infração n.º 17654 de 3/8/2005
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) por infração ao inciso II, alínea "a" do artigo 12 da Lei 9656/98 c/c inciso IV e parágrafo único do artigo 7º da RDC n. º 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

**DECISÕES DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3511, de 08 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902. 133910/2005-86
Operadora: Unimed Dracena Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 314781
Beneficiário: E.R.P
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e provimento do recurso do beneficiário, reformando a decisão da DIPRO em primeira instância, sendo considerado improcedente o pedido de doença ou lesão preexistente pela operadora.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3523, de 09 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902. 045575/2005-60
Operadora: Unimed Curitiba Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 304701
Beneficiário: P.ºF.S/E.C.F.S
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela operadora, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que considerou improcedente a alegação de doença ou lesão preexistente pela operadora.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**ARESTO Nº 256, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 09/08/2011.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO
Diretora-Presidente
Substituta

ANEXO

1.
Empresa: COR BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Produto: ZIQUINHA LINHA INFANTIL SHAMPOO DE CALÊNDULA
Processo nº: 25351.371845/2005-41
Expediente nº: 275054/11-6
Assunto: Indeferimento de Petição de Revalidação de Registro
Parecer: 70/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
2.
Empresa: LABORATÓRIO GROSS S.A
Produto: PERIOXIDIN ENXAGUATÓRIO BUCAL
Processo nº: 25351.084125/2005-48
Expediente nº: 246685/11-6
Assunto: Indeferimento de Petição de Revalidação de Registro
Parecer: 74/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
3.
Empresa: CICLO FARMA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - EPP
Produto: CICLO GEL 70
Processo nº: 25351.044051/2011-57
Expediente nº: 277553/11-1
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 76/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
4.
Empresa: VALMARI-LABORATORIOS DERMOCOSMETICOS LTDA
Produto: VALMARI ACNE CONTROL GEL HIDRATANTE FPS 30
Processo nº: 25351.022734/2011-88
Expediente nº: 200470/11-4
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 77/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
5.
Empresa: NATIVE INDÚSTRIA FARMACEUTICA LTDA
Produto: DR. NICOCARE TOOTHPASTE
Processo nº: 25351.807225/2010-52
Expediente nº: 140925/11-5
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 79/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
6.
Empresa: INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANTA THEREZA LTDA
Produto: CREME PARA PENTEAR LORYS KIDS PURPLE SHAKE
Processo nº: 25351.110050/2006-49
Expediente nº: 258312/11-7
Assunto: Indeferimento de Petição de Revalidação de Registro
Parecer: 82/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
7.
Empresa: BUTTERFLY INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA
Produto: LOCAO BUTTERFLY RESTAURADORA DE CABELOS BRANCOS
Processo nº: 25351.009258/00-41
Expediente nº: 382156/11-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Revalidação de Registro
Parecer: 86/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
8.
Empresa: MASTER FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E COSMÉTICOS LTDA
Produto: SABONETE INTIMO MENTA BELTÁ
Processo nº: 25351.737056/2010-11
Expediente nº: 405585/11-3
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 90/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
9.
Empresa: CIGEL INDUSTRIAL LTDA
Produto: SABONETE ASEPLYNE COM CLOREXIDINA
Processo nº: 25351.097628/2011-01
Expediente nº: 312581/11-5
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 93/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
10.
Empresa: BIOCAP INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
Produto: HIDRAMAIS LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE NATURAL - ÓLEO NATURAL DE CITRONELA
Processo nº: 25351.746817/2010-26
Expediente nº: 345347/11-2
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 94/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
11.
Empresa: RISHON PERFUMES E COSMETICOS DO BRASIL LTDA
Produto: ALISANTE PROFISSIONAL COM TIOGLICOLATO DE AMONIA - IMAGEM COSMETIC
Processo nº: 25351.707549/2010-43
Expediente nº: 262943/11-7
Assunto: Indeferimento de solicitação de registro
Parecer: 96/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
12.
Empresa: DEVINTEX COSMÉTICOS LTDA
Produto: PROFESSIONAL SALON LINE FORTIFYING RELAXER SUPER
Processo nº: 25351.010258/2005-88
Expediente nº: 262794/11-9
Assunto: Indeferimento de Petição de Revalidação de Registro
Parecer: 97/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO
13.
Empresa: NEVER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
Produto: ANALÉA ATIVADOR GUANIDINA
Processo nº: 25351.055086/2011-35
Expediente nº: 428930/11-7
Assunto: Indeferimento de solicitação de Registro
Parecer: 98/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## DIRETORIA COLEGIADA

### DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE
Em 26 de setembro de 2011

N° 91 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 15 da Lei n. 9782, de 26 de janeiro de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso VI e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 31 de agosto de 2011, resolve arquivar temporariamente o processo de regulamentação referente ao tema n. 21 da Agenda Regulatória 2011.

MARIA CECILIA MARTINS BRITO
Substituta

### RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N° 4114, de 13 de setembro de 2011 publicada no Diário Oficial da União n° 177, de 13 de setembro de 2011, Seção 1 e pág. 56,

onde se lê: "estabelecida à Rua Prof. Agnelo Morato Júnior, nº 2169, Santa Cruz - São Paulo/SP, CEP: 14.403-461",

leia-se: "estabelecida à Rua Prof. Agnelo Morato Júnior, nº 2169, Santa Cruz - Franca/SP, CEP: 14.403-461".

Na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39 de 2 de setembro de 2011, publicado em DOU n.º 172 de 6 de setembro de 2011, Seção 1, Pág. 35.

Onde se lê:

"..., em reunião realizada em 31 de setembro de 2011,..."

Leia-se

"..., em reunião realizada em 31 de agosto de 2011,..."

## GERÊNCIA GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 26 de setembro de 2011

A Gerencia-Geral da de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 08, de 01 de agosto de 2011, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25351.123732/2005-31 - AIS:146854/05-5 ( 566/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 25.000,00 ( Vinte e cinco mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

25351.124092/2005-86 - AIS:147282/05-8 ( 627/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 ( Cinquenta e seis mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

AD OCEANUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

25351.247440/2005-92 - AIS:293252/05-1 ( 1106/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 ( Dez mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.

25351.450536/2005-36 - AIS:541403/05-2 (1272/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 ( Cinquenta e seis mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

BUNKER INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA

25351.274596/2004-65 - AIS:391099/04-7 (1042/2004) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 49.000,00 ( Quarenta e nove mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA

25351.293886/2004-16 - AIS:413597/04-1 (497/2004) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 ( Cinquenta e seis mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

DBS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25351.866047/2008-22 - AIS:447463/08-5 ( 643/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

FARMAIS FRANCHISING S/A

25351.530370/2008-83 - AIS:691948/08-1 ( 403/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 212.000,00 ( Duzentos e doze mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

FARMOGRAL FARMACIA DE MANIPULAÇÕES LTDA

25351.516864/2008-55 - AIS:674939/08-9 (391/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA

25351.450329/2005-81 - AIS:541147/05-5 ( 1259/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 49.000,00 ( Quarenta e nove mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

MANTECORP INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

25351.084291/2005-44 - AIS:099888/05-5 (189/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 ( Cinquenta e seis mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

MERCK S/A

25351.440721/2008-65 - AIS:581722/08-6 (346/2008)- GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 107.000,00 ( Cento e sete mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

NEGRÃO & MUNHOZ LTDA - ME

25351.291447/2005-41 - AIS:345089/05-9 (1197/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 ( Vinte mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

NOBILE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO LTDA

25351.087574/2007-18 - AIS:112018/07-2 (049/2007) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 ( Sete mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

RÁDIO CULTURA PEDERNEIRAS LTDA

25351.516966/2008-71 - AIS:675059/08-1 (402/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 27.000,00 ( Vinte e sete mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

SORIAK COMÉRCIO E PROMOÕES S/A

25351.410730/2005-89 - AIS:491124/05-5 ( 1528/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 35.000,00 ( Trinta e cinco mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

STEVIAFARMA INDUSTRIAL S/A

25351.289704/2004-02 - AIS:408765/04-8 (522/2004) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 ( Cento e sessenta mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

TAPAJÓS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA

25351.138670/2005-61 - AIS:164200/05-6 ( 341/2005)- GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

TKS FARMACÊUTICA LTDA

25351.214397/2005-89 - AIS:254021/05-5 (807/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 35.000,00 ( Trinta e cinco mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

UNITED MAGAZINES EDITORA LTDA

25351.410869/2005-22 - AIS:491314/05-1 (1532/2005) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 ( Quinze mil reais ), além de Proibição de Propaganda,

ADELIA HIRSCH
Por delegação de competência

## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E CONTROLE DE INSUMOS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS

### DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 6 de setembro de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

EMPRESA: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA

25351.202234/2010-52 - AIS:034/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: BBP INDUSTRIA DE CONSUMO LTDA

25351.495580/2010-11 - AIS:242/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: BIOCARB INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.

25351.257827/2010-02 - AIS:078/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 ( Quinze mil reais )

EMPRESA: ENERGISA LATEX LTDA

25351.217086/2010-41 - AIS:098/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 ( Dez mil reais )

EMPRESA: GERBRAS QUIMICA FARMACEUTICA LTDA

25351.074095/2010-42 - AIS:019/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 ( Sessenta mil reais )

EMPRESA: GOLD HAIR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMÉSTICOS LTDA ME

25351.312878/2010-31 - AIS:124/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 ( Dez mil reais )

EMPRESA: JCF QUIMICA DO BRASIL LTDA

25351.363021/2010-39 - AIS:143/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

EMPRESA: LABORATÓRIO GLOBO LTDA

25351.565402/2010-22 - AIS:326/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 ( Sessenta mil reais )

EMPRESA: MANANCIAL-PHARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME

25351.108117/2010-19 - AIS:043/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

EMPRESA: Neutrolab Brasil Indústria e Comércio Ltda

25351.692506/2010-01 - AIS:420/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 ( Cem mil reais )

EMPRESA: phytolab industria farmaceutica ltda

25351.498990/2010-72 - AIS:244/210 - GGIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 ( Dez mil reais )

EMPRESA: RAYERVAS BABA DE QUIABO COSMETICOS LTDA

25351.791201/2010-11 - AIS:513/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 ( Cinco mil reais )

EMPRESA: WM WORLD MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

25351.796566/2010-97 - AIS:515/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 ( Cinquenta mil reais )

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

EMPRESA: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA

25351.036998/2011-88 - AIS:518/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 110.000,00 ( Cento e dez mil reais )

EMPRESA: BIOFARMA FARMACÊUTICA LTDA

25351.116883/2010-86 - AIS:071/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 ( Vinte mil reais )

EMPRESA: EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA

25351.531839/2010-31 - AIS:270/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 300.000,00 ( Trezentos mil reais )

EMPRESA: Eversil Produtos Farmacêuticos Indústria e Comércio Ltda.

25351.067316/2010-62 - AIS:016/2010 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 650.000,00 ( Seiscentos e cinquenta mil reais )

EMPRESA: HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25351.058174/2011-46 - AIS:049/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 ( Quarenta mil reais )

EMPRESA: INDALABOR INDAIÁ LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA

25351.085266/2011-65 - AIS:077/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA: Izabel Cristina Faidiga ME

25351.180809/2011-75 - AIS:140/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 ( Vinte mil reais )

EMPRESA: PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

25351.184363/2011-78 - AIS:155/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 ( Trinta mil reais )

EMPRESA: PHITOTERAPHIA BIOFITOGENIA LABORATORIAL BIOTA LTDA

25351.072601/2011-65 - AIS:058/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 ( Oitenta mil reais )

EMPRESA: PHITOTERAPHIA BIOFITOGENIA LABORATORIAL BIOTA LTDA

25351.084031/2011-58 - AIS:061/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 ( Cem mil reais )

EMPRESA: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA

25351.182947/2011-00 - AIS:154/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 ( Sessenta mil reais )

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMPRESA: PROMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

25351.072115/2011-41 - AIS:057/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 ( Cinquenta mil reais )

EMPRESA: RIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

25351.089685/2011-13 - AIS:079/2011 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 ( Dez mil reais )

LUIZ ROBERTO DA SILVA KLASSMANN
Interino

Em 8 de setembro de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 1, de 09 de setembro de 2009, vem tornar públicas a Decisão Administrativa referente ao processo abaixo relacionado:

PROJOHN QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25351.052381/2010-63 - AIS: 250/2009 - GFIMP/GGIMP

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

SERV - SAN SANEAMENTO TÉCNICO E COMÉRCIO LTDA

25351.110277/2004-22 - AIS: 145/2005 - GFIMP/GGIMP

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 25.000,00 ( Vinte e Cinco mil reais )

LUIS BERNARDO D. BIEBER
Por delegação de competência

## GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

### DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 22 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

BAYER S.A.

25759.419026/2006-90 - AIS:560622/06-5(476/06)-(25759.419059/2006-30- 25759.419088/2006-00 -apenso) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 ( trinta e seis mil reais)

IVOCLAR VIVADENT LTDA.

25759.576501/2007-13 - AIS:719691/07-1(791/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( oito mil reais )

KTK INDUSTRIA, IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

25759.471383/2006-69 - AIS:630367/06-6(688/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA

25759.409905/2007-94 - AIS:529122/07-4(714/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

LABORATORIOS PFIZER LTDA.

25759.185790/2007-37 - AIS:235969/07-3(399/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

ORTHOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

25759.142186/2007-16 - AIS:180565/07-7(250/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

SARSTEDT LTDA

25759.577120/2007-43 - AIS:720438/07-8(980/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25759.480389/2007-16 - AIS:611421/07-1(807/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

SOLCAMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25767.279126/2008-30 - AIS:353362/08-0(103/05) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )

STA SERVICOS AUXILIARES DE TRASNPORTE AEREO S/A

25759.011582/2007-01 - AIS:014487/07-8(001/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

STRYKER DO BRASIL LTDA

25759.041161/2008-87 - AIS:051881/08-6(1071/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

TAKASAGO FRAGRANCIAS E AROMAS LTDA.

25759.169954/2008-60 - AIS:215581/08-8 (040/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( oito mil reais )

TAM LINHAS AEREAS S/A.

25759.528887/2007-49 - AIS:663916/07-0(465/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( vinte e quatro mil reais )

TEVA FARMACÊUTICA LTDA.

25759.602524/2007-82 - AIS:751274/07-1(1016/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A

25759.541642/2007-15 - AIS:678457/07-7(926/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A

25759.183240/2007-83 - AIS:232494/07-6(378/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA

25767.596472/2008-80 - AIS:772487/08-0 - (084/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( Vinte e quatro mil reais )

AMERICAN AIRLINES INC

25759.294751/2006-49 - AIS:391970/06-6 - (349/06)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

APOTEX DO BRASIL LTDA

25759.054038/2003-11 - AIS:198506/03-0 - (073/03)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 72.000,00 ( Setenta e dois mil reais )

BRA - TRANSPORTE AÉREOS LTDA

25759.381482/2007-31 - AIS:492125/07-9 - (675/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

BRANDOLIS FARMACÊUTICA LTDA.

25759.469476/2007-12 - AIS:598842/07-0 - (123/06)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

CATALENT BRASIL LTDA

25759.428395/2006-73 - AIS:573078/06-3 - (539/06)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )

CENTRO AUDITIVO WIDEX BRASITOM LTDA

25759.143989/2008-79 - AIS:183486/08-0 - (443/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

CENTRO AUDITIVO WIDEX BRASITOM LTDA

25759.107031/2007-33 - AIS:136560/07-6 - (188/07), Apenso processo de nº 25759.107044/2007-11 -GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

HANDLE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

25759.394728/2007-34 - AIS:509728/07-2 - (102/06)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )

HITACHI SISTEMAS MEDICOS DO BRASIL LTDA

25759.394657/2007-70 - AIS:509637/07-5 - 096/06)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

IVOCLAR VIVADENT LTDA.

25759.244938/2006-00 - AIS:326687/06-7 - (296/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.256231/2007-19 - AIS:328144/07-2 - (172/04)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( Vinte e quatro mil reais )

KENDLE BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS CLÍNICAS LTDA.

25759.147783/2008-18 - AIS:188268/08-6 - (716/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

LACSA LINEAS AEREAS COSTARRICENCES S/A

25759.591936/2007-80 - AIS:738585/07-4 -(983/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )

LACSA LINEAS AEREAS COSTARRICENCES S/A

25759.182987/2007-14 - AIS:232174/07-2 -(339/07)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )

NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A

25759.106883/2007-11 - AIS:136358/07-1 - (186/07)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 ( Dezesseis mil reais )

PURIFARMA DISTRIBUIDORA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA

25759.044106/2003-34 - AIS:163464/03-0 - (227/02)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência, além de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais ).

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25759.166681/2008-00 - AIS:211448/08-8 - (054/08)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25759.466527/2006-65 - AIS:623873/06-4 - (565/06)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00(Trinta e seis mil reais)

Em 23 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AMA ASSISTENCIA MEDICA LTDA.

25759.512377/2007-50 - AIS:644950/07-6(853/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

25759.510443/2007-57 - AIS:642672/07-7(855/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

BL INDÚSTRIA OTICA LTDA

25751.636731/2008-91 - AIS:820835/08-2(018/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( quatro mil reais )

BL INDÚSTRIA OTICA LTDA

25751.636798/2008-26 - AIS:820915/08-4(019/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( quatro mil reais )

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.

25759.514722/2006-17 - AIS:689630/06-8(768/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 ( dezesseis mil reais )

EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA

25759.545661/2007-11 - AIS:683153/07-2(940/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( quatro mil reais )

ELI LILLY DO BRASIL LTDA

25759.273935/2007-56 - AIS:351833/07-7(532/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )

EMBRAFARMA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

25759.005701/2008-69 - AIS:007276/08-1(1107/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

25759.250256/2007-17 - AIS:320282/07-8(499/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( vinte e quatro mil reais )

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IMAGEM PRODUTOS RADIOLÓGICOS LTDA.
25759.665346/2008-81 - AIS:856915/08-1(124/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.207206/2008-92 - AIS:262332/08-3(065/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
LATICIONIOS TIROLEZ LTDA
25759.495659/2007-85 - AIS:628725/07-5(834/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
MASE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA
25759.644507/2007-12 - AIS:801289/07-0(1092/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( oito mil reais )
MELORA DO BRASIL PRODUTOS DERMATOLÓGICOS S/A
25759.658917/2007-41 - AIS:818704/07-5(1091/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES LTDA.
25759.665068/2008-62 - AIS:856528/08-7(096/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 ( dezoito mil reais )
SATA SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO S/A
25759.521532/2007-29 - AIS:655482/07-2(857/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
25759.533311/2007-01 - AIS:669067/07-0(846/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.331296/2007-51 - AIS:428124/07-1 (613/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.302352/2007-40 - AIS:389864/07-4 (553/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
ASSEIO SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.
25759.074366/2007-68 - AIS:095138/07-2 (04/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA
25759.341772/2007-41 - AIS:441718/07-6 (621/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.
25759.134404/2008-20 - AIS:171270/08-5 (110/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
DOHLER AMERICA LATINA LTDA
25759.394245/2007-30 - AIS:509086/07-5 (94/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )
ELI LILLY DO BRASIL LTDA
25759.421186/2007-80 - AIS:543887/07-0 (725/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
EMS S/A
25759.419388/2006-81 - AIS:561119/06-9 (538/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
FINANCIAL CONSTRUTORA INDUSTRIAL
25759.018821/2007-45 - AIS:023619/07-5 (798/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 ( Dezoito mil reais )
FORTITECH SOUTH AMERICA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
25759.027005/2008-11 - AIS:034167/08-3 (148/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )
GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA
25759.389986/2007-07 - AIS:503075/07-7 (66/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 ( Trinta e seis mil reais)
REMOLIXO AMBIENTAL LTDA
25759.092891/2007-65 - AIS:118832/07-1 (164/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )
SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.086834/2008-28 - AIS:114307/08-7 (62/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
SMITHS MEDICAL DO BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
25759.284038/2007-78 - AIS:365399/07-4 (540/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
SOCIETE ARI FRANCE
25759.155107/2007-37 - AIS:196923/07-4 (324/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
SOUTH AFRICAN AIRWAYS
25759.245707/2007-96 - AIS:314270/07-1 (483/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( Vinte e quatro mil reais )
SOUTH AFRICAN AIRWAYS
25759.245816/2007-11 - AIS:314424/07-1 (494/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 ( Quarenta e oito mil reais )
TAM LINHAS AEREAS S/A.
25750.281649/2007-44 - AIS:362220/07-7 (06/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 42.000,00 ( Quarenta e dois mil reais )
TERRA AZUL ALIMENTACAO COLETIVA E SERVICOS LTDA
25759.188121/2007-17 - AIS:239003/07-5 (409/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 ( Dez mil reais )
ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
25759.348985/2007-02 - AIS:451128/07-0 (589/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

Em 26 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

BIOASSIST COMERCIAL LTDA
25752.181271/2007-60 - AIS:230006/07-1(002/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( vinte e quatro mil reais )
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
25759.302550/2007-11 - AIS:390103/07-3(572/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
BIOLINE COMERCIAL LTDA
25759.296268/2007-80 - AIS:381871/07-3(554/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
COLOPLAST DO BRASIL LTDA
25752.313671/2007-41 - AIS:404491/07-6(054/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS
25767.016530/2009-31 - AIS:020560/09-5(177/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 ( trinta e seis mil reais)
FUNDAÇÃO UNIVESITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO
25752.472854/2007-05 - AIS:602838/07-1(083/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25752.160883/2007-19 - AIS:204296/07-7(011/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
LABORATÓRIOS BAGÓ DO BRASIL S.A.
25752.473025/2007-31 - AIS:603027/07-1(091/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
LABORATÓRIOS FERRING LTDA
25759.457555/2007-72 - AIS:584929/07-2(770/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
LARIMAX REPRESENTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
25752.377110/2007-70 - AIS:486456/07-5(025/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
MERCK S/A
25752.306545/2007-30 - AIS:395340/07-8(051/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
PEPSI-COLA INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
25758.251679/2009-07 - AIS:323871/09-7(005/09) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 ( dezesseis mil reais )
Q-MED BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
25752.344801/2007-97 - AIS:445706/07-4(064/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( seis mil reais )
SANCARGO LOGÍSTICA DE CARGAS LTDA
25759.205945/2007-69 - AIS:262396/07-0(437/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( doze mil reais )
VRG LINHAS AEREAS S/A
25752.338461/2007-65 - AIS:437427/07-4(050/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 ( dezoito mil reais )
WILIAM RAHY ASSISTÊNCIA MÉDICA À EMPRESA LTDA
25752.263303/2007-44 - AIS:337549/07-8(011/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 ( dezoito mil reais )

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES
25751.000012/2005-95 - AIS:088674/05-2 (001/04) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )
CTA INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25759.495693/2007-50 - AIS:628769/07-7 (845/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais )
ELI LILLY DO BRASIL LTDA
25759.381399/2007-61 - AIS:492020/07-1 (650/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
ELI LILLY DO BRASIL LTDA
25759.310379/2007-14 - AIS:400268/07-7 (432/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25741.646876/2007-39 - AIS:804169/07-5 (19/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( Vinte e quatro mil reais )
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25759.641920/2007-25 - AIS:798160/07-1 (1073/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 ( Dezesseis mil reais )
FINANCIAL CONSTRUTORA INDUSTRIAL
25759.381364/2007-22 - AIS:491972/07-6 (655/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 ( Dezoito mil reais )
FIRMENICH & CIA. LTDA
25759.265846/2007-36 - AIS:341054/07-4 (528/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )
GAMMA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25759.509183/2008-58 - AIS:665885/08-7 (700/07) - GG-PAF/ANVISA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 ( Dois mil reais )

GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A

25759.261057/2007-26 - AIS:334490/07-8 (523/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )

INDUSTRIAS ALIMENTICIAS MARATA LTDA

25742.359621/2008-18 - AIS:455852/08-9 (010/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.031432/2008-96 - AIS:039282/08-1 (176/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA

25759.198983/2007-58 - AIS:253122/07-4 (410/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

L´OCCITANE DO BRASIL S.A.

25759.230225/2008-12 - AIS:291632/08-1 (73/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

NATURA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA

25759.206944/2008-12 - AIS:261975/08-0 (68/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

SANOFI PASTEUR LTDA

25759.445137/2007-32 - AIS:571411/07-7 (692/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA

25759.027635/2008-88 - AIS:034908/08-9 (167/07) 25759.027661/2008-14 (apenso) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

SUN FARMACÊUTICA LTDA

25759.245675/2007-29 - AIS:314220/07-5 (481/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

SWISSPORT BRASIL LTDA

25759.365045/2007-70 - AIS:471357/07-5 (652/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

PAULO BIANCARDI COURY

Em 27 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AMWAY DO BRASIL LIMITADA

25759.261004/2007-13 - AIS:334426/07-6 (521/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( Vinte e quatro mil reais )

BEEF SNACKS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

25759.338539/2008-62 - AIS:427645/08-1 (119/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

CHEMYUNION QUÍMICA LTDA

25759.207042/2008-01 - AIS:262099/08-5 (76/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

EMS S/A

25759.207089/2008-67 - AIS:262169/08-0 (72/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

GIVAUDAN DO BRASIL LTDA

25759.638360/2008-11 - AIS:822848/08-5 (245/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

ITMS DO BRASIL LTDA

25759.207187/2008-02 - AIS:262305/08-6 (67/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 ( Dezoito mil reais )

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.207055/2008-72 - AIS:262117/08-7 (74/08) 25759.207178/2008-11 25759.207067/2008-05 25759.372353/2008-32 e 25759.639328/2008-44 (apensos) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 156.000,00 ( Cento e cinquenta e seis mil reais )

JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA.

25759.181125/2007-74 - AIS:229812/07-1 (395/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA

25759.207100/2008-99 - AIS:262184/08-3 (71/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.

25759.361260/2008-82 - AIS:458310/08-8 (150/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

SANOFI PASTEUR LTDA

25759.185651/2007-11 - AIS:235787/07-9 (392/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 ( Seis mil reais )

SYNERGY AROMAS DO BRASIL COMERCIAL LTDA

25759.370923/2008-50 - AIS:473504/08-8 (125/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA.

25759.207032/2008-68 - AIS:262084/08-7 (69/08) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25759.401248/2007-37 - AIS:518355/07-3 (689/07)-(25759.438873/2007-34-Apenso) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 ( Trinta e seis mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25759.148025/2007-36 - AIS:187838/07-7 (303/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

ASSOCIACAO FUNDO DE INCENTIVO A PSICOFARMACOLOGIA

25759.327520/2007-18 - AIS:423103/07-1 (600/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 ( Oito mil reais )

BLAUSIEGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25759.170449/2007-87 - AIS:216251/07-2 (256/07)-(25759.170521/2007-76-Apenso) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 ( Vinte e quatro mil reais )

COOPERVISION DO BRASIL LTDA.

25759.224876/2007-92 - AIS:286741/07-9 (460/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 ( Quatro mil reais )

LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA

25759.237240/2007-19 - AIS:303172/07-1 (471/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 ( Doze mil reais )

PAULO BIANCARDI COURY

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

### PORTARIA Nº 607, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, com sede em Porto Alegre/RS.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE; e

Considerando o Parecer Técnico nº 108/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.662285/2009-44, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.10/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CNES nº 2237253, inscrita no CNPJ nº 92.815.000/0001-68, com sede em Porto Alegre/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

## SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

### RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Secretário, de 1º de julho de 2011, publicados no DOU nº 126, de 04 de julho de 2011, Seção 1, páginas 75 à 128, exclui deste ato a publicação da seguinte empresa:

Ref.: Processo nº 25000.068110/2011-61

Interessado: MCB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME

Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MCB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME, CNPJ nº 12.916.510/0001-92, em MAFRA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Exclui deste ato a publicação da seguinte empresa MCB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME, no original DOU nº 126, de 04 de julho de 2011, Seção 1, página 104.

# Ministério das Cidades

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 453, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, da Constituição, e considerando o disposto no Parecer CONJUR/MCIDADES Nº 519 do Processo 80000.030329/2011-03, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 317/2010/SPOA/SE/MCIDADES, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de julho de 2010, página 40, Seção I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

# Ministério das Comunicações

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## CONSELHO DIRETOR

### ATO Nº 5.766, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Processo nº 53500.001583/2008. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Guarapuava, no Estado do Paraná, outorgada à TV A CABO GUARAPUAVA LTDA., CNPJ/MF nº 82.370.131/0001-25, por intermédio da Portaria nº 72, de 6 de fevereiro de 1997, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado em 25 de março de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de abril do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**DESPACHOS DO PRESIDENTE**
Em 12 de setembro de 2011

Nº 7.501 - Processo nº 53500.011761/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração e o Pedido de Desistência apresentados pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO - TELESP, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, no Setor 31 do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho nº 204/2010-CD, de 18 de janeiro de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação do descumprimento ao Art. 8º, inciso III, do Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, que aprovou o Plano Geral de Metas para Universalização do STFC prestado em regime público - PGMU, decidiu, em sua Reunião nº 620, realizada em 1º de setembro de 2011, não conhecer do Pedido de Reconsideração, ante a ausência de pressuposto processual para sua admissibilidade, qual seja, a tempestividade, e não conhecer do Pedido de Desistência, ante a ausência de pressuposto processual para a sua admissibilidade, qual seja, a legitimidade, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 471/2011-GCER, de 26 de agosto de 2011.

Em 20 de setembro de 2011

Nº 7.945 - Processo no 53524.007118/2007.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os Recursos Administrativos interpostos pela TIM CELULAR S.A, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.206.050/0001-80, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados consubstanciada no Ato n.º 2.491, de 20 de abril de 2010, relativa ao Processo em epígrafe, que tem por objetivo a Averiguação de Descumprimento de Obrigações previstas no Plano Geral de Metas de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal e no Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal, decidiu, por meio da Reunião nº 601, de 31 de março de 2011:

1) conhecer do primeiro Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto pela TIM CELULAR S.A (fls. 262/291) para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida;

2) não conhecer dos recursos administrativos apresentados posteriormente pela empresa recorrente, presentes nos autos do processo em epígrafe (fls. 300 a 314 e fls. 320 e 321), em virtude de preclusão consumativa, pelos fundamentos constantes da Análise nº 143/2011 - GCJR, de 03 de março de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

**ATO Nº 6.433, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

Processo nº 53500.008210/2011. Aplica à empresa empresa PROCESSA ASSESSORIA E COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ nº 08.700.276.0001-94, a sanção de advertência, pela inobservância do prazo de 60 dias, para comunicar a Anatel as alterações contratuais, que contemplaram a transferência de controle societário, contados do registro no órgão competente, violação do art. 39 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

**ATO Nº 6.473, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011**

Processo 53500.027243/2009 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à COMPANHIA ENERGETICA DO CEARÁ, CNPJ n.º 07.047.251/0001-70, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para os municípios de Fortaleza/CE, Cascavel/CE, Caririaçu/CE, Iguatu/CE, Itaiçaba/CE, Itapipoca/CE, Limoeiro do Norte/CE, Meruoca/CE e Quixadá/CE, e outorga autorização do direito de uso dos canais n.º 404, 414, 424, 434, 444, 454, 464, 474, 484, 494 para o município de Fortaleza/CE e dos canais 454, 464, 474, 484, 494 da Tabela A.2 do Anexo à Resolução n.º 455/2006/Anatel para os demais municípios citados, sem exclusividade, por 10 (dez) anos, prorrogável uma única vez, por igual período e a titulo oneroso.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**ATO Nº 6.580, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

Outorgar autorização para uso de radiofrequências, em caráter secundário, sem exclusividade, à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S. A. para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**PORTARIA Nº 243, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Portaria nº 591, publicada em 20/09/2006, Portaria nº 711, publicada em 13/11/2008, Portaria nº 401, publicada em 06.05.2010, Portaria nº 11, publicada em 28/01/2011, Portaria nº 19, publicada em 17/02/2011, e Portaria nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.012015/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à Novo Interior Comunicações Ltda, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itapetininga, Estado de São Paulo, o canal 34 (trinta e quatro) correspondente à faixa de freqüência de 590 a 596 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, e do Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

# Ministério das Relações Exteriores

## SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
## SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
## DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
## DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

**RETIFICAÇÃO**

No Diário Oficial da União, nº 185, de 26 de setembro de 2011, Seção 1, página 50, MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL SOBRE JUVENTUDE, onde se lê:

"Pelo Governo da República Federativa do Brasil
**MINA LUIZA VIOTTI**
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas"

Leia-se:

"Pelo Governo da República Federativa do Brasil

**MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas"

# Ministério de Minas e Energia

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.132, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011**

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Energética do Ceará - COELCE, as áreas de terra situadas nos Municípios de Jaguaribara e Alto Santo, no Estado do Ceará, necessárias à passagem da Linha de Distribuição Castanhão / Curupati, em 69 kV, a qual interligará as Subestações Castanhão e Curupati.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, na Resolução Normativa n. 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo n. 48500.004176/2011-97, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Energética do Ceará - COELCE, as áreas de terra situadas numa faixa de quinze metros de largura, necessárias à passagem da Linha de Distribuição Castanhão / Curupati, em circuito simples, na tensão nominal de 69 kV, com 55 quilômetros de extensão, a qual interligará as Subestações Castanhão e Curupati, ambas da COELCE, localizadas nos Municípios de Jaguaribara e Alto Santo, no Estado do Ceará.

Parágrafo único. A planta do traçado da Linha de Distribuição Castanhão / Curupati consta do desenho denominado "Mapa Chave", Revisão 0, folhas 1/8 a 8/8, e a do Perfil, do desenho denominado "Perfil Planialtimétrico", folhas 1/15 a 15/15, inseridos no Anexo 1 do Processo n. 48500.004176/2011-97.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a COELCE praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de distribuição de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no artigo 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em conseqüência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a COELCE autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.137, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011**

Alteração da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica Passo Fundo, outorgada à empresa Tractebel Energia S.A., por meio do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público n° 192/1998-ANEEL-GERASUL, de 28 de setembro de 1998.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º, inciso IV, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, com base no art. 4°, inciso XII, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no Contrato de Concessão de Uso de Bem Público n° 192/1998-ANEEL-GERASUL, de 28 de setembro de 1998, na Resolução Normativa n° 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.000001/1997-09, resolve:

Art. 1º Alterar, para fins de regularização, a capacidade da Usina Hidrelétrica Passo Fundo que passará de 220.000 kW de potência instalada para 226.000 kW, com 225.079 kW de potência líquida, a ser formalizada por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 192/1998-ANEEL-GERASUL, que deverá ser assinado em data a ser estabelecida pela ANEEL

Parágrafo único. A regularização de que trata o "caput" não implica alteração das demais condições do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 192/1998-ANEEL-GERASUL, inclusive quanto ao prazo de vigência da concessão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.202, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011**

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as de Uso dos Sistemas de Distribuição da Cooperativa de Eletricidade de Jacinto Pinto, CEJAMA; fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, TFSEE, referente à CEJAMA, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a CEJAMA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição 021/2008, bem como o que consta do Processo 48500.001965/2011-76; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletricidade de Jacinto Pinto, CEJAMA, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CEJAMA ficam, em média, reajustadas em 6,17% (seis vírgula dezessete por cento), sendo 5,81% (cinco vírgula oitenta e um por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 0,36% (zero vírgula trinta e seis por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 8,67% (oito vírgula sessenta e sete por cento) a ser per-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição, TUSD, da CEJAMA constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012 .

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, TFSEE da CEJAMA, referente ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis, CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético, CDE, e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, PROINFA, da CEJAMA, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica, TE, e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição, TUSD, da distribuidora CELESC para a CEJAMA, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa nº 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa nº 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CEJAMA poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CEJAMA

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA |
| | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 33,23 | 224,35 | 33,23 | 42,86 | 0,00 | 181,49 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 388,16 | | 206,66 | | 181,50 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 128,92 | | 65,39 | | 63,53 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 221,00 | | 112,10 | | 108,90 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 331,50 | | 168,15 | | 163,35 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 368,33 | | 186,83 | | 181,50 |
| B2 - RURAL | | 230,63 | | 122,79 | | 107,84 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 212,11 | | 112,93 | | 99,18 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 367,95 | | 195,90 | | 172,05 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 189,57 | | 100,93 | | 88,64 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 208,06 | | 110,76 | | 97,30 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 41,45 | 10,80 | 41,45 | 10,80 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 335,37 | 302,62 | 206,34 | 187,32 | 28,00 | 28,00 | 28,00 | 28,00 | 307,37 | 274,62 | 178,34 | 159,32 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,80 | 10,80 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.298,06 | 1.265,31 | 206,34 | 187,32 | 990,69 | 990,69 | 28,00 | 28,00 | 307,37 | 274,62 | 178,34 | 159,32 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) (em R$/kW) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 76,62 | 45,53 | 41,86 | 72,63 | 96,97 |

ANEXO II

CEJAMA

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA |
| | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 33,12 | 223,60 | 33,12 | 42,72 | 0,00 | 180,88 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 386,85 | | 205,96 | | 180,89 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 128,46 | | 65,15 | | 63,31 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 220,21 | | 111,68 | | 108,53 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 330,32 | | 167,52 | | 162,80 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 367,02 | | 186,13 | | 180,89 |
| B2 - RURAL | | 229,85 | | 122,37 | | 107,48 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 211,38 | | 112,54 | | 98,84 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 366,71 | | 195,24 | | 171,47 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 188,93 | | 100,59 | | 88,34 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 207,35 | | 110,38 | | 96,97 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 41,31 | 10,76 | 41,31 | 10,76 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 334,23 | 301,59 | 205,64 | 186,68 | 27,90 | 27,90 | 27,90 | 27,90 | 306,33 | 273,69 | 177,74 | 158,78 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,76 | 10,76 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.293,66 | 1.261,02 | 205,64 | 186,68 | 987,33 | 987,33 | 27,90 | 27,90 | 306,33 | 273,69 | 177,74 | 158,78 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 41,45 | 10,80 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 28,00 | 28,00 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 41,45 | 0,00 | 10,80 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 41,31 | 10,76 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 27,90 | 27,90 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 41,31 | 0,00 | 10,76 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CEJAMA | R$ 17.699,07 | R$ 1.474,92 | Setembro/2011 a Agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CEJAMA de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | 386.280,00 | 32.190,00 | Outubro/2011 a Setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 289.001,61 | 24.083,47 | Outubro/2011 a Setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | 124.382,16 | 10.365,18 | Novembro/2011 a Outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 5,81 | 75,65 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.203, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG, bem como homologa as tarifas de suprimento das distribuidoras Celesc Distribuição S.A. - CELESC e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE para a CEPRAG.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 019/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.001973/2011-12; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CEPRAG ficam, em média, reajustadas em 4,23% (quatro vírgula vinte e três por cento), sendo 8,08% (oito vírgula zero oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -3,85% (menos três vírgula oitenta e cinco por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 4,23% (quatro vírgula vinte e três por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CEPRAG constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CEPRAG, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CEPRAG, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD das distribuidoras CELESC e CEEE para a CEPRAG, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CEPRAG poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>CEPRAG | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 29,87 | 205,13 | 29,87 | 54,45 | 0,00 | 150,68 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 367,55 | | 216,87 | | 150,68 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 121,70 | | 68,96 | | 52,74 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 208,63 | | 118,22 | | 90,41 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 312,95 | | 177,34 | | 135,61 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 347,72 | | 197,04 | | 150,68 |
| B2 - RURAL | | 235,90 | | 140,13 | | 95,77 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 210,71 | | 124,85 | | 85,86 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 357,97 | | 211,73 | | 146,24 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 184,42 | | 109,08 | | 75,34 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 202,41 | | 119,72 | | 82,69 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 41,93 | 9,72 | 41,93 | 9,72 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 284,05 | 256,85 | 176,94 | 161,16 | 28,89 | 28,89 | 28,89 | 28,89 | 255,16 | 227,96 | 148,05 | 132,27 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,72 | 9,72 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.257,78 | 1.230,58 | 176,94 | 161,16 | 1.002,62 | 1.002,62 | 28,89 | 28,89 | 255,16 | 227,96 | 148,05 | 132,27 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 65,22 | 38,76 | 35,65 | 61,82 | 82,60 |

| ANEXO II | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEPRAG | | | | | | |
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 30,98 | 212,70 | 30,98 | 56,46 | 0,00 | 156,24 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 381,12 | | 224,88 | | 156,24 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 126,45 | | 71,77 | | 54,68 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 216,77 | | 123,03 | | 93,74 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 325,17 | | 184,55 | | 140,62 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 361,29 | | 205,05 | | 156,24 |
| B2 - RURAL | | 244,62 | | 145,31 | | 99,31 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 218,49 | | 129,46 | | 89,03 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 371,19 | | 219,55 | | 151,64 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 191,23 | | 113,11 | | 78,12 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 209,88 | | 124,14 | | 85,74 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 43,48 | 10,08 | 43,48 | 10,08 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 294,55 | 266,34 | 183,48 | 167,12 | 29,96 | 29,96 | 29,96 | 29,96 | 264,59 | 236,38 | 153,52 | 137,16 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,08 | 10,08 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.304,24 | 1.276,03 | 183,48 | 167,12 | 1039,65 | 1039,65 | 29,96 | 29,96 | 264,59 | 236,38 | 153,52 | 137,16 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 41,93 | 9,72 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 28,89 | 28,89 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 41,93 | 0,00 | 9,72 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 43,48 | 10,08 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 29,96 | 29,96 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 43,48 | 0,00 | 10,08 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CEPRAG | R$ 33.755,30 | R$ 2.812,94 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERTREL de CCC, CDE e PROINFA. | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 418.590,00 | R$ 34.882,50 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 329.264,79 | R$ 27.438,73 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 134.785,98 | R$ 11.232,17 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CEEE | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 3,67 | 48,12 |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,23 | 16,09 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.204, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - CERAÇÁ, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERAÇÁ.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 024/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001974/2011-67; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - CERAÇÁ, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERAÇÁ ficam, em média, reajustadas em 10,04% (dez vírgula zero quatro por cento), sendo 12,83% (doze vírgula oitenta e três por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -2,79% (menos dois vírgula setenta e nove por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 15,36% (quinze vírgula trinta e seis por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERAÇÁ constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERAÇÁ, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERAÇÁ, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CERAÇÁ, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERAÇÁ poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subseqüente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CERAÇÁ

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,41 | 212,05 | 31,41 | 40,51 | 0,00 | 171,54 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 366,87 | | 195,32 | 0,00 | 171,55 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 123,23 | | 63,19 | | 60,04 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 211,26 | | 108,33 | | 102,93 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 316,88 | | 162,49 | | 154,39 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 352,10 | | 180,55 | | 171,55 |
| B2 - RURAL | | 217,97 | | 116,05 | | 101,92 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 200,47 | | 106,73 | | 93,74 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 347,76 | | 185,15 | | 162,61 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 179,17 | | 95,39 | | 83,78 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 196,63 | | 104,68 | | 91,95 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,18 | 10,21 | 39,18 | 10,21 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 316,95 | 286,00 | 195,00 | 177,03 | 26,45 | 26,45 | 26,45 | 26,45 | 290,50 | 259,55 | 168,55 | 150,58 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,21 | 10,21 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.226,84 | 1.195,88 | 195,00 | 177,03 | 936,33 | 936,33 | 26,45 | 26,45 | 290,51 | 259,55 | 168,55 | 150,58 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 76,21 | 45,29 | 41,64 | 72,23 | 96,44 |

ANEXO II

CERAÇÁ

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 33,76 | 227,92 | 33,76 | 43,54 | 0,00 | 184,38 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 394,35 | | 209,95 | 0,00 | 184,40 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 132,72 | | 68,18 | | 64,54 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 227,52 | | 116,88 | | 110,64 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 341,29 | | 175,33 | | 165,96 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 379,21 | | 194,81 | | 184,40 |
| B2 - RURAL | | 234,31 | | 124,75 | | 109,56 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 215,49 | | 114,73 | | 100,76 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 373,83 | | 199,03 | | 174,80 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 192,58 | | 102,53 | | 90,05 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 211,37 | | 112,53 | | 98,84 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 42,11 | 10,97 | 42,11 | 10,97 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 340,72 | 307,45 | 209,64 | 190,32 | 28,45 | 28,45 | 28,45 | 28,45 | 312,27 | 279,00 | 181,19 | 161,87 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,72 | 9,72 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.318,76 | 1.285,48 | 209,64 | 190,32 | 1006,48 | 1006,48 | 28,45 | 28,45 | 312,28 | 279,00 | 181,19 | 161,87 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| ANEXO II-A | |
|---|---|
| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 3,02 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T<br>TUSD<br>ENCARGOS (R$/MWh) | |
|---|---|---|
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,30 | 0,30 |

| ANEXO II-B | |
|---|---|
| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 3,24 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T<br>TUSD<br>ENCARGOS (R$/MWh) | |
|---|---|---|
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,32 | 0,32 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE<br>Valor no Período de setembro/2011 a agosto/2012. | | |
|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL<br>setembro/2011 a agosto/2012. | TFSEE MENSAL<br>setembro/2011 a agosto/2012. |
| CERAÇÁ | R$ 51.181,42 | R$ 4.265,12 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERAÇA de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 768.569,82 | R$ 64.047,49 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 567.851,40 | R$ 47.320,95 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 247.479,48 | R$ 20.623,29 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,30 | 17,03 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.205, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a CEREJ.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 028/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001977/2011-09; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CEREJ ficam, em média, reajustadas em 9,54% (nove vírgula cinqüenta e quatro por cento), sendo 12,32% (doze vírgula trinta e dois por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -2,78% (menos dois vírgula setenta e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 16,39% (dezesseis vírgula trinta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CEREJ constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CEREJ, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CEREJ, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CEREJ, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CEREJ poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CEREJ

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,55 | 213,07 | 31,55 | 40,71 | 0,00 | 172,36 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 368,63 | | 196,25 | 0,00 | 172,38 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 122,08 | | 61,75 | | 60,33 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 209,28 | | 105,85 | | 103,43 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 313,92 | | 158,78 | | 155,14 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 348,80 | | 176,42 | | 172,38 |
| B2 - RURAL | | 219,02 | | 116,61 | | 102,41 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 201,44 | | 107,25 | | 94,19 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 349,45 | | 186,05 | | 163,40 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 180,03 | | 95,85 | | 84,18 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 197,58 | | 105,18 | | 92,40 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,36 | 10,25 | 39,36 | 10,25 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 318,49 | 287,38 | 195,96 | 177,89 | 26,59 | 26,59 | 26,59 | 26,59 | 291,90 | 260,79 | 169,37 | 151,30 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,25 | 10,25 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.232,74 | 1.201,62 | 195,96 | 177,89 | 940,83 | 940,83 | 26,59 | 26,59 | 291,91 | 260,79 | 169,37 | 151,30 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 74,91 | 44,50 | 40,93 | 71,01 | 94,79 |

| ANEXO II<br>CEREJ | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 32,35 | 218,47 | 32,35 | 41,74 | 0,00 | 176,73 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 377,98 | | 201,23 | 0,00 | 176,75 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 125,35 | | 63,49 | | 61,86 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 214,89 | | 108,84 | | 106,05 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 322,34 | | 163,26 | | 159,08 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 358,15 | | 181,40 | | 176,75 |
| B2 - RURAL | | 224,58 | | 119,57 | | 105,01 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 206,56 | | 109,98 | | 96,58 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 358,31 | | 190,77 | | 167,54 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 184,60 | | 98,28 | | 86,32 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 202,59 | | 107,85 | | 94,74 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 40,36 | 10,51 | 40,36 | 10,51 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 326,57 | 294,67 | 200,92 | 182,40 | 27,26 | 27,26 | 27,26 | 27,26 | 299,31 | 267,41 | 173,66 | 155,14 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,51 | 10,51 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.264,02 | 1.232,11 | 200,92 | 182,40 | 964,70 | 964,70 | 27,26 | 27,26 | 299,32 | 267,41 | 173,66 | 155,14 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,36 | 10,25 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,59 | 26,59 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 3,02 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,31 | 0,31 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,36 | 0,00 | 10,25 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 40,36 | 10,51 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 27,26 | 27,26 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 3,10 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,31 | 0,31 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 40,36 | 0,00 | 10,51 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CEREJ | R$ 27.174,19 | R$ 2.264,52 | setembro /2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERGRAL de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 376.034,49 | R$ 31.336,21 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 285.951,58 | R$ 23.829,30 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 121.083,11 | R$ 10.090,26 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,30 | 17,02 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.206, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011**

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi Ltda - CERGAL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a CERGAL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 016/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001978/2011-45; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi Ltda - CERGAL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERGAL ficam, em média, reajustadas em 7,32% (sete vírgula trinta e dois por cento), sendo 9,30% (nove vírgula trinta por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -1,98% (menos um vírgula noventa e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,76% (doze vírgula setenta e seis por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERGAL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERGAL, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERGAL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CERGAL, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERGAL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CERGAL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA |
| | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 29,68 | 200,52 | 29,68 | 38,31 | 0,00 | 162,21 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 346,91 | | 184,71 | | 162,20 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 114,48 | | 57,71 | | 56,77 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 196,25 | | 98,93 | | 97,32 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 294,37 | | 148,39 | | 145,98 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 327,08 | | 164,88 | | 162,20 |
| B2 - RURAL | | 206,13 | | 109,75 | | 96,38 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 189,56 | | 100,93 | | 88,63 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 328,86 | | 175,11 | | 153,75 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 169,42 | | 90,20 | | 79,22 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 185,95 | | 99,01 | | 86,94 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 37,06 | 9,65 | 37,06 | 9,65 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 99,75 | 70,46 | 84,43 | 67,43 | 5,02 | 5,02 | 5,02 | 5,02 | 74,73 | 45,44 | 59,41 | 42,41 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,65 | 9,65 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA | ECA | MIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | .160,15 | .130,88 | 84,43 | 67,43 | 85,44 | 85,44 | 5,02 | 5,02 | 74,71 | 45,44 | 59,41 | 42,41 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 70,01 | 41,60 | 38,26 | 66,37 | 88,62 |

ANEXO II

CERGAL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA |
| | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 30,23 | 204,22 | 30,23 | 39,02 | 0,00 | 165,20 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 353,31 | | 188,12 | | 165,19 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 116,72 | | 58,90 | | 57,82 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 200,08 | | 100,97 | | 99,11 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 300,13 | | 151,46 | | 148,67 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 333,48 | | 168,29 | | 165,19 |
| B2 - RURAL | | 209,94 | | 111,78 | | 98,16 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 193,06 | | 102,79 | | 90,27 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 334,93 | | 178,34 | | 156,59 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 172,54 | | 91,86 | | 80,68 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 189,38 | | 100,84 | | 88,54 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 37,74 | 9,83 | 37,74 | 9,83 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 305,28 | 275,45 | 187,83 | 170,52 | 25,48 | 25,48 | 25,48 | 25,48 | 279,80 | 249,97 | 162,35 | 145,04 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,83 | 9,83 | 0,00 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.181,56 | 1.151,75 | 187,83 | 170,52 | 901,78 | 901,78 | 25,48 | 25,48 | 279,78 | 249,97 | 162,35 | 145,04 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,06 | 9,65 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 25,02 | 25,02 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 2,84 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,29 | 0,29 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,06 | 0,00 | 9,65 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,74 | 9,83 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 25,48 | 25,48 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 2,90 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,30 | 0,30 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,74 | 0,00 | 9,83 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERGAL | R$ 50.364,08 | R$ 4.197,01 | setembro de 2011 a agosto de 2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERGRAL de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 733.987,41 | R$ 61.165,62 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 565.009,43 | R$ 47.084,12 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 236.343,95 | R$19.695,33 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 3,47 | 45,15 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.207, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletricidade de Grão Pará - CERGAPA, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERGAPA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 038/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.001979/2011-90; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletricidade de Grão Pará - CERGAPA, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERGAPA ficam, em média, reajustadas em 5,94% (cinco vírgula noventa e quatro por cento), sendo 9,56% (nove vírgula cinqüenta e seis por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -3,62% (menos três vírgula sessenta e dois por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 5,94% (cinco vírgula noventa e quatro por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERGAPA constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERGAPA, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERGAPA, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERGAPA, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERGAPA poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| ANEXO I<br>CERGAPA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 19,83 | 208,78 | 19,83 | 41,48 | 0,00 | 167,30 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 358,55 | 0,00 | 191,24 | 0,00 | 167,31 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 118,55 | | 59,99 | | 58,56 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 203,24 | | 102,85 | | 100,39 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 304,85 | | 154,27 | | 150,58 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 338,72 | 0,00 | 171,41 | 0,00 | 167,31 |
| B2 - RURAL | | 213,03 | | 113,62 | | 99,41 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 195,91 | | 104,49 | | 91,42 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 339,87 | | 181,28 | | 158,59 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 175,09 | | 93,38 | | 81,71 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 192,16 | | 102,50 | | 89,66 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 38,40 | 9,74 | 38,40 | 9,74 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 310,49 | 280,27 | 191,54 | 174,03 | 27,15 | 27,15 | 27,15 | 27,15 | 283,34 | 253,12 | 164,39 | 146,88 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,74 | 9,74 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.202,21 | 1.171,99 | 191,54 | 174,03 | 918,87 | 918,87 | 27,15 | 27,15 | 283,34 | 253,12 | 164,39 | 146,88 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010)<br>(em R$/kW) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 69,01 | 41,01 | 37,71 | 65,42 | 87,39 |

| ANEXO II<br>CERGAPA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 20,51 | 215,90 | 20,51 | 42,89 | 0,00 | 173,01 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 370,79 | 0,00 | 197,77 | 0,00 | 173,02 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 122,84 | | 62,28 | | 60,56 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 210,57 | | 106,76 | | 103,81 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 315,87 | | 160,15 | | 155,72 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 350,96 | 0,00 | 177,94 | 0,00 | 173,02 |
| B2 - RURAL | | 220,31 | | 117,51 | | 102,80 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 202,60 | | 108,06 | | 94,54 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 351,48 | | 187,47 | | 164,01 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 181,08 | | 96,57 | | 84,51 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 198,72 | | 106,00 | | 92,72 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,72 | 10,07 | 39,72 | 10,07 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 321,10 | 289,85 | 198,09 | 179,98 | 28,08 | 28,08 | 28,08 | 28,08 | 293,02 | 261,77 | 170,01 | 151,90 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,07 | 10,07 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.243,29 | 1.212,04 | 198,09 | 179,98 | 950,27 | 950,27 | 28,08 | 28,08 | 293,02 | 261,77 | 170,01 | 151,90 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,40 | 9,74 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 27,15 | 27,15 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,40 | 0,00 | 9,74 | 0,00 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,72 | 10,07 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 28,08 | 28,08 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 3,00 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,55 | 0,55 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,72 | 0,00 | 10,07 | 0,00 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERGAPA | R$ 19.144,34 | R$ 1.595,36 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERGAPA de CCC, CDE e PROINFA. | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 304.080,00 | R$ 25.340,00 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 225.686,57 | R$ 18.807,21 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 97.913,76 | R$ 8.159,48 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 3,44 | 44,96 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.208, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a CERGRAL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 022/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001980/2011-14; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERGRAL ficam, em média, reajustadas em 7,44% (sete vírgula quarenta e quatro por cento), sendo 10,02% (dez vírgula zero e dois por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -2,58% (menos dois vírgula cinqüenta e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 14,50% (quatorze vírgula cinqüenta por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERGRAL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERGRAL, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERGRAL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CERGRAL, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERGRAL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>CERGRAL | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 29,46 | 198,88 | 29,46 | 37,99 | 0,00 | 160,89 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 344,09 | | 183,19 | 0,00 | 160,90 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 113,50 | | 57,18 | | 56,32 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 194,56 | | 98,02 | | 96,54 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 291,83 | | 147,02 | | 144,81 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 324,26 | | 163,36 | | 160,90 |
| B2 - RURAL | | 204,44 | | 108,84 | | 95,60 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 188,03 | | 100,11 | | 87,92 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 326,18 | | 173,66 | | 152,52 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 168,04 | | 89,46 | | 78,58 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 184,44 | | 98,19 | | 86,25 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 36,74 | 9,57 | 36,74 | 9,57 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 297,29 | 268,26 | 182,91 | 166,06 | 24,82 | 24,82 | 24,82 | 24,82 | 272,47 | 243,44 | 158,09 | 141,24 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,57 | 9,57 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.150,69 | 1.121,65 | 182,91 | 166,06 | 878,21 | 878,21 | 24,82 | 24,82 | 272,48 | 243,44 | 158,09 | 141,24 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 69,82 | 41,49 | 38,15 | 66,18 | 88,37 |

| ANEXO II | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CERGRAL | | | | | | |
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 30,17 | 203,65 | 30,17 | 38,90 | 0,00 | 164,75 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 352,35 | | 187,59 | 0,00 | 164,76 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 116,39 | | 58,72 | | 57,67 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 199,52 | | 100,66 | | 98,86 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 299,26 | | 150,98 | | 148,28 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 332,52 | | 167,76 | | 164,76 |
| B2 - RURAL | | 209,35 | | 111,46 | | 97,89 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 192,54 | | 102,51 | | 90,03 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 334,01 | | 177,83 | | 156,18 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 172,08 | | 91,61 | | 80,47 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 188,86 | | 100,54 | | 88,32 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 37,63 | 9,80 | 37,63 | 9,80 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 304,42 | 274,70 | 187,30 | 170,04 | 25,41 | 25,41 | 25,41 | 25,41 | 279,01 | 249,29 | 161,89 | 144,63 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,80 | 9,80 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.178,32 | 1.148,59 | 187,30 | 170,04 | 899,30 | 899,30 | 25,41 | 25,41 | 279,02 | 249,29 | 161,89 | 144,63 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 36,74 | 9,57 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 24,82 | 24,82 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 36,74 | 0,00 | 9,57 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,63 | 9,80 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 25,41 | 25,41 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,63 | 0,00 | 9,80 | 0,00 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERGRAL | R$ 20.058,95 | R$ 1.671,58 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERGRAL de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 270.390,00 | R$ 22.532,50 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 205.239,13 | R$ 17.103,26 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 87.065,58 | R$ 7.255,47 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 2,70 | 35,20 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.209, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERMOFUL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 040/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.001985/2011-47 e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERMOFUL ficam, em média, reajustadas em 1,09% (um vírgula zero nove por cento), sendo 4,51% (quatro vírgula cinqüenta e um por cento) relativo ao reajuste tarifário anual econômico e -3,42% (menos três vírgula quarenta e dois por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 1,09% (um vírgula zero nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERMOFUL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERMOFUL, referente ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERMOFUL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Centras Elétricas de Santa Catarina - CELESC para a CERMOFUL, constante no Anexo IV, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERMOFUL poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CERMOFUL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 28,99 | 195,79 | 28,99 | 37,41 | 0,00 | 158,38 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 338,73 | | 180,35 | | 158,38 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 111,61 | | 56,18 | | 55,43 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 191,34 | | 96,31 | | 95,03 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 287,01 | | 144,47 | | 142,54 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 318,90 | | 160,52 | | 158,38 |
| B2 - RURAL | | 201,27 | | 107,16 | | 94,11 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 185,11 | | 98,56 | | 86,55 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 321,10 | | 170,97 | | 150,13 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 165,44 | | 88,08 | | 77,36 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 181,56 | | 96,67 | | 84,89 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 36,18 | 9,42 | 36,18 | 9,42 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 292,68 | 264,09 | 180,07 | 163,48 | 24,43 | 24,43 | 24,43 | 24,43 | 268,25 | 239,66 | 155,64 | 139,05 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,42 | 9,42 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.132,82 | 1.104,23 | 180,07 | 163,48 | 864,57 | 864,57 | 24,43 | 24,43 | 268,25 | 239,66 | 155,64 | 139,05 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 69,11 | 41,06 | 37,76 | 65,50 | 87,51 |

ANEXO II

CERMOFUL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 29,97 | 202,41 | 29,97 | 38,68 | 0,00 | 163,73 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 350,17 | | 186,44 | | 163,73 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 115,62 | | 58,31 | | 57,31 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 198,21 | | 99,97 | | 98,24 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 297,31 | | 149,95 | | 147,36 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 330,34 | | 166,61 | | 163,73 |
| B2 - RURAL | | 208,07 | | 110,78 | | 97,29 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 191,36 | | 101,89 | | 89,47 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 331,94 | | 176,74 | | 155,20 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 171,02 | | 91,05 | | 79,97 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 187,69 | | 99,93 | | 87,76 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 37,40 | 9,74 | 37,40 | 9,74 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 302,57 | 273,02 | 186,16 | 169,01 | 25,26 | 25,26 | 25,26 | 25,26 | 277,31 | 247,76 | 160,90 | 143,75 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,74 | 9,74 | 0,00 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.171,09 | 1.141,54 | 186,16 | 169,01 | 893,78 | 893,78 | 25,26 | 25,26 | 277,31 | 247,76 | 160,90 | 143,75 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 36,18 | 9,42 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 24,43 | 24,43 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 36,18 | 0,00 | 9,42 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,40 | 9,74 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 25,26 | 25,26 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,40 | 0,00 | 9,74 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERMOFUL | R$ 70.386,72 | R$ 5.865,56 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERMOFUL de CCC, CDE e PROINFA. | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 1.298.025,00 | R$ 108.168,75 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 959.034,95 | R$ 79.919,58 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 417.964,05 | R$ 34.830,34 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,24 | 16,20 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.210, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - CERPALO, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERPALO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 023/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001988/2011-81 e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - CERPALO, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERPALO ficam, em média, reajustadas em 8,92% (oito vírgula noventa e dois por cento), sendo 11,71% (onze vírgula setenta e um por cento) relativo ao reajuste tarifário anual econômico e -2,79% (menos dois vírgula setenta e nove por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 16,13% (dezesseis vírgula treze por cento) ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERPALO constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2012.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERMOFUL, referente ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERPALO, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Centras Elétricas de Santa Catarina - CELESC para a CERMOFUL, constante no Anexo IV, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERPALO poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>CERPALO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,09 | 209,89 | 31,09 | 40,09 | 0,00 | 169,80 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 363,15 | | 193,34 | | 169,81 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 120,16 | | 60,73 | | 59,43 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 206,00 | | 104,11 | | 101,89 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 308,99 | | 156,16 | | 152,83 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 343,32 | | 173,51 | | 169,81 |
| B2 - RURAL | | 215,76 | | 114,88 | | 100,88 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 198,44 | | 105,66 | | 92,78 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 344,24 | | 183,27 | | 160,97 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 177,36 | | 94,43 | | 82,93 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 194,65 | | 103,62 | | 91,03 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 38,78 | 10,11 | 38,78 | 10,11 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 313,76 | 283,12 | 193,04 | 175,25 | 26,19 | 26,19 | 26,19 | 26,19 | 287,57 | 256,93 | 166,85 | 149,06 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,11 | 10,11 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.214,43 | 1.183,78 | 193,04 | 175,25 | 926,85 | 926,85 | 26,19 | 26,19 | 287,58 | 256,93 | 166,85 | 149,06 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 73,80 | 43,86 | 40,33 | 69,95 | 93,40 |

| ANEXO II | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CERPALO | | | | | | |
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,88 | 215,27 | 31,88 | 41,12 | 0,00 | 174,15 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 372,45 | | 198,29 | | 174,16 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 123,42 | | 62,46 | | 60,96 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 211,58 | | 107,08 | | 104,50 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 317,35 | | 160,61 | | 156,74 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 352,62 | | 178,46 | | 174,16 |
| B2 - RURAL | | 221,29 | | 117,82 | | 103,47 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 203,52 | | 108,36 | | 95,16 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 353,06 | | 187,97 | | 165,09 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 181,90 | | 96,84 | | 85,06 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 199,63 | | 106,27 | | 93,36 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,77 | 10,37 | 39,77 | 10,37 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 321,79 | 290,37 | 197,98 | 179,74 | 26,86 | 26,86 | 26,86 | 26,86 | 294,93 | 263,51 | 171,12 | 152,88 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,37 | 10,37 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.245,54 | 1.214,10 | 197,98 | 179,74 | 950,59 | 950,59 | 26,86 | 26,86 | 294,95 | 263,51 | 171,12 | 152,88 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,78 | 10,11 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,19 | 26,19 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,78 | 0,00 | 10,11 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,77 | 10,37 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,86 | 26,86 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,77 | 0,00 | 10,37 | 0,00 |

| ANEXO III | | | |
|---|---|---|---|
| TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERPALO | R$ 38.841,20 | R$ 3.236,77 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV | | | |
|---|---|---|---|
| Quotas Anuais da CERPALO de CCC, CDE e PROINFA. | | | |
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 459.405,00 | R$ 38.283,75 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 352.981,60 | R$ 29.415,13 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 147.928,41 | R$ 12.327,37 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V | | | |
|---|---|---|---|
| TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,24 | 16,20 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.211, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - COORSEL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a COORSEL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 026/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001998/2011-16; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - COORSEL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da COORSEL ficam, em média, reajustadas em 9,39% (nove vírgula trinta e nove por cento), sendo 12,14% (doze vírgula quatorze por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -2,75% (menos dois vírgula setenta e cinco por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 16,03% (dezesseis vírgula três por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da COORSEL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da COORSEL, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da COORSEL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a COORSEL, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a COORSEL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

COORSEL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,24 | 210,89 | 31,24 | 40,29 | 0,00 | 170,60 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 364,86 | | 194,25 | | 170,61 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 120,76 | | 61,05 | | 59,71 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 207,02 | | 104,65 | | 102,37 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 310,53 | | 156,98 | | 153,55 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 345,03 | | 174,42 | | 170,61 |
| B2 - RURAL | | 216,78 | | 115,41 | | 101,37 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 199,37 | | 106,15 | | 93,22 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 345,87 | | 184,14 | | 161,73 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 178,19 | | 94,87 | | 83,32 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 195,56 | | 104,11 | | 91,45 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 38,96 | 10,15 | 38,96 | 10,15 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 315,24 | 284,46 | 193,95 | 176,08 | 26,32 | 26,32 | 26,32 | 26,32 | 288,92 | 258,14 | 167,63 | 149,76 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,15 | 10,15 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.220,14 | 1.189,35 | 193,95 | 176,08 | 931,21 | 931,21 | 26,32 | 26,32 | 288,93 | 258,14 | 167,63 | 149,76 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 74,11 | 44,05 | 40,49 | 70,25 | 93,80 |

ANEXO II

COORSEL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 32,03 | 216,19 | 32,03 | 41,30 | 0,00 | 174,89 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 374,03 | | 199,13 | | 174,90 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 123,98 | | 62,76 | | 61,22 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 212,52 | | 107,58 | | 104,94 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 318,78 | | 161,37 | | 157,41 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 354,20 | | 179,30 | | 174,90 |
| B2 - RURAL | | 222,23 | | 118,31 | | 103,92 |
| B2 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL | | 204,38 | | 108,82 | | 95,56 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 354,56 | | 188,77 | | 165,79 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | | | | | |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 182,66 | | 97,25 | | 85,41 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 200,48 | | 106,73 | | 93,75 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 374,03 | | 199,13 | | 174,90 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,94 | 10,41 | 39,94 | 10,41 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 323,16 | 291,61 | 198,83 | 180,50 | 26,98 | 26,98 | 26,98 | 26,98 | 296,18 | 264,63 | 171,85 | 153,52 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,41 | 10,41 | 0,00 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.250,81 | 1.219,25 | 198,83 | 180,50 | 954,62 | 954,62 | 26,98 | 26,98 | 296,19 | 264,63 | 171,85 | 153,52 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,96 | 10,15 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,32 | 26,32 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,96 | 0,00 | 10,15 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,94 | 10,41 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,98 | 26,98 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,94 | 0,00 | 10,41 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| COORSEL | R$ 36.562,12 | R$ 3.046,84 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da COORSEL de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 539.895,81 | R$ 44.991,32 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 398.897,52 | R$ 33.241,46 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 173.846,45 | R$ 14.487,20 | novembro/2011 a Outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,30 | 17,03 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.212, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - COOPERMILA, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a COOPERMILA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 017/2008, bem como o que consta do Processo n° 48500.001999/2011-61; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - COOPERMILA, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da COOPERMILA ficam, em média, reajustadas em 11,05% (onze vírgula zero cinco por cento), sendo 9,88% (nove vírgula oitenta e oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 1,17% (um vírgula dezessete por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 14,33% (quatorze vírgula trinta e três por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da COOPERMILA constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da COOPERMILA, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da COOPERMILA, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a COOPERMILA, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a COOPERMILA poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>COOPERMILA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,66 | 213,75 | 31,66 | 40,84 | 0,00 | 172,91 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 369,80 | 0,00 | 196,88 | 0,00 | 172,92 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 122,49 | | 61,97 | | 60,52 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 209,98 | | 106,23 | | 103,75 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 314,98 | | 159,35 | | 155,63 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 349,97 | 0,00 | 177,05 | 0,00 | 172,92 |
| B2 - RURAL | | 219,73 | | 116,99 | | 102,74 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 202,08 | | 107,59 | | 94,49 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 350,56 | | 186,65 | | 163,91 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 180,59 | | 96,15 | | 84,44 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 198,22 | | 105,53 | | 92,69 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,51 | 10,27 | 39,51 | 10,27 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 319,52 | 288,32 | 196,57 | 178,48 | 26,67 | 26,67 | 26,67 | 26,67 | 292,85 | 261,65 | 169,90 | 151,81 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,27 | 10,27 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.236,72 | 1.205,48 | 196,57 | 178,48 | 943,87 | 943,87 | 26,67 | 26,67 | 292,85 | 261,61 | 169,90 | 151,81 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) (em R$/kW) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 72,52 | 43,09 | 39,63 | 68,74 | 91,77 |

| ANEXO II<br>COOPERMILA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,33 | 211,50 | 31,33 | 40,41 | 0,00 | 171,09 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 365,91 | 0,00 | 194,81 | 0,00 | 171,10 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 121,13 | | 61,24 | | 59,89 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 207,65 | | 104,99 | | 102,66 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 311,47 | | 157,48 | | 153,99 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 346,08 | 0,00 | 174,98 | 0,00 | 171,10 |
| B2 - RURAL | | 217,41 | | 115,75 | | 101,66 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 199,95 | | 106,46 | | 93,49 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 346,87 | | 184,68 | | 162,19 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 178,69 | | 95,14 | | 83,55 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 196,13 | | 104,42 | | 91,71 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,09 | 10,16 | 39,09 | 10,16 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 316,15 | 285,28 | 194,50 | 176,60 | 26,39 | 26,39 | 26,39 | 26,39 | 289,76 | 258,89 | 168,11 | 150,21 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,16 | 10,16 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.223,68 | 1.192,78 | 194,50 | 176,60 | 933,92 | 933,92 | 26,39 | 26,39 | 289,76 | 258,86 | 168,11 | 150,21 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,51 | 10,27 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,67 | 26,67 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,31 | 0,31 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,51 | 0,00 | 10,27 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,09 | 10,16 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,39 | 26,39 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,31 | 0,31 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,09 | 0,00 | 10,16 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| COOPERMILA | R$ 5.942,60 | R$ 495,22 | setembro/2011 a agosto/2012 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da COOPERMILA de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 139.005,00 | R$ 11.583,75 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 103.035,16 | R$ 8.586,26 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 44.759,61 | R$ 3.729,97 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 5,81 | 75,61 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.213, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - COOPERCOCAL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC e Empresa Força e Luz Urussanga Ltda - EFLUL para a COOPERCOCAL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição nº 034/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.002000/2011-09; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da COOPERCOCAL ficam, em média, reajustadas em -9,89% (menos nove vírgula oitenta e nove por cento), sendo -9,89% (menos nove vírgula oitenta e nove por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 0% (zero por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de -9,89% (menos nove vírgula oitenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da COOPERCOCAL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da COOPERCOCAL, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da COOPERCOCAL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC e Empresa Força e Luz Urussanga Ltda - EFLUL para a COOPERCOCAL, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a COOPERCOCAL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

COOPERCOCAL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 26,72 | 187,43 | 26,72 | 37,76 | 0,00 | 149,67 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 320,76 | 0,00 | 171,09 | 0,00 | 149,67 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 105,32 | | 52,94 | | 52,38 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 180,56 | | 90,76 | | 89,80 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 270,83 | | 136,13 | | 134,70 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 300,93 | 0,00 | 151,26 | 0,00 | 149,67 |
| B2 - RURAL | | 190,59 | | 101,65 | | 88,94 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 175,27 | | 93,48 | | 81,79 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 304,08 | | 162,19 | | 141,89 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 156,65 | | 83,55 | | 73,10 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 171,92 | | 91,71 | | 80,21 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 34,35 | 8,71 | 34,35 | 8,71 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 277,77 | 250,74 | 171,36 | 155,69 | 24,29 | 24,29 | 24,29 | 24,29 | 253,48 | 226,45 | 147,07 | 131,40 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 8,71 | 8,71 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.075,54 | 1.048,51 | 171,36 | 155,69 | 822,06 | 822,06 | 24,29 | 24,29 | 253,48 | 226,45 | 147,07 | 131,40 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010)<br>(em R$/kW) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 59,70 | 35,48 | 32,62 | 56,59 | 75,61 |

ANEXO II

COOPERCOCAL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 26,72 | 187,43 | 26,72 | 37,76 | 0,00 | 149,67 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 320,76 | 0,00 | 171,09 | 0,00 | 149,67 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 105,32 | | 52,94 | | 52,38 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 180,56 | | 90,76 | | 89,80 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 270,83 | | 136,13 | | 134,70 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 300,93 | 0,00 | 151,26 | 0,00 | 149,67 |
| B2 - RURAL | | 190,59 | | 101,65 | | 88,94 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 175,27 | | 93,48 | | 81,79 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 304,08 | | 162,19 | | 141,89 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 156,65 | | 83,55 | | 73,10 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 171,92 | | 91,71 | | 80,21 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 34,35 | 8,71 | 34,35 | 8,71 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 277,77 | 250,74 | 171,36 | 155,69 | 24,29 | 24,29 | 24,29 | 24,29 | 253,48 | 226,45 | 147,07 | 131,40 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 8,71 | 8,71 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.075,54 | 1.048,51 | 171,36 | 155,69 | 822,06 | 822,06 | 24,29 | 24,29 | 253,48 | 226,45 | 147,07 | 131,40 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,35 | 8,71 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 24,29 | 24,29 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,35 | 0,00 | 8,71 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,35 | 8,71 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 24,29 | 24,29 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,35 | 0,00 | 8,71 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| COOPERCOCAL | R$ 38.056,66 | R$ 3.171,39 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da COOPERCOCAL de CCC, CDE e PROINFA. | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 624.960,00 | R$ 52.080,00 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 470.978,31 | R$ 39.248,19 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 201.237,12 | R$ 16.769,76 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 5,89 | 76,76 |
| CELESC | A3 (69kV) | 15,52 | 34,92 |
| EFLUL | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 15,64 | 35,20 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.214, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a COOPERA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 018/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.002002/2011-90; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da COOPERA ficam, em média, reajustadas em 3,32% (três vírgula trinta e dois por cento), sendo 6,74% (seis vírgula setenta e quatro por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -3,42% (menos três vírgula quarenta e dois por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da COOPERA constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da COOPERA, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da COOPERA, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a COOPERA, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a COOPERA poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>COOPERA<br>TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 27,31 | 184,36 | 27,31 | 35,22 | 0,00 | 149,14 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 318,97 | | 169,82 | | 149,15 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 104,70 | | 52,50 | | 52,20 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 179,48 | | 89,99 | | 89,49 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 269,23 | | 134,99 | | 134,24 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 299,14 | | 149,99 | | 149,15 |
| B2 - RURAL | | 189,52 | | 100,90 | | 88,62 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 174,30 | | 92,80 | | 81,50 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 302,38 | | 160,99 | | 141,39 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 155,78 | | 82,94 | | 72,84 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 170,97 | | 91,02 | | 79,95 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A3 (69 kV) | 24,20 | 4,67 | 24,20 | 4,67 | 0,00 | 0,00 |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 34,07 | 8,88 | 34,07 | 8,88 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA |
| A3 (69 kV) | 275,59 | 248,68 | 169,56 | 153,94 | 23,01 | 23,01 | 23,01 | 23,01 | 252,58 | 225,67 | 146,55 | 130,93 |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 275,59 | 248,68 | 169,56 | 153,94 | 23,01 | 23,01 | 23,01 | 23,01 | 252,58 | 225,67 | 146,55 | 130,93 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 8,88 | 8,88 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.066,69 | 1.039,77 | 169,56 | 153,94 | 814,10 | 814,10 | 23,01 | 23,01 | 252,59 | 225,67 | 146,55 | 130,93 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 65,29 | 38,80 | 35,68 | 61,90 | 82,64 |

| ANEXO II | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| COOPERA | | | | | | |
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA | DEMANDA | ENERGIA |
| | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) | (R$/kW) | (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 28,21 | 190,47 | 28,21 | 36,39 | 0,00 | 154,08 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 329,53 | | 175,44 | | 154,09 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 108,39 | | 54,46 | | 53,93 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 185,82 | | 93,37 | | 92,45 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 278,73 | | 140,05 | | 138,68 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 309,70 | | 155,61 | | 154,09 |
| B2 - RURAL | | 195,79 | | 104,24 | | 91,55 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 180,08 | | 95,88 | | 84,20 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 312,38 | | 166,31 | | 146,07 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 160,93 | | 85,68 | | 75,25 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 176,63 | | 94,03 | | 82,60 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A3 (69 kV) | 25,00 | 4,82 | 25,00 | 4,82 | 0,00 | 0,00 |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 35,19 | 9,17 | 35,19 | 9,17 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA |
| A3 (69 kV) | 284,71 | 256,91 | 175,17 | 159,03 | 23,77 | 23,77 | 23,77 | 23,77 | 260,94 | 233,14 | 151,40 | 135,26 |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 284,71 | 256,91 | 175,17 | 159,03 | 23,77 | 23,77 | 23,77 | 23,77 | 260,94 | 233,14 | 151,40 | 135,26 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,17 | 9,17 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.102,00 | 1.074,19 | 175,17 | 159,03 | 841,05 | 841,05 | 23,77 | 23,77 | 260,95 | 233,14 | 151,40 | 135,26 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,07 | 8,88 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 23,01 | 23,01 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 2,61 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,26 | 0,26 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,07 | 0,00 | 8,88 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 35,19 | 9,17 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 23,77 | 23,77 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 2,70 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,27 | 0,27 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 35,19 | 0,00 | 9,17 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| COOPERA | R$ 132.606,67 | R$ 11.050,56 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da COOPERA de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 2.838.517,43 | R$ 236.543,12 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 2.098.579,42 | R$ 174.881,62 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 914.002,61 | R$ 76.166,88 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 5,60 | 72,82 |
| CELESC | A3 (69 kV) | 15,40 | 34,47 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.215, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Energia Treviso - CERTREL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERTREL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 035/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.002005/2011-23; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Energia Treviso - CERTREL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERTREL ficam, em média, reajustadas em 2,72% (dois vírgula setenta e dois por cento), sendo 9,26% (nove vírgula vinte e seis por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -6,54% (menos seis vírgula cinquenta e quatro por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,72% (dois vírgula setenta e dois por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERTREL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERTREL, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERTREL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Celesc Distribuição S.A. - CELESC para a CERTREL, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERTREL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>CERTREL | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 19,23 | 202,43 | 19,23 | 40,22 | 0,00 | 162,21 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 347,65 | | 185,43 | | 162,22 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 114,74 | | 57,96 | | 56,78 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 196,69 | | 99,36 | | 97,33 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 295,04 | | 149,04 | | 146,00 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 327,82 | | 165,60 | | 162,22 |
| B2 - RURAL | | 206,56 | | 110,17 | | 96,39 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 189,96 | | 101,32 | | 88,64 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 329,54 | | 175,77 | | 153,77 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 169,77 | | 90,54 | | 79,23 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 186,31 | | 99,38 | | 86,93 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 37,24 | 9,44 | 37,24 | 9,44 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 301,05 | 271,76 | 185,73 | 168,75 | 26,33 | 26,33 | 26,33 | 26,33 | 274,72 | 245,43 | 159,40 | 142,42 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,44 | 9,44 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.165,66 | 1.136,37 | 185,73 | 168,75 | 890,94 | 890,94 | 26,33 | 26,33 | 274,72 | 245,43 | 159,40 | 142,42 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 68,83 | 40,90 | 37,61 | 65,24 | 87,15 |

| ANEXO II<br>CERTREL | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 20,45 | 215,32 | 20,45 | 42,78 | 0,00 | 172,54 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 369,78 | | 197,23 | | 172,55 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 122,48 | | 62,09 | | 60,39 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 209,97 | | 106,44 | | 103,53 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 314,96 | | 159,66 | | 155,30 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 349,95 | | 177,40 | | 172,55 |
| B2 - RURAL | | 219,71 | | 117,19 | | 102,52 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 202,05 | | 107,77 | | 94,28 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 350,52 | | 186,96 | | 163,56 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 180,57 | | 96,30 | | 84,27 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 198,18 | | 105,71 | | 92,47 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,61 | 10,04 | 39,61 | 10,04 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 320,21 | 289,05 | 197,54 | 179,48 | 28,00 | 28,00 | 28,00 | 28,00 | 292,21 | 261,05 | 169,54 | 151,48 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,04 | 10,04 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.239,87 | 1.208,71 | 197,54 | 179,48 | 947,66 | 947,66 | 28,00 | 28,00 | 292,21 | 261,05 | 169,54 | 151,48 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,24 | 9,44 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,33 | 26,33 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 37,24 | 0,00 | 9,44 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,61 | 10,04 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 28,00 | 28,00 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,61 | 0,00 | 10,04 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERTREL | R$ 28.731,06 | R$ 2.394,26 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERTREL de CCC, CDE e PROINFA. | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 382.783,66 | R$ 31.898,64 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 286.177,21 | R$ 23.848,10 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 123.256,34 | R$ 10.271,36 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,30 | 16,83 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.216, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a CERBRANORTE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 025/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001976/2011-56; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERBRANORTE ficam, em média, reajustadas em 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento), sendo 5,76% (cinco vírgula setenta e seis por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -0,72% (menos zero vírgula setenta e dois por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 8,51% (oito vírgula cinqüenta e um por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERBRANORTE constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERBRANORTE, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERBRANORTE, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CERBRANORTE, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERBRANORTE poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CERBRANORTE

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 27,35 | 184,82 | 27,35 | 35,32 | 0,00 | 149,50 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 319,74 | 0,00 | 170,22 | 0,00 | 149,52 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 104,97 | | 52,64 | | 52,33 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 179,94 | | 90,23 | | 89,71 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 269,92 | | 135,35 | | 134,57 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 299,91 | 0,00 | 150,39 | 0,00 | 149,52 |
| B2 - RURAL | | 189,98 | | 101,15 | | 88,83 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 174,72 | | 93,03 | | 81,69 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 303,10 | | 161,38 | | 141,72 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 156,15 | | 83,13 | | 73,02 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 171,38 | | 91,25 | | 80,13 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 34,15 | 8,89 | 34,15 | 8,89 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 276,26 | 249,28 | 169,97 | 154,32 | 23,06 | 23,06 | 23,06 | 23,06 | 253,20 | 226,22 | 146,91 | 131,26 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 8,89 | 8,89 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.069,28 | 1.042,29 | 169,97 | 154,32 | 816,07 | 816,07 | 23,06 | 23,06 | 253,21 | 226,22 | 146,91 | 131,26 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 63,80 | 37,91 | 34,86 | 60,48 | 80,74 |

ANEXO II

CERBRANORTE

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 27,54 | 186,08 | 27,54 | 35,56 | 0,00 | 150,52 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 321,93 | 0,00 | 171,39 | 0,00 | 150,54 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 105,74 | | 53,05 | | 52,69 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 181,26 | | 90,94 | | 90,32 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 271,89 | | 136,40 | | 135,49 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 302,10 | 0,00 | 151,56 | 0,00 | 150,54 |
| B2 - RURAL | | 191,27 | | 101,84 | | 89,43 |
| B2 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL | | 175,91 | | 93,66 | | 82,25 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 305,18 | | 162,49 | | 142,69 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 157,22 | | 83,70 | | 73,52 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 172,56 | | 91,88 | | 80,68 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 191,27 | | 101,84 | | 89,43 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 34,38 | 8,95 | 34,38 | 8,95 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 278,15 | 250,99 | 171,14 | 155,38 | 23,22 | 23,22 | 23,22 | 23,22 | 254,93 | 227,77 | 147,92 | 132,16 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 8,95 | 8,95 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.076,60 | 1.049,43 | 171,14 | 155,38 | 821,66 | 821,66 | 23,22 | 23,22 | 254,94 | 227,77 | 147,92 | 132,16 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

ANEXO II-A

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,15 | 8,89 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 23,06 | 23,06 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 2,63 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T<br>TUSD<br>ENCARGOS (R$/MWh) | |
|---|---|---|
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,25 | 0,25 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,15 | 0,00 | 8,89 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,38 | 8,95 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 23,22 | 23,22 |

| TUSD - GERAÇÃO | QUADRO P |
|---|---|
| | TG |
| | DEMANDA (R$/kW) |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 2,64 |

| TUSD - APE e PIE<br>Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005. | QUADRO T<br>TUSD<br>ENCARGOS (R$/MWh) | |
|---|---|---|
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 0,25 | 0,25 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 34,38 | 0,00 | 8,95 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERBRANORTE | R$ 56.815,39 | R$ 4.734,62 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERBRANORTE de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 1.421.673,50 | R$ 118.472,79 | Outubro/2011 a Setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 1.058.320,89 | R$ 88.193,41 | Outubro/2011 a Setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 457.778,87 | R$ 38.148,24 | novembro/2011 a Outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 6,53 | 85,13 |

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.217, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletrificação Rural de Anitápolis - CERAL ANITÁPOLIS, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE para a CERAL ANITÁPOLIS.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 027/2008, bem como o que consta do Processo n. 48500.001975/2011-10; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Anitápolis - CERAL ANITÁPOLIS, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERAL ANITÁPOLIS ficam, em média, reajustadas em 9,25% (nove vírgula vinte e cinco por cento), sendo 12,12% (doze vírgula doze por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -2,87% (menos dois vírgula oitenta e sete por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 16,18% (dezesseis vírgula dezoito por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERAL ANITÁPOLIS constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERAL ANITÁPOLIS, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERAL ANITÁPOLIS, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da CERBRANORTE para a CERAL ANITÁPOLIS, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERAL ANITÁPOLIS poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subseqüente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

| ANEXO I<br>CERAL ANITÁPOLIS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 30,54 | 206,13 | 30,54 | 39,38 | 0,00 | 166,75 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 356,62 | | 189,87 | | 166,75 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 117,87 | | 59,51 | | 58,36 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 202,07 | | 102,02 | | 100,05 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 303,12 | | 153,04 | | 150,08 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 336,79 | | 170,04 | | 166,75 |
| B2 - RURAL | | 211,90 | | 112,82 | | 99,08 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 194,88 | | 103,76 | | 91,12 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 338,08 | | 180,00 | | 158,08 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 174,16 | | 92,72 | | 81,44 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 191,15 | | 101,76 | | 89,39 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 38,09 | 9,92 | 38,09 | 9,92 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 308,13 | 278,04 | 189,58 | 172,11 | 25,72 | 25,72 | 25,72 | 25,72 | 282,41 | 252,32 | 163,86 | 146,39 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,92 | 9,92 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.192,65 | 1.162,55 | 189,58 | 172,11 | 910,23 | 910,23 | 25,72 | 25,72 | 282,42 | 252,32 | 163,86 | 146,39 |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (em R$/kW) | | | | | |
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 72,50 | 43,09 | 39,62 | 68,73 | 91,76 |

ANEXO II

CERAL ANITÁPOLIS

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 31,34 | 211,54 | 31,34 | 40,41 | 0,00 | 171,13 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 365,98 | | 194,85 | | 171,13 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 121,16 | | 61,26 | | 59,90 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 207,69 | | 105,01 | | 102,68 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 311,54 | | 157,52 | | 154,02 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 346,15 | | 175,02 | | 171,13 |
| B2 - RURAL | | 217,46 | | 115,78 | | 101,68 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 199,99 | | 106,48 | | 93,51 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 346,95 | | 184,72 | | 162,23 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| B4a - Rede de Distribuição | | 178,73 | | 95,16 | | 83,57 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 196,17 | | 104,43 | | 91,74 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 39,09 | 10,18 | 39,09 | 10,18 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SECA | UMI-DA | SECA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 316,21 | 285,33 | 194,55 | 176,62 | 26,39 | 26,39 | 26,39 | 26,39 | 289,82 | 258,94 | 168,16 | 150,23 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 10,18 | 10,18 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA | SE-CA | UMI-DA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.223,94 | 1.193,05 | 194,55 | 176,62 | 934,11 | 934,11 | 26,39 | 26,39 | 289,83 | 258,94 | 168,16 | 150,23 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

ANEXO II-A

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,09 | 9,92 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 25,72 | 25,72 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 38,09 | 0,00 | 9,92 | 0,00 |

ANEXO II-B

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,09 | 10,18 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 26,39 | 26,39 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 39,09 | 0,00 | 10,18 | 0,00 |

ANEXO III

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE

| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
|---|---|---|---|
| CERAL ANITÁPOLIS | R$ 7.516,69 | R$ 626,39 | setembro/2011 a agosto/2012 |

ANEXO IV

Quotas Anuais da CERAL ANITÁPOLIS de CCC, CDE e PROINFA

| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
|---|---|---|---|
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 102.106,06 | R$ 8.508,84 | outubro/2011 a Setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 75.440,21 | R$ 6.286,68 | outubro/2011 a Setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 32.878,15 | R$ 2.739,85 | novembro/2011 a Outubro/2012 |

ANEXO V

TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO

Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012

| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
|---|---|---|---|
| CERBRANORTE | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,14 | 14,79 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.218, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - CERSUL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora CELESC para a CERSUL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 020/2008, bem como o que consta do Processo n° 48500.002006/2011-78; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - CERSUL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERSUL ficam, em média, reajustadas em 2,73% (dois vírgula setenta e três por cento), sendo 10,20% (dez vírgula vinte por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -7,47% (menos sete vírgula quarenta e sete por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 3,52% (três vírgula cinqüenta e dois por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERSUL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de setembro de 2011.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERSUL, referente ao período de setembro/2011 a agosto/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERSUL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CERSUL, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERSUL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Retificar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CELESC para a CERSUL, que constam do Despacho n. 4.080, de 4 de novembro de 2008 e da Resolução Homologatória n. 1.065, de 14 de setembro de 2010, conforme consta dos Anexos VI e VII desta Resolução.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CERSUL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 26,84 | 181,23 | 26,84 | 34,62 | 0,00 | 146,61 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 313,55 | | 166,93 | | 146,62 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 102,81 | | 51,49 | | 51,32 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 176,23 | | 88,26 | | 87,97 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 264,35 | | 132,39 | | 131,96 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 293,72 | | 147,10 | | 146,62 |
| B2 - RURAL | | 186,30 | | 99,19 | | 87,11 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 171,35 | | 91,23 | | 80,12 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 297,24 | | 158,25 | | 138,99 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 153,12 | | 81,52 | | 71,60 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 168,08 | | 89,48 | | 78,60 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 33,48 | 8,72 | 33,48 | 8,72 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 270,91 | 244,45 | 166,67 | 151,32 | 22,61 | 22,61 | 22,61 | 22,61 | 248,30 | 221,84 | 144,06 | 128,71 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 8,72 | 8,72 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.048,59 | 1.022,12 | 166,67 | 151,32 | 800,28 | 800,28 | 22,61 | 22,61 | 248,31 | 221,84 | 144,06 | 128,71 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| QUADRO S | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS COBRÁVEIS | Grupo B (Reais) | | | Grupo A (Reais) |
| | Monofásico | Bifásico | Trifásico | |
| I - Vistoria de unidade consumidora | 4,50 | 6,44 | 12,88 | 38,69 |
| II - Aferição de medidor | 5,80 | 9,66 | 12,88 | 64,49 |
| III - Verificação de nível de tensão | 5,80 | 9,66 | 11,60 | 64,49 |
| IV - Religação normal | 5,14 | 7,08 | 21,26 | 64,49 |
| V - Religação de urgência | 25,78 | 38,69 | 64,49 | 128,98 |
| VI - Segunda via de fatura | 1,92 | 1,92 | 1,92 | 3,86 |
| VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos | 1,87 | 1,87 | 1,87 | 3,76 |
| VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa) | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| IX - Desligamento ou Religação programada | 25,10 | 37,66 | 62,77 | 125,55 |
| X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XI - Comissionamento de obra | 13,14 | 18,81 | 37,62 | 112,97 |
| XII - Remoção de poste | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIII - Remoção de rede | (*) | (*) | (*) | (*) |
| XIV - Visita técnica | 4,38 | 6,27 | 12,54 | 37,66 |
| XV - Custo administrativo de inspeção | 70,99 | 106,51 | 177,53 | 2.367,10 |

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

| PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010) (em R$/kW) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (SUB)GRUPO TARIFÁRIO | B1 | B2 rural | B2 irrigação | B3 | A4 |
| K | 66,65 | 39,61 | 36,42 | 63,18 | 84,35 |

ANEXO II

CERSUL

| TARIFA CONVENCIONAL | QUADRO A | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) | DEMANDA (R$/kW) | ENERGIA (R$/MWh) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 28,79 | 194,41 | 28,79 | 37,14 | 0,00 | 157,27 |
| B1 - RESIDENCIAL | | 336,35 | | 179,07 | 0,00 | 157,28 |
| B1 - RESIDENCIAL BAIXA RENDA: | | | | | | |
| Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh | | 110,78 | | 55,73 | | 55,05 |
| Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh | | 189,91 | | 95,54 | | 94,37 |
| Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh | | 284,87 | | 143,32 | | 141,55 |
| Consumo mensal superior a 220 kWh | | 316,52 | | 159,24 | | 157,28 |
| B2 - RURAL | | 199,86 | | 106,41 | | 93,45 |
| B2 - SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO | | 183,81 | | 97,87 | | 85,94 |
| B3 - DEMAIS CLASSES | | 318,86 | | 169,76 | | 149,10 |
| B4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| B4a - Rede de Distribuição | | 164,26 | | 87,45 | | 76,81 |
| B4b - Bulbo da Lâmpada | | 180,29 | | 95,98 | | 84,31 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO B | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 35,91 | 9,36 | 35,91 | 9,36 | 0,00 | 0,00 |

| TARIFA HORO-SAZONAL AZUL | QUADRO C | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 290,61 | 262,22 | 178,79 | 162,32 | 24,25 | 24,25 | 24,25 | 24,25 | 266,36 | 237,97 | 154,54 | 138,07 |

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO E | | |
|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | TUSD | TE |
| SUBGRUPO | (R$kW) | (R$kW) | (R$kW) |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 9,36 | 9,36 | 0,00 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| TARIFA HORO-SAZONAL VERDE | QUADRO F | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TUSD + TE | | | | TUSD | | | | TE | | | |
| | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | | ENERGIA (R$/MWh) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | | PONTA | | F. PONTA | |
| SUBGRUPO | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA | SECA | UMIDA |
| A4 (2,3 kV a 25 kV) | 1.124,85 | 1.096,45 | 178,79 | 162,32 | 858,48 | 858,48 | 24,25 | 24,25 | 266,37 | 237,97 | 154,54 | 138,07 |

| DESCONTOS PERCENTUAIS | QUADRO J | |
|---|---|---|
| UNIDADE CONSUMIDORA | DEMANDA | ENERGIA |
| Rural - Grupo A | 10% | 10% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo A | 15% | 15% |
| Água, Esgoto e Saneamento - Grupo B | - | 15% |

| ANEXO II-A | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 33,48 | 8,72 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 22,61 | 22,61 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 33,48 | 0,00 | 8,72 | 0,00 |

| ANEXO II-B | | |
|---|---|---|
| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO L | |
| | TUSD | |
| | DEMANDA (R$/kW) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 35,91 | 9,36 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES | QUADRO M | |
|---|---|---|
| | TUSD | |
| | ENCARGOS (R$/MWh) | |
| SUBGRUPO | PONTA | F. PONTA |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 24,25 | 24,25 |

| TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006 | QUADRO U | | | |
|---|---|---|---|---|
| | TUSD | | | |
| SUBGRUPO | DEMANDA (R$/kW) | | | |
| | PONTA | | F. PONTA | |
| | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto | Parcela sujeita ao desconto | Parcela não sujeita ao desconto |
| A4 (2,3 a 25 kV) | 35,91 | 0,00 | 9,36 | 0,00 |

| ANEXO III<br>TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE | | | |
|---|---|---|---|
| PERMISSIONÁRIA | TFSEE ANUAL | TFSEE MENSAL | COMPETÊNCIA |
| CERSUL | R$ 112.391,86 | R$ 9.365,99 | setembro/2011 a agosto/2012 |

| ANEXO IV<br>Quotas Anuais da CERSUL de CCC, CDE e PROINFA | | | |
|---|---|---|---|
| ENCARGO | QUOTA ANUAL (R$) | QUOTA MENSAL (R$) | COMPETÊNCIA |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | R$ 1.699.073,30 | R$ 141.589,44 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | R$ 1.268.660,04 | R$ 105.721,67 | outubro/2011 a setembro/2012 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | R$ 547.101,60 | R$ 45.591,80 | novembro/2011 a outubro/2012 |

| ANEXO V<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 4,47 | 58,17 |
| CELESC | A3 (69 kV) | 11,83 | 26,50 |

## ANEXO VI

RETIFICAÇÃO DO ANEXO I DO DESPACHO N° 4.080, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008
Onde se lê:

ANEXO I

TARIFAS INICIAIS DE COMPRA (SUPRIMENTO), COM EXCLUSÃO DAS ALÍQUOTAS ECONÔMICAS DO PIS/PASEP E DA COFINS

| Item | Concessionária Supridora | Subgrupo / Tensão (kV) | Tarifa de Suprimento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | | | Demanda (R$/kW) | Energia (R$/MWh) | Demanda (R$/kW) | Energia (R$/MWh) | Demanda (R$/kW) | Energia (R$/MWh) |
| 1 | CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,13 | 14,76 | 1,13 | 1,10 | 0,00 | 13,66 |
| 2 | CELESC | A3 (69 kV) | 3,00 | 6,72 | 3,00 | 0,47 | 0,00 | 6,25 |

Leia-se:

ANEXO I

TARIFAS INICIAIS DE COMPRA (SUPRIMENTO), COM EXCLUSÃO DAS ALÍQUOTAS ECONÔMICAS DO PIS/PASEP E DA COFINS

| Item | Concessionária Supridora | Subgrupo / Tensão (kV) | Tarifa de Suprimento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | TUSD + TE | | TUSD | | TE | |
| | | | Demanda (R$/kW) | Energia (R$/MWh) | Demanda (R$/kW) | Energia (R$/MWh) | Demanda (R$/kW) | Energia (R$/MWh) |
| 1 | CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 3,87 | 50,39 | 3,87 | 3,78 | 0,00 | 46,61 |
| 2 | CELESC | A3 (69 kV) | 10,25 | 22,96 | 10,25 | 1,61 | 0,00 | 21,35 |

## ANEXO VII

RETIFICAÇÃO DO ANEXO IV DA RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.065, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010
Onde se lê:

| ANEXO IV<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2010 a 27 de setembro de 2011 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A3 (69 kV) | 3,41 | 7,64 |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 1,28 | 16,77 |

Leia-se:

| ANEXO IV<br>TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO<br>Vigente no período de 28 de setembro de 2010 a 27 de setembro de 2011 | | | |
|---|---|---|---|
| SUPRIDORA | Nível de Tensão | TUSD (R$/kW) | TE (R$/MWh) |
| CELESC | A3 (69 kV) | 11,65 | 26,09 |
| CELESC | A4 (de 2,3 kV a 25 kV) | 4,40 | 57,26 |

**DESPACHO DO DIRETOR-GERAL**
Em 20 de setembro de 2011

Nº 3.807 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.007389/2007-94, resolve liberar as garantias de fiel cumprimento prestadas pelos titulares das outorgas das usinas vendedoras no Leilão nº 01/2008, cujo empreendimento estiver apto a entrar em operação comercial, inclusive quanto à conclusão da instalação de interesse restrito e decorridos três meses após a conclusão da última unidade geradora , sendo o único óbice à entrada em operação comercial o atraso, a eles não imputável, da entrada em operação de instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia elétrica produzida, contado do marco estabelecido no Contrato de Concessão das instalações de transmissão.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
Em 27 de setembro de 2011

Nº 3.856 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no Contrato de Concessão de Transmissão nº 11/2009 e o constante do Documento nº 48513.030663/2011-00, resolve anuir ao penhor das ações e à cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de concessão, compreendendo os direitos creditórios e demais direitos relacionados no pedido protocolado no Documento citado, da Catxerê Transmissora de Energia S.A., para captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de até R$ 193 milhões (cento e noventa e três milhões de reais), para investimentos na respectiva área de concessão, com as ressalvas de que: (i) na hipótese de execução da garantia constituída pelo penhor de ações, a transferência de controle societário dependerá de anuência prévia da ANEEL e (ii) no caso de descumprimento de compromissos financeiros por parte da concessionária, esta anuência não dará aos credores direito de qualquer ação contra a ANEEL.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Em 27 de setembro de 2011

Nº 3.857 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.003888/2011-99, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Pituquinhas, com potência estimada de 11,80 MW, às coordenadas 25º45'09,13" de Latitude Sul e 51º58'45,88" de Longitude Oeste, situada no rio Capão Grande, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 23/07/2011 pela empresa Reinhofer Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.356.783/0001-02, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 10/10/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.859 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.003887/2011-44, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Foz do Capão Grande, com potência estimada de 9,70 MW, às coordenadas 25º45'25,23" de Latitude Sul e 52º01'29,80" de Longitude Oeste, situada no rio Capão Grande, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/07/2011 pela empresa Reinhofer Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.356.783/0001-02, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 31/07/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.860 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004373/2011-14, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Taguá, com potência estimada de 6,70 MW, às coordenadas 25º31' de Latitude Sul e 51º46' de Longitude Oeste, situada no rio Jordão, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 15/08/2011 pela empresa Taguá Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.092.532/0001-00, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.861 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004334/2011-17, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Volta do Atalho, com potência estimada de 2,20 MW, às coordenadas 25º46'05,19" de Latitude Sul e 52º00'52,31" de Longitude Oeste, situada no rio Lajeado das Torres, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 15/08/2011 pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, inscrita no CNPJ sob o nº 77.890.846/0016-55, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.862 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004295/2011-40, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Cachoeira Tapada, com potência estimada de 1,45 MW, às coordenadas 17º27' de Latitude Sul e 40º03' de Longitude Oeste, situada no rio Itanhém, sub-bacia 55, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado da Bahia, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 15/08/2011 pela empresa Renova PCH Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.044.208/0001-91, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.863 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004219/2011-34, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Sabia, com potência estimada de 3,40 MW, às coordenadas 29º10'19" de Latitude Sul e 51º01'47" de Longitude Oeste, situada no rio Piai, sub-bacia 87, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 10/08/2011 pela empresa Energética Sabiá Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.530.259/0001-06, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.864 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004177/2011-31, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Volta Longa, com potência estimada de 2,20 MW, às coordenadas 28º31'05" de Latitude Sul e 51º24'43" de Longitude Oeste, situada no rio Turvo, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 10/08/2011 pela empresa Real Topografia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.962.921/0001-23, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.865 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004448/2011-59, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Bom Jardim, com potência estimada de 6,3 MW, às coordenadas 18º28'34" de Latitude Sul e 50º33'30" de Longitude Oeste, situada no rio Preto, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 23/08/2011 pela empresa Omega Energia Renovável S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.149.503/0001-06, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 3.866 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de Maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.004369/2011-48, resolve:

I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Santo Anjo, com potência estimada de 2,75 MW, às coordenadas 29º12'05" de Latitude Sul e 51º05'15" de Longitude Oeste, situada no rio do Piai, sub-bacia 87, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 18/08/2011 pela empresa Pequena Central Hidroelétrica Santo Anjo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.750.661/0001-83, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 26/11/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2011

Nº 3.858 - Processo nº 48500.005532/2007-11. Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: I - conhecer e dar provimento à solicitação da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., para aplicação dos Custos Variáveis Unitários (CVU's) da UTE Santa Cruz (diesel), da seguinte forma: a) CVU de R$ 720,29/MW.h, para aplicação a partir do Programa Mensal de Operação - PMO de outubro de 2011, do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; b) CVU's referentes ao combustível diesel especial, para a contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, dos custos incorridos com a geração da UTE Santa Cruz (diesel) fora da ordem de mérito de custo a serem ressarcidos via Encargos de Serviços do Sistema - ESS, para eventuais ressarcimentos a partir do PMO de maio de 2011, utilizando óleo diesel especial: R$ 720,29/MW.h para desligamento semanal com geração de 160 MW, R$ 797,29/MW.h com geração de 100 MW, R$ 778,55/MW.h para desligamento diário com geração de 160 MW, e R$ 812,37/MW.h com geração de 100 MW; c) CVU's, referentes ao combustível gás natural, para a contabilização pela CCEE, para eventuais ressarcimentos a partir do PMO de setembro de 2008, utilizando gás natural: R$ 288,31/MW.h para desligamento semanal com geração de 160 MW, R$ 326,90/MW.h com geração de 100 MW, R$ 311,45/MW.h para desligamento diário com geração de 160 MW, e R$ 334,76/MW.h com geração de 100 MW; II - conhecer e dar provimento parcial à solicitação de Furnas, homologando o CVU da UTE Santa Cruz (diesel) no valor de R$ 861,49/MW.h, a ser aplicado no período desde a revisão 3 do PMO de setembro de 2008 ao PMO de abril de 2011; III - determinar ao ONS que proceda à apuração da geração fora da ordem de mérito de custo da UTE Santa Cruz (diesel), considerando o combustível utilizado e o respectivo CVU, desde a revisão 3 do PMO de setembro de 2008 em diante, e informe o resultado à CCEE. A íntegra deste Despacho está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/pesquisadigit.cfm.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
## DIRETORIA III
## SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE ADJUNTO
Em 27 de setembro de 2011

Nº 1.132 - O SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116, de 26 de maio de 2010, com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO PRAIA CENTER LTDA, CNPJ nº 03.255.192/0001-75, ficando registrado na ANP sob o nº SP0030952, conforme Processo Administrativo ANP nº 48610.001227/2003-71, nos termos da medida liminar concedida no Mandado de Segurança, constante do Processo nº 625.01.2011.020412-8, nº de ordem 2352/2011 da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Taubaté-SP.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

## DIRETORIA IV
## SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

### AUTORIZAÇÃO Nº 439, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.002382/2011-15 e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, constituído pelas empresas Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS, Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN e Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.226.808/0001-78, autorizado a construir o Ponto de Entrega de Caçapava situado próximo ao km 188 do Gasoduto Campinas-Rio 28"- GASCAR, no município de Caçapava, no Estado do São Paulo, com vazão máxima de 1.000.000 Nm³/dia.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º As obras relativas à implantação das instalações elencadas na presente Autorização deverão ser executadas de acordo com o último cronograma enviado a esta Agência e constante do supracitado processo, devendo ser imediatamente comunicadas à ANP quaisquer alterações.

Art. 4º O Consórcio Malhas Sudeste Nordeste deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

### DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2011

Nº 1.133 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na resolução ANP nº 46, de 9 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo à L.A. FALCÃO BAUER CENTRO TECNOLÓGICO DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA., localizada em São Paulo - SP, CNPJ: 53.020.152/0001-12.
Processo ANP: 48600.000548/2011-88
Cadastro: 047
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa Específica a 20 ºC - ABNT NBR 7148
•Ponto de Fulgor - ABNT NBR 14598

Nº 1.134 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na resolução ANP nº 46, de 9 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo à CENTRAL ANALÍTICA DO INSTITUTO DE QUÍMICA DA UNICAMP, pertencente à FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP, localizada em Campinas - SP, CNPJ: 49.607.336/0001-06.
Processo ANP: 48600.000241/2011-87
Cadastro: 046
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa Específica a 20 ºC - ABNT NBR 14065
•Índice de acidez - ASTM D 664

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº 1.135 | BOSTIK BRASIL ADESIVOS LTDA - CNPJ nº 01.184.016/0001-64 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002998/2011 - 13 | NEVER SEEZ REGULAR GRADE COMPOUND | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | VALVULA E GACHETAS | 3785 |
| | 48600.002996/2011 - 16 | NEVER-SEEZ WHITE FOOD GRADE WITH PTFE | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | VÁLVULAS E GACHETAS | 3789 |
| | 48600.002995/2011 - 71 | NEVER SEEZ PURE NICKEL SPECIAL | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | VÁLVULA E GACHETAS | 3790 |
| | 48600.002997/2011 - 61 | NEVER SEEZ HIGH TEMPERATURE STAINLESS | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | VALVULAS E GANCHETAS | 3788 |
| Nº 1.136 | CATERPILLAR BRASIL LTDA. - CNPJ nº 61.064.911/0001-77 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.003029/2011 - 71 | CAT SEAL LUBRICANT | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE DE VEDAÇÃO | 13537 |
| | 48600.003026/2011 - 38 | CAT CAMSHAFT AND FOLLOWER LUBRICANT | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE DE USO GERAL | 13535 |
| | 48600.003028/2011 - 27 | RUGLYDE RUBBER LUBRICANT | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FACILITADOR DE MONTAGEM DE PNEUS | 13536 |
| Nº 1.137 | CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 05.524.572/0001-93 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002935/2011 - 59 | CHEVRON TEXCLAD | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | GRAXA PARA LUBRIFICAÇÃO DE ENGRENAGENS ABERTAS E CORRENTES | 3783 |
| Nº 1.138 | KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.003000/2011 - 90 | KLUBERLUB NH1 11-231 | NLGI NA | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | GRAXA LUBRIFICANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA | 3791 |
| Nº 1.139 | NCH BRASIL LTDA - CNPJ nº 44.016.707/0001-61 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48620.000316/2011 - 91 | GEARCO FG | ISO 220 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ELABORADO CONFORME NORMAS DA FDA REGULATIONS - PART 21 CRF 21 CRF 178.3570 (USDA H1) - PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS, TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA | 13530 |
| | 48620.000316/2011 - 91 | GEARCO FG | ISO 460 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ELABORADO CONFORME NORMAS DA FDA REGULATIONS - PART 21 CRF 21 CRF 178.3570 (USDA H1) - PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS, TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA | 13530 |
| | 48620.000315/2011 - 47 | CERTOP FG | ISO 460 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ELABORADO CONFORME NORMAS DA FDA REGULATIONS - PART 21 CRF 21 CRF 178.3570 (USDA H1) - PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS, TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA. | 13531 |
| | 48620.000315/2011 - 47 | CERTOP FG | ISO 220 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ELABORADO CONFORME NORMAS DA FDA REGULATIONS - PART 21 CRF 21 CRF 178.3570 (USDA H1) - PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS, TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA. | 13531 |
| | 48620.000317/2011 - 36 | TOP BLEND FG | ISO 460 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ELABORADO CONFORME NORMAS DA FDA REGULATIONS - PART 21 CRF 21 CRF 178.3570 (USDA H1) - PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS, TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA | 13529 |
| | 48620.000317/2011 - 36 | TOP BLEND FG | ISO 220 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ELABORADO CONFORME NORMAS DA FDA REGULATIONS - PART 21 CRF 21 CRF 178.3570 (USDA H1) - PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS, TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA | 13529 |
| Nº 1.140 | PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 02.322.453/0001-60 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002792/2011 - 85 | POWERJET 2T PI | SAE 20 | API TCW-III | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE JET SKI DE 2 TEMPOS | 13528 |
| Nº 1.141 | PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - CNPJ nº 34.274.233/0001-02 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002294/2011 - 32 | LUBRAX ADVENTO | SAE 15W40 | API CJ-A/SM, ACEA E7-08/E9-08, MB 228.31, MAN M3275, VOLVO VDS-4, RVI RDL-3, CUMMINS 20071 E 20081, MACK EO-O PP07, DD 93K215, CATERPILLAR ECF-2, ECF-3 E ECF-1A | ÓLEO LUBRIFICANTE | AUTOMOTIVO | 13538 |
| Nº 1.142 | PETROLEU MINERALE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 73.300.949/0001-80 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002885/2011 - 18 | NEUTRON USISINT | ISO 3 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUÍDO DE CORTE SOLÚVEL PARA USINAGEM INDUSTRIAL | 13500 |
| Nº 1.143 | PETROLEU MINERALE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 73.300.949/0001-80 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002883/2011 - 11 | NÊUTRON LUBRIFIL | ISO 10 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE TAMBÉM INDICADO PARA FILTROS DE AR. | 13520 |
| Nº 1.144 | QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002460/2011 - 09 | RELINA B 700 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL EM ÁGUA | 13518 |
| | 48600.002451/2011 - 18 | MICROCUT 510 FW | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO PARA USINAGEM DE METAIS. | 13519 |
| | 48600.002454/2011 - 43 | QUAKEROL CSN TP 1.0 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA LAMINAÇÃO A FRIO DE METAIS FERROSOS | 4392 |
| Nº 1.145 | QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002479/2011 - 47 | CARPA L | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO | 4375 |
| | 48600.002476/2011 - 11 | MICROGRIND B 1020 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA USINAGEM DE METAIS | 13509 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 100 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 32 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 22 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 150 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 220 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 68 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 46 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002442/2011 - 19 | CARPA H | ISO 10 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE. | 2917 |
| | 48600.002478/2011 - 01 | CARPA FUSO | ISO 5 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO LUBRIFICANTE PARA FUSOS E ROLAMENTOS | 4374 |
| | 48600.002480/2011 - 71 | CADOZ 11 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO USINAGEM DE METAIS | 13508 |
| | 48600.002481/2011 - 16 | COUPEX 015 SUPER | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO LUBRIFICANTE PARA USINAGEM DE METAIS | 13507 |
| Nº 1.146 | QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002483/2011 - 13 | CARPA ZF | ISO 10 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 2274 |
| | 48600.002483/2011 - 13 | CARPA ZF | ISO 32 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 2274 |
| | 48600.002483/2011 - 13 | CARPA ZF | ISO 46 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 2274 |
| | 48600.002483/2011 - 13 | CARPA ZF | ISO 150 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 2274 |
| | 48600.002469/2011 - 10 | CARPA H AW | ISO 68 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 5610 |
| | 48600.002469/2011 - 10 | CARPA H AW | ISO 32 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 5610 |
| | 48600.002469/2011 - 10 | CARPA H AW | ISO 10 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 5610 |
| | 48600.002469/2011 - 10 | CARPA H AW | ISO 46 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE | 5610 |
| Nº 1.147 | QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.002475/2011 - 69 | MICROGRIND B 220 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SOLÚVEL PARA USINAGEM | 13510 |
| | 48600.002463/2011 - 34 | SIDERLUBRIC 807 AL | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS | 13516 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 48600.002467/2011 - 12 | ROLIM 55 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | CONFORMAÇÃO À FRIO DE METAIS. | 13513 |
| | 48600.002462/2011 - 90 | SIDERLUBRIC 800-032 | ISO 32 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO HIDRÁULICO | 13517 |
| | 48600.002473/2011 - 70 | MICROGRIND 200 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA USINAGEM DE METAIS. | 4318 |
| | 48600.002470/2011 - 36 | LUBRICANT KT 70-2 FR | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO LUBRIFICANTE PARA CONFORMAÇÃO METAIS | 4302 |
| | 48600.002465/2011 - 23 | KUT B 506 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO PARA USINAGEM INTEGRAL | 13514 |
| | 48600.002464/2011 - 89 | KUT B 309 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO PARA USINAGEM | 13515 |
| | 48600.002474/2011 - 14 | MICROGRIND B 1000 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA USINAGEM DE METAIS. | 13511 |
| | 48600.002472/2011 - 25 | MICROCUT B 200 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO PARA USINAGEM SOLÚVEL EM ÁGUA. | 13512 |
| | 48600.002471/2011 - 81 | MICROCUT 500 SI | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA USINAGEM DE METAIS. | 4269 |

Nº 1.148 ROBERT BOSCH LIMITADA - CNPJ nº 45.990.181/0001-89

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002999/2011 - 50 | VP 728 | NLGI NA | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS - LUBRIFICAÇÃO DE CAIXA DE ENGRENAGENS | 3786 |

Nº 1.149 SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.003004/2011 - 78 | SHELL SPIRAX S3 AX | SAE 80W90 | API GL 5 | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS DE ENGRENAGENS HIPÓIDES E CÔNICO-HELICOIDAIS DE DIFERENCIAIS, CAIXAS DE DIREÇÃO E MUDANÇAS. | 13107 |

Nº 1.150 SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.003003/2011 - 23 | SHELL GADUS S3 V460XD | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | APLICAÇÕES MÚLTIPLAS EM EQUIPAMENTOS DE MINERAÇÃO E NA INDÚSTRIA EM GERAL | 3784 |

Nº 1.151 SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.003001/2011 - 34 | SHELL GADUS S5 V100 | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | LUBRIFICAÇÃO DE MANCAIS INDUSTRIAIS SUJEITOS A BAIXÍSSIMAS TEMPERATURAS | 3787 |

Nº 1.152 TERNEC LUBRIFICANTES LTDA. - EPP - CNPJ nº 58.842.410/0001-60

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002928/2011 - 57 | SOLLEX 500 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO DE CORTE SOLÚVEL EM ÁGUA | 13521 |
| 48600.002930/2011 - 26 | SILICONE INDUSTRIAL 1000/1012 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE DE SILICONE | 13524 |
| 48600.002921/2011 - 35 | TRD 8/638 | ISO 32 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO DE CORTE INTEGRAL | 13525 |
| 48600.002916/2011 - 22 | HCS 544 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL | 13527 |
| 48600.002929/2011 - 00 | SILICONE INDUSTRIAL 350/1012 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE DE SILICONE | 13523 |
| 48600.002915/2011 - 88 | HCM 520 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL. | 13526 |

Nº 1.153 TERNEC LUBRIFICANTES LTDA. - EPP - CNPJ nº 58.842.410/0001-60

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002934/2011 - 12 | OT 10/105 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO PARA MÁQUINA DE COSTURA | 13506 |
| 48600.002927/2011 - 11 | STAMP OIL MA 850 | ISO 150 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO PARA ESTAMPAGEM LAVÁVEL. | 13504 |
| 48600.002926/2011 - 68 | TRD 2/600 | ISO 10 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO PARA CORTE INTEGRAL | 13503 |
| 48600.002931/2011 - 71 | SILICONE INDUSTRIAL 200/1012 | ISO 150 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE DE SILICONE | 13505 |
| 48600.002925/2011 - 13 | TRD 2/633 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO DE CORTE INTEGRAL | 13502 |
| 48600.002924/2011 - 79 | TRD 2/638 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO DE CORTE INTEGRAL | 13501 |

Nº 1.154 TERNEC LUBRIFICANTES LTDA. - EPP - CNPJ nº 58.842.410/0001-60

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002923/2011 - 24 | TRD 2/646 | ISO 15 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO DE CORTE INTEGRAL | 13534 |
| 48600.002922/2011 - 80 | TRD 4/633 | ISO 32 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO DE CORTE INTEGRAL | 13533 |

Nº 1.155 TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 71.770.689/0001-81

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002410/2011 - 13 | KASSILA GMP | ISO 1000 | API GL 4, DIN 51517 PARTE 3 GRUPO CLP, ISO 6743-6 CATEGORIA CKE, CINCINNATI MILACRON, FLENDER | ÓLEO LUBRIFICANTE | ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAR ENGRENAGENS OPERANDO SOB CARGAS PESADAS E COM CHOQUES: ENGRENAGENS RETOS OU CÔNICOS ROLAMENTOS E ACOPLAMENTOS ROLAMENTOS DE ROSCA SEM FIM | 13532 |
| 48600.002410/2011 - 13 | KASSILA GMP | ISO 220 | API GL 4, DIN 51517 PARTE 3 GRUPO CLP, ISO 6743-6, CATEGORIA CKE, CINCINNATI MILACRON, FLENDER. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAR ENGRENAGENS OPERANDO SOB CARGAS PESADAS E COM CHOQUES: ENGRENAGENS RETOS OU CÔNICOS ROLAMENTOS E ACOPLAMENTOS ROLAMENTOS DE ROSCA SEM FIM | 13532 |
| 48600.002410/2011 - 13 | KASSILA GMP | ISO 320 | API GL 4, DIN 51517 PARTE 3 GRUPO CLP, ISO 6743-6 CATEGORIA CKE, CINCINNATI MILACRON, FLENDER | ÓLEO LUBRIFICANTE | ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAR ENGRENAGENS OPERANDO SOB CARGAS PESADAS E COM CHOQUES: ENGRENAGENS RETOS OU CÔNICOS ROLAMENTOS E ACOPLAMENTOS ROLAMENTOS DE ROSCA SEM FIM | 13532 |
| 48600.002410/2011 - 13 | KASSILA GMP | ISO 680 | API GL 4, DIN 51517 PARTE 3 GRUPO CLP, ISO 6743-6 CATEGORIA CKE, CINCINNATI MILACRON FLENDER | ÓLEO LUBRIFICANTE | ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAR ENGRENAGENS OPERANDO SOB CARGAS PESADAS E COM CHOQUES: ENGRENAGENS RETOS OU CÔNICOS ROLAMENTOS E ACOPLAMENTOS ROLAMENTOS DE ROSCA SEM FIM | 13532 |
| 48600.002410/2011 - 13 | KASSILA GMP | ISO 460 | API GL 4, DIN 51517 PARTE 3 GRUPO CLP, ISO 6743-6 CATEGORIA CKE, CINCINNATI MILACRON, FLENDER | ÓLEO LUBRIFICANTE | ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAR ENGRENAGENS OPERANDO SOB CARGAS PESADAS E COM CHOQUES: ENGRENAGENS RETOS OU CÔNICOS ROLAMENTOS E ACOPLAMENTOS ROLAMENTOS DE ROSCA SEM FIM | 13532 |
| 48600.002410/2011 - 13 | KASSILA GMP | ISO 150 | API GL 4, DIN 51517 PARTE 3 GRUPO CLP, ISO 6743-6 CATEGORIA CKE, CINCINNATI MILACRON, FLENDER | ÓLEO LUBRIFICANTE | ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAR ENGRENAGENS OPERANDO SOB CARGAS PESADAS E COM CHOQUES: ENGRENAGENS RETOS OU CÔNICOS ROLAMENTOS E ACOPLAMENTOS ROLAMENTOS DE ROSCA SEM FIM | 13532 |

Nº 1.156 UNOTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - CNPJ nº 02.055.072/0001-61

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48620.000314/2011 - 01 | TYPE MX LUBRICANT | ISO 46 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | EQUIPAMENTOS SUBMETIDOS A SERVIÇO PESADO EM TEMPERATURAS ENTRE -12ºC A 280ºC | 13522 |

Nº 1.157 UNOTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - CNPJ nº 02.055.072/0001-61

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48620.000313/2011 - 58 | RAIL GUARD - MEDIUM | NLGI 0 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | TRILHOS DE ESTRADA DE FERRO, COM GRANDE PODER DE ADERÊNCIA E FIXAÇÃO | 3792 |
| 48620.000313/2011 - 58 | RAIL GUARD - MEDIUM | NLGI 00 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | TRILHOS DE ESTRADA DE FERRO, COM GRANDE PODER DE ADERÊNCIA E FIXAÇÃO | 3792 |

Nº 1.158 YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60

| Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002702/2011 - 56 | YUSHIRO KEN FS-20 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11712 |
| 48600.002688/2011 - 91 | YUSHIRON FOMER S-1020 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 11777 |
| 48600.002672/2011 - 88 | YUSHIRON KEN N-10 H | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11730 |
| 48600.002656/2011 - 95 | YUSHIRO KEN FS-8507 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11735 |
| 48600.002620/2011 - 10 | YUSHIRON FORMER S-70/D | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12156 |
| 48600.002544/2011 - 34 | YUSHIRON CUT UB-45 F | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12152 |
| 48600.002543/2011 - 90 | YUSHIRON CUT UB-76 N | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE. | 12151 |
| 48600.002614/2011 - 54 | YUSHIRON FORMER S-2730 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12029 |
| 48600.002698/2011 - 26 | YUSHIRO KEN FS-40 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11706 |
| 48600.002677/2011 - 19 | YUSHIRON FORMER S-2765 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USINAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12065 |
| 48600.002701/2011 - 10 | YUSHIRO KEN SS-36 T | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11710 |
| 48600.002676/2011 - 66 | YUSHIRON FORMER SW-200 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | PASTA PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12064 |
| 48600.002669/2011 - 64 | YUSHIRO KEN EC-50 ML | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM | 11727 |
| 48600.002343/2011 - 37 | YUSHIRON CUT G-320 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 11798 |
| 48600.002332/2011 - 57 | YUSHIRON OIL Nº 10 P | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12166 |
| 48600.002318/2011 - 53 | YUSHIRON OIL Nº 2 A | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12173 |
| 48600.002341/2011 - 48 | YUSHIRON CUT UB-12 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 11722 |
| 48600.002489/2011 - 82 | YUSHIRON CUT UB-4095 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12080 |
| 48600.002703/2011 - 09 | YUSHIRON KEN SS-50 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11713 |
| 48600.002696/2011 - 37 | YUSHIRO KEN SHD | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11695 |
| 48600.002680/2011 - 24 | YUSHIRON FORMER S-580 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12093 |
| 48600.002666/2011 - 21 | YUSHIRO KEN SS-240 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11719 |
| 48600.002649/2011 - 93 | YUSHIRO KEN AL-51 T | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM | 11750 |
| 48600.002329/2011 - 33 | YUSHIRON OIL MH-32 ML | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA HIDRÁULICO | 12163 |
| 48600.002330/2011 - 68 | YUSHIRON OIL Nº 10 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12164 |
| 48600.002324/2011 - 19 | YUSHIRON OIL Nº 21 F | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12178 |
| 48600.002335/2011 - 91 | YUSHIRON OIL Nº 6 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12168 |
| 48600.002325/2011 - 55 | YUSHIRON OIL MH-3 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA PNEUMÁTICO | 12148 |
| 48600.002321/2011 - 77 | YUSHIRON OIL Nº 3 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12176 |
| 48600.002342/2011 - 92 | YUSHIRON CUT UB-4005 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 11761 |
| 48600.002491/2011 - 51 | YUSHIRON CUT UB-4135 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12083 |
| 48600.002494/2011 - 95 | YUSHIRON CUT UB-4035 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12088 |
| 48600.002488/2011 - 38 | YUSHIRON CUT UB-4125 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE E RETÍFICA | 12078 |
| 48600.002554/2011 - 70 | YUSHIRON OIL DF-6475 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12182 |
| 48600.002616/2011 - 43 | YUSHIRON FORMER S-2280 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12049 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48600.002542/2011 - 45 | YUSHIRON CUT UB-100 K | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12150 |
| 48600.002611/2011 - 11 | YUSHIRON FORMER S-2680 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12020 |
| 48600.002315/2011 - 10 | YUSHIRON OIL Nº 7 N | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12170 |
| 48600.002336/2011 - 35 | YUSHIRON CUT YG-6 S | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 11679 |
| 48600.002490/2011 - 15 | YUSHIRON CUT UB-4225 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12082 |
| 48600.002486/2011 - 49 | YUSHIRON CUT UB-4065 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12073 |
| 48600.002617/2011 - 98 | YUSHIRON FORMER S-1600 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12100 |
| 48600.002546/2011 - 23 | YUSHIRON CUT UB-55 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12154 |
| 48600.002540/2011 - 56 | YUSHIRON CUT UB-120 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12090 |
| 48600.002612/2011 - 65 | YUSHIRON FORMER S-2715 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12026 |
| 48600.002317/2011 - 17 | YUSHIRON OIL Nº 22 M | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12172 |
| 48600.002337/2011 - 80 | YUSHIRON CUT UB-4015 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 11680 |
| 48600.002322/2011 - 11 | YUSHIRON OIL Nº 21 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12177 |
| 48600.002492/2011 - 04 | YUSHIRON CUT UB-4260 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12085 |
| 48600.002485/2011 - 02 | YUSHIRON CUT UB-4090 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12072 |
| 48600.002487/2011 - 93 | YUSHIRON CUT UB-4060 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12075 |
| 48600.002681/2011 - 79 | YUSHIRON FORMER S-700 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12094 |
| 48600.002674/2011 - 77 | YUSHIRON FORMER SW-2770 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | PASTA PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12062 |
| 48600.002657/2011 - 30 | YUSHIRO KEN FS-8505 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11736 |
| 48600.002658/2011 - 84 | YUSHIRO KEN FS-50 H | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11737 |
| 48600.002613/2011 - 18 | YUSHIRON FORMER S-2720 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12027 |
| 48600.002618/2011 - 32 | YUSHIRON FORMER S-1600 N | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12101 |
| 48600.002607/2011 - 52 | YUSHIRON FORMER FM-500 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12010 |
| 48600.002610/2011 - 76 | YUSHRON FORMER S-2655 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12019 |
| 48600.002655/2011 - 41 | YUSHIRO KEN FS-8510 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11733 |
| 48600.002328/2011 - 99 | YUSHIRON OIL Nº 8 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12162 |
| 48600.002344/2011 - 81 | YUSHIRON CUT SF-4030 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE E RETÍFICA | 12012 |
| 48600.002338/2011 - 24 | YUSHIRON CUT UB-100 M | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 11681 |
| 48600.002697/2011 - 81 | YUSHIRO KEN SS-7 H | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11696 |
| 48600.002700/2011 - 67 | YUSHIRO KEN FS-20 AC | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11709 |
| 48600.002694/2011 - 48 | YUSHIRO KEN SH-30 R | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11693 |
| 48600.002678/2011 - 55 | YUSHIRON FORMER S-70 TA | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12091 |
| 48600.002682/2011 - 13 | YUSHIRON FORMER S-1240 MB | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12098 |
| 48600.002653/2011 - 51 | YUSHIRO KEN EC-50 T5 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM | 11755 |
| 48600.002319/2011 - 06 | YUSHIRON OIL Nº 2 AM | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12174 |
| 48600.002316/2011 - 64 | YUSHIRON OIL MH-100 COM | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA HIDRÁULICO | 12171 |
| 48600.002320/2011 - 22 | YUSHIRON OIL Nº 16 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12175 |
| 48600.002314/2011 - 75 | YUSHIRON OIL Nº 7 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 12169 |
| 48600.002340/2011 - 01 | YUSHIRON CUT UB-10 C | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE. | 11721 |
| 48600.002333/2011 - 00 | YUSHIRON OIL MH-46 HD | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA HIDRÁULICO | 12167 |
| 48600.002327/2011 - 44 | YUSHIRON OIL MH-46 ML | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA HIDRÁULICO | 12161 |
| 48600.002339/2011 - 79 | YUSHIRON CUT YG-6 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 11684 |
| 48600.002345/2011 - 26 | YUSHIRON CUT UB-4055 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE. | 12071 |
| 48600.002695/2011 - 92 | YUSHIRO KEN SH-40 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11694 |
| 48600.002683/2011 - 68 | YUSHIRON FORMER S-1450 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12099 |
| 48600.002668/2011 - 10 | YUSHIRO KEN FGC-980 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | FLUIDO SINTÉTICO PARA USINAGEM | 11726 |
| 48600.002650/2011 - 18 | YUSHIRO KEN AL-51 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM | 11752 |
| 48600.002587/2011 - 10 | YUSHIRO OIL CG-8 N | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM | 11764 |
| 48600.002615/2011 - 07 | YUSHIRON FORMER S-2040 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS | 12048 |
| 48600.002545/2011 - 89 | YUSHIRON CUT UB-75 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12153 |
| 48600.002547/2011 - 78 | YUSHIRON CUT UB-75 N | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12160 |
| 48600.002541/2011 - 09 | YUSHIRON CUT UB-100 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE | 12149 |
| 48600.002600/2011 - 31 | YUSHIRON OIL DF-6140 | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM | 11673 |

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
## CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A
## BOA VISTA ENERGIA S/A
NIRE 14300000547

### EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2011, às 10h00min na sede da Boa Vista Energia S/A, situada à Avenida Capitão Ene Garcez, 691 - Centro, em Boa Vista-RR, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, o acionista único da sociedade, convocado por carta. Presentes o Conselheiro Diretor-Presidente Sr. MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA e o advogado SANDRO GIRALDI, representante do acionista único - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte - por procuração, conforme estabelecido pela Resolução de Diretoria daquela Empresa - RD-0500/2011, de 03.08.2011, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Substituição de Conselheiro Fiscal Suplente; 2. Eleição de Membro do Conselho de Administração. Atendendo ao disposto no Artigo 9º do Estatuto Social da Empresa, o Sr. MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA assumiu a direção dos trabalhos e passou a presidir a Assembléia Geral Extraordinária. Em seguida, convidou a mim, OBERICO FERREIRA BARBOSA, Secretário-Geral, para secretariar os trabalhos, ficando então constituída a mesa. Continuando, o Presidente da Assembléia solicitou ao representante da Eletronorte, detentora da totalidade do capital social subscrito e integralizado da Boa Vista Energia S/A, que assinasse o livro de presença de acionistas, o que foi feito. Em seguida, solicitou-me registrar que nos termos do Artigo 124, Parágrafo Quarto da Lei nº 6.404/76, a empresa está dispensada de convocar a Assembléia Geral Extraordinária por anúncio publicado. Prosseguindo, o Presidente da Assembléia colocou para apreciação o item 1. Da Ordem do Dia, onde o representante da Eletronorte propôs e votou de acordo com a instrução de voto da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, constante da Resolução de Diretoria Executiva RD-0500/2011, pela eleição do Sr. LEONARDO RODRIGO FERREIRA, para membro suplente do Conselho Fiscal, em substituição à Sra. HIROMI CRISTINA SANTOS DOI. Passando ao item 2. Da Ordem do Dia, o representante da Eletronorte propôs e votou ainda, de acordo com a instrução de voto da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, constante da Resolução de Diretoria Executiva RD-0500/2011, pela eleição da Sra. JULIANA NUNES ESCÓRCIO LIMA MOURA, para membro do Conselho de Administração, em vaga existente. A eleita deverá cumprir o período remanescente do mandato correspondente ao triênio 2009/2012, iniciado na Assembléia Geral Ordinária de 20.04.2009, com término na Assembléia Geral Ordinária de 2012. Documentos pertinentes aos itens relacionados acima encontram-se à disposição na sede da BOA VISTA ENERGIA S.A - situada à Avenida Capitão Ene Garcez,nº 691, Bairro Centro, Boa Vista/Roraima. O Texto Integral desta Ata foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Roraima, com Protocolo n° 11/008900-6 de 14/09/2011 e registro em 19/09/2011, sob o n° 457613.

OBERICO FERREIRA BARBOSA
Secretário-Geral

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

### DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Relação nº 179/2011 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.064/2003-ALCEU ANTIMO VEZOZZO FILHO- Alvará n°8.542/2003 - Cessionário: HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUAÇU LTDA- CNPJ 77.768.943/0001-93

Relação nº 182/2011 - DF

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 31 do Código de Mineração, autoriza a averbação de atos de transferência do requerimento lavra em cadeia sucessória, por Sucessão Causa - Mortis e Cessão (1954). (1043)
Titular: (De Cujos): JOAQUIM LEITE SERRÃO - CPF: 334.567.557-91
Inventariantes: MARIA LUIZA DE CASTRO SERRÃO, Espólio, NELSON DE CASTRO SERRÃO, Espolio.
Atual Inventariante: LUIZ ALBERTO DE CASTRO SERRÃO - CPF: 201.955.407-00
Anuente ao Termo de Autorização Firmado em 08.08.1988 - LUIZ ALBERTO DE CASTRO SERRÃO
Cedente: GONDSTONE - MINÉRIOS & METAIS LTDA.- CNPJ: 31.231.590/0001-97
Cessionária: EMPRESA DE MINERAÇÃO J. SERRÃO LTDA. - CNPJ: 28.671.832/0001-59
Objeto da Sucessão e Cessão:
810.098/76 - Requerimento de Lavra - Japeri, Miguel Pereira e Nova Iguaçu/RJ
Instrumentos da Sucessão e Cessão: formal de partilha amigável lavrado sob nº. 16.831-3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro em 12.05.1987, e Certidão expedida em 26.09.2007, pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, em favor do inventariante Luiz Alberto de Castro Serrão em face aos falecimentos de Maria Luiza de Castro Serrão e Nelson de Castro Serrão, em inventário conjunto e Termo de compromisso firmado em 08.08.1998, instrumento de cessão de direitos minerários datado de 05.07.2000, e contrato particular de cessão total de direitos datado de 30.05.2011, que convalidou o requerimento de lavra protocolizado em 02.02.1989 pela empresa cedente Gondstone - Minérios & Metais Ltda.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

## SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 144/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
806.012/2003-VILA NOVA INDUSTRIAL MINERADORA DE GRANITOS LTDA.- Alvará n°4.947/2003 - Cessionário: IMPAR SERVIÇOS DE MINERAÇÃO S/A- CNPJ 04.314.861/0001-03

WAGNER DA SILVA SIQUEIRA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Relação nº 613/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.827/2003-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA- DOU de 03/07/2008
831.828/2003-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA- DOU de 03/07/2008
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
832.451/2003-RUIMAR AMARAL GARCIA- AI N°1716/11-FISC
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
833.007/2010-C.M. ENGENHARIA LTDA ME- DOU de 14/04/2011

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Superintendente Substituto do DNPM/MG

Relação nº 622/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.903/2005-DELMO AGNUS BARRETO-DIAMANTINA/MG - Guia nº 201/2011-4.000 toneladas-Quartzo- Validade:14/02/2015
832.470/2007-MARCOS DELFINO ROSA-COROMANDEL/MG, CATALÃO/GO - Guia nº 192/2011-50.000 toneladas-Cascalho Diamantífero- Validade:02/04/2012
831.280/2010-AGRIMINAS MINERAÇÃO LTDA-FUNILÂNDIA/MG - Guia nº 200/2011-4.000 toneladas-Calcário- Validade:31/08/2012
833.005/2010-ENERGISA SOLUÇOES S.A.-GUARANI/MG, PIRAÚBA/MG - Guia nº 174/2011-30.000 toneladas-Gnaisse (Brita)- Validade:19/10/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.597/1997-KMM MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-BELO VALE/MG - Guia nº 203/2011-50.000 t/ano-Granito para brita- Validade:11/01/2012
830.475/2001-ARAR PEDRAS MINERAÇÃO LTDA.-FELIXLÂNDIA/MG - Guia nº 170/2011-2.600 toneladas-Ardósia- Validade:06/06/2015
832.034/2003-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-CACHOEIRA DE PAJEÚ/MG - Guia nº 185/2011-2.600 toneladas-Granito- Validade:27/06/2015

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Relação nº 124/2011

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.325/1984-GRANITOS MOREDO LTDA- AI N° 252/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.141/1999-GENESIS MINERACAO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1789/11
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.001/2007-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.- Registro de Licença No.:466/2008 - Vencimento em 18/08/2012
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
840.464/2007-Valdeliro Geraldo de Oliveira- AI N°254/11
840.103/2008-ACLF Empreendimentos Ltda.- AI N°253/11
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
840.163/2003-VINICIUS EPAMINONDAS REIS -AI N°192/11
840.198/2004-QUALIMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. -AI N°193/11
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
840.086/2005-MINERAÇÃO GOIANA LTDA. -AI N°204/08
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
840.086/2005-MINERAÇÃO GOIANA LTDA.-AI N°145/08

Relação nº 127/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
840.219/2003-AGRESTE MINERAÇÃO LTDA- AI N°262/10

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

## SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Relação nº 101/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
820.359/2007-MINERAÇÃO FILÃO LTDA ME- DOU de 16.07.10
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
820.558/2002-CARLOS ROBERTO SIQUEIRA- NOT. N°1527/2006
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
820.166/2005-EDSON LOPES & CIA LTDA.- DOU de 20/01/2006
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
820.558/2002-CARLOS ROBERTO SIQUEIRA- AI N°150/2004
Fase de
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
821.602/1999-ANTÔNIO TORDATO- AI N°488/2006
Fase de Licenciamento
Torno sem efeito a baixa na transcrição do Registro de Licença(767)
820.467/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Registro de Licença N°2.039/1998
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
820.195/2003-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA. - Publicado DOU de 20.04.2006, Relação n° 026/06, Seção I, pág. -- Onde se lê: Guilherme Lins de Barros - Leia-se: Pedreira Diabásio Ltda.
820.559/2007-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO AREIA E ARGILA CIANCAGLIO LTDA ME - Publicado DOU de 16.07.10, Relação n° 051/10, Seção I, pág. - Aprova o Relatório Final de Pesquisa e Retifica aprovação do Relatório Final de Pesquisa, com redução de área de 40,62 hectares para 11,64 hectares.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito a nulidade do Registro de Licença(1821)
820.468/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Publicado DOU de 09.03.05-Registro de Licença n°2.394/2000
820.469/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Publicado DOU de 09.03.05-Registro de Licença n°2.395/2000
820.474/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Publicado DOU de 09.03.05-Registro de Licença n°2.399/2000
820.476/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Publicado DOU de 09.03.05-Registro de Licença n°2.400/2000
820.478/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Publicado DOU de 09.03.05-Registro de Licença n°2.401/2000
820.486/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Publicado DOU de 09.03.05-Registro de Licença n°2.466/2000

Relação nº 104/2011

Fase de Licenciamento
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
821.738/1999-DEL BEL & BELISSI LTDA -ME- NOT Nº1536 - Proc.Cobrança 921.570/2010-R$ 1.934,44
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
820.148/2008-MAURICIO BRAMBILLA

Relação nº 106/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.969/2010-CERAMICA ITAPEVA DO TAQUARI LTDA. EPP
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
820.151/2010-ROVILSON DE OLIVEIRA GARCEZ
820.558/2010-JB EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA ME
820.649/2010-AREMAX EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA ME
820.651/2010-ALAN HENRIQUE TARGINO DE MEDEIROS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.102/2005-LEUDIR CORBUCCI RODRIGUES-OF. N°733/2011 2º Distrito/DNPM
821.018/2010-TRUINFO IESA INFRAESTRUTURA S A-OF. N°720/11-DGTM/DNPM/SP
821.019/2010-TRUINFO IESA INFRAESTRUTURA S A-OF. N°720/11-DGTM/DNPM/SP
821.159/2010-VILELA & SILVA LTDA ME-OF. N°732/2011 2º Distrito/DNPM
821.211/2010-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°730/2011 2º Distrito/DNPM
821.224/2010-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°731/2011 2º Distrito/DNPM
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
820.329/2010-V. QUIROGA PENÁPOLIS - M.E.
820.496/2010-ROSANA APARECIDA PEREIRA LIMA
820.551/2010-ADRIANA LUCIA P. DE CARVALHO
820.967/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO HORII LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.124/2003-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.- Alvará n°13.037/2008 - Cessionario:820.823/11-Mineração Aoki Taubaté Ltda.- CPF ou CNPJ 00.625.283/0001-67
820.179/2007-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.- Alvará n°14.978/2008 - Cessionario:820.881/2011, 820.882/2011 e 820.883/2011-Porto de Areia Tubarão Ltda.- CPF ou CNPJ 66.966.359/0001-26
820.835/2008-ALINE CARLA FARRAPO- Alvará n°2.361/2009 - Cessionario:820.307/2011-MSX Minerais Ltda- CPF ou CNPJ 12.452.459/0001-05
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
820.159/2008-ROSANGELA MAIA BECCARI ME- OF. N° 723/2011-DGTM/DNPM/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.296/2006-FERRES & CIA LTDA-OF. N°718/2011-DGTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.591/2008-VALE DO PAITITI LTDA ME- Cessionário:Santa Teresa Di Riva Ltda.- CPF ou CNPJ 12.211.824/0001-90-Alvará n°10.299/2010
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.012/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°2260/2010
820.013/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°2261/2010
820.014/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°2262/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.051/2002-TIAGO ANTONIO VAZ ME-OF. N°729/11-DGTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.292/1979-HOLCIM (BRASIL) S A- Alvará n°5.215/1982 - Cessionário: Massari Mineração Participações Ltda.- CNPJ 12.776.168/0001-72
820.350/2005-EDENA MARIA PECHIO SASAKI EPP-Alvará n°130/2006 - Cessionário: Sandmix Mineração Ltda.- CNPJ 13.364.860/0001-56
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.452/2004-CERÂMICA NOVA CONQUISTA DE TATUÍ LTDA EPP-OF. N°713/11-DGTM/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
008.251/1957-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SUPERCAL LTDA.-OF. N°719/2011-DGTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.467/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.804/1993-INCTAM INDUSTRIA CERAMICA TAMBAU LTDA EPP- Registro de Licença No.:3.001/2007 - Vencimento em 25/07/2016
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
820.380/1983-PEDREIRA MONGAGUA LIMITADA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
821.029/2001-CERÂMICA SÃO LUIZ LTDA.- Cessionário:Areia do Vale Extração e Comércio Ltda.- CNPJ 61.236.386/0001-20- Registro de Licença n°2.703/2002- Vencimento da Licença: 29/08/2011
821.030/2001-CERÂMICA SÃO LUIZ LTDA.- Cessionário:Areia do Vale Extração e Comércio Ltda.- CNPJ 61.236.386/0001-20- Registro de Licença n°2.704/2002- Vencimento da Licença: 29/08/2011
Autoriza redução de área(1207)
820.457/1983-DACCACHE MINERAÇÃO LTDA- Área reduzida de 49,91 para 12,45
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.949/2010-PARAHYTINGA AREIAS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Registro de Licença n°3.167/2011 de 20/09/2011-Vencimento em 26/01/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.468/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
820.468/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

820.469/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
820.474/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
820.476/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
820.478/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
820.486/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°744/11-DGTM/DNPM/SP
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
820.980/2009-CERAMICA TARBO LTDA EPP
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
820.859/2009-LUIZ SERGIO ARANTES MARCONDES MACHADO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
820.526/2010-ROSA MARIA ABRANTKOSKI GARCEZ
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
820.422/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ELDORADO-OF. N°716/11-DGTM/DNPM/SP
820.577/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ-OF. N°746/11 - DGTM/DNPM/SP
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
820.045/2004-K.N. EXTRAÇÃO DE AREIA, COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA-EPP
820.450/2006-PEDREIRA PINHAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
820.796/2006-ROBERTO ISSAMU KISHI
820.163/2007-ALDEIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Relação nº 114/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
821.549/2000-SÔNIA MARIA BOZELLI CAMPOS E SOUZA-AI N°681/11-DFISC/DNPM/SP
820.037/2005-FISCHER S.A. AGROINDUSTRIA-AI N°682/11-DFISC/DNPM/SP
820.134/2005-SÃO MARTINHO S.A.-AI N°684/11-DFISC/DNPM/SP
820.211/2005-LUIZ ANTONIO DE SIQUEIRA BARROS-AI N°685/11-DFISC/DNPM/SP
820.585/2005-EDILENE DIAS SERAPHIM-AI N°748/11-DFISC/DNPM/SP
820.594/2005-GEOPEX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA POÇOS ARTESIANOS LTDA ME-AI N°695/11-DFISC/DNPM/SP
820.595/2005-BANCO DE AREIA ARACACU LTDA-AI N°696/11-DFISC/DNPM/SP
820.599/2005-ADILSON MARTINS SANTOS-AI N°697/11-DFISC/DNPM/SP
820.638/2005-BARRO NOVO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA ME-AI N°699/11-DFISC/DNPM/SP
820.709/2005-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA-AI N°701/11-DFISC/DNPM/SP
820.711/2005-ISIDORO RAYS-AI N°702/11-DFISC/DNPM/SP
820.716/2005-JOSÉ LUIZ MORANDIN-AI N°703/11-DFISC/DNPM/SP
820.731/2005-ANTONIO RICARDO BEIRA-AI N°704/11-DFISC/DNPM/SP
820.732/2005-ANTONIO RICARDO BEIRA-AI N°705/11-DFISC/DNPM/SP
820.745/2005-LA BASQUE ALIMENTOS LTDA.-AI N°706/11-DFISC/DNPM/SP
820.746/2005-LA BASQUE ALIMENTOS LTDA.-AI N°707/11-DFISC/DNPM/SP
820.756/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°708/11-DFISC/DNPM/SP
820.759/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°709/11-DFISC/DNPM/SP
820.760/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°710/11-DFISC/DNPM/SP
820.761/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°711/11-DFISC/DNPM/SP
820.762/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°712/11-DFISC/DNPM/SP
820.763/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°714/11-DFISC/DNPM/SP
820.764/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°715/11-DFISC/DNPM/SP
820.775/2005-CERÂMICA LOPES LTDA - EPP-AI N°717/11-DFISC/DNPM/SP
820.780/2005-AGROPECUARIA IVO JORGE MAHFUZ LTDA-AI N°718/11-DFISC/DNPM/SP
820.783/2005-ICOTEMA MADEIRA E CONCRETO LTDA-AI N°719/11-DFISC/DNPM/SP
820.788/2005-OMAR MATTIELLI DE CARVALHO-AI N°720/11-DFISC/DNPM/SP
820.019/2006-TÂNIA DE CASSIA PROENÇA TAVARES-AI N°721/11-DFISC/DNPM/SP
820.020/2006-ITAMAR CASSOLA-AI N°722/11-DFISC/DNPM/SP
820.055/2006-ANTONIO RICARDO BEIRA-AI N°723/11-DFISC/DNPM/SP
820.062/2006-RICARDO DAHER MALUF-AI N°724/11-DFISC/DNPM/SP
820.065/2006-JOÃO RINALDO-AI N°725/11-DFISC/DNPM/SP
820.069/2006-FELIPE SCOPEL-AI N°726/11-DFISC/DNPM/SP
820.077/2006-CERAMICA CANELLA LTDA-AI N°727/11-DFISC/DNPM/SP
820.079/2006-CERÂMICA FORMIGARI LTDA EPP-AI N°728/11-DFISC/DNPM/SP
820.107/2006-JOÃO RODRIGUES DA CUNHA NETO-AI N°729/11-DFISC/DNPM/SP
820.123/2006-CERÂMICA FORMIGARI LTDA EPP-AI N°730/11-DFISC/DNPM/SP
820.141/2006-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA-AI N°731/11-DFISC/DNPM/SP
820.144/2006-EDNILSON ARTIOLI-AI N°732/11-DFISC/DNPM/SP
820.153/2006-RENATO CARDILLO-AI N°733/11-DFISC/DNPM/SP
820.163/2006-SILICATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°735/11-DFISC/DNPM/SP
820.165/2006-RICARDO SOUTO LEVY-AI N°736/11-DFISC/DNPM/SP
820.174/2006-RUY SCHEFER CORTE-AI N°737/11-DFISC/DNPM/SP
820.175/2006-RUY SCHEFER CORTE-AI N°738/11-DFISC/DNPM/SP
820.177/2006-RUY SCHEFER CORTE-AI N°739/11-DFISC/DNPM/SP
820.264/2006-PEDREIRA SANSON LTDA-AI N°749/11-DFISC/DNPM/SP
820.267/2006-EDNILSON ARTIOLI-AI N°758/11-DFISC/DNPM/SP
820.278/2006-JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO-AI N°750/11-DFISC/DNPM/SP
820.279/2006-JOÃO GUILHERME SABINO OMETTO-AI N°751/11-DFISC/DNPM/SP
820.281/2006-JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO-AI N°752/11-DFISC/DNPM/SP
820.282/2006-JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO-AI N°753/11-DFISC/DNPM/SP
820.283/2006-JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO-AI N°754/11-DFISC/DNPM/SP
820.286/2006-DALILA TEREZINHA VENDRAME-AI N°755/11-DFISC/DNPM/SP
820.294/2006-COMPANHIA MINERADORA GERAL-AI N°756/11-DFISC/DNPM/SP
820.295/2006-FERRES & CIA LTDA-AI N°757/11-DFISC/DNPM/SP
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
821.224/2001-WILSON RODRIGUES- AI N°683/11-DFISC/DNPM/SP
820.632/2005-JAIR LOPES DA SILVA EXTRAÇÃO DE AREIA - ME- AI N°698/11-DFISC/DNPM/SP
820.686/2005-ADELCHI FRANCISCO BOSSARDI FILHO- AI N°700/11-DFISC/DNPM/SP
820.768/2005-VANIA APARECIDA PRADO WALDRIGUI - ME- AI N°716/11-DFISC/DNPM/SP
820.162/2006-EXTRAÇÃO DE AREIA BARROS E PRADO LTDA - ME- AI N°734/11-DFISC/DNPM/SP

IZABEL SHIZUKA ITO TORRES
Substituta

# Ministério do Desenvolvimento Agrário

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 62, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO no uso da competência que lhe confere o art. 87, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009,

Considerando a necessidade de ajustes ao procedimento de cadastramento de ocupantes de terras públicas da União na Amazônia Legal, e

Considerando o deliberado na 8ª reunião do Grupo Executivo Interministerial - GEI, ocorrida no dia 29 de abril de 2011, que decidiu pela possibilidade de realização de cadastramento complementar a ser realizado pelas empresas de georreferenciamento contratadas no âmbito do Programa Terra Legal, resolve:

Art. 1° Os artigos 6º, 7º e 8º, da Portaria MDA nº 37, de 18 de junho de 2009, publicada no DOU de 19 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Os órgãos e entidades, públicos ou privadas, e as empresas contratadas pelo INCRA, por órgãos e entidades da administração pública ou por concessionárias de serviço público para realizar serviços de georreferenciamento deverão ser autorizados a realizar o cadastro.

.....

§3º Constatada qualquer irregularidade no procedimento de cadastramento praticada pelas empresas contratadas deve imediatamente ser instaurado processo administrativo para apuração das responsabilidades civil, penal e administrativas." (NR)

"Art. 7° São autorizados a realizar a atividade de cadastramento prevista nesta Portaria os seguintes órgãos, entidades e empresas:

.....

IV - Órgãos e entidades credenciados por meio de Portaria específica do Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal; e

V - Empresas contratadas pelo INCRA para realizar serviços de georreferenciamento, desde que devidamente credenciados por meio de Portaria específica do Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

VI - Empresas contratadas por órgãos e entidades públicos ou concessionárias de serviço público.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e V deste artigo, os critérios para o credenciamento serão definidos pelo Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

§ 2º Se o órgão ou entidade que realizar o cadastro não integrar a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou se tratar de cadastro realizado por empresa contratada pelo INCRA para realizar serviços de georreferenciamento, poderá ser determinada vistoria, de forma amostral, nas ocupações antes da conclusão do processo de regularização fundiária." (NR)

"Art. 8º O Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, após solicitação formal pelo interessado, expedirá as autorizações para órgãos, entidades e empresas contratadas atuarem como cadastradores, em conformidade com o disposto no art. 4º.

....." (NR)

Art. 2º Revogam-se o § 1º do artigo 2º e o caput e o parágrafo único do artigo 10 da Portaria MDA nº 37, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO FLORENCE

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO
## COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

### RESOLUÇÃO Nº 15, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA n° 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Décima Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2011 e;

Considerando o processo administrativo SR(20)ES nº 54340.000804/2003-38;

Considerando a audiência de conciliação realizada dia 26 de abril de 2011 junto à Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Espírito Santo, 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, resultando na Assentada acostada às fls. 794/795 dos autos do processo supramencionado, sobre a determinação para que o INCRA/ES apresente uma proposta de acordo visando por fim ao litígio da Ação de Desapropriação nº 2005.50.01.012665-4 referente à Fazenda São Miguel do Norte/Palestina, localizada no município de Mimoso do Sul/ES;

Considerando a restrição orçamentária demonstrada no r. Despacho de fls. 904, dos autos do processo mencionado, com vistas à reemissão de Título da Dívida Agrária (TDA), em função de redução de prazo de resgate de 15 (quinze) para 05 (cinco) anos;

considerando a informação de fls. 905 a 908 e despacho de fls. 909 a 910, exarados pela Procuradoria Federal Especializada Regional, resolve:

Art. 1º - desistir da proposta de acordo aprovada mediante a Décima Primeira Reunião Extraordinária do Comitê de Decisão Regional (CDR/ES), realizada no dia 11 de junho do corrente ano, consubstanciada com a Resolução/INCRA/SR(20)ES/CDR/N° 013, de 1º de julho de 2011, porquanto a DT não referendou a mesma por restrição orçamentária e financeira.

Art. 2º - Autorizar a Procuradoria Federal, neste Estado, a serviço do INCRA, na pessoa de qualquer um de seus procuradores, a apresentar ao Juízo da Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, o devido esclarecimento de que, no momento, por indisponibilidade orçamentária e financeira, deixa de apresentar a proposta do acordo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ GERÔNIMO BRUMATTI
Coordenador do Comitê

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 264, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e nos arts. 11 a 15 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando a necessidade de imprimir maior eficiência aos procedimentos administrativos relacionados à execução dos programas afetos ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de aprimorar os mecanismos de controle interno e de supervisão, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Secretários da Secretaria Executiva - SE, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP para, no âmbito das respectivas atribuições, praticarem os seguintes atos, ficando vedada a subdelegação:

I - celebração de convênios, de termos de parceria, de contratos de repasse, de acordos e de instrumentos congêneres, que tenham por objeto a execução de projetos ou a cooperação técnica, relacionados aos programas executados com recursos orçamentários sob sua responsabilidade, de termos aditivos bem como as prorrogações "de ofício" previstas na legislação pertinente;

II - aprovação dos respectivos planos de trabalho; e

III - autorização de doação de bens adquiridos com recursos de convênios e contratos de repasse firmados com Estados, Distrito Federal ou Municípios, desde que prevista nos referidos instrumentos e de acordo com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

Parágrafo único. As delegações de competência previstas neste artigo não abrangem:

I - os instrumentos a serem firmados com organismos internacionais, bem como seus termos aditivos;

II - os instrumentos cujo valor inicial seja superior a um milhão de reais, incluído o valor relativo à contrapartida, bem como seus termos aditivos;

III - os instrumentos a serem firmados com Ministros de Estado, com Governadores, com Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, assim como seus termos aditivos; e

IV - os instrumentos a serem firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, bem como seus termos aditivos.

Art. 2º Os convênios, os acordos e os instrumentos congêneres, bem como seus termos aditivos que tenham por objeto a execução de projetos ou a cooperação técnica, serão submetidos à Secretaria Executiva para manifestação prévia à celebração, nas seguintes situações:

I - pactuação inicial, ou aditivos, de instrumentos com entidades públicas estaduais, municipais ou do Distrito Federal, cujo valor inicial e eventuais aditivos seja superior a um milhão de reais, incluindo a contrapartida; e

II - pactuação inicial, ou aditivos, de instrumentos a serem celebrados com entidades privadas, com organizações sociais de interesse público e com organismos internacionais, independentemente do valor.

Art. 3º As autoridades delegadas nos termos do art. 1º desta Portaria deverão apresentar, a cada início de trimestre civil, relatório sucinto acerca da execução dos convênios, dos termos de parceria, dos contratos de repasse, dos acordos e dos instrumentos congêneres sob sua responsabilidade.

Art. 4º Ato do Secretário Executivo disporá sobre as rotinas e os fluxos de tramitação interna dos expedientes que tratam da celebração de convênios, de termos de parceria, de contratos de repasse, de acordos e de instrumentos congêneres, assim como as demais medidas julgadas necessárias à implementação desta Portaria.

Art. 5º As delegações de competência desta Portaria dar-se-ão por tempo indeterminado, com ressalva do exercício das atribuições ora delegadas.

Art. 6º No exercício das competências ora delegadas, deverão ser observadas a legislação aplicável e as normas que regem a Administração Pública, especialmente aquelas relativas à execução e ao controle da despesa pública, do orçamento e da contabilidade, em consonância com os princípios constitucionais.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, aplicando-se, no que couber, aos instrumentos em vigor.

TEREZA CAMPELLO

# Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

### PORTARIA Nº 374, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Consulta Pública: Revisão das Classes de Eficiência Energética para Refrigeradores e seus Assemelhados

Origem: Inmetro / MDIC

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a Revisão das Classes de Eficiência Energética para Refrigeradores e seus Assemelhados.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria da Qualidade - Dqual

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido
20251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou
E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Declarar que, findo o prazo fixado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

# Ministério do Esporte

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DELIBERAÇÃO Nº 261, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/06/2011, 02/08/2011 e 02/09/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/06/2011, 02/08/2011 e 02/09/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001261/2011-91
Proponente: Prefeitura Municipal de Contagem
Título: Lutas Contagem - MG
Registro/ ME: 01MG024542008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.715.508/0001-31
Cidade: Contagem - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 579.308,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2818 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31161-8
Período de Captação: da data de publicação até 01/08/2012.
2 - Processo: 58701.001262/2011-35
Proponente: Prefeitura Municipal de Contagem
Título: Escolinha de Hóquei e Patinação Contagem - MG
Registro/ ME: 01MG024542008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.715.508/0001-31
Cidade: Contagem - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 252.926,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2818 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31159-6
Período de Captação: da data de publicação até 01/07/2012.
3 - Processo: 58701.001263/2011-80
Proponente: Prefeitura Municipal de Contagem
Título: 7ª Corrida João César de Oliveira
Registro/ ME: 01MG024542008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.715.508/0001-31
Cidade: Contagem - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 295.707,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2818 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31170-7
Período de Captação: da data de publicação até 02/01/2012.
4 - Processo: 58701.001264/2011-24
Proponente: Prefeitura Municipal de Contagem
Título: Contagem 2016
Registro/ ME: 01MG024542008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 18.715.508/0001-31
Cidade: Contagem - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 606.876,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2818 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31160-X
Período de Captação: da data de publicação até 01/08/2012.
5 - Processo: 58701.001394/2011-67
Proponente: Instituto Para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura
Título: Jovens de Futuro - Ano I
Registro/ ME: 02RJ067142010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.688.611/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 490.729,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 37173-4
Período de Captação: da data de publicação até 01/08/2012.
6 - Processo: 58701.004964/2010-90
Proponente: Esporte Clube Jataí
Título: Jataí Futsal
Registro/ ME: 02GO076852010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.057.009/0001-39
Cidade: Jataí - UF: GO
Valor aprovado para captação: R$ 92.941,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0313 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50529-3
Período de Captação: da data de publicação até 07/06/2012.
7 - Processo: 58701.004964/2010-90
Proponente: Esporte Clube Jataí
Título: Jataí Futsal
Registro/ ME: 02GO076852010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.057.009/0001-39
Cidade: Jataí - UF: GO
Valor aprovado para captação: R$ 92.941,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0313 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50529-3
Período de Captação: da data de publicação até 07/06/2012.
8 - Processo: 58701.001235/2011-62
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA
Título: Projeto Olímpico de Saltos Ornamentais Ano 2
Registro/ ME: 02RJ009472007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.980.273/0001-21
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.729.689,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3520 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24464-3
Período de Captação: da data de publicação até 30/09/2011.
9 - Processo: 58701.000749/2011-09
Proponente: Instituto Gustavo Borges
Título: Medalha Olímpica - Triatleta Juraci Moreira Rumo a sua Quarta Olimpíada, Londres 2012
Registro/ ME: 02SP002312007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.019.143/0001-10
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado após recurso para captação: R$ 159.012,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0722 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41408-5
Período de Captação: da data de publicação até 05/07/2012.
10 - Processo: 58701.001490/2011-13
Proponente: Arte, Vida e Esporte sob Medida
Título: Academia nas Praças 2
Registro/ ME: 02RJ025932008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.812.048/0001-55
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.932.039,40

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18112-9
Período de Captação: da data de publicação até 03/09/2012.
11 - Processo: 58701.001488/2011-36
Proponente: Arte, Vida e Esporte sob Medida
Título: Rio Praia Maravilhosa 3 - Renovação
Registro/ ME: 02RJ025932008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.812.048/0001-55
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.309.320,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18113-7
Período de Captação: da data de publicação até 03/09/2012.
12 - Processo: 58000.004422/2007-19
Proponente: Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense
Título: Ampliação e Qualificação do Centro de Formação e Treinamento Pelo Esporte
Registro/ ME: 02RS016522007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.797.901/0001-74
Cidade: Porto Alegre - UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 3.149.494,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3418 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 05412-7
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.004606/2010-87
Proponente: Associação Saque de Ouro
Título: Taça São Paulo de Vôlei de Praia
Valor aprovado para captação: R$ 543.063,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4334 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8474-3
Período de Captação: da data de publicação até 31/03/2012.

# Ministério do Meio Ambiente

## GABINETE DA MINISTRA

### DELIBERAÇÃO Nº 278, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, Anexo à Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.002913/2009-32, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, CNPJ nº 00.348.003/0001-10, a Autorização nº 064/2011 para acesso a componente do patrimônio genético para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "Instalação de quadras para produção de sementes da nova cultivar de cupuaçuzeiro", sob a coordenação do Dr. Rafael Moysés Alves e, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.

Art. 2º O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético reconhece a inexigibilidade do Termo de Anuência Prévia e do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios correspondente ao projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação, tendo em vista que o patrimônio genético a ser acessado será obtido em coleção ex situ mantida pela própria Embrapa e proveniente de amostra coletada antes da primeira edição da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Art. 3º As informações contidas no Processo nº 02000.002913/2009-32, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

### PORTARIA Nº 254, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, III e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público ad referendum da Diretoria Colegiada, com fundamento no art. 12, II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolveu:

Art. 1º Fixar as metas institucionais da Agência Nacional de Águas - ANA, relativas ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012, disponível no endereço: http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/metasinstitucionais.aspx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

# Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 389, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 2º, § 4º, do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e considerando as necessidades de gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU e de acompanhamento das obras de implementação dos sistemas de metrôs realizados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e o contido no Processo MCIDADES nº 80000.041020/2011-31, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção de que trata o Anexo II do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO
AMPLIAÇÃO DE LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM
2011 - DEMAIS DESPESAS
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DO DECRETO Nº 7.446, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

| ÓRGÃO OU UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | | ATÉ DEZ |
|---|---|---|
| 56000 | Ministério das Cidades | 1.000 |
| T O T A L | | 1.000 |

Inclui as demais despesas, exceto as relativas às subfunções 092, 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604, 665, créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios

### PORTARIA Nº 390, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 2º, § 4º, do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e considerando as necessidades de deslocamento dos integrantes da fiscalização dos convênios e das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares e as informações constantes dos Processos MP/SE nº 03100.000625/2011-01 e CPA/SE/MTE nº 46012.001284/2011-84, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção de que trata o Anexo II do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO
AMPLIAÇÃO DE LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM
2011 - DEMAIS DESPESAS
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DO DECRETO Nº 7.446, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

| ÓRGÃO OU UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | | ATÉ DEZ |
|---|---|---|
| 38000 | Ministério do Trabalho e Emprego | 1.632 |
| T O T A L | | 1.632 |

Inclui as demais despesas, exceto as relativas às subfunções 092, 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604, 665, créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.

### PORTARIA Nº 392, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações do Rio de Janeiro S. A. - TELERJ, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 437.339.137-87 | ALBERTO RIEGER VELA | 04599.522131/2004-53 |
| 252.953.577-91 | ANTONIO GONCALVES DA SILVA | 04599.510197/2004-09 |
| 429.277.817-53 | CLEZIO FERNANDES DA SILVA FARIA | 04599.522109/2004-11 |
| 273.632.107-30 | EDSON BEZERRA FERREIRA | 04599.504119/2004-67 |
| 309.213.687-04 | FERNANDES DE OLIVEIRA PONTES | 04599.523046/2004-11 |
| 427.413.867-49 | JORGE BENTO EMILIANO | 04599.518079/2004-31 |
| 253.176.287-68 | JOSE PAULO DE SOUZA | 04599.521135/2004-14 |
| 442.517.507-72 | LUIZ JOSE DE MELO | 04599.523039/2004-19 |
| 028.545.117-00 | PAULO MACIEL DE JESUS | 04599.504257/2004-46 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**PORTARIA Nº 393, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço, no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobrás Comércio Internacional - INTERBRAS, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 012.948.147-53 | ACIR DO NASCIMENTO | 04599.001986/2009-50 |
| 628.395.007-87 | ALBERTO MAGALHAES DE ARAUJO | 04599.001994/2009-04 |
| 460.118.547-53 | ANA MARGARETH CASTRO PEÇANHA | 04500.000517/2008-84 |
| 042.724.801-97 | ANTONIO JOSE TELLES BUENO | 04599.001816/2009-75 |
| 017.837.498-90 | CARLOS ALBERTO DIAS SANTANA | 04599.001988/2009-49 |
| 004.179.551-20 | DALCI CARVALHO GUERRA | 03000.006044/2005-54 |
| 972.188.558-49 | DARCI VENANCIO DA SILVA | 04500.005088/2010-56 |
| 797.595.057-20 | DENISE TORRES DE CARVALHO | 04569.001269/2010-19 |
| 344.908.767-34 | EDUARDO ALVES | 03000.005844/2005-58 |
| 435.666.347-00 | ELAINE MARIA GUIMARAES TADDONI | 03000.006048/2005-32 |
| 363.349.877-04 | ELISIO DE OLIVEIRA | 03000.005888/2005-88 |
| 733.708.467-04 | FATIMA DO CEU DE BARROS DO SOUTO | 04500.008035/2010-97 |
| 433.686.387-34 | FERNANDO AUGUSTO GONÇALVES DA SILVA | 04500.004874/2010-36 |
| 706.889.237-04 | GILMAR SANTOS | 03000.006044/2007-16 |
| 542.633.877-91 | HAROLDO LAFFARGUE TELLES | 04599.001859/2009-51 |
| 012.318.637-49 | HELIO DE CASTRO DOMINGUES | 03000.006051/2005-56 |
| 259.250.167-34 | JOSÉ HENRIQUE DOMINGUES BASTOS | 46040.050181/1993-77 |
| 776.079.377-49 | LUIZ CLAUDIO LEVY CARDOSO | 04500.004637/2007-70 |
| 621.355.207-30 | MARIA STELLA COSER | 04599.001543/2009-69 |
| 037.321.007-82 | MARILDA SILVA MARTINS | 04500.009337/2008-68 |
| 040.922.017-53 | MAURICIO ALVES DOS SANTOS | 03000.005873/2005-10 |
| 002.991.547-34 | PAULO AUGUSTO PERPETUO | 04500.004838/2010-72 |
| 527.406.927-49 | PAULO JORGE DA SILVA OFRANTI | 04599.002002/2009-58 |
| 926.787.348-20 | REGINALDO GABRIEL MAIMONE | 04500.009968/2009-68 |
| 241.107.957-53 | RICARDO GOMES DE PAIVA DE FARIA | 04500.008027/2010-41 |
| 197.526.877-68 | SUELI PLADEMA INES VICTOR | 46040.043305/1993-68 |
| 367.026.257-15 | TANIA REGINA PERLINGEIRO | 04500.008425/2010-67 |

**PORTARIA Nº 394, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao SERPRO notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao SERPRO no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no SERPRO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 214.855.851-04 | ALDA MARIA DE MATTOS LIMA | 04599.507551/2004-18 |
| 337.424.567-68 | LANA MOREIRA COCCHIARALE | 04000.004205/1994-79 |
| 032.520.898-07 | LUZIA APARECIDA ANTONIO | 04599.507319/2004-71 |
| 459.805.787-49 | MARCELINO PEREIRA DE ANDRADE | 04000.004156/1994-65 |
| 178.852.727-53 | MARCO AURELIO DE OLIVEIRA FONSECA | 10768.008232/2004-20 |

**PORTARIA Nº 395, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos do extinto Serviço Nacional de Informações - SNI, para compor quadro especial em extinção da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ABIN notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ABIN no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ABIN.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 096.009.307-91 | ALDO DE FARIA RAMOS | 04599.500360/2004-17 |
| 204.039.331-53 | DORACI CAMPOS DA CONCEICAO | 04500.004897/2010-41 Ap 04500.0053372/2010-22; 04599.001027/2009-34; 03000.004981/2008-18; 04500.000573/2008-19 |
| 594.443.477-53 | JAIRO NUNES LUIZ | 04599.521017/2004-14 |
| 008.553.751-91 | JORGE FARIA MELLO | 04599.505515/2004-10 |
| 221.228.001-78 | PEDRO ARAUJO SOUSA | 04599.000252/2010-97 |

**PORTARIA Nº 396, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301 e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da Companhia Vale do Rio Doce S. A., para compor quadro especial em extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, conforme determinado pela Portaria nº 981, de 23 de dezembro do Ministério de Minas e Energia, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao DNPM notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao DNPM no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no DNPM.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 562.220.927-72 | ANTONIO ALBERTO DIAS | 04599.508623/2004-36 |
| 399.804.486-87 | CLAUDIO MARCELINO DA COSTA | 04599.521228/2004-49 |
| 273.949.136-00 | CLERES FERNANDES MADUREIRA | 04599.509994/2004-35 |
| 290.865.406-78 | DANIEL PAULO DE OLIVEIRA | 04599.508035/2004-01 |
| 190.700.126-34 | ERNANI NUNES VIEIRA | 04599.507764/2004-31 |
| 207.474.896-53 | FRANCISCO DE OLIVEIRA | 04599.508044/2004-93 |
| 279.822.706-20 | GERALDA SILVEIRA CORDEIRO | 04599.508031/2004-14 |
| 012.973.416-00 | GERALDO GUASTTI MUNIZ | 04599.507659/2004-01 |
| 299.303.326-34 | GERALDO URSULA MADEIRA | 04599.508601/2004-76 |
| 415.775.156-68 | IVAN JOSE FAUSTINO | 04599.500065/2004-61 |
| 207.733.746-04 | JOACI RIBEIRO NEVES | 04599.521237/2004-30 |
| 324.668.206-25 | JOAO BATISTA MONTEIRO | 04500.007656/2004-13 |
| 732.294.077-68 | JOAO ROSSOW GARCIA | 04599.507708/2004-05 |
| 334.086.887-53 | JOSE MARCELINO RICARDO | 04599.502965/2004-42 |
| 488.981.397-72 | JOSE MARIA ASSIS AGUIAR | 04599.502974/2004-33 |
| 382.834.507-78 | JOSE ROBERTO LIMA | 04599.507768/2004-10 |
| 016.585.146-53 | JURACY TEIXEIRA PRATA | 04599.507611/2004-94 |
| 205.372.046-87 | LUIZA HELENA DE SOUZA SILVA | 04599.500071/2004-18 |
| 395.282.787-87 | MATEUS GOMES DA SILVA | 04599.510305/2004-35 |
| 200.246.066-34 | OSORIO FERNANDES | 04599.509212/2004-68 |
| 251.759.207-15 | PEDRO BAPTISTA | 04599.507762/2004-42 |
| 148.627.517-68 | RENATO LELLIS DE JESUS FILHO | 04599.508830/2004-91 |
| 418.367.747-53 | RONALDO SANTANA | 04599.507660/2004-27 |
| 218.811.466-34 | SAURO JOSE DE OLIVEIRA | 04599.508045/2004-38 |
| 101.848.306-30 | SERGIO DIAS CAMILO | 04599.509228/2004-71 |
| 251.211.546-15 | SONIA MARIA DE AQUINO | 04599.510084/2004-03 |
| 416.933.887-15 | WOLMAR CARVALHO | 04500.007506/2004-00 |

**PORTARIA Nº 397, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal das Indústrias Nucleares do Brasil - INB, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à INB notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à INB no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na INB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 238.975.627-15 | EDISON ALVAREZ FERNANDEZ | 04599.517513/2004-65 |
| 789.147.527-04 | EZIALDO SANTOS GERMANO | 04599.522521/2004-23 |
| 259.771.807-72 | PAULO ROBERTO RIBEIRO DA CRUZ | 04599.517515/2004-54 |
| 855.536.467-15 | RICARDO MEDIANO | 04599.517511/2004-76 |
| 329.779.057-15 | TANIA MARIA SOARES DE MATHIA | 04599.517517/2004-43 |

**PORTARIA Nº 398, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CBTU notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CBTU no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CBTU.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 466.638.867-20 | ADILSON NUNES BRAUNS | 04599.502357/2004-38 |
| 074.985.458-88 | CARLOS ALBERTO DA SILVA | 04599.502421/2004-81 |
| 426.109.587-49 | JORGE LUIZ SODRE IGLECIA | 04599.505185/2004-54 |
| 335.072.104-44 | JOSUE ALVES DOS REIS FILHO | 04599.505113/2004-15 |
| 491.338.377-91 | MARIO ELDO SIQUEIRA LIMA | 04599.504582/2004-17 |

**PORTARIA Nº 399, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações de Minas Gerais S. A. - TELEMIG, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 177.144.196-87 | CARLOS JOVENTINO | 10680.011561/2004-18 |
| 163.398.946-15 | GILBERTO DOS SANTOS VIANA | 04599.504209/2004-58 |
| 254.503.956-04 | PAULO GERALDO ALVES FERREIRA | 04599.504198/2004-14 |

**PORTARIA Nº 400, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CNEN notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CNEN no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CNEN.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 327.463.006-30 | DIOCELIO SANTOS DE OLIVEIRA | 04599.507413/2004-21 |
| 399.029.196-34 | GIOVANNI RODRIGUES BARBOSA | 04599.507412/2004-86 |
| 155.797.276-15 | JASONE GONCALVES | 04599.507411/2004-31 |
| 245.440.276-91 | JOSE LEOPOLDO PEREIRA DE MOURA | 04599.507401/2004-04 |
| 359.888.866-04 | MARIA JOSE NERI | 04599.507409/2004-62 |
| 614.128.726-34 | RUBENS EUSTAQUIO DE OLIVEIRA | 04599.507406/2004-29 |

**PORTARIA Nº 401, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob o regime celetista, previsto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Cabe a ELETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar a ELETROBRAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

| CPF | Nome | Processo nº |
|---|---|---|
| 790.968.327-87 | DENISE HANSEN BALATA | 46040.044326/1993-73 |
| 265.246.787-53 | JOSE CARLOS MARTINS | 04599.501148/2004-77 |
| 057.273.757-20 | JOSE CLAUDINO DE MELO NETO | 04599.503705/2004-94 |
| 335.193.077-15 | LUIZ CARLOS RODRIGUES MIRANDA | 04599.501144/2004-99 |

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 388 de 26 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2011, Seção 1, página 95, onde se lê: "Na Portaria nº 388 de 26 de setembro de 2011", leia-se: "Na Portaria nº 388 de 23 de setembro de 2011".

## SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria SOF nº 77, de 24 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 164, de 25 de agosto de 2011, Seção 1, página 132, no art. 1º, onde se lê: "Código: 09", leia-se: "Código: 04"; no art. 2º, onde se lê: "Fonte: 09", leia-se: "Fonte: 04".

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO AMAZONAS

**PORTARIA Nº 5, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011**

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que confere a Portaria nº. 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº. 123 de 30/06/2010, Seção 2, página 75, tendo em vista o disposto no Art. 1º do Regimento Interno da Secretária do Patrimônio - SPU, aprovado pela Portaria nº. 232, de 03 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Lavratura e Cessão do Próprio Nacional a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, constante de uma área de 32, 9180 ha, localizada na malha da zona rural da Rodovia AM-010/ Km. 25, entre os Municípios de Manaus e Itacoatiara, Estado do Amazonas, constante das peças técnicas acostadas no Processo MP/SPU nº 04985.000554/2004-63;

Parágrafo Único - O Superintendente do Patrimônio da União no Amazonas, representará a União nos atos relativos a Cessão do imóvel de que trata a presente Portaria, cabendo a SPU - AM, a lavratura do Contato de Cessão de Uso Gratuito e expedição da Certidão do imóvel a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 2º - O imóvel objeto da Cessão, destina-se a reforma e instalação da Casa do Índio - CASAI, e terá vigência pelo prazo de cinco (05) anos, a contar da data da assinatura do Contrato de Cessão de Uso, conforme os artigos 77 e 79, do Decreto-Lei nº. 9.760, de 05 de setembro de 1946;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RICARDO DE MELO E LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NA BAHIA

### PORTARIA Nº 38, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - SPU/BA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU n° 373 de 20.06.2011, publicada no DOU nº 118, de 21.06.2011, seção 2, página 42, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04941.009924/2011-63, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, empresa pública, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia, a realizar as obras do projeto de desenvolvimento integrado, em áreas de domínio da União, com área total de 3.868,07m², denominada Vilamar, no subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia.

Art. 2º A autorização de obras que se refere o art. 1º, destina-se à construção de uma praça pública, com equipamentos como bancos, mesas de jogos, parque infantil e aparelhos de ginástica, e iluminação pública adequada.

Art. 3° A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Parágrafo Único. O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 2º A presente autorização não exime o interessado de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação de regência e os respectivos regulamentos emanados das autoridades competentes, especialmente dos órgãos ambientais.

Parágrafo Único. Ficará o inicio das obras condicionadas a apresentação das licenças que trata caput deste artigo, sob pena de nulidade.

Art. 4º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando no final "Salvador/BA".

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA MARIA RODRIGUES DA SILVA

### PORTARIA Nº 42, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA-SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à Tecnologia em Montagens Estruturais, inscrita sob CNPJ nº 12.794.159/0001-04, para utilização de área da União correspondente a 1.540,00 m² - localizada na Praia da Urca, em Vilas do Atlântico, no município de Lauro de Freitas/Bahia- para realização do evento cultural "E.L- Europa Latina", nos dias 15 e 16 de outubro de 2011, de acordo com os elementos constantes do Processo n° 04941. 010622/2011-38.

Art. 2° O valor devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 417,80 (quatrocentos e dezessete reais e oitenta centavos).

Art. 3° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA MARIA RODRIGUES DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM SANTA CATARINA

### PORTARIA Nº 35, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 18 da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.001827/2004-36, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, de dois imóveis constituídos por terreno de marinha e acrescidos de marinha, medindo 10.283,66m2, sendo um medindo 4.416,17m2, e outro medindo 5.867,49m2, ambos situados na Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à construção de um Centro de Cidadania Ambiental - CECA, destinado à atividades de recuperação e educação ambiental.

Art. 3º O prazo da cessão será de dez anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º A cessão será rescindida sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de uso gratuito

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISOLDE ESPÍNDOLA

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO

### PORTARIA Nº 17, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso V do art. 2º e § 3ºda Portaria n.º 200, de 29 de junho de 2010, e os elementos que integram o Processo n.º .001281/2009-35, resolve:

Art. 1º. Autorizar a cessão provisória de uso gratuito, ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, do imóvel composto por 3(três) salas de nº 601, 602 e 603 do Edifício do Palácio do Café, atual Edifício Micheline, localizado na Praça Costa Pereira, n.º 52, Centro, Vitória/ES.

Art. 2º A cessão provisória a que se refere o art. 1º destina-se à instalação e uso do escritório da representação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 3º A cessão provisória terá vigência pelo prazo de 5 anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto aguardarmos a regularização das salas na posse da União junto ao Cartório de Registro Geral de Imóveis;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGNO PIRES DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO PARANÁ

### PORTARIA Nº 78, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.002645/2011-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob o regime de utilização gratuita em condições especiais (encargo), à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, de imóvel de propriedade da União, constituído por imóvel urbano com benfeitorias, localizado à Avenida Manoel Ribas, n° 215, 1° andar, com área de 580,00 m² de área útil e 104,05 m² de área comum, totalizando 684,05 m² , situado no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná, com as características e confrontações constantes do processo nº 04936.002645/2011-48.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a abrigar a estrutura administrativa da Universidade Estadual do Norte do Paraná, obrigando-se o cessionário a reformar tanto o primeiro quanto o segundo andar do imóvel, conforme reforma já realizada na Procuradoria da República no Município de Jacarezinho/PR, nos termos da Ata de Assembléia Extraordinária de Condomínio realizada em 17 de março de 2011, e pormenorizada em relatório de adequações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento constante às fls. 57 do processo n.º 04936.002645/2011-48.

Art. 3º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, em caso de:

I - não for cumprida a finalidade da cessão;

II - cessarem as razões que justificaram a cessão;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art. 2° da presente Portaria;

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais; ou

V - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO RIO DE JANEIRO

### PORTARIA Nº 68, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Declarar regularizada, sob o regime da permissão de uso, a título oneroso e precário, a utilização pela empresa VETOR ESPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 08.239.908/0001-64, dos terrenos de acrescidos de marinha com a área total de 4.997,47m², situados às margens da Avenida Infante Dom Henrique, pista Zona Sul/Centro, no Aterro do Flamengo, à altura do "Monumento aos Pracinhas", Município do Rio de Janeiro/RJ, no período de 02 a 04 de setembro de 2011, onde foram instaladas as estruturas que constituíram a base organizacional do evento esportivo "Passeio Ciclístico Caloi Pedalar 2011", de acordo com os elementos constantes do Processo n.° 04967.022735/2011-98.

Art. 2° O valor total devido à União, já recolhido ao Tesouro Nacional, em decorrência da permissão de uso de que trata esta Portaria foi de R$ 2.248,86 (dois mil e duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos ).

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente Portaria, a Permissionária afixou na área em que se realizou o evento e em local visível ao público a respectiva placa institucional da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

### PORTARIA Nº 69, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Declarar regularizada, sob o regime da permissão de uso, a título oneroso e precário, a utilização pela CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ sob o n° 33.755.174/0001-13, do terreno de acrescidos de marinha com a área de 1.104,00m², situado no canteiro central da Avenida Atlântica, no trecho compreendido entre a Rua Figueiredo Magalhães e o nº 2600 daquela Avenida, Município do Rio de Janeiro/RJ, nos dias 27 e 28 de agosto de 2011, onde foram instaladas as estruturas que constituíram a base organizacional do evento esportivo Caminhada dos Advogados "PRERROGATIVAS" 2011, de acordo com os elementos constantes do Processo n.° 04967.021114/2011-97.

Art. 2° O valor devido à União, já recolhido ao Tesouro Nacional, em decorrência da permissão de uso de que trata esta Portaria foi de R$ 441,60 (quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos ).

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente Portaria, a Permissionária afixou na área em que se realizou o evento e em local visível ao público a respectiva placa institucional da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

### PORTARIA Nº 71, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à FEDERAÇÃO DE BODYBOARDING DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ sob o n° 12.872.346/0001-69, da área de uso comum do povo com 96,00m² na Praia de Copacabana, localizada à altura do n.º 3114 da Avenida Atlântica, Município do Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 a 18 de setembro de 2011, destinada à realização do evento esportivo "Circuito Carioca de Bodyboarding 2011 - 3ª Etapa", de acordo com os elementos constantes do Processo n.º 04967.023067/2011-16.

Art. 2° O valor devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 57,60 (cinqüenta e sete reais e sessenta centavos).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a afixar na área em que será realizado o evento e em local visível ao público uma (01) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "RIO DE JANEIRO/RJ".

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

**PORTARIA Nº 72, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011**

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à empresa CONSPIRAÇÃO FILMES S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 02.020.661/0001-04, das áreas de uso comum do povo, adiante indicadas, situadas no Município do Rio de Janeiro/RJ, destinadas à realização de filmagens de cenas do seriado "Mulher Invisível -2ª Temporada", de acordo com os elementos constantes do Processo n° 04967.022866/2011-75:

a) com 4.900,00m² na Praia de Grumari, localizada a 130,00m do córrego que atravessa a curva acentuada da Av. Estado da Guanabara, no sentido Prainha/Grumari, no dia 16 de setembro de 2011;

b)com 100,00m² na Praia de Botafogo, localizada à altura da Rua Marquês de Olinda, no dia 23 de setembro de 2011;

c)com 2.500,00m² na Praia do Leme, à altura da Praça Júlio de Noronha, no dia 26 de setembro de 2011.

Art. 2° O valor total devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 1.006,00 (um mil e seis reais).

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a afixar nas áreas em que serão realizadas as filmagens e em local visível ao público uma (01) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "RIO DE JANEIRO / RJ".

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

**PORTARIA Nº 74, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo n.º 22 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, e, no artigo 5º, da citada Portaria SPU n.º 06/2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título gratuito e precário, ao MUNICÍPIO DE NITERÓI / FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI, das áreas de domínio da União, adiante indicadas, localizadas naquele Município, Estado do Rio de Janeiro, no período de 16 a 18 de setembro de 2011, destinadas à instalação de 09 tablados de madeira com 9,00m² cada um, para a apresentação de músicos e cantores no evento "Festa da Música de Niterói", de acordo com os elementos constantes do Processo n° 04967.024056/2011-53.

Parágrafo único-As áreas a que se refere a presente Portaria e que se constituirão em espaços musicais para a exibição de estilos como samba, MPB, jazz, pop, rock, blues, e reggae, estão situadas em calçadões e praças, a saber: em Icaraí, à altura dos nºs 381 e 433 da Avenida Jornalista Alberto Torres, e da Praça Getúlio Vargas; em São Francisco, à altura dos nºs 247 e 529 da Avenida Quintino Bocaiúva; em Piratininga, à altura da Rua 134; no Gragoatá, à altura da entrada do Campus da UFF; no Centro, na Praça Araribóia; e, na Ilha da Conceição.

Art. 2° Serão cobrados do Permissionário, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

# Ministério do Trabalho e Emprego

## CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

**DESPACHO DO PRESIDENTE**
Em 21 de setembro de 2011

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 22 de Junho de 2011, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva:

Permanente - RN 84 de 10/02/2009 (Artigo 3°):

Processo: 46094008869201162 Prazo: Indeterminado Estrangeira: RAFFAELLA BRANDUARDI Passaporte: E241495 Processo: 46094008867201173 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIO WEISZ Passaporte: E241494 Processo: 46094008870201197 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO MASSIMO WEISZ Passaporte: E 241468 Processo: 46094008868201118 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO ANDREA WEISZ Passaporte: E 241499

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

## SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**PORTARIA Nº 275, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Constitui o Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, em face do disposto no inciso II do Art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e no Art. 5º, da Portaria MTE n.º 1.127, de 2 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho Tripartite - GTT com o objetivo de analisar as sugestões recebidas da sociedade e elaborar proposta da Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura.

Art. 2º O GTT será composto por cinco membros titulares representantes das bancadas do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores, designados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, conforme indicação formal do Coordenador da Bancada na CTPP.

Art. 3º Designar os membros que compõem o Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura:

I - Representantes do Governo:
a) Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT/MTE
- Luiz Carlos Lumbreras Rocha
- Gianfranco Silvano Pampalon
- Joaquim Pereira Gomes
b) Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO
- Artur Carlos Moreira da Silva
- Roberto do Valle Giuliano
II - Representantes dos Empregadores:
a) Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC
- Luis Sérgio Soares Mamari
b) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
- Eduardo Yojiro Koizumi
c) Confederação Nacional da Indústria - CNI
- José Henriques da Silva Tavares
- Henrique da Fonseca Marques
- Hélio Domingo R. Carvalho
III - Representantes dos Trabalhadores:
a) Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Aguinaldo Bizzo
- Edilson Luis da Silva Almeida
b) Força Sindical
- Júlio Jordão
c) União Geral dos Trabalhadores - UGT
- Washington Aparecido dos Santos
- José Manoel Teixeira

Art. 3º A coordenação do GTT será exercida por membro indicado pela Secretária de Inspeção do Trabalho.

Art. 4º O Grupo de Trabalho Tripartite tem o prazo de 120 dias, prorrogáveis por 60 dias, ouvida a CTPP, para concluir as negociações e apresentar proposta de regulamentação, nos temos do art. 7º da Portaria MTE n.º 1.127/2003.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

**PORTARIA Nº 276, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Cancela o Certificado de Aprovação n.º 14.980.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições legais e com base nos itens 6.11.1, alínea "g", da Norma Regulamentadora n.º 06 - Equipamentos Proteção Individual (NR-06) resolve:

Art. 1º CANCELAR o Certificado de Aprovação - CA n.º 14.980, referente ao equipamentos Cinturão tipo Pára-Quedista e Talabarte, concedido à empresa MG CINTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA; CNPJ n.º 04.196.223/0001-27; estabelecida à Rua Borba Gato, n.º 18 - Sabará/MG; uma vez que o equipamento em questão foi reiteradamente reprovado em testes laboratoriais realizados pela FUNDACENTRO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Em 19 de setembro de 2011

Processo: 46215.031649-2011-19 -

À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 26, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, Homologo A Alteração do "Plano de Cargos e Salários de César Queiroz Contabilidade e Assessoria Ltda.", publicado no DOU de 27 de outubro de 2010, Seção I, pág. 104 (Processo nº 46228-001567/2010-10).

Processo: 46215.030017/2011-38 -

À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 91, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, Homologo O Plano de Carreira de Docente de Nível Superior da Faculdade de Tecnologia SENAI-RJ.

ANTONIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

# Ministério dos Transportes

## SECRETARIA EXECUTIVA
## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**PORTARIA Nº 452, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011**

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, e da subdelegação de competência que lhe confere a Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando a decisão proferida pelo Juiz Federal Antonio Correa, Titular da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 52172-50.2011.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Suspender com a respectiva baixa no SICAF a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, aplicada a partir do dia 19/9/2011 até o dia 3/10/2011, conforme Portaria/SAAD-MT nº 429, de 16/9/2011, publicada no DOU nº 180, de 19/9/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

**PORTARIA Nº 276, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011**

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158, de 12/05/2010, e no teor do Processo nº 50500.028806/2011-61, resolve:

Art. 1º Autorizar à Concessionária de serviço público de transporte ferroviário de cargas MRS Logística S.A. a promover a substituição de 55 locomotivas arrendadas, que se encontram obsoletas, danificadas e ociosas, por 29 locomotivas em operação, conforme consta do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As locomotivas substitutas passam à condição de Bens Operacionais, devendo ser incorporadas à relação de bens constante do Anexo II do Contrato de Arrendamento da MRS.

Art. 3º As locomotivas substituídas são desincorporadas da relação de Bens Operacionais constante do Anexo II do citado Contrato, podendo a MRS dar a destinação que julgar adequada a esse material rodante.

Art. 4º As alterações autorizadas pelo presente instrumento deverão ser objeto de Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 072/96 da MRS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

| LOCOMOTIVAS SUBSTITUIDAS | | |
|---|---|---|
| Locomotiva | Modelo | Potência Nominal |
| 903046 | GE U6 | 700 |
| 903053 | GE U6 | 700 |
| 903088 | GE 720 | 720 |
| 903095 | GE 720 | 720 |
| 903099 | GE 720 | 720 |
| 903102 | GE 720 | 720 |
| 903103 | GE 720 | 720 |
| 903105 | GE 720 | 720 |
| 903108 | GE 720 | 720 |
| 903109 | GE 720 | 720 |
| 903112 | GE 720 | 720 |
| 903121 | GE 720 | 720 |
| 903123 | GE 720 | 720 |
| 903384 | GE U23 | 2.400 |
| 903385 | GE U23 | 2.400 |
| 903289 | GE U23 | 2.500 |
| 903306 | GE U23 | 2.500 |
| 903322 | GE U23 | 2.400 |
| 903320 | GE U23 | 2.400 |
| 903337 | GE U23 | 2.400 |
| 903338 | GE U23 | 2.400 |
| 903340 | GE U23 | 2.400 |
| 905009 | GM SD18 | 2.000 |
| 905011 | GM SD18 | 2.000 |
| 905003 | GM SD18 | 2.000 |
| 905023 | GM SD18 | 2.000 |
| 905025 | GM SD18 | 2.000 |
| 907130 | ALCO RS3 | 1.750 |
| 905229 | GM SD40 | 3.300 |
| 905040 | GM SD18 | 2.000 |
| 905220 | GM SD40 | 3.300 |
| 905225 | GM SD40 | 3.300 |
| 907135 | ALCO RS3 | 1.750 |
| 907138 | ALCO RS3 | 1.750 |
| 907152 | ALCO RSD12 | 1.950 |
| 907154 | ALCO RSD12 | 1.950 |
| 907156 | ALCO RSD12 | 1.950 |
| 909034 | HITACHI CREMALHEIRA - ELETRICA | 4.158 |
| 905029 | GM SD18 | 2.000 |
| 900951 | HITACHI DI | 1.050 |
| 903002 | GE U5 | 600 |
| 903006 | GE U5 | 600 |
| 903011 | GE U5 | 600 |
| 903013 | GE U5 | 600 |
| 903015 | GE U5 | 600 |
| 903203 | GE U23 | 2.400 |
| 903618 | GE U23 | 2.835 |
| 903396 | GE U23 | 2.400 |
| 903397 | GE U23 | 2.400 |
| 903398 | GE U23 | 2.400 |
| 903399 | GE U23 | 2.400 |
| 903244 | GE U23 | 2.400 |
| 905135 | GM SD38 | 2.300 |
| 905127 | GM SD38 | 2.300 |
| 903288 | GE U23 | 2.500 |
| Total | 55 | 98.663 |

| LOCOMOTIVAS SUBSTITUIDAS | | |
|---|---|---|
| Locomotiva | Modelo | Potência Nominal |
| 903715 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903733 | GE-SF30-C | 3.240 |
| 903842 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903825 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903550 | GE-C36-S7 | 3.900 |
| 903826 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903730 | GE-SF30-C | 3.240 |
| 903736 | GE-SF30-C | 3.240 |
| 903713 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903719 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903717 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903507 | GE-C30-7 | 3.240 |
| 903501 | GE-C30-7 | 3.240 |
| 903712 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903714 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903824 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903739 | GE-SF30-C | 3.240 |
| 903509 | GE-C30-7 | 3.240 |
| 903835 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903716 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903735 | GE-SF30-C | 3.240 |
| 903823 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903732 | GE-SF30-C | 3.240 |
| 903827 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903820 | GE-C36-7 | 3.900 |
| 903705 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903505 | GE-C30-7 | 3.240 |
| 903710 | GE-C30-7MP | 3.240 |
| 903504 | GE-C30-7 | 3.240 |
| Total | 29 | 99.900 |

# Conselho Nacional do Ministério Público

## PLENÁRIO

### DECISÕES DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO:RIEP Nº 0.00.000.001249/2011-01
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Vinícius Heltai Pacheco
REQUERIDO:Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO

(...)Observo que as exigências de apresentação da documentação original não foram cumpridas no prazo assinalado na comunicação de fl. 20, razão pela qual não conheço da presente RIEP e determino seu arquivamento, com fundamento no art. 46, inciso X, alínea "a", do RICNMP.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001106/2011-91
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Carlos Alves de Araújo
REQUERIDO: Ministério Público da Paraíba
DECISÃO

(...)Observo que a exigência contida no art. 39, § 2º, do RICNMP não foi cumprida pelo requerente no prazo assinalado na comunicação de fl. 12, a qual presume-se válida nos termos do art. 44, § 3º, do mesmo regulamento.

Ante o exposto, não conheço do presente PCA e determino seu arquivamento, com fundamento no art. 46, inciso X, alínea "a", do RICNMP.

Intime-se o requerente.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO: RIEP nº 0.00.000.001210/2011-86
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Yara Maria Stefano Sgrinholi
REQUERIDO: Ministério Público Federal
DECISÃO

(...)Vale lembrar que a competência deste Conselho encontra-se restrita ao controle dos atos relativos à atividade-meio, ou seja, aqueles referentes à gestão administrativa e financeira, em estrita observância ao princípio da independência funcional.

Neste sentido, o Enunciado n° 06/CNMP, de 28 de abril de 2009, assim dispõe:(...)

Ante o exposto, determino o arquivamento da presente representação, com fulcro no artigo 46, inciso X, alíneas "c" e "d" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Intime-se a requerente.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO: RIEP nº 0.00.000.001199/2011-54
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTES: Alex Sebastião da Silva, Fábio Vinícius Ferreira, Luiz Cláudio de Amorim, Mauricir Fernandes Serra, Maurício Sotsu Okuba
REQUERIDO: Ministério Público Federal
DECISÃO

(...)Vale lembrar que a competência deste Conselho encontra-se restrita ao controle dos atos relativos à atividade-meio, ou seja, aqueles referentes à gestão administrativa e financeira, em estrita observância ao princípio da independência funcional.

Neste sentido, o Enunciado n° 06/CNMP, de 28 de abril de 2009, assim dispõe: (...)

Ante o exposto, determino o arquivamento da presente representação, com fulcro no artigo 46, inciso X, alíneas "c" e "d" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Intimem-se os requerentes.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VOCÊ SABIA QUE...



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?



Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460
www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
## CONSELHO SUPERIOR

**PAUTA**

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS
SESSÃO: 38/2011 DATA: 23/09/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

CSMPF : 1.00.001.000143/2011-17
Assunto : CORREIÇÃO
Origem : PGR
Relator(a) : Cons. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Interessado(s) : Corregedoria-Geral do Ministério público Federal

CSMPF : 1.00.001.000144/2011-61
Assunto : AFASTAMENTO
Origem : PR/DF
Relator(a) : Cons. JOSE FLAUBERT MACHADO ARAUJO
Interessado(s) : Dr. Bruno Freire de Carvalho Calabrich

CSMPF : 1.00.001.000147/2011-03
Assunto : AFASTAMENTO DO PAIS
Origem : PR/PI
Relator(a) : Cons. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Interessado(s) : Dr. Wellington Luís de Sousa Bonfim

CSMPF : 1.00.001.000146/2011-51
Assunto : EXERCÍCIO/MAGISTÉRIO
Origem : PGR
Relator(a) : Cons. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS
Interessado(s) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Ministério Público Federal

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Presidente do Conselho
Em exercício

## PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

### PORTARIA Nº 37, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e, ainda que não de forma exclusiva, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõem os artigos 2º, §7º, e artigo 5º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

Considerando a existência de indicativos de irregularidades na Universidade Federal de Lavras, relacionadas a:

a) exigibilidade de taxa para uso de moradia estudantil;

b) legalidade da operação "Fundo de Empréstimo Rotativo";

c) imposição de constrangimento ilegal a calouros para o acesso às habitações, mediante cobrança de valores apartados e coação.

Determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.22.014.000126/2011-73, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à PFDC/MPF;

c) aguardem-se as respostas aos ofícios expedidos.

Fica designada para funcionar como Secretária neste feito Karina El-Corab Trotta Lara, Técnica Administrativa, sem prejuízo da atuação de outro servidor em substituição.

ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES

### PORTARIA Nº 39, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Referência: Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000185/2011-84. Conversão em Inquérito Civil Público. Originador: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e-) considerando os elementos constantes no presente Procedimento Administrativo;

Resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.000185/2011-84 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) Possível recebimento indevido de benefício do programa federal Bolsa-Família por policiais militares do estado de alagoas.

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Ordenar ainda que seja comunicada a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

### PORTARIA Nº 44, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Representante: Instauração de Ofício. Representado: Município de Verdejante/PE. P.A nº 1.26.003.000046/2011-06. EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRAZO 180 DIAS VENCIDO. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. PFDC.

O Ministério Público Federal, pela procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, e;

Considerando o ofício circular nº 43/2010-PFDC-MPF-GPC, oriundo da Procuradoria da Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

Considerando que o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza;

Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição da República;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, bem como o papel de velar pela eficiência dos serviços e programas governamentais, com ênfase no combate aos atos de improbidade administrativa;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;

Considerando o teor da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

Considerando que o presente Procedimento Administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais;

Resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.26.003.000046/2011-06 em Inquérito Civil, determinando:

1) Registro e autuação da presente portaria juntamente com o Procedimento Administrativo supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil "verificar e acompanhar o cadastramento das famílias elegíveis para o Programa Bolsa Família em Verdejante/PE.";

2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Marcela Silvino Iglesias Melo, matrícula 21854, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da PR Polo Serra Talhada/Salgueiro;

3) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

### PORTARIA Nº 58, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público com o objetivo de averiguar ocorrências de atentados a Direitos Fundamentais sofridos por DOM MOACYR GRECHI, Arcebispo de Porto Velho-RO, liderança atuante em movimentos sociais no Estado de Rondônia.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (artigo 5º, da Lei Complementar nº 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos Direitos Fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de Tratados Internacionais de que o País é signatário;

Considerando o teor do BOLETIM DE OCORRÊNCIA N.º 11E1001009447, de 21.09.2011 e trazido ao conhecimento do Órgão Ministerial na mesma data, no qual DOM MOACYR GRECHI, Arcebispo de Porto Velho-RO, relata que estaria sendo vítima de ameaças contra sua integridade física e mesmo sua vida, em virtude de sua atuação, junto com a Comissão Justiça e Paz/Arquidiocese de Porto Velho-RO, em movimentos sociais, notadamente em defesa de direitos fundamentais de membros de classes menos favorecidas;

Considerando ser incumbência do Ministério Público garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, tomando as medidas que reputar necessárias para tanto(Art. 2º da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando a flagrante ausência de políticas públicas voltadas para a redução da violência no Estado de Rondônia, notadamente no que se refere à violência decorrente de movimentos sociais, sejam urbanos ou rurais, o que tem resultado historicamente na ocorrência de diversos crimes contra lideranças comunitárias;

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público com o objetivo de averiguar ocorrências de atentados a Direitos Fundamentais sofridos por DOM MOACYR GRECHI, Arcebispo de Porto Velho-RO, liderança atuante em movimentos sociais no Estado de Rondônia

Preliminarmente,

1.Promova-se a autuação, publicações e registros necessários;

2.Oficie-se à Direção Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia, encaminhando cópia do feito e solicitando informações acerca das providências eventualmente adotadas naquele âmbito, inclusive com o envio do inteiro teor da oitiva de DANIEL ROBERTO;

3.Oficie-se à Ouvidoria Agrária Nacional, de tudo dando ciência, com cópia integral do feito, comunicando acerca das providências adotadas no âmbito da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão;

4.Oficie-se a Dom Moacyr Grechi, com cópia dos autos, comunicando acerca das providências adotadas no âmbito da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e solicitando que eventuais novas ocorrências de ameaças decorrentes de sua atuação social, bem assim documentação relevante acerca dessa atuação, sejam informadas e encaminhadas a este Órgão Ministerial;

5.Dê-se ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006.

Com as respostas, ou o decurso do prazos assinalados, voltem os autos conclusos para ulteriores deliberações.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**PORTARIA Nº 64, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

Ref.: Peças de Informação 1.23.001.000197/2008-82

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da CF/88;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, "d", e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando o teor do Termo de Declarações protocolado sob o nº 000614/2008, que noticia o remanejamento de assentados do PA Ararandeu para nova área situada na Fazenda Magraza, no Município de Tailândia-PA, em razão da insuficiente dimensão dos lotes;

4. Considerando que os representantes ainda não foram assentados pelo INCRA e se encontram em situação de penúria, uma vez que aguardam desde o ano de 2007 a solução do impasse para que possam trabalhar e prover seu sustento em condições dignas;

5. Considerando o Termo de Compromisso firmado entre as 16 famílias do PA Ararandeu, o INCRA/MBA e o Ministério Público Federal, através do qual tal autarquia se comprometeu a reassentar as famílias nos lotes retomados judicialmente no Assentamento Tuerê;

6. Considerando Termo de Declaração protocolado sob o nº 2676/2011, que noticia o descumprimento do mencionado Termo de Compromisso, bem como das decisões judiciais executórias proferidas no bojo das ações de retomada/reintegração de posse ajuizadas pela Procuradoria do INCRA e pelo MPF;

7. Considerando, portanto, que a questão vem sendo tratada no bojo da execução (cumprimento) das sentenças proferidas nos processos judiciais mencionados, havendo, pois, necessidade de sobrestamento do presente feito a fim de se aguardar providências por parte do INCRA ou provimento judicial satisfatório e definitivo a respeito;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o procedimento nº 1.23.001.000197/2008-82. Uma vez convertido o presente procedimento em ICP, cumpre dar seguimento à instrução.

Destarte, determino:

1. Com cópia da presente portaria, oficie-se a Superintendência e a Procuradoria do INCRA/SR-27 para que informem, em 15 dias, se o impasse já foi solucionado e se as famílias já foram finalmente assentadas, consoante Termo de Compromisso firmado perante o MPF e em cumprimento das sentenças judiciais proferidas em fase de execução.

2. Sobreste-se o feito até chegada das respostas, retornando os autos em seguida para providência conclusiva.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se a instauração à PFDC para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

**PORTARIA Nº 65, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

Ref: Peças de Informação nº 1.23.001.000348/2009-83

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da CF/88;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, "c" e "d", e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento em referência foi instaurado a partir do Termo de Declarações protocolado sob o nº 3829/2009, em que a Sra. Tereza Dolores de Araújo, pensionista do INSS, relatou irregularidades no que concerne a descontos indevidos em seu benefício em razão de transação financeira - empréstimo consignado não autorizada efetuado em seu nome junto ao Banco BMG;

4. Considerando o teor das declarações prestadas pelo Sr. José Pereira de Souza (Protocolo PRM-MAB nº 3720/2010) no mesmo sentido, porém em relação aos bancos VOTORANTIM e BONSUCESSO;

5. Considerando que as irregularidades apontadas violam direitos dos cidadãos e do idoso, uma vez que cabe à instituição financeira o ônus da prova, bem como a responsabilidade pelos encargos decorrentes de empréstimos fraudulentos, oque, aliás, já foi objeto de provimento judicial;

6. Considerando que esta Procuradoria já requisitou expressamente à Agência do INSS em Marabá a suspensão imediata dos débitos, independente da manifestação da instituição financeira, tendo em vista o quanto já decidido em processo judicial em trâmite na Seção Judiciária do Pará;

7. Considerando que o INSS, inobstante isso, não respondeu aos ofícios encaminhados pelo MPF;

8. Considerando que esta PRM-MAN também já encaminhou Recomendação à autarquia previdenciária no mesmo sentido, advertindo às agências do INSS da região das sanções decorrentes do descumprimento da decisão judicial;

9. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as Peças de Informação nº 1.23.001.000348/2009-83. Uma fez efetuada a conversão, cumpre dar prosseguimento ao feito. Destarte, determino:

a) Com cópia da presente portaria, oficie-se a APS/MAB, VIA AR, reiterando os ofícios pendentes (fs. 08, 09 e 29) com vistas à imediata suspensão dos descontos, devendo informar ao MPF, em 10 dias, as providências adotadas, sob pena de responsabilidade civil, penal e aplicação das sanções (multa) previstas na decisão judicial em comento.

b) Proceda-se ao apensamento do presente feito ao procedimento no bojo do qual foi expedida a Recomendação supra referida, para fins de acompanhamento e fiscalização de cumprimento.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

**PORTARIA Nº 67, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011**

Ref: Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000262/2009-51

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da CF/88;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, "d", e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o Procedimento Administrativo em referência foi instaurado para fiscalizar o cumprimento de recomendação expedida por esta Procuradoria (Recomendação nº 005/2009) à empresa Transbrasiliana em decorrência de representação no sentido de que referida empresa não vinha concedendo, nos termos da lei (Estatuto do Idoso), gratuidade aos passageiros idosos;

4. Considerando que tal conduta, além de ilegal, conforme já reconhecido pelo STF, representa afronta ao Direito Fundamental do idoso disciplinado na Lei no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e no Decreto Federal nº 5.934/2006;

5. Considerando que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 3.768-4 (DF), pacificou a questão para assentar, com efeitos vinculantes e erga omnes, a constitucionalidade da norma questionada (do Estatuto do Idoso), pois que dotada de eficácia plena e aplicabilidade imediata - que apenas estaria a repetir norma constitucional garantidora do direito à gratuidade de transporte ao idoso;

6. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

7. Considerando que ainda há diligência determinada em curso (f. 104), nos termos do despacho de fs. 102-103;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000262/2009-51. Uma vez convertido o presente procedimento em ICP, cumpre dar seguimento ao feito para fins de acompanhamento e conclusão das diligências pendentes.

Destarte, determino a reiteração, VIA AR, do ofício de f. 104, para atendimento em 10 dias, sob pena de responsabilidade.

Com a chegada da resposta, retornem os autos para fins de adoção de providência conclusiva.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se a instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

**PORTARIA Nº 70, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;

b) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; e

d) representação formulada por Raimundo Nonato Coelho Nascimento versando sobre a dificuldade no recebimento de uma casa por meio do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, na categoria de pessoas portadoras de doenças crônicas, pelo fato da existência de um imóvel em seu nome, mas que na verdade não é seu, apenas assinou pela proprietária da casa na época por ocasião de ela não saber ler nem escrever

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP e art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, as peças de informação nº 1.19.002.000048/2011-31 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, bem como adotar as seguintes providências:

1. Oficie-se à Caixa Econômica Federal solicitando que informe se RAIMUNDO NONATO COELHO NASCIMENTO (CPF nº 306.131.753-87) é beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida, devendo, em caso positivo, fornecer a documentação do PMCMV referente a tal beneficiário;

3. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (art. 6º da Res. CSMPF nº 87/2006);

4. Publique-se a presente portaria no Diário Oficial, na forma prevista nos arts. 5º, VI, e 16, § 1º, I, da Res. CSMPF nº 87/2006.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o Setor Jurídico desta PRM-Caxias/MA realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CASTELO BRANCO

**PORTARIA Nº 71, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;

b) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; e

d) o termo de declaração prestado por Francisca Solange dos Santos requerendo intervenção do MPF para viabilizar TFD de sua filha menor de idade Joyce Brenda dos Santos, portadora de síndrome de Down

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP e art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, as peças de informação nº 1.19.002.000053/2011-44 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, bem como adotar as seguintes providências:

1. Oficie-se à interessada FRANCISCA SOLANGE DOS SANTOS, encaminhando-lhe cópia da resposta de f. 27/29, para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias úteis;

3. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (art. 6º da Res. CSMPF nº 87/2006);

4. Publique-se a presente portaria no Diário Oficial, na forma prevista nos arts. 5º, VI, e 16, § 1º, I, da Res. CSMPF nº 87/2006.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o Setor Jurídico desta PRM-Caxias/MA realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CASTELO BRANCO

**PORTARIA Nº 70, DE 3 DE MAIO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, instaurado com o objetivo de apurar supostas irregularidades nas condições de funcionamento dos postos da ECBT em vários município do Estado do Maranhão.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, seja expedido ofício à Gerencia dos Correios no Maranhão, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações circunstanciadas acerca dos problemas relatados pelo SINTECT em expediente encaminhado a este Órgão Ministerial (fl.38/41), cuja cópia deve seguir em anexo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JURACI GUIMARÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 145, DE 4 DE AGOSTO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no processo de assentamento de imóvel rural desapropriado pelo INCRA, no município de Zé Doca/MA.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, a reiteração do expediente de fls.24, 25 e 26 dos presentes autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ISRAEL GONÇALVES SANTOS SILVA

**PORTARIA Nº 179, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

d) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do procedimento administrativo Nº 1.19.000.000704/2009-00, instaurado com o escopo de verificar possíveis irregularidades na construção das obras necessárias em residências de beneficiários do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Determina, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a reiteração dos expedientes de fls. 18, 21 e 22, com as advertências para o caso de descumprimento, fixando-se prazo de 10 (dez) dias para a resposta;

c) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

**PORTARIA Nº 188, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000784/2011-18, com o escopo de apurar possível ausência de professores para ministrar as disciplinas constantes da grade curricular do 7º Período do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão no semestre letivo 2011.1, bem como a adoção das seguintes providências:

a) a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a reiteração do expediente de fl. 08;

c) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

**PORTARIA Nº 227, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000514/2009-84, com o fito de apurar as causas que acarretam a superlotação do Serviço de Pronto Atendimento da Unidade Materno Infantil do Hospital Universitário da UFMA, especialmente a carência de leitos de UTI e UCI neonatais e pediátricas no Estado do Maranhão.

Determina, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a expedição de ofício à SES/MA requisitando que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre: I) o estágio de elaboração do novo Plano Diretor de Regionalização do Estado do Maranhão; II) a implantação dos novos leitos de UTI e UCI Neonatal e Pediátrica anunciados pela SES/MA, devendo encaminhar os documentos que comprovem tal implantação; e III) de que maneira estão sendo aplicados os recursos do Fundo Estratégico de Urgência e Emergência em UTI Neonatal e Infantil, devendo demonstrar se a prioridade está sendo conferida para criação de novos leitos, aquisição de equipamentos e contratação de pessoal ou se apenas para pagamento de leitos privados;

c) a expedição de ofício à SEMUS requisitando que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre: I) a implantação dos novos leitos de UTI e UCI Neonatal e Pediátrica anunciados pela SEMUS, devendo encaminhar os documentos comprobatórios do alegado; e II) a realização do curso com médicos reguladores do Ministério da Saúde, informando, em caso positivo, se houve mudanças no funcionamento da Central de Regulação em razão de sua realização;

d) o desentranhamento dos documentos de fls. 948/974 e 982/990, por não guardarem relação com os presentes autos, arquivando-se os primeiros em pasta própria na Secretaria desta PRDC, e juntando-se os segundos ao ICP nº 1.19.000.001096/86;

e) o desentranhamento do documento de fls. 1035/1042, posto que já juntado aos autos às fls. 469/482;

f) a certificação pela Secretaria acerca do cumprimento do quanto despachado às fls. 1048, para, em caso de ainda não ter sido feito, expedir-se o devido ofício de resposta, com as desculpas pela demora;

g) a expedição de ofícios aos Municípios de Paço do Lumiar, Chapadinha, Barreirinhas, Bacabal, Rosário, Alto Alegre do Maranhão e Santa Luzia, com vistas a que prestem informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do acatamento ou não aos termos das recomendações expedidas nestes autos;

h) a designação de reunião com o Sr. Defensor Público Federal, Dr. Yuri Costa, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva no Estado, em data a ser indicada pelo Defensor e não conflitante com a agenda desta Procuradora, para tratar do assunto objeto do presente apuratório;

i) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

**PORTARIA Nº 172, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011**

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 129, V da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação, segundo o art. 5º, V, a da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação (f. 90-92) encaminhada pela Vigilância Sanitária noticiando que o Instituto de Oncologia e Radiologia - IOR, antigo prestador de serviço de tratamento oncológico pelo SUS no município de Governador Valadares, estaria manipulando medicamento destinado ao tratamento oncológico sem a devida autorização do órgão competente;

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil destinado a apurar a possível manipulação de medicamento destinado ao tratamento oncológico por prestador de serviço autorizado pela União sem a devida autorização de órgão competente.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, mantendo-se na capa dos autos e no "ARP" as anotações já efetuadas.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar, através do e-mail: iniciais@prmg.mpf.gov.br e pfdc005@pgr.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 9º § 9º e art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 328, DE 18 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, d, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000196/2010-32, instaurado com base em representações que relatam irregularidades no concurso do INCRA, devido à não realização das provas pelos candidatos em decorrência de irregularidades ocorridas no certame;

d) considerando o ajuizamento de Ação Civil Pública em Belém no que diz respeito às irregularidades que ocorreram no concurso e o recente acordo efetuado no bojo da citada ACP;

e) considerando, entretanto, que vários concursandos tiveram despesas para ir da região de Altamira para Santarém e Marabá para que pudessem efetuar a prova e que será realizada nova prova nessas cidades, não se tendo notícia no que diz respeito à indenização pelos prejuízos sofridos pelos concursandos;

f) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000196/2010-32, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Requisitar informações ao Instituto Nacional de Educação Cetro a respeito da indenização aos concursandos do INCRA que tiveram despesas de deslocamento até Santarém/PA e Marabá/PA para realizar a primeira prova, tendo em vista que tal pleito não estava abrangido pela ACP proposta em Belém;

3 - Desentranhar os documentos de fls. 151/154, porquanto não dizem respeito ao presente ICP e juntá-los no PA apropriado ou, ainda, instaurar novo PA, certificando nos autos;

4 - Juntar cópia da ACP e notícia extraída do sítio do INCRA a respeito do acordo efetuado na ACP;

5 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

6 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

**PORTARIA Nº 330, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, d, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000074/2011-27, instaurado para apurar problemas referentes à falta de perícia médica e servidores na Agência do INSS em Altamira;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000074/2011-27, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Requisitar informações/cópia de documentos ao INSS Altamira, dando prazo de 10 dias úteis, a respeito do cumprimento da Recomendação 2/2011-GAB2 (fls. 90/92);

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**PORTARIA Nº 386, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República infra assinada, em exercício na Procuradoria da República em Belo Horizonte-MG, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigo 6.º, inciso VII, "c", Resolução CNMP n° 23/2007, artigo 2°, inciso II, parágrafos 6° e 7° e:

1. CONSIDERANDO que o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional para Prevenir, Reprimir e Sancionar o Tráfico de Pessoas, especialmente o de Mulheres e Crianças, mais conhecido como Protocolo de Palermo, promulgado pelo Decreto nº 5.107, de 12 de março de 2004, foi ratificado pelo Brasil em dezembro de 2000;

2. CONSIDERANDO que o tráfico de pessoas pode ser definido pelo "recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, servidão ou a remoção de órgãos;"

3. CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que instituiu princípios, diretrizes e ações para coibir a prática do tráfico;

4. CONSIDERANDO que os dados do Ministério da Justiça apontam Minas Gerais como ocupante do segundo lugar no ranking de tráfico internacional de pessoas, ficando atrás apenas de Goiás nesse tipo de crime;

6. CONSIDERANDO que de 2002 a 2008, "a Polícia Federal instaurou 75 ações investigativas envolvendo quadrilhas que operavam no Estado e de 1999 a 2009, 28 pessoas foram condenadas por praticar o crime em Minas Gerais" (Fonte: Ministério da Justiça, 2010);

7. CONSIDERANDO que o tráfico de seres humanos se apresenta na atualidade como um problema de escala global1, que deve ser combatido, enfrentado e prevenido tanto pelas nações em desenvolvimento, onde o crime organizado constitui o processo de aliciamento e agenciamento, como pelos países ditos desenvolvidos, que se estruturam como os principais "mercados consumidores";

8. Resolve, nos termos do disposto no artigo 2°, inciso II, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o propósito de acompanhar a implementação das medidas traçadas pela Polícia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Estado de Minas Gerais.

9. COMUNIQUE-SE a E. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, para ciência e publicação da presente, nos moldes do art. 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

10. Após, cls.

SILMARA CRISTINA GOULART

**PORTARIA Nº 419, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana e a inclusão social;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que o programa governamental "Bolsa Família" foi instituído pela Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, prevendo sua execução e gestão descentralizadas, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social;

Considerando os indícios de irregularidades na gestão do programa governamental "Bolsa Família" pelo município de Nossa Senhora de Livramento/MT e pela Caixa Econômica Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001149/2011-29 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade da implantação do Programa Bolsa Família junto ao Município de Nossa Senhora do Livramento/MT", consoante determinado em despacho próprio.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme determinado em despacho próprio.

Encaminhe-se, junto com as requisições, cópias desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

**PORTARIA Nº 422, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento "Santo Onofre", localizado no distrito de Cangas, município de Poconé/MT, sobretudo a regularidade da assistência técnica permitindo o desenvolvimento e fixação na área das famílias assentadas;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo nº1.20.000.000469/2008-66 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a devida implementação de políticas públicas de assistência técnica no projeto de assentamento Santo Onofre, município de Poconé/MT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

**PORTARIA Nº 423, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando que o abono do Programa de Integração Social (PIS) constitui direito social do trabalhador, consistente no pagamento anual pelo Governo Federal de um salário-mínimo àquele que preencher os requisitos legais;

Considerando que os trabalhadores que cumprem os critérios legalmente previstos têm direito a receber o abono salarial nas datas estabelecidas pela Caixa Econômica Federal;

Considerando os indícios de irregularidades envolvendo o cadastramento de trabalhadores no PIS, podendo ocasionar dificuldade no recebimento de abonos e de parcelas do seguro-desemprego pelos beneficiários;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade no cadastramento de trabalhadores no Programa de Integração Social, possibilitando o normal recebimento de abonos e parcelas do seguro-desemprego pelos beneficiários", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, encaminhe-se, junto aos ofícios determinados em despacho próprio, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

**PORTARIA Nº 426, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.002880/2011-02, que tem como objeto (resumo): "INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA - ITA. VESTIBULAR Possíveis irregularidades praticadas pelo ITA ao restringir a participação de candidatos no concurso de admissão ao ITA 2012 àqueles que possuírem menos de vinte e cinco anos no ano da matrícula para ingresso no Curso de Graduação em Engenharia";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## 1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

### PORTARIA Nº 15, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando identificar possíveis irregularidades em operação para cessão de créditos pessoais, na qual aposentados estariam sendo induzidos por gerente a contrair empréstimos em agência da Caixa Econômica Federal, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000045/2011-51 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA
Procurador da República

### PORTARIA Nº 38, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e, ainda que não de forma exclusiva, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõem os artigos 2º, §7º, e artigo 5º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

Considerando a existência de indicativos de possíveis irregularidades em processo seletivo 2011 da Aeronáutica (Terceiro Comando Aéreo Regional - COMAR III) para provimento de vaga em Barbacena (EPCAR);

Determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.22.014.000127/2011-18, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 1ª CCR/MPF;

c) aguardem-se as respostas aos ofícios expedidos.

Fica designada para funcionar como Secretária neste feito Karina El-Corab Trotta Lara, Técnica Administrativa, sem prejuízo da atuação de outro servidor em substituição.

ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES

### PORTARIA Nº 47, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, nos autos do Procedimento Administrativo no. 1.26.001.000060/2009-05, e

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO a investidura em cargo ou emprego público, mediante prévia aprovação em concurso público, visa a efetivar, entre outros, os princípios da igualdade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da publicidade;

CONSIDERANDO que, ao aplicar os princípios da publicidade, da igualdade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência, a Administração Pública deve promover a máxima efetividade das normas constitucionais, de maneira a assegurar a força normativa da Constituição da República; e

CONSIDERANDO que foi relatado à fl. 30 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano que iria "consultar a Procuradoria Geral Federal da legalidade de chamar candidatos do concurso vigente para os campi de Ouricuri e Salgueiro do IF - Sertão Pernambucano, tendo em vista que os mesmos fizeram opção para concorrerem às vagas oferecidas para preenchimento do quadro efetivo dos Campus Petrolina e Floresta", resolve:

Instaurar inquérito civil visando à regular e legal coleta de elementos a respeito da nomeação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano de servidores para os campi de Ouricuri e Salgueiro que concorreram às vagas oferecidas para preenchimento do quadro efetivo dos campi de Petrolina e de Floresta, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de o seu objeto ser de atribuição deste 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal, nos termos da Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 004, de 25 de agosto de 2010, modificada pela Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 001, de 31 de janeiro de 2011.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, determino que seja oficiado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano requisitando que informe o resultado da consulta à Procuradoria Federal aludida no ofício de fl. 30.

Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar n° 75/93, o prazo para atendimento à requisição é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do expediente, ao qual deverão ser anexadas cópias desta portaria e dos documentos de fls. 03/04 e 30.

Após o cumprimento da diligência ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

### PORTARIA Nº 92, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando recebimento de notícia de inscrição de devedor no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal sem sua comunicação no endereço indicado no instrumento que deu origem ao débito, como prevê a Lei nº 10522/2002;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000318/2011-45, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

### PORTARIA Nº 94, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, alíneas a, c e d, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando a responsabilidade tripartite prevista na Lei nº 8.080/90, inserindo-se o objeto do presente procedimento no rol de atribuições do Ministério Público Federal, uma vez que a questão envolve a conduta do órgão gestor estadual do Sistema Único de Saúde, que indeferiu o pedido do medicamento Trastuzumabe, afetando o interesse individual indisponível relacionado à assistência farmacêutica, um dos campos de atuação do SUS;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação, referidos no item c acima;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000319/2011-90, a partir da representação protocolizada sob o nº PRM/BNU-SC 00004691/2011, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

### PORTARIA Nº 425, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que o concurso público consubstancia instrumento de concretização dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37 da CF), aos quais a Administração Pública Direta e Indireta deve estrita obediência;

Considerando o dever o Ministério Público Federal de fiscalizar a legalidade dos concursos públicos promovidos pela administração direta, autárquica e fundacional federal, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando que o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração";

Considerando que o inciso IV do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 preconiza que "durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira";

Considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos constitui empresa pública federal, cujos atos estão submetidos ao controle de legalidade pelo Ministério Público Federal;

Considerando os indícios de irregularidades na homologação do concurso público da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT regido pelo Edital nº13/2011;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001025/2011-43 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar supostas irregularidades no concurso público regido pelo Edital nº13/2011 da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT, conforme indicado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

## 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

### PORTARIA Nº 39, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade Uruguaiana/RS, pela Procuradora da República signatária, nos autos do Procedimento Administrativo Cível nº 1.29.011.000035/2011-15:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, e de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o Termo de Oitiva de Elza Till de Souza, em que relata a dificuldade em conseguir o número da conta poupança de seu marido, já falecido;

CONSIDERANDO que a Caixa Econômica Federal menciona a existência de registro apenas em arquivo físico das contas abertas e encerradas até 1999 e, além disso, que as contas eram ordenadas por agência e número de conta do cliente e não pelo CPF;

CONSIDERANDO o art. 43 do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que garante aos consumidores acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

DETERMINO a conversão deste Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: Bancos. Acesso a dados sobre conta bancária de pessoa já falecida. CDC.

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Comunicação, por meio eletrônico, à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010, do CSMPF, com o encaminhamento de cópia desta Portaria a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, procedendo-se, após, à juntada aos autos da comprovação de envio do documento;

c) Com a resposta ao ofício GAB.02/776/2011, venham os autos conclusos.

LARA MARINA ZANELLA MARTÍNEZ CARO

**PORTARIA Nº 162, DE 29 DE AGOSTO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "c", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

d) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000433/2009-84, instaurado com o objetivo de assegurar o direito do consumidor de optar pelo serviço de táxi que melhor lhe convier, conforme o art. 6°, II, do CDC, na área do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a expedição de ofício à Cooperativa Mista de Táxi do Aeroporto de São Luís/MA, COOPERATAXI, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações atualizadas acerca da quantidade de veículos de sua frota, devendo especificar quantos deles trafegam para ou a partir do Aeroporto Marechal da Cunha Machado mediante o uso de "taxímetro", identificando, em caso positivo, todos os veículos nessa condição (placa e numeração);

c) após os registros de praxe, a publicação e a comunicação desta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

## 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**PORTARIA Nº 79, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos, DETERMINA:

I - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir do Documento nº PRM-JOA-RJ 00002998/2011, o qual terá a seguinte ementa:

"AMBIENTAL - Apurar os danos ambientais decorrentes de extração de areia na Av. Mutirão, 3.000, Campo Alegre, Nova Iguaçu, em terreno pertencente a Geraldo Araújo Menezes, em tese causados pela Empresa Areal Lagoa Azul de Queimados LTDA e Marco Aurélio da Costa Abade."

II - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

**PORTARIA Nº 217, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que por solicitação do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Volta Redonda - está sendo desenvolvido no Instituto Estadual do Ambiente - INEA projeto de Regularização Fundiária Sustentável de Áreas Urbanas situadas nas Margens do Rio Paraíba do Sul, à luz da Resolução CONAMA nº 369/06 e do Decreto Estadual nº 42.356/10, que tem como objetivo principal o ordenamento do território, identificando as áreas passíveis de remanejamento e/ou desfazimento de habitações e criação de áreas que possam vir a serem elementos conectores da biodiversidade;

d) considerando que, conforme parecer de análise especial emitido pela GEGET (fls. 55-57), a empresa Etapa 2007 Montagens Industriais Ltda, situada à Rua Almirante Adalberto de Barros Nunes, nº 3686, bairro Retiro - Volta Redonda/RJ, encontra-se instalada e operando na FMP do rio Paraíba do Sul, estando cerca de 45m do rio, o qual, neste trecho, tem 95m de largura;

e) considerando que foi aberto processo de requerimento de Licença de Operação (LO) para a atividade de fabricação e manutenção de equipamentos industriais;

f) considerando que, conforme informações constantes no processo de requerimento de LO nº E-07/507.670/1, as instalações que a empresa ocupa é alugada e opera suas atividades com 26 (vinte e seis) funcionários, sendo 16 (dezesseis) na produção e 10 (dez) na administração;

g) considerando que, de acordo com a imagem do satélite (fls. 55), entre a empresa e o rio Paraíba do Sul existe a Via Almirante Adalberto de Barros Nunes, além da obra de revitalização da orla do rio, conhecida como Beira Rio;

h) considerando o art. 2º da lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965;

i) considerando que de acordo com a legislação supracitada torna-se impossível prosseguir com o licenciamento da atividade no local;

j) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

k) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve o Procurador da república que a presente subscreve, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.30.010.000296/2011-16, com o objetivo de acompanhar a regularidade ambiental da empresa ETAPA 2007 MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA, situada à rua Almirante Adalberto de Barros Nunes, nº 3686, bairro Retiro - município de Volta Redonda/RJ, tendo em vista que a referida empresa encontra-se instalada e operando na Faixa Marginal de Proteção do Rio Paraíba do Sul;

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

1. autue-se a presente portaria e a documentação que a acompanha como inquérito civil;

2. após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público; e

3. acautele-se estes autos pelo prazo de 30 (trinta) dias;

4. após, venham os autos conclusos.

Cumpra-se.

MARCELO DE FIGUEIREDO FREIRE

**PORTARIA Nº 304, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais (artigos 127 e 129 da Constituição Federal) e legais (artigo 5º, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b"; inciso V, alínea "b"; e artigo 6º, inciso XX, todos da Lei Complementar n.º 75/93, bem como artigo 26 da Lei n.º 8.625/93), e

Considerando que o Procedimento Administrativo Cível nº 1.29.008.00025/2011-21 foi instaurado nesta Procuradoria da República no Município de Santa Maria/RS com o objetivo de verificar a proteção concedida ao patrimônio arqueológico na região do Município de Santa Maria/RS, especialmente em virtude da acelerada expansão urbana verificada;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". (art. 127, caput, da CF/88);

Considerando que a Lei Complementar 75/1993, em seu art. 5O, inciso II, "d", determina que incumbe ao Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos ao meio ambiente; e que o inciso II, "c", do mesmo dispositivo legal dispõe que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do patrimônio cultural brasileiro;

Considerando ser obrigação do Poder Público garantir a todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a ser defendido e preservado para as presentes e futuras gerações;

Considerando que o patrimônio cultural integra o Meio Ambiente, recebendo a mesma tutela jurídica em vigor no direito ambiental e, portanto, sendo-lhe aplicáveis as normas que versam sobre o meio ambiente;

Considerando que, no âmbito da Constituição Federal, a cultura e o patrimônio cultural, inclusive arqueológico, mereceram especial tratamento, nos termos do que dispõem os artigos 215 e 216 da Magna Carta:

"Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiara e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupo formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico". (grifado)

Considerando que o patrimônio arqueológico configura-se como bem da União, a teor do disposto no art. 20, X, da CF/88;

Considerando que a Carta estabelece, ainda, que a proteção do meio ambiente é um Princípio da Ordem Econômica (art. 170, VI), e que a função social da propriedade rural será cumprida mediante a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e à preservação do meio ambiente (art. 186, II);

Considerando que a Carta Magna estabelece proteção ampla a tais bens e impõe como dever do poder público atuar em defesa da proteção dos sítio arqueológicos, impedindo a ocorrência de danos ao patrimônio cultural nacional, estabelecendo em seu art. 23 a competência comum entre a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;

Considerando que, no que se refere à competência para legislar, trata-se de competência concorrente ente a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 24, VII), ao passo que os Municípios podem legislar sobre assuntos de seu interesse local e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a ação fiscalizadora federal e estadual (art.30, I e IX);

Considerando que a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul também garante a proteção do patrimônio cultural:

"Art. 221 - Constituem direitos culturais garantidos pelo Estado:

(...) V - o acesso ao patrimônio cultural do Estado, entendendo-se como tal o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense, incluindo-se entre esses bens:

(...) e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico.

Art. 222 - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º - Os proprietários de bens de qualquer natureza tombados pelo Estado receberão incentivos para preservá-los e conservá-los, conforme definido em lei.

§ 2º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Art. 223 - O Estado e os Municípios manterão, sob orientação técnica do primeiro, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural, público e privado.

Parágrafo único - Os planos diretores e as diretrizes gerais de ocupação dos territórios municipais disporão, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural." (grifos nossos)

Considerando que a Lei nº 3.924/61, que permanece em vigor, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, concedendo a ampla proteção ao patrimônio cultural arqueológico, inclusive dispondo sobre o procedimento a ser adotado, em caso de eventual possibilidade de exploração e/ou interferência em sambaquis ou outras formas de expressão do patrimônio arqueológico;

Considerando que o art. 1º da referida lei, recepcionada pela atual Constituição Federal, estabelece o tombamento de todos os monumentos arqueológicos existentes no território nacional e dos elementos que nele se encontram:

Art. 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do art. 152 da mesma Constituição.

Considerando que o art. 2º da Lei 3.924 delineia o conceito dos monumentos protegidos pela norma, verbis:

Art. 2º. - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, estações e cerâmicos, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. (grifado)

Considerando que a legislação reforça a proteção a esses bens, assim dispondo:

"Art 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem as-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

sim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas. (grifado)

Art 4º Toda a pessoa, natural ou jurídica que, na data da publicação desta lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr$10.000,00 a Cr$50.000,00 (dez mil a cinqüenta mil cruzeiros), o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interêsse da ciência.

Art 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acôrdo com o disposto nas leis penais."

Considerando que a Lei Estadual 7.231, de 18 de dezembro de 1978, determina que os "Os bens existentes no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico, ou ecológico, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado, e serão objeto de seu especial interesse e cuidadosa proteção."

Considerando a necessidade de identificação, reconhecimento e mapeamento dos sítios arqueológicos existentes no município de Santa Maria, a fim de que a eles possa ser concedido o tratamento adequado, nos termos da legislação vigente, especialmente com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio arqueológico existente na região;

Considerando que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN informou que há 26 (vinte e seis) sítios registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, no Município de Santa Maria/RS;

Considerando que referidos sítios precisam ser incorporados ao plano diretor e às diretrizes gerais de ocupação do território municipal, a fim de lhes assegurar a devida proteção e garantir a preservação do patrimônio arqueológico local;

Considerando que o Município de Santa Maria, no ano de 2005, projetou as "Bases Políticas, Programas e Projetos" anexo ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA (Anexo "G"), incluindo a Política de pesquisa, divulgação e preservação permanente do patrimônio paleontológico e arqueológico, em escala municipal de prioridade;

Considerando a preocupação externada pelo próprio Município de Santa Maria, na apresentação do referido projeto, relativamente aos impactos que as obras de infraestrutura e de construção civil exercem sobre o território, especialmente sobre os sítios paleoarqueológicos;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de garantir a preservação do patrimônio arqueológico na região do Município de Santa Maria:

Requerido: Município de Santa Maria

Autor da representação: ARCON - Projetos e Consultorias Arqueológicas Ltda.

Município: Santa Maria

Tema: Meio Ambiente - 4a CCR/MPF

Subtema: Patrimônio Cultural Arqueológico - Bens e Sítios Arqueológicos - Código 900028

DETERMINA que a Coordenadoria dos Direitos do Cidadão registre e efetive o seguinte:

1. autue na categoria de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, comunicando-se, imediatamente, a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente portaria no Diário Oficial;

2. mantenha a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista a prevenção na atuação sobre o caso em análise;

3. observe as determinações constantes da Resolução 87/2006, com as alterações da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, especialmente no que se refere à prorrogação de prazo e à publicidade;

4. Reitere o teor do ofício CDC/PRM/SM nº 0281/2011 (fl. 60)

5. Após a vinda das informações, retornem os autos conclusos.

JERUSA BURMANN VIECILI

**PORTARIA Nº 325, DE 13 DE ABRIL DE 2011**

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.004017/2003-91. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.004017/2003-91 versando sobre ocupação de terreno de marinha, praia e APP na Praia do Matadeiro, Fpolis/SC, bem como o tempo decorrido de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Ocupação irregular de terreno de marinha, praia e APP. Praia do Matadeiro. Florianópolis/SC. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

**PORTARIA Nº 343, DE 13 DE ABRIL DE 2011**

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.001045/2003-56. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.001045/2003-56 versando sobre extração mineral no leito do Rio Cubatão, SC, bem como a antiguidade de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Extração mineral. Leito do Rio Cubatão acima da captação de água da CASAN. SC. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

**PORTARIA Nº 457, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

Considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do patrimônio histórico e cultura nacional e do patrimônio público e social, constitucionalmente tutelados, dentre outros, pelos art. 37 e seus incisos,e art. 216, da Constituição Federal;

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nos autos do processo administrativo PR/RJ nº 1.30.001.003710/2011-58, que noticia a existência de danos ao Patrimônio Histórico Nacional e a prática de atos de improbidade por parte dos servidores federais, diante de notícia do desaparecimento de diversas peças do acervo do Museu da República, em meados dos anos de 2003 e 2005, a saber: cigarreira nº 002.492 e cunha nº 005.924, da Coleção Getúlio Vargas, e 14 (quatorze) peças do acervo do Museu (medalha comemorativa nº 000.505, em prata; medalha devocional nº 000.662, em ouro; medalha comemorativa nº 000.684, em ouro; medalha devocional nº 000.663, em ouro; medalha comemorativa nº 000.701, em ouro; medalha devocional nº 000.664, em ouro; medalha devocional nº 000.666; medalha devocional nº 000.667, em ouro; moeda nº 001.104, em níquel; alfinete nº 001.219, em ouro; distintivo nº 001.243, em ouro branco, ouro e pedras preciosas; caixa de rapé nº 002.523, em ouro; argola de guardanapo nº 003.698, em prata e ouro e relógio de bolso nº 005.95, em ouro).

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo nº 1.30.001.003710/2011-58 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado ao Departamento de Museus do IPHAN, requisitando informações acerca dos fato noticiados.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração a 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIAS REGIONAIS
### 1ª REGIÃO

**PORTARIA Nº 2.195, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento REP nº 000240.2011.01.003/8 - 301, instaurado a partir do Ofício nº 1101/2011/GAB/ESO, encaminhado pela Procuradoria da República no Município de Campos dos Goytacazes a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ELIAS VIEIRA DE VASCONCELOS, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes no uso de porteiros como vigilantes, exercendo segurança privada sem autorização da DPF, em desacordo com o art. 10, I da Lei nº 7.102/83;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve: instaurar o Inquérito Civil nº 000240.2011.01.003/8 - 301 em face de CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ELIAS VIEIRA DE VASCONCELOS. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO, que poderá ser secretariado pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
## PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

### DECISÕES DA PGJM

PROTOCOLO N. 941/2011/DDJ/PGJM
NOTÍCIA-CRIME N. 11-50.2011.1202
PJM SÃO PAULO - 2º OFÍCIO

...

Ausentes, portanto, indícios de crime militar, determino o arquivamento destes autos, com sua consequente restituição à PJM São Paulo - 2ª Ofício.

Publique-se o dispositivo.

...

Brasília-DF, 20 de setembro de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

PROTOCOLO N. 951/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) N. 4-69.2011.1601
PJM SALVADOR/BA

...

Em razão da inexistência de indício de delito militar a ser apurado, determino o arquivamento do presente feito, com sua consequente restituição à PJM Salvador/BA.

Publique-se o dispositivo.

...

Brasília-DF, 20 de setembro de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### PORTARIA Nº 47, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 1ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal; 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993 e 19 da Resolução Normativa- PGJ n.º 90/2009; CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º, VII, b), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social; CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.001200/2001-20 para apurar irregularidades na execução de contratos de fornecimento de passagens aéreas entre a Fundação Universitária de Brasília - FUBRA (atual FGI) e a sociedade empresária SALVADOR TURISMO LTDA; CONSIDERANDO que, após a instauração do referido procedimento pelo Ministério Público Federal, aquele órgão declinou da atribuição para atuar no feito, remetendo-o a esta Promotoria de Justiça; CONSIDERANDO que a FUBRA(atual FGI) é sujeita ao velamento exercido por esta Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, nos termos do art. 66 do Código Civil, competindo, portanto, a este órgão, apurar as irregularidades ocorridas no âmbito daquela fundação, resolve INSTAURAR Inquérito Civil Público relativamente à FUBRA - Fundação Universitária de Brasília (atual FGI), com o fito de continuar a apuração das possíveis irregularidades, para tanto, determinando, de início: 1. Autuar, registrar e publicar esta portaria; 2. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA
Promotor de Justiça Adjunto

# Tribunal de Contas da União

## PLENÁRIO

### ATA Nº 34, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidência do Ministro Augusto Nardes

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretário do Plenário em substituição: TEFC Paulo Morum Xavier

Às 17 horas e 22 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em virtude de vacância de cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira, e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes, por motivo de férias, o Ministro Benjamin Zymler e, em missão oficial, o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 33, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 14 de setembro (Regimento Interno, artigo 101).

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-029.384/2011-7, pelo Ministro José Jorge.

O inteiro teor do despacho monocrático e da respectiva comunicação ao Plenário constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

- Acórdão nº 2551, adotado no processo nº TC-021.911/2011-8, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;
- Acórdão nº 2552, adotado no processo nº TC-022.073/2011-6, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;
- Acórdão nº 2553, adotado no processo nº TC-020.549/2011-3, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;
- Acórdão nº 2554, adotado no processo nº TC-005.827/2011-6, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;
- Acórdão nº 2555, adotado no processo nº TC-028.510/2011-9, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;
- Acórdão nº 2556, adotado no processo nº TC-013.795/2009-3, constante da Relação nº 49 do Ministro Raimundo Carreiro;
- Acórdão nº 2557, adotado no processo nº TC-018.462/2009-9, constante da Relação nº 38 do Ministro José Múcio Monteiro;
- Acórdão nº 2558, adotado no processo nº TC-019.817/2011-8, constante da Relação nº 38 do Ministro José Múcio Monteiro;
- Acórdão nº 2559, adotado no processo nº TC-027.803/2011-2, constante da Relação nº 39 do Ministro José Múcio Monteiro;
- Acórdão nº 2560, adotado no processo nº TC-002.360/2011-0, constante da Relação nº 38 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
- Acórdão nº 2561, adotado no processo nº TC-015.498/2011-5, constante da Relação nº 38 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
- Acórdão nº 2562, adotado no processo nº TC-019.870/2011-6, constante da Relação nº 38 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
- Acórdão nº 2563, adotado no processo nº TC-028.777/2011-5, constante da Relação nº 30 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

- Acórdão nº 2564, adotado no processo nº TC-028.003/2011-0, cujo Relator é o Ministro Valmir Campelo;
- Acórdão nº 2565, adotado no processo nº TC-028.259/2011-4, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
- Acórdão nº 2566, adotado no processo nº TC-015.092/2010-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro;
- Acórdão nº 2567, adotado no processo nº TC-026.117/2010-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro;
- Acórdão nº 2568, adotado no processo nº TC-028.295/2011-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro;
- Acórdão nº 2569, adotado no processo nº TC-007.680/2010-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- Acórdão nº 2570, adotado no processo nº TC-002.622/2011-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
- Acórdão nº 2571, adotado no processo nº TC-029.217/2009-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
- Acórdão nº 2572, adotado no processo nº TC-020.794/2011-8, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

MANUTENÇÃO DE SIGILO DE PROCESSOS

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo III desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Os acórdãos listados abaixo, a seguir transcritos, tornaram-se públicos em razão do levantamento de sigilo dos processos respectivos e serão publicados na ata da sessão ordinária realizada nesta data (artigo 133, parágrafo único, do Regimento Interno).

O Acórdão nº 2571, apreciado de forma unitária, consta do Anexo I desta Ata, juntamente com o respectivo relatório e voto em que se fundamentou. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

- Acórdão nº 2557, adotado no processo nº TC-018.462/2009-9, apresentado pelo Ministro José Múcio Monteiro na Relação nº 38;
- Acórdão nº 2558, adotado no processo nº TC-019.817/2011-8, apresentado pelo Ministro José Múcio Monteiro na Relação nº 38; e
- Acórdão nº 2571, adotado no processo nº TC-029.217/2009-0, apresentado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

**RELAÇÃO Nº 38/2011 - Plenário**
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

**ACÓRDÃO Nº 2557/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, e 53 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e mandando adotar as providências sugeridas pela unidade técnica, sem prejuízo de dar ciência ao denunciante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-018.462/2009-9 (DENÚNCIA)**
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Dar ciência à Caixa Econômica Federal e à Superintendência da Caixa Econômica Federal no Maranhão para que observe, quando da elaboração de futuros editais de certames licitatórios e afins, o disposto no art. 32, § 5º, da Lei nº 8.666/1993 e jurisprudência deste Tribunal (AC 2715/2008 - Plenário), evitando a cobrança de valores que exorbitem o efetivo custo de reprodução gráfica do instrumento convocatório.
1.7. Nos termos do art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, retirar a chancela de sigilo quanto ao objeto da denúncia.

**ACÓRDÃO Nº 2558/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143 inciso III e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e mandando adotar as providências indicadas a seguir, conforme os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-019.817/2011-8 (DENÚNCIA)**
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagarto/SE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos.
1.7. Dar ciência ao denunciante desta decisão, encaminhando-lhe cópia das respectivas instruções;
1.8. Remeter cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para que este tome as providências que entender cabíveis.

Ata n° 34/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 2571/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-029.217/2009-0 (Sigiloso).
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).
3.2. Responsável: Raul Zucatto (CPF 097.085.539-72).
4. Unidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex/SC).
8. Advogados constituídos nos autos: Lincoln de Paula (OAB/SC 12.823); Jailson Laurentino (OAB/SC 14.449); Jean Maicon Gabiatti (OAB/SC 15.214) e Tércio Moreira Mourão (OAB/DF 29.816).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia versando sobre possíveis irregularidades no pagamento, por parte do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina/SC - Crea/SC, de diárias e passagens aéreas a advogado responsável por defender causa pessoal do Sr. Raul Zucatto, presidente da referida entidade,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente denúncia, com fundamento nos arts. 234 e 235 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - Crea/SC, de que as despesas com pagamento a advogados contratados pela instituição, a qualquer título, para viabilização do patrocínio de causas em que haja interesse pessoal de seus dirigentes, não encontra amparo nos princípios dispostos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, devendo ser evitados, sob pena de responsabilização de quem a elas der causa;
9.3. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos.
9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao Crea/SC, e
9.5. arquivar o processo após ciência ao denunciante.

10. Ata n° 34/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2571-34/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 30 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário do Plenário
Substituto

Aprovada em 27 de setembro de 2011.

AUGUSTO NARDES
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

**ATA Nº 39, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretário do Plenário em substituição: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em virtude de vacância de cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira, e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes, por motivo de férias, o Ministro Benjamin Zymler e, em missão oficial, o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou as Atas de nºs 37, da Sessão Extraordinária realizada em 13 de setembro, e 38, referente à Sessão Ordinária realizada em 14 de setembro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

**Da Presidência:** (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Adesão à Campanha Nacional "Ministério Público de Contas pela Acessibilidade Total", por sugestão do Procurador Sérgio Caribé; inclusão, nas próximas matrizes de auditoria do Fiscobras, da acessibilidade entre os itens a serem fiscalizados e proposta, aprovada pelo Plenário, de realização de auditoria operacional, a ser coordenada pela Seprog, para avaliação das condições de acessibilidade das pessoas com deficiência nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

- Proposta, aprovada pelo Plenário, de inclusão, no plano de fiscalização do Tribunal, de auditoria no Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa.

- Congratulação ao Auditor Federal de Controle Externo Dagomar Henriques Lima, pela obtenção do terceiro lugar no Prêmio Ministro Gama Filho 2011, promovido pela Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

**Do Ministro Valmir Campelo:** (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Apresentação de Projeto de Resolução para alteração da Resolução-TCU nº 36/1995, que dispõe sobre o exercício da ampla defesa no âmbito do Tribunal, com abertura de prazo de 20 dias para a apresentação de emendas e sugestões de modificação pelos demais Ministros.

**Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:** (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Apresentação de Projeto de ato normativo para substituição da Instrução Normativa TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007, com abertura de prazo de 30 dias para a apresentação de emendas e sugestões de modificação pelos demais Ministros.

**Do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado:**

- Congraçamento, acompanhado pelos Ministros que compõem o Plenário, à Deputada Federal Ana Arraes pela sua eleição, na Câmara dos Deputados, para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União.

MEDIDAS CAUTELARES REFORMADAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, o despacho do Ministro Walton Alencar Rodrigues, por meio do qual foi reformada a medida cautelar exarada no processo nº TC-025.201/2011-5, no sentido de que o Instituto Nacional do Câncer dê continuidade aos procedimentos relativos à concorrência 4/2011, condicionando, porém, a execução do contrato ao saneamento das falhas encontradas.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 007.463/2007-1
Interessado: Prefeitura Municipal de Jucás - CE, Arno Hugo Augustin Filho
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 012.289/2005-1
Interessado: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR), ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA DE GUARAPARI/A AGUA/ES, Alexandre Dias de Jesus
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 020.493/2003-3
Interessado: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - MC
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 021.414/2009-3
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 025.377/2010-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 032.329/2008-0
Interessado: Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão - TO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 001.059/2004-5
Interessado: Prefeitura Municipal de Andaraí - BA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 004.460/2007-6
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 008.284/2005-9
Interessado: 3º CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO - CINDACTA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 009.390/2008-0
Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 011.478/2009-7
Interessado: Daniela Suzy Ferreira Marques
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 011.886/2010-2
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 012.034/2007-9
Interessado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - CONSELHO NACIONAL - MDS
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 012.908/2010-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 017.545/2011-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 019.260/2009-8
Interessado: INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - MCT
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 020.376/2009-6
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Prefeitura Municipal de Diamantino - MT
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 020.811/2009-9
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Prefeitura Municipal de Jauru - MT
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 021.117/2008-0
Interessado: MET/MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 025.423/2008-2
Interessado: Prefeitura Municipal de Ibipeba - BA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 026.082/2010-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 026.887/2010-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 027.647/2007-6
Interessado: Maria Ocirema da Silveira
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 028.190/2010-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 032.202/2010-5
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 033.189/2008-2
Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/SE - JE
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-014.557/1999-1, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Ildo João Cótica Júnior declinou da sustentação oral que havia solicitado.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-019.784/2011-2, cujo Relator é o Ministro Raimundo Carreiro, ante pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, os processos de nºs:

- TC-030.315/2010-7, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues;
- TC-021.283/2008-1, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
- TC-021.899/2006-8, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro;
- TC-026.846/2006-7, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
- TC-010.637/2011-7, TC-012.389/2009-0, TC-012.925/2011-0, TC-015.327/2008-2, TC-017.752/2011-6, TC-018.768/2008-0 e TC-021.374/2003-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2474 a 2502.

**RELAÇÃO Nº 34/2011 - Plenário**
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

**ACÓRDÃO Nº 2474/2011 - TCU - Plenário**

Vistos, relacionado e discutidos estes autos que versam sobre recurso de revisão interposto pela responsável Sra. Maria Heliana Mota Guedes, contra o Acórdão nº 6697/2009 - 2ª Câmara.

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecido pelo art. 35, III, da Lei nº 8.443/1992;

Considerando que os documentos acostados nos autos não são suficientes para ilidir as irregularidades apontadas no processo,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, ante as razões expostas pelo Relator, por unanimidade, em não conhecer do presente recurso de revisão, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art.35, inciso III, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 288, inciso III, do RI/TCU, dando-se ciência desta deliberação à recorrente, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade de fls. 102/104 - anexo 2.

**1. Processo TC-024.036/2008-4 RECURSO DE REVISÃO - (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)**
1.1. Apensos: 008.417/2010-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.418/2010-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.419/2010-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Recorrente: Maria Heliana Mota Guedes (388.064.526-49)
1.3. Órgão/Entidade: Município de Entre Folhas/MG
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge
1.6.Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG(SECEX-MG)
1.7. Advogado(s) constituído(s) nos autos: José Arteiro Cavalcante Lima, OAB/MG 27.822; Edson Martins Lopes, OAB/MG 59.549; Ângelo Zulato, OAB/MG 25.969; Paulo Zulato, OAB/MG 94.386; Keila Queiroga Zulato, OAB/MG 95.790; Adinan Quintão Linhares, OAB/MG 101.601
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2475/2011 - TCU - Plenário**

Considerando que o cumprimento da determinação constante do item 9.3 do Acórdão 2557/2009 - TCU - Plenário, sessão de 4/11/2009(TC-010.019/2009-0), depende da edição de nova portaria interministerial, em discussão pelos órgãos interessados, e que esses órgãos demonstram que estão providenciando a adequação necessária para a alteração da legislação relativa ao suprimento de fundos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso IV do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do seguinte processo, tendo em vista o cumprimento da determinação constante do item 9.3 do Acórdão nº 2557/2009 - TCU - Plenário, de acordo com a instrução da unidade técnica de fls. 232/234 - v.p. vol. 1:

**1. Processo TC-010.019/2009-0 (MONITORAMENTO)**
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria do Tesouro Nacional - MF (00.394.460/0409-50)
1.2. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG)
1.4. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2476/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, negar a medida cautelar requerida, por não restar configurado o disposto no art. 236 do Regimento Interno/TCU, e arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante e ao Ministério da Fazenda, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça nº 3:

**1. Processo TC-028.661/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)**
1.1. Interessado: SIGMA Dataserv Informática S.A.(77.166.098/0005-00)
1.2.Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-2)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

**RELAÇÃO Nº 32/2011 - Plenário**
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

**ACÓRDÃO Nº 2477/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso II, "a", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por 30 (trinta) dias, a contar da ciência do presente acórdão, para que os Srs. Luis Munhoz Prosel Junior e Hideraldo Luiz Caron, e por 10 (dez) dias, a contar da ciência do presente acórdão para que os Srs. Francisco Augusto Pereira Desideri, Roberto Borges Furtado da Silva e o Consórcio Construtor da BR 163/MT, apresentem as alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as quantias indicadas no ofício citatório encaminhado em cumprimento ao subitem 9.3 do Acórdão 1193/2011-TCU-Plenário, proferido na Sessão Ordinária do Plenário de 11/05/2011.

**1. Processo TC-013.635/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)**
1.1. Apensos: 015.010/2008-9 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)
1.2. Responsáveis: Consorcio Construtor Br-163 (02.870.297/0001-71); Construtora Andrade Gutierrez S. A. (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S. A. (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S/a (33.412.792/0001-60); Estacon Engenharia S/a (04.946.406/0001-12); Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34); Rogério Gonzales Alves (553.259.397-34)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (SECOB-2)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2478/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão ordinária do Plenário, na forma do art. 143, V, "e", do Regimento Interno/TCU, de acordo com a proposta emitida pela Unidade Técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar os prazos estabelecidos nos itens nºs 9.1.2.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4 e 9.1.2.5, todos referentes ao Acórdão nº 1443/2011-TCU - Plenário, Ata nº 21/2011, alterado sucessivamente pelos Acórdãos 2054/2011 e 2119/2011, ambos do Plenário, na forma proposta abaixo, a contar da ciência do prazo inicialmente concedido:

| Item do Acórdão | De | Para |
|---|---|---|
| 9.1.2.2 | 60 (sessenta) dias | 150 (cento e cinquenta) dias |
| 9.1.2.3 | 15 (quinze) dias | 150 (cento e cinquenta) dias |
| 9.1.2.4 | 30 (trinta) dias | 120 (cento e vinte) dias |
| 9.1.2.5 | 60 (sessenta) dias | 150 (cento e cinquenta) dias |

**1. Processo TC-029.738/2010-5 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)**
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ(SECEX-RJ)
1.4. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2479/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e, com fulcro no art. 6º da Resolução/TCU 185/2005, em autorizar a realização de fiscalização junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil para verificação da regularidade dos procedimentos de doação de bens apreendidos, em suas operações fiscalizadoras, aos órgãos públicos e entidades beneficentes, no que tange ao enquadramento às exigências legais dispostas no art. 803 do Decreto 6759/2009 (Regulamento Aduaneiro) c/c o art. 2º, §3º, da Portaria MF 100, de 22/4/2002, e com os arts. 21, 22 e 24 da Portaria SRF 555, de 30/4/2002, dando-se ciência desta decisão à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Universidade Federal do Paraná e ao Ministério Público ao TCU, encaminhar os autos à Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos para encerramento e demais providências, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

**1. Processo TC-004.006/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)**
1.1. Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
1.2. Interessado: Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do MPTCU
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2480/2011 - TCU - Plenário**

Vistos e relacionados estes autos de: embargos de declaração em pedido de reexame, opostos por Rosemir Santana de Andrade Lima, contra o Acórdão 850/2011, Plenário (anexo 20); solicitação de redução do valor e de parcelamento da multa imposta a Francisco Antônio Saraiva de Farias, pelo Acórdão 1.652/2010, Plenário, (anexo 21); recurso de reconsideração interposto por Maria Dalva Barbosa da Silva, contra o Acórdão 850/2011, Plenário, que conheceu e negou provimento a pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.652/2010, Plenário (anexo 19);

Considerando que Rosemir Santana de Andrade Lima foi notificada da prolação do Acórdão 850/2011, Plenário, em 1º/6/2011 (fls. 729, volume 3, e 750, volume 4);

Considerando que os embargos de declaração podem ser opostos no prazo de dez dias, contados da notificação (arts. 183 e 287 do Regimento Interno);

Considerando que o prazo para oposição dos embargos encerrou-se em 11/6/2011;

Considerando que os embargos somente foram protocolizados em 17/6/2011;

Considerando a intempestiva oposição dos embargos;

Considerando que o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 não autoriza o conhecimento de recurso intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos;

Considerando que os embargos não demonstram a superveniência de fatos novos;

Considerando que Francisco Antônio Saraiva de Farias requer a redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da multa a ele imposta, pelo Acórdão 1.652/2010, Plenário;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que Francisco Antônio Saraiva de Farias requer o parcelamento da dívida decorrente do Acórdão 1.652/2010, Plenário, em trinta e duas parcelas;

Considerando que não há previsão legal para redução do valor de multa imposta pelo Tribunal;

Considerando que o Regimento Interno limita o pagamento da importância devida, pelo responsável, em vinte e quatro parcelas mensais;

Considerando que o recurso interposto contra Acórdão do Plenário deve ser sorteado entre os membros daquele Colegiado, excluído o relator da deliberação recorrida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso II, 34 e 26 da Lei 8.443/1992, quanto ao processo a seguir relacionado, em:

a) não conhecer dos embargos de declaração opostos por Rosemir Santana de Andrade Lima (anexo 20);

b) negar a redução no valor da multa imposta a Antônio Saraiva de Farias, pelo Acórdão 1.652/2010, Plenário (anexo 21);

c) autorizar o parcelamento da importância devida por Antônio Saraiva de Farias, objeto do Acórdão 1.652/2010, Plenário, em vinte e quatro parcelas mensais, nos termos dos arts. 217 a 219 do Regimento Interno (anexo 21).

d) determinar a remessa dos autos à Secretaria das Sessões, após as comunicações processuais pertinentes, com vistas ao sorteio de relator para o recurso de reconsideração interposto por Maria Dalva Barbosa da Silva, contra o Acórdão 850/2011, Plenário (anexo 19).

**1. Processo TC-024.597/2008-7 (EMBARGOS DE DECLATAÇÃO EM PEDIDO DE REEXAME)**

1.1. Apensos: 000.419/2011-7 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Ethiene Maria Gouveia Viana (183.213.562-49); Falbernandes Mendes de Farias (138.136.092-00); Francisco Antonio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Francisco Souza de Alencar (153.999.902-53); Fundação Universidade Federal do Acre - Mec (04.071.106/0001-37); Jaider Moreira de Almeida (196.180.002-06); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); Maria Carvalho da Silva (129.519.602-63); Maria Dalva Barbosa da Silva (078.746.932-72); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25); Pedro Ferreira Calvalcante Filho (138.130.212-20); Rosemary de Almeida Gomes (215.885.622-04); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49); Zuila de Mendonça Correia (091.120.062-20)

1.3. Interessados: Rosemir Santana de Andrade Lima, Francisco Antônio Saraiva de Farias, e Maria Dalva Barbosa da Silva,

1.4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

1.7. Advogados constituídos nos autos: Patrícia Pontes de Moura (OAB/AC 3.191), Claudia Maria da Fontoura Messias Sabino (OAB/AC 3.187) e Maria Cristhiny Barbosa (OAB/AC 2.525).

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

**RELAÇÃO Nº 31/2011 - Plenário**
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

**ACÓRDÃO Nº 2481/2011 - TCU - Plenário**

Considerando que o recorrente foi notificado da deliberação recorrida na data de 4/3/2011;

considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU, contados na forma prevista no art. 183;

considerando que o recorrente apresentou o recurso em 19/4/2011;

considerando, dessa maneira, que o presente recurso de reconsideração foi apresentado intempestivamente;

considerando que a análise efetuada pela Secretaria de Recursos sobre a admissibilidade da peça recursal conclui pela ausência de fato novo capaz de suplantar a intempestividade verificada, para que o recurso possa ser admitido nos termos do parágrafo único do artigo 32 da Lei Orgânica;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I, da Lei 8.443/92; arts. 143, inciso IV, alínea b e § 3º; 277, inciso I, e 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Clésio da Gama Fernandes, e em determinar o arquivamento do processo adiante indicado, após envio ao recorrente de cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade inserto às fls. 6/11 do anexo 2 dos autos, para conhecimento.

**1. Processo TC-008.958/2009-0 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO - TCE)**

1.1. Recorrente: Clésio da Gama Fernandes (484.914.206-06)

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

1.4. Unidade Técnica: Serur.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2482/2011 - TCU - Plenário**

Considerando que em sessão de 16/6/2010, ao apreciar recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, o Plenário deste Tribunal julgou irregulares as contas do Sr. Francisco Carlos Pierette e aplicou-lhe multa (Acórdão 1377/2010 - TCU - Plenário);

considerando que o responsável interpôs recurso de reconsideração contra o Acórdão 1377/2010 - TCU - Plenário (anexo 2), que foi conhecido e desprovido por meio do Acórdão 454/2011 - TCU - Plenário;

considerando que no presente momento o Sr. Francisco Carlos Pierette interpõe "pedido de reexame" (fl. 1, anexo 4), em que novamente pugna pela reforma do acórdão que lhe condenou;

considerando que as únicas possibilidades recursais tendentes à modificação do mérito, em processos de contas, são o recurso de reconsideração, os embargos de declaração e o recurso de revisão, previstos nos incisos I a III do art. 32 da Lei Orgânica do TCU;

considerando que o responsável já fez uso de recurso de reconsideração contra o Acórdão 1377/2010 - TCU - Plenário, ocorrendo, portanto, a preclusão consumativa;

considerando que a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, para recebimento do expediente como recurso de revisão, seria prejudicial ao responsável, pois esgotaria sua derradeira possibilidade de recorrer, a teor do disposto no art. 278, §3º, do Regimento Interno;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU pelo não recebimento do pedido, por sua absoluta inadequação;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento no art. 32 da Lei Orgânica do TCU, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 278, § 3º, e 286 do Regimento Interno, em não conhecer da peça encaminhada pelo Sr. Francisco Carlos Pierette como pedido de reexame, e encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução das fls. 4/10 do anexo 4, ao responsável, para conhecimento.

**1. Processo TC-006.689/2000-7 ("PEDIDO DE REEXAME" - TCE)**

1.1. Recorrente: Francisco Carlos Pierette (103.919.161-49)

1.2. Entidade: Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul - DRT/MS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Serur.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2483/2011 - TCU - Plenário**

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "a", do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-020.058/2009-1 (MONITORAMENTO)**

1.1. Interessada: 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras

1.2. Advogado constituído nos autos: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2484/2011 - TCU - Plenário**

VISTOS e relacionados os autos a seguir indicados, que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro contra o item 9.1 do Acórdão 3412/2010 - TCU - Plenário;

considerando que o recorrente não demonstra interesse recursal no presente processo, tendo em vista que os termos da deliberação recorrida não lhe acarretam prejuízo ou gravame algum, uma vez que aquele **decisum** recomendou ao órgão jurisdicionado o cumprimento das normas que disciplinam a cessão de servidores na Justiça Eleitoral;

considerando, ainda, os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público pelo não conhecimento, em vista da ausência de interesse recursal;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 48, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em:

**1. Processo TC-006.260/2005-8 (PEDIDO DE REEXAME - RA)**

1.1. Recorrente: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Serur

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. não conhecer do recurso interposto pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por ausência de interesse recursal;

1.7. encaminhar cópia da peça inicial à Secex/RJ, com vistas a subsidiar o monitoramento determinado pelo item 9.3 do Acórdão 3412/2010 - TCU - Plenário;

1.8. dar ciência da presente deliberação, acompanhada de reprodução das fls. 7/10 e 13 dos autos, ao recorrente, para conhecimento.

**ACÓRDÃO Nº 2485/2011 - TCU - Plenário**

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; e 27 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 218 e seu parágrafo único do Regimento Interno, em dar quitação aos Srs. Adailton de Brito Góis (CPF 113.463.371-87) e Eliane Maravalhas (CPF 115.799.601-97), ante o recolhimento integral da multa imputada no valor individual de R$ 3.000,00 (três mil reais) aos responsáveis, por intermédio do subitem 9.1 do Acórdão 1390/2010 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Responsável: Eliane Maravalhas (CPF 115.799.601-97)

| | |
|---|---|
| Valor da multa: R$ 3.000,00 | Data de origem do débito: 16/6/2010 |
| Valor recolhido: R$ 3.000,00 | Data do recolhimento: 13/7/2010 |

Responsável: Adailton de Brito Góis (CPF 113.463.371-87)

| | |
|---|---|
| Valor da multa: R$ 3.000,00 | Data de origem do débito: 16/6/2010 |
| Valor recolhido: R$ 3.107,70 | Data do recolhimento: 16/3/2011 |

**1. Processo TC-011.155/2009-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)**

1.1. Responsáveis: Adailton de Brito Góis (113.463.371-87); Eliane Maravalhas (115.799.601-97); Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira (112.985.967-34); Gildásio Franco Cançado (003.178.291-49); Jose Luiz Martins Durço (220.702.061-49); Paulo Araújo de Oliveira (553.827.621-04)

1.2. Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. determinar o apensamento dos presentes autos às contas de 2008 da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações (TC 015.126/2009-2).

**ACÓRDÃO Nº 2486/2011 - TCU - Plenário**

Considerando que ao Sr. Gerson Oliveira Penna foi imputada, por intermédio do item 9.3 do Acórdão 1606/2011 - TCU - Plenário, multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), em razão de não atendimento injustificado de reiterada diligência desta Corte no processo de representação adiante relacionado;

considerando que o interessado solicita prorrogação de prazo para interpor recurso contra a referida deliberação;

considerando que o prazo para interposição de pedido de reexame é peremptório, prevendo o Regimento Interno TCU a possibilidade de sua interposição intempestivamente apenas nos casos de superveniência de fatos novos e dentro do período de um ano contado do término do prazo de 15 (quinze) dias fixado na notificação;

considerando o parecer da unidade técnica pelo indeferimento da prorrogação de prazo para a interposição do recurso, por ausência de previsão normativa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em indeferir o pedido de prorrogação de prazo para interposição de pedido de reexame, por não haver previsão legal ou regimental, e determinar o encaminhamento dos autos à Serur, para que se pronuncie quanto à admissibilidade do recurso constante do anexo 16 dos autos.

**1. Processo TC-008.594/2009-4 (REPRESENTAÇÃO)**

1.1. Responsável: Gerson Oliveira Penna (083.733.102-15).

1.2. Entidade: Secretaria de Vigilância em Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: Edelberto Luiz da Silva (OAB/DF 11.292).

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

**RELAÇÃO Nº 48/2011 - Plenário**
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

**ACÓRDÃO Nº 2487/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "**e**", e 183, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar, por mais 30 (trinta ) dias improrrogáveis, a contar da notificação deste Acórdão, o prazo para que Ricardo Braga Vieira e José Roberto Jung Santos atendam aos termos dos Ofícios de Citação 187 e 188/2011-TCU/Secob-1 (já prorrogados uma vez por intermédio dos Ofícios 323 e 324/2011-TCU/Secob-1), respectivamente, conforme os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**1. Processo TC-015.705/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)**

1.1. Apensos: 007.429/2010-0 (Relatório de Auditoria)

1.2. Responsáveis: Jose Roberto Jung Santos (403.576.787-53); Ricardo Braga Vieira (006.884.857-90); Tecnosolo Engenharia S.a. (33.111.246/0001-90), Cobrape - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (58.645.219/0001-28)

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1)

1.6. Advogado constituído nos autos: Alexandre de Oliveira Barbosa, Brasileiro, OAB/RJ 128.732, José Antonio Bastos Valente Viana, OAB/RJ 155.239, Michely Monteiro Santos, OAB/RJ 168.716, Érika Christina Louzada Bomfim, OAB/RJ 158.634, Sergei Augusto Monteiro Forte, RG n°889.717/DF.

**ACÓRDÃO Nº 2488/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 3.393/2010 - Plenário - TCU, prolatado na Sessão de 08/12/2010, Ata nº 49/2010, relativamente aos itens abaixo, para que:

onde se lê: "9.4.2. promova, de acordo com a forma e os prazos regimentais, a citação dos responsáveis pelos possíveis débitos descritos no subitem 9.4.1. retro, para que informem a esta Corte acerca de tais gastos, quantificando-os e justificando-os ou recolhendo-os à conta específica do Tesouro Nacional, nos termos do art. 12, II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 8º, §§ 1º, 2º e 3º, da IN TCU nº 48/2004;

9.4.3. por ocasião das citações determinadas no subitem 9.4.2. retro, encaminhe cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam",

leia-se: *"9.4.2 notifique os responsáveis pelos possíveis débitos descritos no subitem 9.4.1. retro, para que informem a esta Corte acerca de tais gastos, quantificando-os e justificando-os ou recolhendo-os à conta específica do Tesouro Nacional, nos termos do art. 12, II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 8º, §§ 1º, 2º e 3º, da IN TCU nº 48/2004;*

*9.4.3. por ocasião das notificações determinadas no subitem 9.4.2. retro, encaminhe cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam;*"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-6 e pelo Ministério Público.

**1. Processo TC-007.421/2006-3 (ACOMPANHAMENTO)**

1.1. Apensos: 018.520/2004-3 (Relatório de Auditoria)

1.2. Responsáveis: Ana Luíza de Melo Pinheiro (016.740.627-29); Andre Gustavo Richer (009.749.867-04); Christiane Paquelet (094.738.297-60); Eduardo Blumen (071.948.747-17); Paulo Sergio Oliveira da Rocha (043.788.067-20); Sérgio Vieira da Costa Lobo (031.537.467-53)

1.3. Interessado: Comitê Olímpico Brasileiro (34.117.366/0001-67)

1.4. Unidade: Comitê Olímpico Brasileiro

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.6. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6)

1.7. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz

1.8. Advogados constituídos nos autos: Diego Ricardo Marques OAB/DF 30.782, Thiago Groszewicz Brito OAB/DF O N. 31.762, Spencer Daltro De Miranda Filho OAB/DF 17.615, Raquel Coutinho Bastos OAB/DF 18.785, e Maria Rita de Cássia Figueiredo Pinto OAB/DF 6.717, Spencer Advogados Associados, 693/00 RS, Helio Bello Cavalcanti, OAB/RJ 3.243, Sergio Mazzillo, OAB/RJ 25.538, Sebastião Gonçalves, OAB/RJ 24.225, Marcelo Franklin Dos Santos Filho, OAB/RJ 105.516, Raquel Acherman Abitan, OAB/RJ 103.489, Maria Carolina Leão Diogenes Melo, OAB/RJ 114.825, Luiz Rodolfo A. Ryff, OAB/RJ 112.797, Rodrigo Costa Magalhães, OAB/RJ 120.356, Leandro Bonecker Lora, OAB/RJ 119.440, Alessandra Rodrigues Premazzi Cilento, OAB/RJ 125.001, Rafael Grumach Genuino De Oliveira, OAB/RJ 147.983, Filipe Pellizzon Jacon, OAB/RJ 150.316, Diogo Oliveira, OAB/RJ 155.358, Ana Paula Velloso OAB/RJ 152.544, Domenique Guimarães Frascino OAB/RJ 158.974, Pedro Henrique Augusto Correa Da Silva, OAB/RJ 159.808, Bruna Mariz Santos, OAB/RJ 162.018

**ACÓRDÃO Nº 2489/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "**e**", e 183, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar por mais 30 dias, a contar da notificação, os prazos das audiências e oitivas previstas nos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 1833/2011-P, conforme os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-012.676/2011-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)**

1.1. Responsáveis: Gilvan Cordeiro Ferro (470.760.464-15); Guilherme Gustavo de Oliveira Lagares (044.472.536-90); John Kennedy Carneiro de Oliveira (071.146.828-16); Marcia Vasconcelos Santos (461.412.786-04); Mayra Magalhães (026.879.659-95)

1.2. Interessado: Congresso Nacional

1.3. Unidade: Caixa Econômica Federal - MF; Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ; Governo do Estado de Rondônia.

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1)

1.6. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2490/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no arts. 143, III, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 40, Inciso II, da Resolução- TCU nº 191/2006. ACORDAM em determinar o arquivamento do seguinte processo.

**1. Processo TC-003.241/2011-4 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)**

1.1. Interessado: TCU

1.2.Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME, Fronape International Company - Petrobras - MME, Termoceará Ltda, Sociedade Fluminense de Energia Ltda, Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda - Grupo Petrobras - MME, Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/a, Comperj Estirenos S.A., Comperj Poliolefinas S.A., Comperj Meg S.A., Comperj Participações S.A., Petrobras Biocombustível S. A., Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME, Fafen Energia S.A. - Grupo Petrobras - Mme, Transportadora Associada de Gás S. A. Grupo Petrobras - MME, Termorio SA, Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME, Petrobras Internacional S.A. - MME, Petrobras Química S.A. - MME, Petróleo Brasileiro S.A. - MME, Petrobras International Finance Company - MME, Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME, Petrobras Transporte S.A. - MME, Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME e Petrobras Netherlands B.V. - Petrobras Int. - MME.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3(SECOB-3)

1.5. Advogados constituídos nos autos: Idmar De Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Carlos Da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Nilton Antonio DE Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Èsio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Eduardo Jorge Leal De Carvalho E Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Luiz Carlos Sigmarjnga Seixas (OAB/DF 814), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770)

**ACÓRDÃO Nº 2491/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "**e**", e 183, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que atendimento do Oficio 824/2011-TCU/SECOB-2, decorrente do Acórdão nº 2013/2011-PL, conforme os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-005.427/2009-2 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)**

1.1. Apensos: 029.412/2009-5 (Solicitação De Certidão); 033.289/2010-7 (Relatório De Levantamentos)

1.2. Responsáveis: Consórcio Constran/galvão/construcap (08.308.651/0001-55); Fernando Rocha Silveira (107.545.124-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00)

1.3. Interessados: Consórcio Constran/galvão/construcap

1.4. Unidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio Grande do Norte - DNIT/MT

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2(SECOB-2)

1.7. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.906), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997), Alexandre Ferreira Mourão (OAB/MG 116.292), André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021), Milene Lúcia Vianna de Paula (OAB/MG 115.278), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298)

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

**RELAÇÃO Nº 51/2011 - Plenário**
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

**ACÓRDÃO Nº 2492/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea *e*, e 145, §1º, do Regimento Interno, em adotar as seguintes medidas:

a) prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, o prazo para manifestação dos seguintes interessados: Construtora OAS Ltda., Consórcio Croncremat/Tecnosolo, Henrique Alberto Santos Ribeiro, Consórcios Arco Metropolitano do Rio (Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.) e Arco Metropolitano Rio (Delta Construções S.A./Oriente Construção Civil Ltda.), relativamente ao Acórdão nº 2168/2011 - TCU - Plenário;

b) fixar o prazo de dez dias, a contar da ciência desta deliberação, para que os Consórcios Arco Metropolitano do Rio (Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.) e Arco Metropolitano Rio (Delta Construções S.A./Oriente Construção Civil Ltda.) promovam a juntada do instrumento de procuração aos autos, sob pena de serem tidos como inexistentes os atos praticados pelos procuradores;

c) autorizar o fornecimento de vista e cópia destes autos conforme solicitado pelo Consórcio Arco Metropolitano do Rio (Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.):

**1. Processo TC-008.788/2011-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)**

1.1. Responsáveis: Gisela Kraus (793.159.337-53); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); José Paes Leme da Motta (627.671.947-15); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Luiz Antônio Pagot (435.102.567-00); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91); Nilton de Britto (140.470.121-49); Walter Luiz Correa Magalhães (199.181.007-53)

1.2. Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Denit e Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2493/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso IV, do Regimento Interno, e no art. 42 da Resolução TCU nº 191/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar concluído o monitoramento das determinações proferidas no Acórdão nº 338/2010 - TCU - Plenário, alterado pelo Acórdão nº 737/2010 - TCU - Plenário, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

**1. Processo TC-018.546/2009-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)**

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2. Entidades: Municípios Igarapé-Miri, Santarém e Bujaru/PA

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex/PA)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2494/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável Amauri de Sousa Lima, diante do recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, e autorizar o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

**1. Processo TC-010.401/2004-6 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)** - Apensos: 027.455/2010-6 (Solicitação de Certidão); 003.416/1999-2 (Relatório de Auditoria)

1.1. Responsáveis: Ilizeu Real Júnior (684.991.168-68); José Antônio Silva Coutinho (000.323.526-20); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00)

1.2. Entidade: Secretaria de Estado de Infra - Estrutura do Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Quitação relativamente ao subitem 8.2 do Acórdão nº 278/2002, proferido pelo Plenário, em sessão de 31/07/2002 - Ordinária, Ata nº 27/2002, mantido pelo Acórdão nº 335/2003, proferido pelo Plenário, em sessão de 09/04/2003 - Ordinária, Ata nº 12/2003 - Plenário:

.

Responsável: Amauri de Sousa Lima (239.914.026-53)

| data de origem da multa | valor original da multa |
|---|---|
| 31/07/2003 | R$ 8.000,00 |
| data do recolhimento | valor recolhido |
| 01/06/2011 | R$ 9.693,10 |
| **Total do recolhimento:** | **R$ 9.693,10** |

**ACÓRDÃO Nº 2495/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação aos responsáveis Hélio Egydio Nogueira, Ulysses Fagundes Neto e Sérgio Tufik, diante do recolhimento integral das multas que lhes foram cominadas, e autorizar o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**1. Processo TC-017.083/2006-8 (REPRESENTAÇÃO)**

1.1. Responsáveis: Hélio Egydio Nogueira (073.335.878-00); Sérgio Tufik (664.725.478-15); Ulysses Fagundes Neto (578.451.908-53)

1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Quitação relativamente aos subitens 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão nº 1892/2011, proferido pelo Plenário, em sessão de 20/07/2011, Ata nº 29/2011:

Responsável: Hélio Egydio Nogueira (073.335.878-00)

| data de origem da multa | valor original da multa |
|---|---|
| 20/07/2011 | R$ 8.000,00 |
| data do recolhimento | valor recolhido |
| 08/08/2011 | R$ 8.000,00 |
| **Total do recolhimento:** | **R$ 8.000,00** |

Responsável: Ulysses Fagundes Neto (578.451.908-53)

| data de origem da multa | valor original da multa |
|---|---|
| 20/07/2011 | R$ 5.000,00 |
| data do recolhimento | valor recolhido |
| 12/08/2011 | R$ 5.000,00 |
| **Total do recolhimento:** | **R$ 5.000,00** |

Responsável: Sérgio Tufik (664.725.478-15)

| data de origem da multa | valor original da multa |
|---|---|
| 20/07/2011 | R$ 5.000,00 |
| data do recolhimento | valor recolhido (R$) |
| 11/08/2011 | R$ 5.000,00 |
| **Total do recolhimento:** | **R$ 5.000,00** |

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

**RELAÇÃO Nº 37/2011 - Plenário**

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

**ACÓRDÃO Nº 2496/2011 - TCU - Plenário**

Considerando que, por meio do Acórdão nº 4.446/2011 - TCU - 2ª Câmara, foi apreciado recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Otacílio Vieira Machado contra o Acórdão nº 2.513/2006 - TCU - 2ª Câmara;

Considerando que o Sr. Roberto Rodrigues dos Santos interpôs recurso de revisão contra o Acórdão nº 2.513/2006 - TCU - 2ª Câmara, ainda pendente de apreciação;

Considerando que o item 9.5 do Acórdão nº 4.446/2011 - TCU - 2ª Câmara determinou que os autos retornassem ao gabinete do relator da mencionada deliberação para apreciação do recurso de revisão interposto pelo Sr. Roberto Rodrigues dos Santos;

Considerando que a Resolução TCU nº 175/2005 dispõe, em seu art. 22, que "*Os recursos de reconsideração, de revisão e os pedidos de reexame, interpostos por diferentes interessados, contra a mesma deliberação, serão distribuídos ao ministro sorteado como relator do primeiro deles.*";

Considerando que, em uma interpretação finalística, a regra normativa acima, de unificação de relatoria, refere-se a recursos de mesma natureza;

Considerando que o relator do Recurso de Revisão deve ser diverso daquele que relatou eventual Recurso de Reconsideração;

Considerando, portanto, que a observância do comando contido no item 9.5 do Acórdão nº 4.446/2011 - TCU - 2ª Câmara consubstancia *error in procedendo*,

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 174 e 176, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em tornar insubsistente o item 9.5 do Acórdão nº 4.446/2011 - TCU - 2ª Câmara e encaminhar o recurso de revisão interposto pelo Sr. Roberto Rodrigues dos Santos para sorteio de relator:

**1. Processo TC-012.198/2003-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)**

1.1. Apensos: 028.048/2006-7 (SOLICITAÇÃO); 002.564/2007-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.563/2007-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 023.304/2006-6 (SOLICITAÇÃO); 002.532/2007-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 000.922/2007-4 (SOLICITAÇÃO); 002.531/2007-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Classe de Assunto: IV

1.3. Responsáveis: Otacílio Vieira Machado (CPF 765.022.286-15); Roberto Rodrigues dos Santos (CPF 248.808.411-53)

1.4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO)

1.7. Advogado constituído nos autos: Antônio Inácio da Silva (OAB/GO 8.034).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2497/2011 - TCU - Plenário**

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de Monitoramento (DE nº 46.870.709-1, de 23/8/2011) das determinações constantes do Acórdão 615/2011 - TCU - Plenário (vide excerto constante do DE nº 45.711.893-8, de 5/4/2011), prolatado sobre o TC-022.487/2010-7, esse atinente a Denúncia acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL,

Considerando que, na Sessão de 16/3/2011, por intermédio do Acórdão 615/2011 - TCU - Plenário (Relação 11/2011, de minha relatoria, Ata 8/2011), este Tribunal, entre outras medidas, deliberou por determinar à SRTE/AL que implementasse o controle de veículos de que tratam a IN 3/2008-SLTI/MP e a Norma Operacional 1/2008-MTE, em especial no que se refere à implantação e regular utilização do Sistema de Transportes - Sistran, bem como por determinar à CGU/AL que, no relatório de auditoria da tomada de contas da SRTE/AL relativa ao exercício de 2010 - ou em adendo a ele, caso tal peça já se encontrasse concluída -, incluísse informes acerca do controle do uso de veículos, da regularização da situação desses e quanto à solução de problemas estruturais das instalações físicas daquela superintendência;

Considerando que as respostas da SRTE/AL (ofícios 734/2011/GAB/SRTE/AL, de 28/7/2011, e 765/2011/GAB/SRTE/AL, de 3/8/2011, constantes, respectivamente, dos DEs nºs 46.517.160-4, de 28/7/2011, e 46.640.152-6, de 4/8/2011), ainda que afirmassem o atendimento à determinação que lhe foi dirigida, somente lograram apresentar comunicação interna do setor de informática a respeito da disponibilização de planilhas provisórias para o controle dos veículos da unidade, haja vista que o sistema "Systrans" ainda não estaria funcionando, não havendo informação ou comprovação quanto a se tais instrumentos provisórios viriam sendo efetivamente utilizados, nem informes mais detalhados ou justificativas para o sistema de controle de veículos ("Systrans") ainda não estar sendo utilizado;

Considerando que, segundo avalia a Secex/AL, a determinação dirigida à CGU não chegou a ser atendida por intermédio das peças originárias da prestação de contas do exercício de 2010 da SRTE/AL, já autuada neste Tribunal sob o TC-027.977/2011-0, em função de a auditoria de gestão a cargo do controle interno já haver ocorrido quando comunicou-se o teor do Acórdão 615/2011 - TCU - Plenário, aguardando-se que o atendimento em questão ocorra por meio de adendo, conforme previsto no *Decisum*;

Considerando, no entanto, a observação da Secex/AL quanto a já constarem, do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU, registros a respeito da indisponibilidade, na SRTE/AL, de sistema informatizado de controle de veículos e da precariedade dos mecanismos utilizados para tal controle, com indícios de desvirtuamento no uso fora do horário de expediente, em especial por parte do Superintendente;

Considerando o alerta da unidade técnica quanto a também haverem registros, por parte da CGU/AL, a respeito da falta de adequado controle patrimonial, de faltas graves relacionadas aos problemas estruturais das instalações físicas, bem como de irregularidades nas licitações realizadas com vistas a solucionar estes últimos;

Considerando, além disso, o informe da unidade instrutiva quanto ao aspecto de o Certificado de Auditoria, constante dos autos do TC-027.977/2011-0, propor que as contas do Superintendente da SRTE/AL, exercício de 2010, sejam consideradas irregulares, tendo em vista vasto conjunto de irregularidades identificado pelo Controle Interno;

Considerando a ponderação da Secex/AL quanto à conveniência de que o monitoramento das determinações constantes do Acórdão 615/2011 - TCU - Plenário passe a ocorrer juntamente com o exame do processo de prestação de contas da SRTE/AL, exercício de 2010, haja vista as questões denunciadas no TC-022.487/2010-7 envolverem o mesmo exercício;

Considerando as conclusões da Secex/AL e o encaminhamento por ela proposto (fls. 3 do DE nº 46.870.709-1, de 23/8/2011);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento nos arts. 33 e 34 da Resolução TCU 191/2006, determinar o apensamento definitivo destes autos de Monitoramento ao TC-027.977/2011-0;

b) determinar à Secex/AL que prossiga, nos autos do TC-027.977/2011-0, com o monitoramento das determinações exaradas no Acórdão 615/2011 - TCU - Plenário.

**1. Processo TC-008.794/2011-1 (MONITORAMENTO)** (Processo Eletrônico)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/AL.

1.6. Advogado constituído nos autos: não atuou.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2498/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, arquivando-se os autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao interessado.

**1. Processo TC-018.689/2009-3 (REPRESENTAÇÃO)**

1.1. Responsáveis: Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Turismo e Hospitalidade (03.656.998/0001-75); Nova Central Sindical dos Trabalhadores (07.542.095/0001-70)

1.2. Interessado: Ronaldo Ramos Caiado (264.720.587-68)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador)

1.4. Relator: Ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-5)

1.6. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz

1.7. Advogados constituídos nos autos: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361) e Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782).

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

**RELAÇÃO Nº 29/2011 - Plenário**

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

**ACÓRDÃO Nº 2499/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o decidido pelo Acórdão n. 1.212/2011 - Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em converter a determinação veiculada pelo item 1.5.1 do Acórdão n. 1.082/2010 - Plenário (Rel. n. 19/2010, do Gabinete do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Ata n. 16/2010, Sessão de 19/05/2010) em recomendação, para que à Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região observe, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 01/2007), celebrado com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, e, com fundamento no art. 42 da Resolução/TCU n. 191/2006, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-013.021/2009-1 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela Secex/RR:

**1. Processo TC-014.994/2010-0 (MONITORAMENTO)**

1.1. Interessado: Secex-RR (00.417.607/0028-38).

1.2. Órgão/Entidade: Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região/AM/RR/MPT/MPU.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex-RR).

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

.

**ACÓRDÃO Nº 2500/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o decidido pelo Acórdão n. 1.212/2011 - Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em converter a determinação veiculada pelo item 1.5.1 do Acórdão n. 1.073/2010 - Plenário (Rel. n. 19/2010, do Gabinete do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Ata n. 16/2010, Sessão de 19/05/2010) em recomendação para que o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região observe, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 03/2009), celebrado com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, e, com fundamento no art. 42 da Resolução/TCU n. 191/2006, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-012.894/2009-7 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela Secex/RR:

**1. Processo TC-015.708/2010-1 (MONITORAMENTO)**

1.1. Interessado: Secex-RR (00.417.607/0028-38).

1.2. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT/11ª Região/AM - JT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex-RR).

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2501/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o decidido pelo Acórdão n. 1.212/2011 - Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em converter a determinação veiculada pelo item 1.5.1 do Acórdão n. 1.072/2010 - Plenário (Rel. n. 19/2010, do Gabinete do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Ata n. 16/2010, Sessão de 19/05/2010) em recomendação para que o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima observe, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 05/2008), celebrado com a empresa Transvig - Transportes de Valores e Vigilância Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, e, com fundamento no art.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL
NÃO PODE SER VENDIDO

42 da Resolução/TCU n. 191/2006, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-012.886/2009-5 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela Secex/RR:

**1. Processo TC-015.716/2010-4 (MONITORAMENTO)**
1.1. Interessado: Secex-RR (00.417.607/0028-38).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima - TRE/RR - JE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex-RR).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 2502/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **a**, e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

**1. Processo TC-019.759/2009-4 (MONITORAMENTO)**
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Sobradinho/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (Secob-1).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 39/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2503 a 2550, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2503/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.557/1999-1.
1.1. Apensos: 030.101/2007-1; 015.836/2010-0; 002.241/2004-6; 725.042/1996-6
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão.
3. Recorrente/Interessados:
3.1. Recorrente: Francisco de Oliveira (031.112.701-06).
3.2. Interessados: Iron Marques da Silva (085.716.861-49); Mauricio Campos Palmerston (096.536.271-04); Merval Pimenta Amorim (166.252.858-20); e Tais Borges Palmerston (260.681.331-68).
4. Órgão: Secretaria de Estado de Saúde de Tocantins (25.053.117/0001-64).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Humberto Guimarães Souto.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: Ildo João Cótica Júnior (OAB/TO nº 2.298-B).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto pelo Sr. João Francisco de Oliveira contra o Acórdão nº 1.722/2003-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas e condenou-o solidariamente com outros responsáveis ao pagamento da quantia de R$ 1.679.383,00 (Um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e oitenta e três reais) aos cofres do Fundo Nacional de Saúde,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. João Francisco de Oliveira, ex-Secretário de Estado de Infraestrutura de Tocantins para, no mérito, dar-lhe provimento, aproveitando-se, em cumprimento ao art. 281 do Regimento Interno, os argumentos apresentados aos demais responsáveis nos autos;
9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, tornar insubsistente o Acórdão nº 1.722/2003-TCU-1ª Câmara e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis João Francisco de Oliveira, Merval Pimenta Amorim, Iron Marques da Silva, Maurício Campos Palmerston e Taís Borges Palmerston, dando-se-lhes quitação;
9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos Srs. João Francisco de Oliveira, Merval Pimenta Amorim, Iron Marques da Silva, Maurício Campos Palmerston, Taís Borges Palmerston, à Procuradoria da União no Estado do Tocantins, ao Tribunal de Contas do Estado de Tocantins e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS);
9.4. com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, arquivar estes autos.
10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2503-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2504/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-019.809/2009-8.
2. Grupo I, Classe de Assunto V: Monitoramento.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidades: Departamento Nacional de Obras contra às Secas - Dnocs e Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte - Semarh/RN.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras (4ª Secob0.
8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações corretivas feitas pelo TCU acerca das obras do Perímetro de Irrigação Santa Cruz/Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:
9.1. arquivar os presentes autos uma vez cessados os motivos que levaram o Tribunal a recomendar a paralisação do referido empreendimento, em cumprimento ao subitem 9.1.3. do Acórdão 1.884/2009-Plenário.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2504-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2505/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.726/2003-7.
1.1. Apenso: 021.193/2010-0
2. Grupo: I - Classe: I - Assunto: Recurso de Revisão.
3. Interessado/Recorrente:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
3.2. Recorrente: Auricélio Ribeiro (227.979.553-15).
4. Entidade: Município de Jurema/PI.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogados constituídos nos autos: Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI nº 2.734); José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI nº 2.594); Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI nº 2.953); Gilianna Rodrigues Flores (OAB/PI nº 3.603); Luciana Ferraz Mendes Mello (OAB/PI nº 2.578); Ilan Kelson de Mendonça Castro (OAB/PI nº 3.268); Jeremias Bezerra Moura (OAB/PI 4.420), Márlio da Rocha Luz Moura (OAB/PI nº 4.505), Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456), Marcos Paulo Sousa Campelo (OAB/PI nº 5.273), Elisiana Martins Ferreira Baptista (OAB/PI nº 5.964), Cheyla Maria Paiva Ferraz Ponce (OAB/PI nº 5.594), Raniel Barbosa Nunes (OAB/PI nº 5.938), Aryslucy Lopes de Holanda (OAB/PI nº 6.333), Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/PI nº 6.066), Emanuel Rocha Sousa Severino (OAB/PI nº 6.550) e Roberto César de Arêa Leão Nascimento (OAB/PI nº 5.048).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Auricélio Ribeiro, ex-prefeito do município de Jurema/PI, contra o Acórdão nº 5.857/2009-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as suas contas, aplicando-lhe multa, em face da omissão no dever de prestar contas e da ausência de processo licitatório para utilização dos recursos que lhe foram confiados por força do Convênio nº 5.020/97, que tinha por objeto promover, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma refeição diária aos alunos matriculados na educação pré-escolar e no ensino fundamental das zonas urbana e rural,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 288 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do Recurso de Revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a alterar o subitem 9.2 do Acórdão nº 5.857/2009-TCU-2ª Câmara, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"*9.2. aplicar ao responsável multa no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme previsto no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;*"
9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao recorrente e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2505-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2506/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-005.402/2011-5
2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Fernanda Rebello de Almeida (CPF: 259.557.538-42), então gerente da Agência de Santo André/SP da CAIXA
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (CAIXA)
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex/SP)
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada no âmbito da Caixa Econômica Federal (CAIXA), em decorrência de irregularidades em saques do FGTS praticadas pela Sra. Fernanda Rebello de Almeida (CPF: 259.557.538-42), quando no exercício do cargo de Gerente da Agência Santo André/SP-CAIXA.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de1992, revel a Sra. Fernanda Rebello de Almeida (CPF: 259.557.538-42);
9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Fernanda Rebello de Almeida (CPF: 259.557.538-42), com base nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443, de 1992, **condenando-a,** nos termos dos arts. 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a" da mesma lei, ao pagamento das quantias abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir das respectivas datas até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento das referidas dívidas aos cofres da Caixa Econômica Federal (CAIXA), na forma da legislação em vigor:

Valor Histórico (R$) Data de Ocorrência
15.839,02 25/03/2004;
10.563,32 26/04/2004;
13.734,56 27/04/2004;
Crédito de 314,65 16/02/2006;

9.3. aplicar à Sra. Fernanda Rebello de Almeida (CPF: 259.557.538-42) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas decorrentes em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. alertar a responsável, de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno;

9.6. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.7. declarar a responsável, Sra Fernanda Rebello de Almeida (CPF: 259.557.538-42), inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.8. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 209, § 6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis; e

9.9. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e à responsável.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2506-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2507/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.122/2001-8.

1.1. Apensos: TC 015.716/2006-4 e TC 015.531/2004-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão.

3. Recorrente/Responsáveis: Ministério Público junto ao TCU.

3.1. Interessado: 6º Batalhão de Engenharia de Construção - 6º BEC.

3.2. Responsáveis: Aristomendes Rosa Barroso Magno (CPF 415.836.987-87); Ipiranga Asfaltos S.A. (CNPJ 59.128.553/0001-77); Francisco Solidon Pereira-ME - Empreiteira Monte Oreb (CNPJ 84.041.391/0001-82); Engemar - Comércio, Construção e Serviço Ltda. (CNPJ 01.963.310/0001-74); I. Rombaldi - H. R. Comercial; (CNPJ 03.909.722/0001-51); Manaus Auto Peças Ltda. (CNPJ 04.670.972/0001-44); Marcelo Geber da Silva (CPF 052.226.087-00); Mauro Silva Fernandes (CPF 920.647.281-04); R C Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 18.265.702/0001-62); Transtec - Transporte, Terraplanagem e Comércio Ltda. (CNPJ 01.319.212/0001-07).

4. Órgão: 6º Batalhão de Engenharia de Construção (CNPJ 00.394.452/0036-25).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, representado pelo Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico, contra o Acórdão proferido na Relação nº 42/2002 - Gab. do Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti - Primeira Câmara, inserido na Ata nº 25/2002, que julgou regulares com quitação plena as contas do 6º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, relativas ao exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator,

9.1. conhecer do presente recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, com fundamento no arts. 35, inciso III, da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Marcelo Geber da Silva e Marco Antônio Vanni;

9.3. acolher as razões de justificativa apresentadas pelas empresas: Ipiranga Asfaltos S.A. Francisco Solidon Pereira-ME (Empreiteira Monte Oreb); Engemar - Comércio, Construção e Serviço Ltda.; I. Rombaldi (H. R. Comercial); Manaus Auto Peças Ltda.; RC Projetos e Construções Ltda.; Transtec - Transporte, Terraplanagem e Comércio Ltda.

9.4. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Aristomendes Rosa Barroso Magno;

9.5. reformar a deliberação proferida pela 1ª Câmara, constante da Relação 42/2002, do Gabinete do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Ata 25/2002, quanto às contas do 6º Batalhão de Engenharia de Construção relativas ao exercício de 2000, para:

9.5.1. julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Aristomendes Rosa Barroso Magno, nos termos do art. 16, inciso II, e art. 17, da Lei nº 8.443/92, dando-lhe quitação;

9.6. dar ciência ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção - 6º BEC do seguinte:

9.6.1. quando houver necessidade de realizar permutas de materiais e/ou serviços, que o faça por meios documentais, com a realização de termo aditivo do contrato e emissão de notas fiscais pertinentes às novas aquisições de materiais e prestação de serviços;

9.6.2. designe fiscais de contratos com a responsabilidade de atestar a entrega de materiais e prestação de serviços, abstendo-se de proceder ao atesto "a distância";

9.6.3. abstenha-se de utilizar materiais adquiridos com recursos vinculados a determinado empreendimento em outra obra ou serviço;

9.6.4. abstenha-se de realizar pagamentos adiantados, desviar a finalidade de materiais e serviços adquiridos e fracionar despesas, o que afronta a Lei nº 8.666/93;

9.7. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis indicados nos itens 9.2 e 9.3; e

9.8. levar ao conhecimento Sr. Aristomendes Rosa Barroso Magno, do Comando do Exército e do 6º Batalhão de Engenharia e Construção o inteiro teor desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2507-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2508/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.638/2002-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão.

3. Recorrente/Responsáveis: Ministério Público junto ao TCU.

3.1. Interessado: 6º Batalhão de Engenharia de Construção - 6º BEC.

3.2. Responsáveis: A P Israel da Silva ME (CNPJ 02.412.318/0001-05); Alfredo Pinheiro Filho (CPF 239.255.822-15); Aristomendes Rosa Barroso Magno (CPF 415.836.987-87); Auto Posto Abel Galinha Ltda. (CNPJ 00.376.437/0001-24); E. Stein (CNPJ 84.020.007/0001-65); Etmetal Comércio e Indústria de Placas Metálicas Ltda. (CNPJ 34.015.669/0001-79); Francisco William Azevedo da Costa (CPF 006.862.937-03); I. Rombaldi (CNPJ 03.909.722/0001-51); Importação e Exportação Cometa Ltda. (CNPJ 84.046.630/0001-97); J Soares Filho ME (CNPJ 04.055.646/0001-27); José Maria Afonso Baeta Teixeira - empresa individual (CNPJ 01.656.647/0001-39); KVA Instalações Elétricas Construção e Comércio Ltda. (CNPJ 34.532.622/0001-82); Loja da Borracha Ltda. (CNPJ 04.584.835/0001-97); Manaus Auto Peças Ltda. (CNPJ 04.670.972/0001-44); Marcelo Fauri Minuzzo (CPF 883.611.520-91); Mauro Silva Fernandes (CPF 920.647.281-04); Meta Mesquita Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 34.809.632/0001-12); Nita - Nimbus Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 03.665.282/0001-34); North Tour Turismo Ltda.-EPP (CNPJ 84.007.459/0001-07); O. G. Cunha - EPP (CNPJ 22.894.158/0001-95); Polimpex - Comércio, Serviços e Representações Ltda. (CNPJ 84.025.063/0001-92); Secor Serviços e Comércio de Roraima Ltda. (CNPJ 03.182.481/0001-91); Toniolli Construções Ltda. - EPP (CNPJ 03.234.753/0001-50); U S G Campos & Cia Ltda. (CNPJ 84.482.496/0001-77).

4. Órgão: 6º Batalhão de Engenharia de Construção (CNPJ 00.394.452/0036-25).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, representado pelo então Subprocurador-Geral Ubaldo Alves Caldas, contra o Acórdão nº 2.316/2003 - Primeira Câmara, constante da Relação nº 78/2003, do Gabinete do Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Ata n. 36/2003, pelo qual foram julgadas regulares as contas de 2001 do 6º Batalhão de Engenharia e Construção - 6º BEC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator,

9.1. conhecer do presente recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, com fundamento no arts. 35, inciso III, da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis: Auto Posto Abel Galinha Ltda. (CNPJ 00.376.437/0001-24); E. Stein (CNPJ 84.020.007/0001-65); Etmetal Comércio e Indústria de Placas Metálicas Ltda. (CNPJ 34.015.669/0001-79); Francisco William Azevedo da Costa (CPF 006.862.937-03); I. Rombaldi (CNPJ 03.909.722/0001-51); Importação e Exportação Cometa Ltda. (CNPJ 84.046.630/0001-97); J Soares Filho ME (CNPJ 04.055.646/0001-27); José Maria Afonso Baeta Teixeira - empresa individual (CNPJ 01.656.647/0001-39); Manaus Auto Peças Ltda. (CNPJ 04.670.972/0001-44); Marcelo Fauri Minuzzo (CPF 883.611.520-91); Mauro Silva Fernandes (CPF 920.647.281-04); Meta Mesquita Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 34.809.632/0001-12); Nita - Nimbus Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 03.665.282/0001-34); North Tour Turismo Ltda.-EPP (CNPJ 84.007.459/0001-07); Polimpex - Comércio, Serviços e Representações Ltda. (CNPJ 84.025.063/0001-92); Toniolli Construções Ltda. - EPP (CNPJ 03.234.753/0001-50); U S G Campos & Cia Ltda. (CNPJ 84.482.496/0001-77).

9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Aristomendes Rosa Barroso Magno;

9.4. reformar o Acórdão nº 2.316/2003 - Primeira Câmara, constante da Relação nº 78/2003, do Gabinete do Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Ata n. 36/2003, quanto às contas do Sr. Aristomendes Rosa Barroso Magno, então comandante do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, relativas ao exercício de 2001, para julgá-las regulares com ressalva, nos termos do art. 16, inciso II, e art. 17, da Lei nº 8.443/92, dando-lhe quitação;

9.5. dar ciência ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção - 6º BEC do seguinte:

9.5.1. quando houver necessidade de realizar permutas de materiais e/ou serviços, que o faça por meios documentais, com a realização de termo aditivo do contrato e emissão de notas fiscais pertinentes às novas aquisições de materiais e prestação de serviços;

9.5.2. designe fiscais de contratos com a responsabilidade de atestar a entrega de materiais e prestação de serviços, abstendo-se de proceder ao atesto "a distância";

9.5.3. abstenha-se de utilizar materiais adquiridos com recursos vinculados a determinado empreendimento em outra obra ou serviço;

9.5.4. abstenha-se de realizar pagamentos adiantados, desviar a finalidade de materiais e serviços adquiridos e fracionar despesas, o que afronta a Lei nº 8.666/93;

9.6. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis indicados no item 9.2; e

9.7. levar ao conhecimento do Sr. Aristomendes Rosa Barroso Magno, do Comando do Exército e do 6º Batalhão de Engenharia e Construção- 6º BEC o inteiro teor desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2508-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2509/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-011.742/2010-0

2. Grupo II, Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2010)

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secob-1; Secob-3

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria Fiscobras 2010 realizado pela Secob-1 nas obras de Revitalização e Modernização do TPS-2 do Aeroporto Internacional do Galeão - RJ, objeto do Plano de Trabalho 26.781.0631.7J01.0033/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. fixar prazo à Infraero, com base no art. 45, caput, da Lei 8.443/92, para que, em 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da ciência, apresente a este Tribunal termo aditivo ao Contrato TC 0111-EG/2008-0061, dando conta dos novos preços e quantitativos pactuados para o serviço 04.01.416.01 relativo à "Revisão das Claraboias", executados de maneira distinta à constante do Caderno de Especificação GIGTP2-950.ET-01 - Anexo VI do edital de licitação para a contratação da reforma do TPS-2 (Concorrência nº 019/DALC/SBGL/2008), em face do que dispõe o art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/93;

9.2. determinar à Secob-1 que monitore o adequado cumprimento do item 9.1 supra, informando ao relator acerca do saneamento do sobrepreço/superfaturamento anteriormente apontado;

9.3. encaminhar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que o fundamentam, à Infraero e ao Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Procurador da República Carlos Alberto Bermond Natal, em resposta ao Ofício nº 5053/2011/PR/RJ/GAB/CB, autorizando o fornecimento de cópia integral dos autos àquele *Parquet*.

9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, no que se refere às obras de Revitalização e Modernização do TPS-2 do Aeroporto Internacional do Galeão - RJ, objeto do Plano de Trabalho 26.781.0631.7J01.0033/2010, não foram encontradas irregularidades graves que se enquadrem no art. 91, § 1º, inciso IV da Lei 12.465/2011 (LDO 2012); e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2509-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2510/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.636/2007-9.
1.1. Apensos: TC 026.805/2007-2 e TC 004.745/2008-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Associação dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER.
4. Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) e Agência Nacional do Cinema (ANCINE).
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado(s): José Luis Wagner, OAB/DF 17.183 e OAB/RS 18.097; Lilia Fortes dos Santos Wagner, OAB/RS 25.543; Sandra Luiza Feltrin, OAB/RS 35.063; Luiz Antonio Muller Marques, OAB/RS 39.450; Paulo Cezar Santos de Almeida, OAB/RS 38.535; Luciana Inês Rambo, OAB/RS 52.887; Felipe Carlos Schwingel, OAB/DF 24.046, OAB/RS 59.184-B; Valmir Floriano Vieira de Andrade, OAB/DF 26.778; André Azevedo Marques, OAB/DF 25.049; Leopoldo Rodrigues Portela, OAB/DF 24.927; Natáli Nunes da Silva, OAB/DF 24.439.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Associação dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER ao Acórdão nº 2.305/2009 - TCU - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento nos arts. 31, 32 e 34 da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 287 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, acolhê-los com efeitos infringentes;
9.2. alterar o teor do Acórdão nº 2.305/2009 - TCU - Plenário, que passa a ter a seguinte redação:
*"Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234, § 2º, 237, parágrafo único e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente denúncia e das representações a que se referem o TC-004745/2008-4 e o TC-026.805/2007-2, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes, fazendo as determinações propostas, de acordo com a instrução da Unidade Técnica de fls. 332/339-vol. 1, ajustada pela instrução de fls. 38/42-Anexo 2, com o cancelamento da chancela de sigiloso que recai sobre os autos, sem prejuízo do encaminhamento de cópia desta deliberação, acompanhada das referidas instruções, à ANTAQ, à ANVISA, à ANEEL, à ANTT, à ANATEL, à ANP, à ANAC, à ANA, à ANS, à ANCINE, à entidade denunciante do TC-017.636/2007-9, à Associação Nacional dos Especialistas em Regulação (ANER) e à Associação dos Servidores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ASANP):*

***1. Processo TC-017.636/2007-9 (DENÚNCIA)***
*1.1. Apensos: TC 026.805/2007-2 (REPRESENTAÇÃO); TC 004.745/2008-4 (REPRESENTAÇÃO)*
*1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).*
*1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).*
*1.4. Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional do Petróleo, Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Saúde Complementar e Agência Nacional do Cinema.*
*1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).*
*1.6. Advogados constituídos nos autos: José Luis Wagner, OAB/DF 17.183 e OAB/RS 18.097; Lilia Fortes dos Santos Wagner, OAB/RS 25.543; Sandra Luiza Feltrin, OAB/RS 35.063; Luiz Antonio Muller Marques, OAB/RS 39.450; Paulo Cezar Santos de Almeida, OAB/RS 38.535; Luciana Inês Rambo, OAB/RS 52.887; Felipe Carlos Schwingel, OAB/DF 24.046, OAB/RS 59.184-B; Valmir Floriano Vieira de Andrade, OAB/DF 26.778; André Azevedo Marques, OAB/DF 25.049; Leopoldo Rodrigues Portela, OAB/DF 24.927; Natáli Nunes da Silva, OAB/DF 24.439.*
*1.7. Determinações:*
*1.7.1. com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência desta deliberação :*
*1.7.1.1. a ANTAQ limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos na Tabela IV da Lei nº 10.233/2001 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.2.a ANVISA limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo I da Lei nº 9.986/2000 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.3.a ANEEL limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo I da Lei nº 9.986/2000 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.4. a ANTT limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo II-B do Decreto nº 4.130/2002 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.5. a ANP limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo I da Lei nº 9.986/2000 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.6. a ANA limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 3.692/2000 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.7. a ANS limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo I da Lei nº 9.986/2000 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.1.8. a ANCINE limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo II da Medida Provisória nº 2.228-1/2001 e a tabela remuneratória vigente;*
*1.7.2. determinar que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, a ANTAQ, a ANVISA, a ANEEL, a ANTT, a ANP, a ANA, a ANS e a ANCINE encaminhem ao TCU cronograma detalhado que especifique a forma de cumprimento das determinações exaradas neste acórdão;*
*1.7.3. determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, a ANATEL limite, para cada grupo (Grupo 1 - CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 - CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo I da Lei 9.986/2000 e a tabela remuneratória vigente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, pelo descumprimento da determinação contida no item 9.3 do Acórdão 2.550/2007 - Plenário."*
9.3. dar conhecimento deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à ANTAQ, à ANVISA, à ANEEL, à ANTT, à ANATEL, à ANP, à ANAC, à ANA, à ANS, à ANCINE, à entidade denunciante do TC-017.636/2007-9, à Associação dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (ANER) e à Associação dos Servidores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ASANP); e
9.4. encaminhar os autos à Secretaria das Sessões, para sorteio de relator dos pedidos de reexame acostados aos Anexos 4, 5, 6, 7 e 8.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2510-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2511/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.291/2010-0.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessada/Responsável:
3.1. Interessada: Caixa Econômica Federal - MF.
3.2. Responsável: Dilson Tadeu Maciel (CPF 163.478.111-20).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries de Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - CEF, contra o Sr. Dilson Tadeu Maciel, ex-empregado da agência de Corumbá-MS, em virtude de ter gerado prejuízo à instituição em operações bancárias irregulares, no período de 1º/7/1996 a 9/6/1998.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel o Sr. Dilson Tadeu Maciel, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443/1992;
9.2. julgar as contas irregulares e em débito o responsável Dilson Tadeu Maciel, ex-empregado da Caixa Econômica Federal - CEF (CPF 163.478.111-20), nos termos do art. 1º, I, c/c art. 16, III, "c" e "d", e art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das quantias especificadas abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos do art. 23, III, "a", da citada Lei c/c art. 214, III, "a", do RI/TCU;

| VALOR HISTÓRICO (R$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|---|---|
| 1.900,00 | 01/07/1996 |
| 1.747,34 | 22/07/1996 |
| 2.436,77 | 15/08/1996 |
| 1.354,73 | 26/08/1996 |
| 787,87 | 27/08/1996 |
| 350,52 | 29/08/1996 |
| 449,48 | 30/08/1996 |
| 1.793,80 | 02/09/1996 |
| 122,32 | 04/09/1996 |
| 754,10 | 05/09/1996 |
| 2.381,24 | 06/09/1996 |
| 1.590,00 | 26/09/1996 |
| 547,67 | 07/10/1996 |
| 1.988,17 | 14/10/1996 |
| 512,50 | 15/10/1996 |
| **(849,24)*** | 16/10/1996 |
| 1.279,38 | 22/10/1996 |
| 1.589,74 | 23/10/1996 |
| \5.145,25 | 28/10/1996 |
| 62,84 | 29/10/1996 |
| 163,96 | 30/10/1996 |
| 1.300,00 | 01/11/1996 |
| 1.300,00 | 04/11/1996 |
| **(80,00)*** | 05/11/1996 |
| 3.595,12 | 06/11/1996 |
| **(208,49)*** | 07/11/1996 |
| 87,82 | 08/11/1996 |
| 231,48 | 11/11/1996 |
| 449,80 | 13/11/1996 |
| 1.239,24 | 14/11/1996 |
| 889,94 | 18/11/1996 |
| **(738,00)*** | 20/11/1996 |
| 1.483,93 | 22/11/1996 |
| 3.721,58 | 29/11/1996 |
| 200,00 | 02/12/1996 |
| 1.244,82 | 03/12/1996 |
| 927,67 | 04/12/1996 |
| 218,53 | 05/12/1996 |
| 1.374,12 | 06/12/1996 |
| 2.661,32 | 09/12/1996 |
| **(1.355,00)*** | 10/12/1996 |
| 3.220,77 | 11/12/1996 |
| 1.986,57 | 12/12/1996 |
| 1.938,88 | 16/12/1996 |
| 2.164,61 | 17/12/1996 |
| 1.115,48 | 18/12/1996 |
| 833,68 | 20/12/1996 |
| 2.703,07 | 23/12/1996 |
| 78,65 | 24/12/1996 |
| 3.011,94 | 26/12/1996 |
| 855,23 | 02/01/1997 |
| 1.000,00 | 03/01/1997 |
| 959,48 | 06/01/1997 |
| 1.806,25 | 08/01/1997 |
| 1.407,76 | 09/01/1997 |
| 3.006,39 | 10/01/1997 |
| 2.300,40 | 13/01/1997 |
| 1.545,79 | 15/01/1997 |
| 523,01 | 17/01/1997 |
| 1.424,22 | 20/01/1997 |
| 2.161,69 | 21/01/1997 |
| 131,15 | 22/01/1997 |
| **(135,37)*** | 23/01/1997 |
| 739,93 | 24/01/1997 |
| **(231,90)*** | 28/01/1997 |
| 5.607,76 | 30/01/1997 |
| 1.058,78 | 31/01/1997 |
| **(1.905,47)*** | 05/02/1997 |
| **(991,93)*** | 07/02/1997 |
| 1.600,00 | 19/02/1997 |
| **(1.000,00)*** | 20/02/1997 |
| 2.583,80 | 28/02/1997 |
| 2.325,00 | 06/03/1997 |
| 4.653,57 | 10/03/1997 |
| 1.300,00 | 13/03/1997 |
| 7.102,72 | 14/03/1997 |
| 1.614,37 | 17/03/1997 |
| 320,00 | 19/03/1997 |
| 1.265,98 | 20/03/1997 |
| 2.470,00 | 21/03/1997 |
| 200,00 | 24/03/1997 |
| 820,89 | 25/03/1997 |
| 3.709,48 | 26/03/4997 |
| 1.527,46 | 31/03/1997 |
| 572,12 | 02/04/1997 |
| 363,66 | 04/04/1997 |
| 3.075,63 | 07/04/1997 |
| 493,56 | 08/04/1997 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| 1.681,79 | 10/04/1997 |
| 344,37 | 11/04/1997 |
| 400,00 | 14/04/1997 |
| 1.906,42 | 15/04/1997 |
| 43,50 | 17/04/1997 |
| 1.300,00 | 18/04/1997 |
| 668,34 | 24/04/1997 |
| 95,86 | 25/04/1997 |
| 3.812,10 | 28/04/1997 |
| 117,60 | 29/04/1997 |
| 1.782,74 | 30/04/1997 |
| 2.411,26 | 02/05/1997 |
| 1.887,12 | 05/05/1997 |
| 243,00 | 07/05/1997 |
| 1.500,00 | 08/05/1997 |
| 1.637,02 | 16/05/1997 |
| 605,49 | 19/05/1997 |
| **(194,75)*** | 20/05/1997 |
| 1.542,27 | 21/05/1997 |
| 317,82 | 23/05/1997 |
| 900,00 | 26/05/1997 |
| 875,08 | 28/05/1997 |
| 3.040,00 | 30/05/1997 |
| 500,00 | 02/06/1997 |
| 1.450,84 | 16/06/1997 |
| 287,07 | 17/06/1997 |
| 1.487,17 | 23/06/1997 |
| **(261,60)*** | 24/06/1997 |
| 395,80 | 25/06/1997 |
| 411,24 | 26/06/1997 |
| 1.167,43 | 27/06/1997 |
| 930,00 | 02/07/1997 |
| 4.365,81 | 03/07/1997 |
| 894,78 | 10/07/1997 |
| 2.384,09 | 11/07/1997 |
| 1.261,60 | 15/07/1997 |
| 1.226,45 | 17/07/1997 |
| 137,14 | 18/07/1997 |
| 921,93 | 21/07/1997 |
| **(43,50)*** | 22/07/1997 |
| 60,95 | 23/07/1997 |
| 1.000,00 | 29/07/1997 |
| 3.891,37 | 30/07/1997 |
| 1.312,20 | 31/07/1997 |
| 1.300,00 | 07/08/1997 |
| 150,00 | 08/08/1997 |
| 800,00 | 12/08/1997 |
| 979,15 | 13/08/1997 |
| 1.450,90 | 15/08/1997 |
| 1.000,00 | 16/08/1997 |
| **(450,00)*** | 18/08/1997 |
| **(1.000,00)*** | 19/08/1997 |
| 2.035,48 | 25/08/1997 |
| 300,00 | 26/08/1997 |
| 3.753,19 | 28/08/1997 |
| 2.112,11 | 29/08/1997 |
| 1.000,00 | 01/09/1997 |
| 324,57 | 05/09/1997 |
| 1.400,00 | 15/09/1997 |
| 2.423,82 | 16/09/1997 |
| 689,12 | 17/09/1997 |
| 1.430,87 | 18/09/1997 |
| 258,03 | 19/09/1997 |
| 2.660,39 | 22/09/1997 |
| 865,00 | 23/09/1997 |
| 1.524,13 | 25/09/1997 |
| 4.817,53 | 29/09/1997 |
| 496,00 | 30/09/1997 |
| 1.500,00 | 01/10/1997 |
| 12.400,00 | 03/10/1997 |
| 100,00 | 06/10/1997 |
| 1.900,00 | 08/10/1997 |
| 1.490,00 | 09/10/1997 |
| 1.500,00 | 14/10/1997 |
| 1.200,00 | 17/10/1997 |
| 722,05 | 21/10/1997 |
| **(722,05)*** | 22/10/1997 |
| 2.000,00 | 28/10/1997 |
| 2.000,00 | 31/10/1997 |
| 2.564,56 | 04/11/1997 |
| 354,00 | 05/11/1997 |
| 1.774,09 | 11/11/1997 |
| 4.371,41 | 12/11/1997 |
| 4.800,00 | 17/11/1997 |
| 3.970,99 | 20/11/1997 |
| 3.500,00 | 21/11/1997 |
| 2.700,00 | 26/11/1997 |
| 1.130,72 | 02/12/1997 |
| 5.400,00 | 05/12/1997 |
| 4.100,00 | 08/12/1997 |
| 1.306,48 | 09/12/1997 |
| 2.400,00 | 12/12/1997 |
| 3.603,50 | 13/12/1997 |
| 2.820,07 | 28/01/1998 |
| **(2.000,07)*** | 29/01/1998 |
| 1.929,64 | 03/02/1998 |
| 4.092,24 | 05/02/1998 |
| 1.000,00 | 06/02/1998 |
| **(1.000,00)*** | 09/02/1998 |
| 1.458,79 | 10/02/1998 |
| 930,77 | 11/02/1998 |
| 1.600,00 | 12/02/1998 |
| **(1.600,00)*** | 13/02/1998 |
| 3.324,46 | 16/02/1998 |
| 1.600,00 | 17/02/1998 |
| 679,01 | 18/02/1998 |
| 1.600,00 | 20/02/1998 |
| **(1.600,00)*** | 25/02/1998 |
| 1.125,00 | 26/02/1998 |
| 2.997,72 | 27/02/1998 |
| **(210,04)*** | 27/02/1998 |
| 2.000,00 | 03/03/1998 |
| 1.843,15 | 05/03/1998 |
| 3.120,00 | 06/03/1998 |
| **(645,00)*** | 09/03/1998 |
| 559,00 | 12/03/1998 |
| **(559,00)*** | 13/03/1998 |
| 4.337,54 | 16/03/1998 |
| **(600,00)*** | 17/03/1998 |
| 2.200,00 | 18/03/1998 |
| 500,00 | 20/03/1998 |
| 2.000,00 | 23/03/1998 |
| 1.000,00 | 25/03/1998 |
| 1.606,23 | 26/03/1998 |
| 1.200,00 | 27/03/1998 |
| 4.493,71 | 30/03/1998 |
| 550,00 | 31/03/1998 |
| 1.012,64 | 01/04/1998 |
| 1.600,00 | 06/04/1998 |
| 810,00 | 08/04/1998 |
| 1.027,12 | 13/04/1998 |
| 2.530,55 | 15/04/1998 |
| 5.484,91 | 16/04/1998 |
| 2.701,51 | 17/04/1998 |
| 1.681,10 | 20/04/1998 |
| 1.640,00 | 22/04/1998 |
| 313,34 | 23/04/1998 |
| 600,00 | 24/04/1998 |
| 2.012,03 | 27/04/1998 |
| 2.881,37 | 28/04/1998 |
| 2.882,17 | 29/04/1998 |
| 1.202,37 | 30/04/1998 |
| **(615,00)*** | 04/05/1998 |
| 1.200,00 | 05/05/1998 |
| 1.150,00 | 07/05/1998 |
| 463,23 | 13/05/1998 |
| 1.505,09 | 19/05/1998 |
| 3.059,86 | 20/05/1998 |
| 1.549,48 | 25/05/1998 |
| 2.890,56 | 28/05/1998 |
| 1.300,00 | 02/06/1998 |
| 1.650,00 | 09/06/1998 |

*Valores entre parêntesis representam crédito (computados para atualização da dívida)

9.3. aplicar ao Sr. Dilson Tadeu Maciel a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas decorrentes em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.7. declarar o responsável, Sr. Dilson Tadeu Maciel, inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/1992, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.8. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com §3º, do art. 16, da Lei nº 8.443/1992, c/c o artigo 209, §6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis;

9.9. dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Caixa Econômica Federal; e

9.10. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2511-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2512/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.772/2011-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, Diretoria de Obras de Cooperação do Exército, 2º Batalhão de Engenharia de Construção e 1º Grupamento de Engenharia de Construção.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria efetuado pela Secob 2, no âmbito do Fiscobras 2011, nas obras de duplicação e restauração da BR-101/NE, no Estado da Paraíba, entre a divisa RN/PB e a divisa PB/PE, totalizando 129,00 km,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no § 3º do art. 95 da Lei 12.209/2010 (LDO 2011) e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar a oitiva da Diretoria de Obras de Cooperação do Exército, do 2º Batalhão de Engenharia de Construção e do 1º Grupamento de Engenharia de Construção para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre os seguintes tópicos, devidamente apontados na corrente fiscalização:

9.1.1. aquisição de 453.296,43 m3 de brita contra 263.766,27 m3 necessários de acordo com as medições do Dnit até abril de 2011. Considerando a existência de 23.827,00 m3 em estoque, o 2º BEC adquiriu quantidade 63% superior a necessária à execução do lote 5 da BR 101/PB, totalizando R$ 7.120.264,79 pagos a maior, em afronta aos arts. 62 e 63 da lei 4.320/1964 (Achado 3.1);

9.1.2. aquisição de 695.432,17 m3 de areia contra 607.211,48 m3 necessários de acordo com as medições do Dnit até abril de 2011. Considerando a existência de 1.434,00 m3 em estoque, o 2º BEC adquiriu quantidade 14% superior a necessária à execução do lote 5 da BR 101/PB, totalizando R$ 1.262.746,33 pagos a maior, em afronta aos arts. 62 e 63 da lei 4.320/1964 (Achado 3.1);

9.1.3. aquisição de 38.682,98 ton de cimento contra 34.949,54 ton necessárias de acordo com as medições do Dnit até abril de 2011. Considerando a existência de 99 ton em estoque, o 2º BEC adquiriu quantidade 10% superior a necessária à execução do lote 5 da BR 101/PB, totalizando R$ 1.045.628,13 pagos a maior, em afronta aos arts. 62 e 63 da lei 4.320/1964 (Achado 3.1);

9.1.4. pagamentos referentes à manutenção e locação de equipamentos em quantidade superior a 100% ao necessário à execução do lote 5 da BR 101/PB até a medição de abril de 2011, totalizando valor entre R$ 19.537.160,99 e R$ 30.564.572,69 pagos a maior, em afronta aos art. 62 e 63 da lei 4.320/1964 (Achado 3.1);

9.1.5 recebimento de CM-30 e CAP 50-70 em quantitativos superiores aos necessários à execução dos serviços atestados nas medições das obras do Lote 5 da BR-101/PB (Achado 3.2);

9.1.6. inexistência de ações de responsabilização e ressarcimento de danos decorrentes de falha no projeto executivo que acarretou o rompimento do aterro localizado entre as estacas 342 a 347 referente ao lote 5 da obra da BR 101/PB (Achado 3.3);

9.2. determinar a oitiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre os seguintes indícios de irregularidades:

9.2.1. entrega ao consórcio construtor, responsável pela execução do Lote 3 da BR-101/PB, CM-30 em quantitativo superior aos atestados nas medições das obras da BR-101/PB (Achado 3.2);

9.2.2. entrega ao 2º BEC, responsável pela execução do Lote 5 da BR-101/PB, CM-30 e CAP 50-70 em quantitativo superior aos atestados nas medições das obras da BR-101/PB (Achado 3.2);

9.2.3. inexistência de ações de responsabilização e ressarcimento por danos causados por falha no projeto executivo que acarretou o rompimento do aterro localizado entre as estacas 342 a 347 referente ao lote 5 da obra da BR 101/PB (Achado 3.3);

9.2.4. indícios de falhas que acarretaram o rompimento dos diques da voçoroca localizada nas proximidades da estaca 960 no lote 3 das obras da BR 101/PB, bem como sobre a não apuração de responsabilidade para ressarcimento desse dano (Achado 3.4);

9.3. determinar a oitiva do Consórcio C.R. Almeida/Via/Emsa, CNPJ 08.396.100/00032-71, para, no prazo de quinze dias, se assim o desejar, manifestar-se sobre os seguintes indícios de irregularidades:

9.3.1. recebimento de CM-30 em quantitativo superior ao necessários à execução dos serviços atestados nas medições das obras do Lote 3 da BR-101/PB (Achado 3.2);

9.3.2. possíveis falhas que acarretaram o rompimento dos diques da voçoroca localizada nas proximidades da estaca 960, referente ao lote 3 das obras da BR 101/PB (Achado 3.4);

9.4. determinar a oitiva da empresa Dynatest Engenharia Ltda., CNPJ: 32.116.154/0001-30, para, se assim o desejar, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre os indícios de falha no projeto executivo que acarretou o rompimento do aterro localizado entre as estacas 342 a 347 referente ao lote 5 da obra da BR 101/PB, o que ensejaria a necessidade de reparação dos prejuízos pelos responsáveis (Achado 3.3. projeto executivo deficiente);

9.5. determinar a oitiva da empresa Astep Engenharia Ltda. CNPJ 10.778.470/0001-34, para, no prazo de quinze dias, se assim o desejar, manifestar-se sobre os indícios de falha que acarretaram o rompimento dos diques da voçoroca localizada nas proximidades da estaca 960, referente ao lote 3 das obras da BR 101/PB, o que ensejaria em necessidade de reparação dos prejuízos causados (Achado 3.4);

9.6. fixar prazo de quinze dias, nos termos do art. 251, caput, do Regimento Interno do Tribunal, para o Dnit encaminhar ao TCU Plano de Ação para as medidas que serão adotadas para correção das seguintes irregularidades, indicando o responsável pela ação e o prazo em que será executada:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6.1. pendências ambientais detectadas nos km 13,3 (processo erosivo com formação de voçoroca), km 18,2 a 19,2 (voçoroca de grandes proporções), km 53,6 a 54 (processo erosivo com formação de voçoroca), km 60,8 (erosão próximo passagem de fauna), km 94,1 (assoreamento do Rio Gramame), km 101 (canteiro de obras), km 128,3 (processo erosivo com formação de voçoroca), da BR 101/NE - trecho da Paraíba (Achado 3.7) ;

9.6.2. uso de área particular para dispensa de resíduos de obras (bota-fora) sem licença ambiental, ocorrido nas imediações do km 85, do lote 5 da BR 101/NE, contrariando as disposições contidas na Lei 6.938/1981, art. 10 e na Resolução Conama 237/1997, art. 2º. (Achado 3.5)

9.7. dar ciência ao Dnit, nos termos do art. 4º, da Portaria-Segecex 13/2011, que:

9.7.1. na 4º Revisão de Projeto em Fase de Obra do Lote 3 da BR-101/PB, foram identificados quantitativos de formas de madeira além do necessário no projeto do canal a ser executado nas proximidades da estaca 960 da BR-101/PB, e que tal inclusão pode importar em prejuízo ao erário de até R$ 738.402,04 (Achado 3.6);

9.7.2. foi verificada a reincidência no atraso em entrar com o requerimento de renovação das licenças ambientais pelo 2º BEC, a exemplo de: LO 990/2009 - data de vencimento: 9/6/2011, data do requerimento: 3/6/2011; LO 2.527/2008 - data de vencimento: 22/10/2010, data do requerimento: 31/1/2011; LO 2.958/2008 - data de vencimento: 7/11/2010, data do requerimento: 31/1/2011; Licença de outorga de direito de uso de água nº 3305/2009 data de vencimento: 17/6/2010, data do requerimento: 4/4/2011, em descumprimento ao que preceitua o § 4º. do art.18 da Resolução Conama 237/97 (Achado 3.8);

9.7.3. foram observadas pendências ambientais identificadas pela Gestora Ambiental nos lotes 3, 4 e 5, que devem ser mitigadas antes da solicitação da LO do empreendimento, em cumprimento à Resolução Conama 237/1997, art. 18, inciso II e art. 19, inciso I, e, considerando que cabe aos executores das obras (Consórcio C. R. Almeida/Via Engenharia/Emsa, Consórcio ARG/EGESA e 2º Batalhão de Engenharia de Construção) a implementação de medidas para mitigação dos impactos ambientais gerados pelo empreendimento, é essencial que o Dnit realize, antes do recebimento definitivo dos lotes, a verificação de que todas as pendências ambientais foram executadas de forma a mitigar os impactos ambientais identificados pela Gestora Ambiental (Achado 3.7);

9.8. dar ciência ao 2º BEC, nos termos do art. 4º, da Portaria-Segecex 13/2011, que:

9.8.1. foi verificado uso de área particular para dispensa de resíduos de obras (bota-fora) sem licença ambiental, ocorrido nas imediações do Km 85, do lote 5 da BR 101/NE, contrariando as disposições contidas na Lei 6.938/1981, art. 10 e na Resolução Conama 237/1997, art. 2º (Achado 3.5);

9.8.2. houve reincidência no atraso em entrar com o requerimento de renovação das licenças ambientais, a exemplo de: LO 990/2009 - data de vencimento: 9/6/2011, data do requerimento: 3/6/2011; LO 2.527/2008 - data de vencimento: 22/10/2010, data do requerimento: 31/1/2011; LO 2.958/2008 - data de vencimento: 7/11/2010, data do requerimento: 31/1/2011; Licença de outorga de direito de uso de água nº 3305/2009 data de vencimento: 17/6/2010, data do requerimento: 4/4/2011, em descumprimento ao que preceitua o § 4º. do art.18 da Resolução Conama 237/97. (Achado 3.8)

9.9. encaminhar cópia do acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) para ciência e adoção de medidas que considerar necessárias quanto ao descumprimento de condicionantes das Licenças de Operação nº 990/2009 - Canteiro de Obras e nº 2518/2008 - Jazida EC-07, pelo 2º BEC, no que se refere à correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental, contrariando as disposições contidas na Lei 6.938/1981, art. 14 e na Resolução Conama 237/1997, art. 2º (Achado 3.7);

9.10. encaminhar cópia do acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para ciência e adoção de medidas que considerar necessárias quanto ao descumprimento de condicionante da Licença Ambiental de Instalação 287/2004 pelo Dnit, no que se refere à correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental nos km 13,3 (processo erosivo com formação de voçoroca), km 18,2 a 19,2 (voçoroca de grandes proporções), km 53,6 a 54 (processo erosivo com formação de voçoroca), km 60,8 (erosão próximo passagem de fauna), km 94,1 (assoreamento do Rio Gramame), km 128,3 (processo erosivo com formação de voçoroca), contrariando as disposições contidas na Lei 6.938/1981, art. 14 e na Resolução Conama 237/1997, art. 2º (Achado 3.7);

9.11. encaminhar ao Dnit e ao Comando do Exército cópia do acórdão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam;

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2512-39/11-P.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2513/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.652/2001-0.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão (em processo de Tomada de Contas).
Exercício: 2000.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Departamento de Emprego e Salário - SPPE/MTE (03.830.550/0001-26).
3.2. Responsável: Fátima Bayma de Oliveira (528.602.807-15).
4. Órgão: Departamento de Emprego e Salário - SPPE/MTE.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Recursos.
8. Advogado constituído nos autos: Francisco Eduardo Carrilho Chaves - OAB/DF nº 22.322.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto por Fátima Bayma de Oliveira, contra o Acórdão nº 936/2006 - TCU - 2ª Câmara, o qual julgou irregulares as contas da recorrente, ex - Diretora do Departamento de Emprego e Salário, condenando-lhe ao pagamento de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do Recurso de Revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento;
9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1, 9.3, 9.4 e 9.5, todos do Acórdão nº 936/2006-TCU- 2ª Câmara;
9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Fátima Bayma de Oliveira;
9.4. julgar regulares com ressalvas as contas de Fátima Bayma de Oliveira, expedindo-lhe quitação, com base nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. dar ciência desta deliberação à interessada.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2513-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2514/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.368/2010-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Revisão de Ofício
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Getúlio Vargas de Moraes Oliveira (170.793.576-91);
3.2. Responsável: Maria Vilneide de Oliveira Coutinho (112.819.103-25).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que se examina proposta de revisão de ofício do Acórdão 4.481/2011-TCU-2ª Câmara, quanto ao ato de concessão de aposentadoria de Getúlio Vargas de Moraes Oliveira.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 260, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, rever de ofício o Acórdão 4.481/2011-TCU-2ª Câmara, para considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, ordenando, por conseguinte, o cancelamento do registro efetuado, em razão da irregular inclusão do tempo de serviço, em atividade cartorial, na contagem do tempo de serviço para aposentadoria, uma vez que não há comprovação dos recolhimentos da contribuição previdenciária, bem como há irregular utilização dos tempos de atividade cartorária e de exercício de advocacia, como tempo de serviço público, para fins de calculo da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço - GATS;
9.2. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que:
9.2.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal;
9.2.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.3. adote medidas para que o interessado, o Sr. Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, retorne à atividade para complementar os requesitos legais para aposentadoria, alertando-o que esta, quando ocorrer, dar-se-á pelas regras vigentes no momento da concessão; e
9.2.4. dê ciência ao Sr. Getúlio Vargas de Moraes Oliveira de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;
9.3. enviar os autos à Serur, para apreciação do pedido de reexame interposto por Maria Vilneide de Oliveira Coutinho, que integra o anexo 1 destes autos, tendo como objeto exclusivamente a aposentadoria da servidora.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2514-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2515/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.668/2011-2.
2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessados: Ana de Azevedo Ribeiro (794.167.059-34); André Felipe Boas (086.241.089-42); Giselia Louzeiro Barbelino (955.684.921-15); Izabel Bernardo Martins (367.447.519-72); Jessica Luana Ribeiro (089.116.009-46); Joao Pedro Aleixo da Silva (088.097.929-12); Josefina de Brito Moraes (954.917.919-20); Maria Cleunice de Souza (069.111.209-69); Marina da Silva (019.617.289-66); Mayara Maglys de França (079.460.259-20); Pedro Augusto Louzeiro de França (090.482.049-17); Teresa Maria Martins (483.774.499-00); Thais Fernanda Ribeiro (070.994.549-35); Wantuir de Lima Moraes Junior (058.224.379-31); Zulmira Correia Rodrigues (017.857.809-64).
4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 e 1°, inciso VIII, 259, inciso II, e 262, *caput*, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais e ordenar o registro dos atos de pensão civil de Ana de Azevedo Ribeiro, Gisélia Louzeiro Barbelino, Izabel Bernardo Martins, Jéssica Luana Ribeiro, João Pedro Aleixo da Silva, Josefina de Brito Moraes, Maria Cleunice de Souza, Marina da Silva, Mayara Maglys de França, Pedro Augusto Louzeiro de França, Teresa Maria Martins, Thaís Fernanda Ribeiro, Wantuir de Lima Moraes e Junior Zulmira Correia Rodrigues;
9.2. considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão civil de André Felipe Boas;
9.3. determinar à Fundação Nacional de Saúde - Funasa - Coordenação Regional no Estado do Paraná, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, o pagamento decorrente do ato impugnado, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. dê ciência ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que informe aos órgãos centrais de gestão de pessoal da Administração Pública Federal da União, nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que o art. 5º da Lei 9.717/1998, publicada no DOU de 28/11/1998, derrogou do regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União as categorias de pensão civil estatutária destinadas a filho emancipado e não inválido, a irmão emancipado e não inválido, a menor sob guarda e a pessoa designada, previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d', respectivamente, todos do inciso II do art. 217 da Lei 8.112/1990;
9.5. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos órgãos centrais de gestão de pessoal da Administração Pública Federal dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2515-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.2. Ministros com voto vencido quanto ao item 9.4 do acórdão: Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2516/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.459/2010-5.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Unidades: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Fundação Nacional do Índio - Funai e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 8ª Secretaria de Controle Externo (Secex/8).
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Levantamento realizado com o objetivo de apresentar um diagnóstico com as principais causas e vulnerabilidades que contribuem para as queimadas e os incêndios florestais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Casa Civil da Presidência da República que adote providências no sentido de:

9.1.1. possibilitar a institucionalização do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional - Ciman, em nível nacional e em caráter permanente, de modo a disponibilizar um efetivo capacitado e equipado para a realização de ações preventivas de forma contínua e articulada entre os órgãos e as entidades envolvidos com a questão das queimadas e dos incêndios florestais;

9.1.2. estimular a inclusão de instrumentos econômicos nas políticas implementadas para o setor, inclusive com restrição de financiamentos para atividades que adotem práticas que possam induzir a ocorrência de queimadas e incêndios, incentivando aquelas que, pelo uso de técnicas alternativas ao fogo, propiciam a redução de tais ocorrências;

9.1.3. compatibilizar a Política de Criação de Unidades de Conservação Federais com as necessidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, em termos de estrutura básica e de serviços, recursos humanos e equipamentos, que possibilitem a consolidação e gestão das áreas protegidas;

9.1.4. incentivar mecanismos de planejamento orçamentário conjunto entre o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que possam garantir a sustentabilidade econômica, social e ecológica das Unidades de Conservação instituídas;

9.1.5. incluir a Fundação Nacional do Índio - Funai nos Comitês Executivos do Grupo Interministerial de Trabalho Permanente do PPCDAM e do Plano de Ação Para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, por meio do Ministério da Justiça, considerando a importância de que esta participe das ações de prevenção e combate às queimadas e aos incêndios florestais, já que 21% do território da Amazônia Legal refere-se a Terras Indígenas (itens 392/413);

9.1.6. orientar os órgãos e as entidades do Governo Federal, cujas ações causam impactos ambientais significativos, no sentido de que apliquem a Avaliação Ambiental Estratégica no planejamento de políticas, planos e programas setoriais, de forma que possibilite a integração das ações dos diferentes entes públicos e evite a formulação de maneira conflitante e a execução fragmentada;

9.2. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que adote a Avaliação Ambiental Estratégica no processo de elaboração do Plano Plurianual, de modo a integrar os programas dos diferentes ministérios à agenda ambiental e evitar a formulação de maneira conflitante e execução fragmentada;

9.3. recomendar aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional que adotem medidas com vistas à institucionalização do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional - Ciman em nível nacional e em caráter permanente, de modo a possibilitar um efetivo capacitado e equipado para a realização de ações preventivas de forma contínua e articulada entre os órgãos e as entidades envolvidos com a questão das queimadas e dos incêndios florestais;

9.4. recomendar ao Instituto Nacional de Estudos Espaciais - Inpe que desenvolva indicadores de áreas queimadas no território brasileiro, sobretudo em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas, no âmbito da ação Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, de modo a garantir a eficácia do Programa de Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer, aumentar a governança pública dos atores envolvidos com a questão, subsidiar os órgãos de controle e possibilitar o controle social;

9.5. recomendar aos Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia que:

9.5.1. incluam, na oportunidade da proposição do PPA 2012-2015, o indicador de áreas queimadas no Programa Florescer, tal como disposto na ação 2063 - Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais do PPA 2008-2011, sob a responsabilidade do Inpe, de modo a permitir a avaliação da eficácia das ações do referido programa na prevenção e no combate às queimadas e aos incêndios florestais;

9.5.2. garantam aporte de recursos financeiros e humanos ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, na ação 2063 - Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, de forma a lhe possibilitar a oferecer os elementos necessários à eficácia das ações de prevenção e ao combate às queimadas e aos incêndios florestais;

9.6. recomendar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio que, à vista do disposto no subitens 5.2 e 5.5 do eixo temático "Capacidade Institucional", do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006, que:

9.6.1. elabore o Plano de Manejo de Fogo em todas as Unidades de Conservação Federais, priorizando as áreas protegidas mais críticas em relação ao histórico de ocorrência de queimadas e de incêndios florestais nas unidades e em suas zonas de amortecimento;

9.6.2. promova programas de educação ambiental que viabilizem o acesso às informações e o entendimento da importância e dos benefícios das Unidades de Conservação, bem como sobre os efeitos das queimadas e dos incêndios florestais, alternativas ao uso do fogo na propriedade rural e queima controlada nas áreas de amortecimento;

9.6.3. realize campanhas de divulgação das experiências bem sucedidas sobre os temas de educação ambiental, sensibilização e controle social em Unidades de Conservação, disseminando as boas práticas em prevenção e combate às queimadas e aos incêndios florestais;

9.7. determinar, também, ao Instituto Chico Mendes que, nos termos do art. 27, § 3º, da Lei 9.985/2000 e do art. 12 do Decreto 4.340/2002, encaminhe a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, Plano de Ação para a elaboração dos Planos de Manejo a que se refere o subitem anterior, no qual devem constar o nome do responsável, as ações a serem desenvolvidas e o cronograma de execução das medidas;

9.8. recomendar ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG que avalie a viabilidade de criar o cargo de Guarda-Parque no quadro de pessoal do Instituto Chico Mendes, de forma a possibilitar-lhe a adequada fiscalização das Unidades de Conservação Federais sob sua administração;

9.9. recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que implemente medidas no sentido de:

9.9.1. avaliar as alternativas jurídicas para solucionar as deficiências hoje vivenciadas com relação à contratação de brigadistas pelo Instituto Chico Mendes, de modo a garantir o desenvolvimento adequado das ações de combate às queimadas e aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação Federais;

9.9.2. desenvolver o planejamento orçamentário-financeiro das atividades e das ações previstas no Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais - Pronafogo, a curto, médio e longo prazo, criar condições institucionais para fortalecer a governança do programa e instituir um Grupo de Trabalho ou Comitê Executivo, com atribuições específicas para gerenciá-lo de forma eficaz, tal como previsto no art.1º, Parágrafo único, da Portaria MMA 425, de 8/12/2009;

9.9.3. atentar para o prazo de avaliação da implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, conforme disposto no art. 3º do Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006;

9.10. recomendar, também, ao Ministério do Meio Ambiente que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar campanhas institucionais, no sentido de induzir a mudança de comportamento da população em geral e, com isso, estimular atitudes preventivas que contribuam para minimizar a incidência de queimadas e de incêndios florestais;

9.11. recomendar ao Ministério da Educação que avalie a conveniência e a oportunidade de incluir no currículo escolar do ensino fundamental e médio de disciplina com conteúdo de educação ambiental, de modo a induzir o conhecimento e a sensibilização das crianças e dos jovens para as questões ambientais, notadamente no que diz respeito às queimadas e os incêndios florestais;

9.12. autorizar, desde logo, à 8ª Secretaria de Controle Externo - Secex/8 que, observados os critérios de conveniência e oportunidade, realize o monitoramento das recomendações e determinações formuladas nos subitens anteriores;

9.13. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, considerando a alegada falta de definição nas normas que tratam das questões ambientais, em especial a Lei 6.938/1981, quanto aos limites de atuação dos órgãos e entidades envolvidos com o assunto, inclusive, no que se refere a Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

9.14. encaminhar, também, cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos titulares da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional, do Planejamento Orçamento e Gestão, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do Serviço Florestal Brasileiro, da Fundação Nacional do Índio, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, da Controladoria Geral da União e da 4ª Câmara do Ministério Público Federal.

9.15. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2516-39/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2517/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.568/2009-0 (com 4 volumes e 21 anexos)
2. Grupo II - Classe I - Embargo de Declaração
3. Interessados: Antonio Roberto de Sousa (CPF 055.067.781-04), Carolina Saraiva de Figueiredo Cardoso (CPF 084.405.437-27), Denise Mindello de Andrade (CPF 448.419.906-82), Felipe dos Santos Jacinto (CPF 003.116.773-04), Gilson Martins de Melo (CPF 877.453.306-10), José Hermínio B. Neto e Azevedo (CPF 192.748.583-53), José Murilo Cruz Brito (CPF 184.901.071-49), Luiz Otávio Campello Montezuma (CPF 034.589.058-20), Marco Antonio Franca (CPF 195.524.166-04), Paulo Cézar de Almeida Toledo (CPF 890.956.267-68), Silvio Ferreira (CPF 884.071.528-20), Consórcio Nova Sede TRF e Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. (CNPJ 29.269.686-0001-76).
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª Região-DF)
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secob-1
8. Advogados constituídos nos autos: Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053), João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998), Antonio Henrique M. Coutinho (OAB/DF 34.308)

9. Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de embargos de declaração opostos pelo Consórcio Nova Sede TRF ao Acórdão 1534/2011-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos para, no mérito, conceder a eles provimento;

9.2. conhecer do documento apresentado pela empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., como mera petição, dando-lhe seguimento;

9.3. tornar insubsistentes o subtens 9.2, 9.3, 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 1534/2011 - TCU - Plenário;

9.4. determinar, com fundamento nos princípios da ampla defesa e do contraditório previstos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, a realização de oitiva da empresa do Consórcio Nova Sede TRF, para que, se assim o desejar, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do valor de R$ 3.917.229,47 (três milhões novecentos e dezessete mil duzentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), acrescido dos consectários legais a contar de dezembro de 2007, relativo ao superfaturamento apurado no Contrato 58/2007 referente à execução das obras e dos serviços de engenharia para construção do edifício sede do TRF;

9.5. determinar, com fundamento nos princípios da ampla defesa e do contraditório previstos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, a realização de oitiva da empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., para que, se assim o desejar, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca dos valores de R$ 4.386,48 (quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos), acrescido dos consectários legais a contar de novembro de 2006, e de R$ 84.110,00 (oitenta e quatro mil, cento e dez reais), acrescido dos consectários legais a contar de dezembro de 2007, relativos ao superfaturamento apurado no Contrato 58/2006 referente à elaboração do projeto executivo do edifício sede do TRF.

9.6. converter o indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IG-P) para indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade (IG-C) relativamente ao Contrato 58/2007 (execução das obras e serviços de engenharia para construção do edifício sede do TRF, subitem 9.1 do Acórdão 1617/2009-TCU-Plenário e 9.4 do Acórdão 1534/2011-TCU-Plenário); determinando à Secob-1 que realize os lançamentos pertinentes no Sistema Fiscalis;

9.7. dar ciência ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª Região-DF) a respeito do presente acórdão, encaminhando-lhe copia do relatório e voto que a fundamentam;

9.8. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, em relação às obras de construção do edifício-sede do TRF 1ª Região em Brasília/DF, custeadas com recursos orçamentários disponibilizados por meio do programa de trabalho PT-02.122.0569.11RV.0101, não mais persistem irregularidades graves que se enquadrem no disposto no inciso IV do §1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011), ante a anulação do saldo de empenho disponível em nome do Consórcio Nova Sede TRF (Construtora Via engenharia S/A), consoante determinação proferida no âmbito do Acórdão 1534/2011-TCU-Plenário;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.9. enviar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam para o Ministério Público Federal; o Conselho Nacional de Justiça; a Polícia Federal; a 14ª Vara Federal/DF, Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas (Proc. 2009.34.00.020786-5); e a 3ª Secex, unidade técnica detentora da clientela do órgão fiscalizado, alertando-a de que os desdobramentos desta fiscalização poderão impactar na análise das contas dos anos de 2006 a 2009.

9.10. determinar a restituição dos autos à Secob-1.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2517-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2518/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.868/2009-7
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Hideraldo Luiz Caron, ex-diretor de infraestrutura rodoviária (CPF 323.497.930-87).
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos por Hideraldo Luiz Caron contra o acórdão 1.936/2011 - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante;
9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos - Serur, para exame preliminar de admissibilidade dos recursos interpostos pelo Dnit e pela Top Engenharia Ltda. contra o acórdão 1.936/2011 - Plenário e posterior remessa à Secretaria das Sessões - Seses, para sorteio de relator daqueles apelos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2518-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2519/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.903/2011-6 (processo eletrônico)
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-4
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2011, com o objetivo de fiscalizar as obras de ampliação e melhoramentos do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. realizar a oitiva da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern, para que apresente esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste acórdão, sobre as seguintes irregularidades, ambas referentes às obras de ampliação do Terminal Salineiro em Areia Branca/RN:
9.1.1. ausência de elementos essenciais no projeto básico anexo ao edital da concorrência 23/2009, em afronta ao art. 6º, inciso IX, alíneas **a** a **f**, da Lei 8.666/1993, mais precisamente no que tange a estudos prévios de sondagens geológicas, estudo de altura máxima de onda, estudo sobre empuxo ativo das células, ausência de memórias de cálculo de itens relevantes do orçamento, insuficiência do projeto do descarregador de barcaças, inexistência de projeto para o sistema de proteção catódica e ausência dos projetos complementares de instalações prediais dos alojamentos, vestiários e sanitários;
9.1.2. sobrepreço quantificado em R$ 21.684.330,04 (vinte e um milhões seiscentos e oitenta e quatro mil trezentos e trinta reais e quatro centavos) no âmbito do contrato 12/2009, caracterizado pela contratação de preços excessivos se comparados aos de mercado;
9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste acórdão, para que o Consórcio Areia Branca, caso queira, apresente esclarecimentos sobre o sobrepreço a que se refere o subitem 9.1.2 deste **decisum**;
9.3. dar ciência desta deliberação:
9.3.1. à Codern, encaminhando-lhe cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, assim como do relatório de auditoria e dos demonstrativos de cálculo do sobrepreço apontado nos presentes autos, com o objetivo de subsidiar os esclarecimentos ora solicitados e para que sejam adotadas as providências necessárias ao saneamento das demais irregularidades detectadas na presente auditoria;
9.3.2. ao Consórcio Areia Branca, encaminhando-lhe cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, assim como do relatório de auditoria e dos demonstrativos de cálculo do sobrepreço apontado nos presentes autos, com o objetivo de subsidiar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser apresentados;
9.3.3. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando-lhe cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, assim como do relatório de auditoria, em atendimento à solicitação formulada em 1º/8/2011 (peça 59);
9.3.4. à Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Rio Grande do Norte, responsável pelas contas da Codern;
9.3.5. à Presidência do Congresso Nacional e à sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando-lhes que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no art. 94, §1º, inciso IV, da Lei 12.309, de 9/8/2010, na concorrência pública 23/2009-Codern e no contrato 12/2009-Codern, relacionados às obras de Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN previstas no Programa de Trabalho 26.784.1459.122V.0024/2011.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2519-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2520/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 026.127/2010-5.
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação, com fundamento no inciso VI do art. 237 do RI/TCU, visando a conhecer e analisar os projetos ativos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados relativos ao estabelecimento de critérios de rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:
9.1. encaminhar cópia do Relatório e Voto que fundamentam este Acórdão à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal e à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados**,** informando que as principais conclusões do trabalho empreendido pela Semag foram:
9.1.1. os cinco estados que possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Maranhão, Alagoas, Piauí, Paraíba e Pernambuco - são classificados como de população média;
9.1.2. o Brasil possui uma desigual distribuição da população entre as unidades da federação, sendo que os estados menos populosos não são os menos desenvolvidos;
9.1.3. na busca do equilíbrio socioeconômico, é indispensável que se estabeleçam critérios que observem as características mencionadas;
9.1.4. o critério atualmente em vigor, bem como os critérios em discussão no Congresso Nacional, não contemplam suficientemente essa variação de população entre os estados brasileiros e, em consequência disso, os maiores beneficiados são e serão os habitantes das unidades da federação com menor população e não daquelas menos desenvolvidas;
9.1.5. para a satisfação dos requisitos constitucionais, além da observação da diversidade populacional, faz-se necessário, também, considerar os parâmetros que contemplam a diversidade socioeconômica existente entre os estados brasileiros;
9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2520-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2521/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.018/2003-2.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (Acompanhamento).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Luiz Duboc Pinaud (CPF 031.987.077-49); Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); Ministério da Justiça (MJ) (vinculador); Governo do Estado do Rio de Janeiro.
3.2. Responsáveis: Aécio Alves da Costa (042.611.277-68); Carioca Christiani Nielsen S/A (40.450.769/0001-26); Carlos Augusto Siqueira (454.436.537-68); Clayton Alfredo Nunes (038.486.298-52); Guilherme Tupper Caldas (549.132.927-49); Ijapoan Moteiro Pereira (343.934.127-53); João Luiz Duboc Pinaud (031.987.077-49); Marco Aurelio Marques Correa (399.400.557-49); Mauricio do Nascimento (421.635.877-20); Paulo Eduardo Murad (300.060.407-30); Pedro Patrício Filho (253.039.107-68); Sergio Marques Fabiano Alves (314.737.097-68); Silvio Palhares (771.009.997-15); Ângelo Roncalli de Ramos Barros (185.218.601-10).
4. Entidades: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); Ministério da Justiça (MJ) (vinculadores); Governo do Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogados constituídos nos autos: Flávia Firgulha da Costa Souza (OAB-/RJ 147.953); Beatris Jardim de Azevedo (OAB/RJ 17.413).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que, nesta fase, aprecia-se Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Luiz Duboc Pinaud (CPF 031.987.077-49), ex-Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEJDH/RJ), contra o Acórdão nº 261/2011- Plenário, por meio do qual o Tribunal, dentre outras medidas, aplicou-lhe multa em razão de irregularidades constatadas na aplicação de recursos federais na construção da penitenciária Bangu VI, no Rio de Janeiro/RJ.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 286 do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos do Acórdão nº 261/2011 - Plenário;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente, encaminhando-lhe cópia deste Acórdão, bem como do Voto e Relatório que o fundamentam;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2521-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2522/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.417/2010-4.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Relatório de Monitoramento.
3. Interessado: Cobra Tecnologia S.A.
4. Entidade: Cobra Tecnologia S.A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Relatório de Monitoramento do cumprimento dos subitens 9.6.1 e 9.6.2 do Acórdão nº 1.705/2007 - TCU - Plenário,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprido o subitem 9.6.2 do Acórdão nº 1.705/2007 - TCU - Plenário;

9.2. considerar não cumprido, até o momento, o subitem 9.6.1 do Acórdão nº 1.705/2007 - TCU - Plenário;

9.3. determinar ao Banco do Brasil que acompanhe, com base nos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, a questão da substituição de pessoal terceirizado em sua controlada, Cobra Tecnologia S.A., em especial quanto ao cumprimento do subitem 9.6.1 do Acórdão nº 1.705/2007 - TCU - Plenário, provendo-lhe os recursos e apoio necessários;

9.4. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, acompanhe, com base nos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, a questão da substituição de pessoal terceirizado na Cobra Tecnologia S.A., empresa controlada pelo Banco do Brasil, em especial quanto ao cumprimento do item 9.6.1 do Acórdão nº 1.705/2007 - TCU - Plenário, provendo-lhe os recursos e apoio necessários, incluindo providências efetivas quanto ao correto dimensionamento de seu quadro próprio de empregados;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, à Cobra Tecnologia S.A., ao Banco do Brasil, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e à 8ª Secex;

9.6. apensar o presente processo ao TC 006.023/2004-5, que lhe deu origem.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2522-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2523/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.804/2011-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria, realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos atinentes à concessão de patrocínios adotados pela estatal, em especial se estão de acordo com o disposto na Lei 8.313/1991 e se observam os ditames da Lei 9.504/97, com respeito à conduta dos agentes públicos em campanhas eleitorais.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno, que providencie:

9.1.1. a inclusão, na instrução normativa que vier a substituir a IN-AS.05.004, de critérios formais para a seleção dos beneficiários dos patrocínios na modalidade de escolha direta;

9.1.2. a definição de competências e cargos para os funcionários da Coordenadoria Especial de Relações Institucionais (CER) que atuam na área de patrocínios;

9.1.3. a definição de indicadores de desempenho no planejamento e na execução dos patrocínios;

9.1.4. a adequação da estrutura organizacional da área de patrocínios da CER às suas necessidades;

9.1.5. a atualização de normativo interno que defina e regulamente as funções e responsabilidades do coordenador da CER.

9.1.6. o estabelecimento dos objetivos estratégicos para a área de patrocínios, bem como a criação de critérios de mensuração;

9.1.7. o estabelecimento da gestão de riscos para a área de patrocínios;

9.1.8. o atendimento às necessidades identificadas de recursos humanos, conforme solicitação registrada na Correspondência Interna - CI - CER - 010/2008;

9.1.9. a definição formal das atividades de controle para os processos de patrocínio;

9.1.10. o desenvolvimento de indicadores que permitam avaliar o alcance de seus objetivos relacionados à concessão de patrocínios e que constatem a eficácia das atividades de controle dos patrocínios e de seus mecanismos de concessão, capazes de promover o aperfeiçoamento da respectiva área da CER;

9.1.11. o estabelecimento de estratégia de monitoramento para os processos de concessão de patrocínios que preveja a definição formal de atividades de controle, incluindo as inspeções in loco;

9.1.12. a continuidade dos estudos com vistas ao aperfeiçoamento do procedimento de escolha de projetos de patrocínios incentivados ou não, no que se refere à otimização da utilização dos recursos para fins de benefícios fiscais;

9.1.13. a elaboração de procedimento formal, para projetos de patrocínio, que defina de forma clara o detalhamento dos documentos a enviar quando da prestação de contas, incluindo o cotejamento entre as despesas previstas no orçamento constante da proposta e as despesas efetivamente realizadas;

9.1.14. a inclusão na nova Instrução Normativa sobre concessão de patrocínios, que se encontra em fase de preparação/aprovação, descrição detalhada dos procedimentos a serem executados quando da falta/insuficiência de prestação de contas e quando não há a realização do evento patrocinado, incluindo responsáveis pelas medidas e prazos para a sua adoção;

9.1.15. a inclusão nos autos dos processos físicos de patrocínio, cópias dos registros de pagamentos realizados pela Chesf aos beneficiários, com o objetivo de dar maior transparência ao processo;

9.1.16. passe a incluir em contratos de concessão de patrocínios exigência para que os beneficiários realizem os seus pagamentos a terceiros com cheques ou por ordem bancária, de forma a identificar o credor da despesa;

9.1.17. a verificação do retorno obtido pela Companhia por meio da avaliação global de sua política de patrocínio mediante pesquisas quantitativas que ponderem o retorno e a aceitação do público em relação aos patrocínios concedidos;

9.1.18. implemente, na norma específica da estatal, critérios equânimes de dispersão dos recursos destinados ao patrocínio entre os Estados da Federação em que atue ou em que conceda esse tipo de apoio financeiro, bem como entre os municípios de cada Estado;

9.2. determinar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno, sem prejuízo ao Acórdão 3426/2010-Plenário, que:

9.2.1. adote a segregação de funções na operacionalização dos patrocínios, em observância ao Princípio da Segregação de Funções, este derivado do Princípio da Moralidade Administrativa, explicitado no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

9.2.2. providencie a numeração e rubricas nas páginas dos processos administrativos de patrocínios, conforme o disposto no § 3.5, art. 3º da Instrução Normativa 1010/2007 da Chesf;

9.2.3. verifique, no envio de recibos à Chesf pelos patrocinados, a existência de assinatura e data, conforme o disposto no modelo do contrato de patrocínio, cláusula 4ª, alínea "g";

9.2.4. verifique a apresentação, quando da solicitação de patrocínio via escolha direta, das propostas analíticas dos custos envolvidos nos eventos patrocinados, conforme previsto no art. 19 da Lei 8.313/1991;

9.2.5. discrimine nos contratos de patrocínio o crédito para a realização da despesa, conforme previsto no inciso V do art. 55 da Lei 8.666/1993;

9.2.6. inclua nos contratos de patrocínio a restrição à utilização de mão de obra escrava e de trabalho infantil, em observância ao caput do art. 29 da IN Secom-PR-1/2009;

9.2..7. inclua nos contratos de patrocínio previsão de sanções a serem aplicadas nos casos de inexecução total ou parcial dos seus objetos, conforme o § 3º do art. 29 da IN Secom-PR-1/2009;

9.2.8. evidencie nos contratos de patrocínio a proibição da associação do evento patrocinado a autoridades ou servidores públicos, bem como a qualquer modalidade de veiculação eleitoral, em consonância com o Princípio da Impessoalidade, o art. 37 caput da Constituição Federal/1988, e os prazos previstos no art. 73 da Lei 9.504/1997;

9.2.9. publique no Diário Oficial da União (DOU) os contratos administrativos firmados entre a Chesf e as entidades patrocinadas, em obediência ao Princípio da Publicidade, explicitado no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, ao § 6° do art.19 da Lei 8.313/1991 e ainda ao parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993;

9.2.10. observe na assinatura de contratos de patrocínios os procedimentos de verificação da compatibilidade dos preços previstos com os de mercado, em atenção ao previsto na Lei 8.666/1993, art. 15, inciso V e art. 26, parágrafo único, inciso III;

9.3. dar ciência à Chesf da falta de estudos de arte final do material gráfico com a marca da Chesf no processo PAT 1030/2010, infrigindo Cláusula 4ª, alíena "f" do Anexo III - Modelo de Contrato da IN-AS.05.004;

9.4. determinar à Secex/PE que proceda ao monitoramento da presente deliberação assim como do Acórdão 3.426/2010-Plenário;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam ao Diretor-Presidente da Chesf e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2523-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2524/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.686/2011-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria (Fiscobras 2011).

3. Interessado: Congresso Nacional (CN).

3.1. Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Carlos Alexandre Fanjul Igreja (CPF 920.020.727-87); Rafael Carneiro Guimarães (CPF 040.654.446-83).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), no período compreendido entre 30/5/2011 e 20/7/2011, com o objetivo de fiscalizar a execução do Contrato nº 0800.0062504.10.2 (PT 25.753.0288.3155.0035/2011 - Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia (REPLAN), em Paulínia/SP), envolvendo valores da ordem de R$ 1.162.083.989,03.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a oitiva da Petrobras S.A, na pessoa do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72) e da empresa Galvão Engenharia S.A., na pessoa de seu representante legal, com fundamento no art. 5º inciso LV, da Constituição Federal, e na Súmula Vinculante nº 3 do STF, para que se manifestem acerca dos seguintes indícios de irregularidades identificados no âmbito do Contrato nº 0800.0062504.10.2, cujo objeto é a implantação das Unidades de Hidrotratamento (UHDT), Geração de Hidrogênio (UGH) e Tratamento de Águas Ácidas (UTAA) da Carteira de Diesel da UNREPLAN em Paulínia/SP:

9.1.1. aplicação de encargos sociais de "horista" para os grupos "1.1 - Serviços de Projeto no Escritório" e "1.2 - Levantamento de Campo e Assistência à Montagem" da seção "Projeto";

9.1.2. inclusão do item "Adicional no custo médio do HH em função da adequação entre datas base (dissídio x contrato)" no Demonstrativo de Formação de Preços (DFP), o que caracteriza adoção de antecipação de reajuste contratual não previsto na legislação, conforme descrito no relatório de fiscalização;

9.1.3. inclusão de itens idênticos, na Lista Auxiliar de Quantitativos para Formação de Preços (LAQFP), com diferentes preços unitários, caso das estacas tipo Hélice Contínua com diâmetros de 40 cm e 50 cm;

9.1.4. adoção de encargos sociais para mão de obra "horista" em percentual superior ao usualmente praticado;

9.2. determinar à Petróleo Brasileiro S.A., com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, para que, em relação ao Contrato nº 0800.0062504.10.2:

9.2.1 no prazo de até cinco dias após a emissão da Autorização de Serviço nº 4 (AS-4), encaminhe a este Tribunal a documentação que embasou a definição das quantidades e valores para emissão da AS4, em especial a análise circunstanciada das composições de preços unitários de todos os serviços cujos quantitativos constantes da Lista Auxiliar de Quantitativos para Formação de Preços (LAQFP) foram alterados, assim como para os novos itens que forem inseridos na LAQFP, bem como para os demais custos, inclusive indiretos, que tenham gerado alteração do valor contratual;

9.2.2 firme aditivo, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, formalizando as alterações realizadas na emissão das Autorizações de Serviço AS-1 e AS-3;

9.2.3 apresente, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, justificativa circunstanciada quanto à ausência das estacas Hélice Contínua de diâmetro 30 cm, 40 cm e 60 cm no Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) elaborado pela contratada, embora apresentadas na Lista Auxiliar de Quantitativos para Formação de Preços (LAQFP), assim como as providências adotadas para solucionar inconsistências detectadas, referentes à existência de preços distintos para serviços idênticos;

9.2.4 quando da emissão da Autorização de Serviço nº 4 (AS-4), momento em que serão executados os serviços da seção "Montagem", exija que a contratada apresente a documentação relativa ao recolhimento do PIS/PASEP e COFINS e, caso se confirme o regime cumulativo para essa seção, proceda à correção das alíquotas apresentadas no Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) e altere o valor contratual. Prazo de quinze dias após o recolhimento do PIS/PASEP e COFINS de itens pertencentes à seção "Montagem";

9.2.5 apresente, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, todos os critérios que nortearam a elaboração da estimativa de custos, inclusive com a indicação das unidades que serviram de paradigma para a determinação dos quantitativos adotados, a metodologia utilizada para adequação de local, data e capacidade, e outros critérios que porventura tenham sido utilizados;

9.2.6 apresente, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, a documentação referente aos esclarecimentos acerca do Demonstrativo de Formação de Preços (DFP), conforme solicitado no Ofício de Requisição nº 05-288/2011;

9.2.7 disponibilize a esta Corte, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, cópia, em meio digital, do conjunto completo dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental referente à Carteira de Diesel da REPLAN, conforme preconizado no Manual de Apresentação de Estudos de Viabilidade de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Projetos de Grande Vulto, documento aprovado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 (CMA), bem como no normativo interno da Petrobras - PG-12-SL/ECP-001 e no Manual de Investimentos Petrobras 2006, contendo as seguintes informações, entre outras que se façam necessárias:

9.2.7.1. pacote de suporte à decisão em todos os níveis (FEL-1, FEL-2 e FEL-3), adotado pela Petrobras, ou laudos de avaliação econômico-financeira ou, ainda, documentos que contenham informações sobre o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica;

9.2.7.2. planilhas eletrônicas desenvolvidas para avaliação econômico-financeira do empreendimento, com fórmulas discriminadas, e, quando for o caso, descrição do inter-relacionamento das planilhas apresentadas, de acordo com o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD);

9.2.7.3. estudo da demanda ou volume de vendas desenvolvido a partir das características do empreendimento, incluindo todas as receitas operacionais ou outras que venham a compor o total de receitas, especificando, ainda, a área de influência do projeto;

9.2.7.4. custos e despesas estimados para a prestação dos serviços ou para a produção;

9.2.7.5. projeção das receitas, dos custos e das despesas operacionais devidamente fundamentada em premissas econômicas e financeiras;

9.2.7.6. premissas econômicas e financeiras (v.g. preço do produto ou do insumo, taxa de câmbio, taxa de inflação, taxa de crescimento do PIB) utilizadas para projeção dos componentes do fluxo de caixa fundamentadas em fontes oficiais, ou, no caso de não adoção de fontes oficiais, as justificativas evidenciadas para tal medida;

9.2.7.7. investimentos a serem realizados, com data de referência e discriminados com quantitativos e preços utilizados no orçamento;

9.2.7.8. parâmetros a serem utilizados na definição da taxa de desconto ou da taxa mínima de atratividade, acompanhados dos respectivos cálculos, critérios de definição e justificativas, consistentes com a metodologia do WACC;

9.2.7.9. data-base e horizonte de projeção, conforme estabilização do fluxo de caixa;

9.2.7.10. cálculo e valor da perpetuidade, quando for o caso;

9.2.7.11. análise de sensibilidade das principais premissas que influenciam o fluxo de caixa;

9.2.7.12. parâmetros técnico-operacionais visando a otimizar a capacidade de produção e de ociosidade para o mercado interno e o externo, que possibilitem verificar as alternativas de investimentos, comprovando-as sob o ponto de vista econômico-financeiro;

9.3. dar tratamento sigiloso aos documentos contidos nos itens não digitalizáveis que compõem a peça nº 15, do Processo TC 014.686/2011-2, bem como aos solicitados no subitem 9.2.7 retro, consoante previsto no art. 9º da Resolução TCU nº 191/2006 e no § 3º, do art. 2º, da Portaria TCU nº 124/2010, a fim de resguardar a confidencialidade das informações;

9.4. considerar, para efeito de franqueamento de vista e cópia dos autos, que:

9.4.1 a Petróleo Brasileiro S.A pode ter acesso irrestrito aos documentos não digitalizáveis constantes da peça n.º 15, do Processo TC 014.686/2011-2, bem como a quaisquer outras evidências utilizadas neste relatório;

9.4.2. a empresa Galvão Engenharia S.A. (CNPJ: 01.340.937/0001-79), não poderá ter acesso às informações classificadas como sigilosas por não se relacionarem à defesa de seus interesses;

9.5. dar ciência à Petrobras S.A. que, durante os trabalhos de fiscalização, foi verificada a execução do Contrato nº 0800.0062504.10.2 de maneira distinta da inicialmente pactuada, sem que fosse formalizado termo aditivo, após prévia consulta ao departamento jurídico e demais esferas competentes da Companhia. A execução de maneira diversa do estabelecido em contrato sem a celebração de aditivo afronta o disposto no item 5.4 do Manual de Procedimentos Contratuais, em especial nos subitens 5.4.1.1 e 5.4.3;

9.6. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, na presente fiscalização, indícios de irregularidades que se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011), para o Contrato nº 0800.0062504.10.2, cujo objeto é a implantação das Unidades de Hidrotratamento (UHDT), Geração de Hidrogênio (UGH) e Tratamento de Águas Ácidas (UTAA) da Carteira de Diesel da UN-REPLAN em Paulínia/SP;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam:

9.7.1. à Petrobras S/A;

9.7.2. à empresa Galvão Engenharia S.A. (CNPJ: 01.340.937/0001-79);

9.7.3. à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2524-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2525/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.692/2009-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Construtora Rocdam Ltda / Aspen Construções e Serviços Ltda (02.953.492/0001-65); Getulio Andrade Braga (404.512.406-34); Vw Prestadora de Serviços Ltda (01.773.227/0001-32).

4. Entidade: Município de Brasília de Minas/MG.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristiana Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Brasília de Minas/MG, por meio do Convênio nº 980/1998, que teve por objeto estabelecer as condições para o desenvolvimento das ações do Plano de Erradicação do *Aedes Aegypti* no referido Município, visando fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender aos serviços de saúde e sua integração ao Sistema Único de Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e §2º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e §4º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e §2º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e §4º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Getúlio Andrade Braga (CPF 404.512.406-34), ex-Prefeito Municipal de Brasília de Minas/MG;

9.2. condenar o Sr. Getúlio Andrade Braga (CPF: 404.512.406-34) ao pagamento das quantias originais de R$ 11.340,80 (onze mil, trezentos e quarenta reais e oitenta centavos) e R$ 14.176,00 (quatorze mil, cento e setenta e seis reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente com aplicação da Taxa Selic, respectivamente, a partir de 07/07/1998 e 10/08/1999, até a data do efetivo recolhimento, abatendo, na oportunidade o valor já ressarcido de R$ 5.322,48 (cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), atualizado monetariamente com a aplicação da Taxa Selic a partir de 17/06/2002, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. condenar solidariamente o Sr. Getúlio Andrade Braga (CPF: 404.512.406-34) e a sociedade empresária VW Prestadora de Serviços Ltda. (CNPJ: 01.773.227/0001-32) ao pagamento das quantias originais de R$ 22.529,20 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos) e R$ 22.834,00 (vinte e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente com aplicação da Taxa Selic, respectivamente, a partir de 02/09/1998 e 23/10/1999, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. condenar solidariamente o Sr. Getúlio Andrade Braga (CPF: 404.512.406-34) e a sociedade empresária Construtora ROCDAM Ltda. (CNPJ: 02.953.492/0001-65), ao pagamento das quantias de R$ 20.413,46 (vinte mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e seis centavos), R$ 15.310,08 (quinze mil, trezentos e dez reais e oito centavos) e R$ 8.222,00 (oito mil, duzentos e vinte e dois reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente com aplicação da Taxa Selic, respectivamente, a partir de 24/11/1999, 23/12/1999 e 08/02/2000, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. aplicar, individualmente, ao Sr. Getúlio Andrade Braga (CPF: 404.512.406-34), à sociedade empresária VW Prestadora de Serviços Ltda. (CNPJ: 01.773.227/0001-32) e à sociedade empresária Construtora ROCDAM Ltda. (CNPJ: 02.953.492/0001-65), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 acima, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. determinar à Secex/MG que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 o disposto nos itens 9.6 e 9.7, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.9. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.10. encaminhar, com fundamento no § 3º, do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, cópia da presente deliberação, assim como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para ajuizamento das ações cabíveis;

9.11. declarar, com fundamento no art. 46 da Lei n.º 8.443, de 1992 c/c o art. 271 do Regimento Interno do TCU, a inidoneidade das sociedades empresárias VW Prestadora de Serviços Ltda. (CNPJ n.º 01.773.227/0001-32) e Construtora ROCDAM Ltda. (CNPJ n.º 02.953.492/0001-65), para participar de licitação na Administração Pública Federal, por 2 (dois) anos;

9.12. determinar à Secex-MG, no tocante ao cumprimento do item 9.11, que, após o trânsito em julgado da presente deliberação, comunique a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informando-a a respeito da declaração de inidoneidade efetuada, bem como solicite àquela unidade que adote as providências necessárias à efetivação desta decisão no âmbito do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; e

9.13. encaminhar cópia da presente Deliberação, assim como cópia do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos Responsáveis.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2525-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2526/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.216/2009-0.

1.1. Apenso: 007.753/2010-1

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame.

3. Interessado: Ermensson Luiz Jorge (CPF: 449.353.409-59).

4. Entidade: Conselho Regional de Odontologia -PR.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Fábio Ciuffi (OAB/PR 7.724), Homero Flesh (OAB/PR 27.050-A), Amani Kalil Muhd (OAB/PR 40.827) e Adriana Andréia de S. Salvador Ferraz (OAB/DF 13.620).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Ermensson Luiz Jorge, ex-Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Paraná - CRO/PR, contra o Acórdão 401/2011-TCU-Plenário, proferido na Sessão de 16/2/2011, Ata 5/2011, em que o Tribunal aplicou-lhe multa, no valor de R$ 7.000,00, após conhecer e considerar parcialmente procedente a representação.

Acordam os Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Ermensson Luiz Jorge, ex-Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Paraná - CRO/PR, contra o Acórdão 401/2011-TCU-Plenário, proferido na Sessão de 16/2/2011, Ata 5/2011;

9.2. negar provimento ao recurso apresentado, mantendo-se inalterado o Acórdão recorrido;

9.3. comunicar ao recorrente da presente deliberação, bem como ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, à Procuradoria da República no Estado do Paraná e à Ouvidoria do Tribunal de Contas da União.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2526-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2527/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.789/2011-7.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Monitoramento.
3. Responsável: Paulo Roberto Mustrangi de Oliveira, Prefeito Municipal.
4. Entidades: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ; Prefeitura Municipal de Petrópolis - RJ; Secretaria Executiva do Ministério da Saúde/MS.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento realizado com a finalidade de verificar o cumprimento das determinações expedidas por meio do Acórdão 3.395/2010 - Plenário, no qual deliberou-se acerca de auditoria de conformidade realizada na Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ com o objetivo de verificar a regularidade das avenças firmadas pela municipalidade com recursos do SUS envolvendo a prestação de serviços de saúde pelo Hospital Alcides Carneiro - HAC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no do Rio de Janeiro comprove a regularização da cessão dos servidores federais do Ministério da Saúde à Prefeitura Municipal de Petrópolis, promovendo, ao final desse prazo, caso não saneada a questão, o retorno dos servidores cedidos para exercício em seus quadros, nos termos do que estabelece a Portaria GM/MS n.º 929/2001 (arts. 1º e 7º), sem prejuízo de esclarecer que os servidores eventualmente cedidos não poderão ter exercício no Hospital Alcides Carneiro, haja vista seu atual modelo de gestão;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ que, no prazo de 60 ( sessenta) dias, a contar da ciência, encaminhe a este Tribunal, em relação ao subitem 9.1 do Acórdão 3395/2010 - Plenário, comprovante da adequação, devidamente formalizada em termo aditivo, da cláusula do Contrato de Gestão nº 22/2008, relativa à fonte de recursos, com vistas a explicitar que a diferença a maior, entre o valor constante na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS para o serviço de tomografia computadorizada e o valor efetivamente pago para esse procedimento, será custeada com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Petrópolis;

9.3. considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 3.395/2010 - Plenário;

9.4. cientificar os responsáveis de que o descumprimento das determinações constantes dos subitens 9.1 e 9.2 da presente deliberação poderá ensejar a aplicação de multa por este Tribunal, nos termos do art. 58, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, c/c art. 268, VII, do RITCU;

9.5. determinar à Secex/RJ que acompanhe o cumprimento da presente deliberação, autorizando, desde logo, o apensamento do presente processo aos autos do TC 014.876/2010-8, uma vez verificada a adoção das medidas pertinentes;

9.6. restituir os autos à unidade técnica para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2527-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2528/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n° TC-010.428/2009-0 (com 1 volume e 16 anexos)
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MDA
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria efetuado pela Secex/PA, no âmbito do Fiscobras/2009, no período de 18/5 a 26/6/2009, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com vistas a fiscalizar a execução de obras de Urbanização de Projetos de Assentamentos (PT nº 21.631.0137.8396.0001).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis ouvidos em audiência, quanto aos seguintes itens do Acórdão 2.014/2009-Plenário: 9.4.1.1, 9.4.3.1, 9.4.4.1, 9.4.8.1, 9.4.9.1, 9.4.10.1.1, 9.4.10.1.2, 9.4.10.1.5, 9.4.12.1.1, 9.4.12.1.3, 9.4.13.1.1 e 9.4.13.1.2;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis ouvidos em audiência, quanto aos seguintes itens do Acórdão 2.014/2009-Plenário: 9.4.2.1, 9.4.5.1, 9.4.6.1, 9.4.7.1, 9.4.10.1.3, 9.4.10.1.4, 9.4.10.1.6, 9.4.10.1.7, 9.4.11.1.1, 9.4.11.1.2, 9.4.11.1.3, 9.4.12.1.2, 9.4.12.1.4, 9.4.12.1.5, 9.4.12.1.6 e 9.4.12.1.7;

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis abaixo arrolados a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do RITCU, nos valores indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Responsável SR(30): Sr. Luciano Gregory Brunet;
9.3.1.1. Valor da multa: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
9.3.2. Responsáveis SR(30): Srs. Darlindo Alves de Almeida Júnior, Evangelista Rodrigues Carneiro, James Alan Marques de Carvalho e Paulo Eduardo Botelho Martins;
9.3.2.1. Valor da multa: R$ 12.000,00 (doze mil reais)
9.3.3. Responsável SR(30): Sr. Rodrigo de Melo Lameiras;
9.3.3.1. Valor da multa: R$ 6.000,00 (seis mil reais)
9.3.4. Responsável SR(30): Sr. Márcio Piero Elly
9.3.4.1. Valor da multa: R$ 3.000,00 (três mil reais)
9.3.5. Respnsável SR(01): Elielson Pereira da Silva;
9.3.5.1. Valor da multa: R$ 12.000,Natureza: Pensão Civil (doze mil reais)
9.3.6. Responsáveis SR(01): Srs. José Ronaldo da Silva Meirelles, Benedito Sérgio Ferreira, Edu Nonato da Silva Filho e José Olinto de Vasconcelos Valente;
9.3.6.1. Valor da multa: R$ 6.000,00 (seis mil reais)

9.4. autorizar, desde logo, o desconto em folha de pagamento das dívidas dos responsáveis mencionados no subitem anterior, nos termos dos arts. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e 46 da Lei nº 8.112/1990;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em caso de impossibilidade da adoção da medida constante do item anterior;

9.6. dar ciência às superintendências estaduais do INCRA em Belém/PA (SR-01) e em Santarém (SR-30) quanto às seguintes irregularidades/impropriedades verificadas neste feito, cuja reincidência injustificada poderá dar ensejo à imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:

9.6.1. ausência de fixação de critérios de aceitabilidade de preços global (preço máximo) nos editais de licitação de obras, em desacordo com o art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993 (INCRA/SR-30/PA e INCRA/SR-01/PA);

9.6.2. ausência de planilhas com a composição analítica dos serviços, incluindo discriminação de materiais, equipamentos e a mão de obra necessária para cada serviço, descumprindo o previsto no art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 (INCRA/SR-30/PA e INCRA/SR-01/PA);

9.6.3. inobservância das normas ambientais relacionadas à Licença Prévia, Autorização e Licença de Instalação de obras, contrariando os arts. 6º, inciso IX, e 12, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993 (INCRA/SR-30/PA e INCRA/SR-01/PA) ;

9.6.4. deficiência nos projetos básicos de estradas vicinais caracterizada pela ausência dos estudos técnicos preliminares referentes ao lançamento do greide e nivelamento do eixo estradal, essenciais para o cálculo dos volumes de terraplenagem para cada um dos lotes licitados, contrariando o disposto nos arts. 6º, inciso IX, e 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/1993(INCRA/SR-30/PA e INCRA/SR-01/PA);

9.6.5. impropriedades na formalização dos procedimentos licitatórios caracterizadas pela ausência de juntada aos autos respectivos dos seguintes documentos: i) extratos de publicação dos editais de licitação no Diário Oficial da União e jornal de grande circulação; ii) Anotações de Responsabilidade Técnica relativas às obras contratadas; e iii) licenças prévia e de instalação ou autorizações ambientais equivalentes referentes a todas as obras objeto de licitação e contratação(INCRA/SR-30/PA e INCRA/SR-01/PA);

9.6.6. ausência de critério objetivo e de observância do edital consistente na aceitação e classificação de propostas apresentadas com valores superiores aos custos estimados em projeto básico e posterior abertura, somente à primeira colocada, de oportunidade de oferta de redução do valor da proposta para o valor do projeto básico, contrariando o art. 48, §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.666/1993 (INCRA/SR-30/PA e INCRA/SR-01/PA);

9.6.7. ausência de justificativas técnicas para exigência nos editais de índices de liquidez, contrariando o disposto nos arts. 3º, 27, 31 e 40, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993 (INCRA/SR-30/PA); e

9.6.8. inobservância do princípio da vinculação ao edital caracterizado pela habilitação de licitante com afronta clara à cláusula editalícia, contrariando o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993(INCRA/SR-30/PA); e

9.6.9. omissão quanto à exclusão do certame licitatório de empresas pertencentes ao mesmo sócio e que apresentaram propostas com evidências de quebra de sigilo e simulação, caracterizando fraude e frustração ao caráter competitivo dos certames, violando o disposto nos artigos 3º, 6º, inciso XVI, e 90 da Lei nº 8.666/1993 (INCRA/SR-30/PA); e

9.7. declarar, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.443/1992, a inidoneidade para licitar com a Administração Pública Federal, por 5 (cinco) anos, das empresas MHC Construtora Ltda. e Planel - Lorenzoni Construtora Ltda.;

9.8. determinar o apensamento dos autos à prestação de contas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária relativa ao exercício de 2008 para exame em conjunto e confronto;

9.9. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2528-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2529/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.288/2010-8.
1.1. Apenso: 020.041/2009-4
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsável: Luiz Carlos Bueno de Lima (289.355.190-49).
4. Órgãos: Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS; Secretaria Executiva - Ministério das Cidades - MICI.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 4 (SECOB-4).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2010, no empreendimento de implantação das obras civis e da via permanente da Linha 3 do Sistema de Transporte Metroviário do Estado do Rio de Janeiro, ligando os municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Serviço de Informação sobre Fiscalização de Obras da Secob-1 (Siob) que associe a irregularidade grave com recomendação de paralisação "Impropriedades na execução orçamentária" ao TC 005.981/2011-5, para que a apresentação das medidas corretivas dessa irregularidade e sua posterior análise sejam realizadas no âmbito desse processo; e

9.2. apensar, com fundamento no inciso XV, do artigo 2º, da Resolução 191, de 21 de junho de 2006, os presentes autos ao TC 05.981/2011-5.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2529-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2530/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.678/2005-3.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame
3. Recorrentes: Ariosvaldo Nunes Cavalcante (160.573.334-20); Pedro Katusyoshi Nakayama (315.654.847-20); Júlio Augusto Miranda Filho (826.270.968-34); Emanuel Leite Borges (029.015.442-15).
4. Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT e Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia - DEVOP/RO.
5. Relator: Ministro José Jorge.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (SERUR/DT1).
8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Cezar R. de Araujo (OAB/RO 3.182), Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3.672), Fabrício da Costa Bensiman (OAB/RO 3.931), Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira Chagas (OAB/RO 4.115), Evandro Freitas de Fa-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

rias (OAB/RO 444-E), Alessandra Elaine Matuda (OAB/RO 1.713), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2.947) e José Clemente de Araújo Neto (OAB/MG 72.523-B).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Ariosvaldo Nunes Cavalcante, Pedro Katusyoshi Nakayama, Júlio Augusto Miranda Filho e Emanuel Leite Borges contra o Acórdão nº 170/2011-Plenário, por meio do qual este Tribunal rejeitou as razões de justificativa por eles apresentadas, aplicando multa de R$ 10.000,00 ao primeiro e, aos demais, multa individual de R$ 6.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se o Acórdão nº 170/2011-Plenário em seus exatos termos;

9.2. dar ciência aos recorrentes.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2530-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2531/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.787/2011-0.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessada: Cozil Equipamentos Industriais Ltda. (54.177.886/0001-72).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada a este Tribunal pela empresa Cozil Equipamentos Industriais Ltda., com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, versando sobre supostas irregularidades perpetradas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 62/2011, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina com vistas à aquisição de caldeirões autogeradores de vapor para uso no restaurante universitário, sendo seis unidades com capacidade de 500 litros e duas com capacidade de 100 litros.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar procedente a Representação;

9.2 rejeitar os argumentos apresentados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em sede de oitiva;

9.3 com base no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/92, determinar à UFSC que adote, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência, as providências necessárias à anulação do Pregão Eletrônico nº 62/2011, encaminhando ao Tribunal, no mesmo prazo, documentação que comprove o cumprimento desta determinação;

9.4 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à representante e à UFSC;

9.5 autorizar o arquivamento deste processo após as devidas comunicações.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2531-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2532/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.190/2010-3.

2. Grupo I - Classe V- Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Arita Gilda Hubner Bergmann, Carlos Henrique Casartelli, Zelionara Pereira Branco e José Carlos Ribeiro.

4. Entidades: Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria Municipal de Saúde de Carlos Barbosa, Secretaria Municipal de Saúde de Rio Grande, Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada pela Secex/RS na Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e nos Municípios de Carlos Barbosa, de Rio Grande e de Porto Alegre, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, sob a coordenação da 4ª Secretaria de Controle Externo - 4ª Secex, destinada a analisar a implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica pelos três níveis da federação, avaliando a eficiência na gestão dos recursos pelos entes estaduais e municipais e os controles realizados pelo Ministério da Saúde/MS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul que a omissão em coordenar e prestar assistência técnica aos municípios contraria as determinações contidas no inciso VII do art. 30 da Constituição Federal e no item 5.3 da Política Nacional de Medicamentos, constante da Portaria MS/GM nº 3.916 de 1998, devendo, portanto, ser efetivado o plano de ação contendo as medidas a serem empreendidas com o intuito de (a) realizar a coordenação da assistência farmacêutica básica no estado, principalmente no sentido de: prestar cooperação técnica aos municípios no desenvolvimento da sua assistência farmacêutica (orientando a elaboração de estudos de perfil epidemiológico/nosológico que subsidiem a seleção e programação de medicamentos); (b) apoiar a organização de consórcios intermunicipais de saúde destinados à prestação da assistência farmacêutica ou estimular a inclusão desse tipo de assistência como objeto de consórcios de saúde já existentes; (c) orientar e assessorar os municípios em seus processos de aquisição de medicamentos essenciais; e (d) priorizar a alocação e o desenvolvimento de recursos humanos para garantir a eficácia da gestão farmacêutica básica;

9.2. dar ciência à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre que a não elaboração do plano municipal de saúde contraria o disposto no art. 4º do Lei 8.142/1990 e, conforme o § 2º do art. 36 da Lei 8.080/1990, é vedada a transferência de recursos para as ações de saúde não contempladas no plano de saúde, salvo em situações emergenciais ou de calamidade pública;

9.3. recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:

9.3.1. elabore estudos do perfil epidemiológico/nosológico, dentro do planejamento da assistência farmacêutica do município, com vistas a orientar a seleção de medicamentos segundo as necessidades da população, efetivando a criação de uma Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), bem como ampliando a divulgação de protocolos terapêuticos e medicamentos essenciais da Remume,devidamente atualizados, nas Unidades Básicas de Saúde, de sorte que a escolha de medicamentos acompanhe os avanços tecnológicos e a diversidade e multiplicidade das alternativas terapêuticas disponíveis no mercado, com racionalização de custos;

9.3.2. estabeleça uma metodologia de programação para a aquisição de medicamentos em compatibilidade com a demanda da população, com dados sobre o consumo, demanda atendida ou não, além de informações sobre as sazonalidades e controle de estoque, incluindo dados sobre estoque mínimo, estoque máximo, ponto de equilíbrio e giro de estoque;

9.3.3. promova a adequação das condições de armazenagem de medicamentos, em consonância com o previsto nas Boas Práticas de Estocagem de Medicamentos do Ministério da Saúde;

9.4. dar ciência à Secretaria Municipal de Saúde de Rio Grande que a não elaboração do plano municipal de saúde contraria o disposto no art. 4º do Lei 8.142/1990 e, conforme o § 2º do art. 36 da Lei 8.080/1990, é vedada a transferência de recursos para as ações de saúde não contempladas no plano de saúde, salvo em situações emergenciais ou de calamidade pública;

9.5. recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Rio Grande, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:

9.5.1. crie a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), de modo a efetivar o processo de seleção dos medicamentos, segundo as necessidades da população, com elaboração de estudos sobre o perfil epidemiológico/nosológico para embasar a escolha de medicamentos, de modo que a escolha de medicamentos acompanhe os avanços tecnológicos e a diversidade e multiplicidade das alternativas terapêuticas disponíveis no mercado, com racionalização de custos;.

9.5.2. estabeleça uma metodologia de programação para aquisição de medicamentos em compatibilidade com a demanda da população, com dados sobre o consumo, demanda atendida ou não, além de informações sobre as sazonalidades e controle de estoque, incluindo dados sobre estoque mínimo, estoque máximo, ponto de pedido e giro de estoque;

9.5.3. promova a adequação das condições de armazenagem de medicamentos, em consonância com o previsto nas Boas Práticas de Estocagem de Medicamentos do Ministério da Saúde;

9.6. dar ciência à Secretaria Municipal de Saúde de Carlos Barbosa que a não elaboração do plano municipal de saúde contraria o disposto no art. 4º do Lei 8.142/1990 e, conforme o § 2º do art. 36 da Lei 8.080/1990, é vedada a transferência de recursos para as ações de saúde não contempladas no plano de saúde, salvo em situações emergenciais ou de calamidade pública;

9.7. recomendar à Secretaria Municipal de Carlos Barbosa, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:

9.7.1. estabeleça uma metodologia de programação para aquisição de medicamentos em compatibilidade com a demanda da população, com dados sobre o consumo, demanda atendida ou não, além de informações sobre as sazonalidades e controle de estoque, incluindo dados sobre estoque mínimo, estoque máximo, ponto de pedido e giro de estoque;

9.7.2. implemente a adequação das condições de armazenagem de medicamentos, em consonância com o previsto nas Boas Práticas de Estocagem de Medicamentos do Ministério da Saúde;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e nos Municípios de Carlos Barbosa, de Rio Grande e de Porto Alegre.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2532-39/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2533/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.272/2010-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Evaldo de Abreu (243.881.067-04); Hans Fernando Rocha Dohmann (834.202.317-68); Márcia Regina da Silva Freitas (598.879.407-63)

4. Entidade: Município do Rio de Janeiro - RJ.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Luiz Medeiros Rocha (OAB/RJ 139.978), Marcio Leal Alves Ferreira (OAB/RJ 138.637), Vicente de Paulo Lyra Filho (OAB/RJ 138.635), Luciana Miranda Cunha (OAB/RJ 84.519)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município do Rio de Janeiro/RJ, no exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Hans Fernando Rocha Dohmann,. Evaldo de Abreu e Márcia Regina da Silva Freitas;

9.2. determinar à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro que:

9.2.1. altere o processo de pagamento dos prestadores de serviço SUS de modo a garantir o cumprimento de todas as etapas da realização da despesa, em especial a comprovação de prestação do serviço previamente ao pagamento, nos termos do art. 63, §2º, inciso III, da Lei 4.320, de 17/03/1964;

9.2.2. efetue a designação de responsáveis devidamente qualificados, com carga horária compatível, para o acompanhamento e fiscalização das produções contratadas junto aos estabelecimentos de saúde privados de qualquer natureza, cumprindo-se o artigo 67 da Lei 8.666/93, e oriente-os acerca da necessidade de assegurar o correto atendimento à etapa de liquidação das despesas, na qual devem ser atestados somente os quantitativos comprovadamente prestados, em conformidade com o artigo 63 da Lei 4.320/1964; e

9.2.3. remeta a este Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação contendo o cronograma para a adoção das medidas necessárias à implementação das determinações acima propugnadas, com indicação dos responsáveis pela sua implementação.

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro sobre as seguintes impropriedades :

9.3.1. ausência de definição, na Lei Orçamentária Anual, das fontes de receitas que constituem o Fundo Municipal de Saúde, o que afronta o disposto no artigo 2°, §1º, inciso III, Lei nº 4.320/1964;

9.3.2. não constituição do Comitê de Gestão do Fundo Municipal de Saúde, em descumprimento ao disposto no artigo 6°, §1°, do Decreto nº 9.865, de 5 de dezembro de 1990;

9.3.3. falta de atualização, por parte dos estabelecimentos de saúde privados e filantrópicos credenciados ao Sistema Único de Saúde e contratualizados com o Município do Rio de Janeiro, dos seus registros no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), infringindo o disposto no artigo 8°, inciso I, da Portaria GM/MS nº 3.277, de 22/12/2006;

9.3.4. realização de pagamentos a estabelecimentos em débito com a Receita Federal e a Previdência Social, o que afronta o disposto nos artigos 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993; e

9.3.5. ausência de documentos nas Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e nos prontuários dos pacientes, em descumprimento ao disposto nos artigos 18, incisos X e XI, e 26, §2°, da Lei nº 8.080, de 19/9/1990, no que toca ao cumprimento das exigências estabelecidas no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, na Resolução CFM nº 1.638/2002 e na Resolução CREMERJ nº 41/1992.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. dar ciência ao Conselho Municipal de Saúde sobre a impropriedade consistente na ausência de deliberação das contas prestadas pelo gestor do Fundo Municipal de Saúde, responsável pela execução dos recursos financeiros destinados ao custeio do Sistema Único de Saúde, o que afronta o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.080/1990, no artigo 1°, §2º, da Lei nº 8.142/1990 e nos artigos 6º, inciso I, alínea b, e 9° do Decreto no 1.651/1995;

9.5. determinar à SECEX/RJ que monitore o cumprimento das determinações contidas no item 9.2 deste Acórdão; e

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2533-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2534/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.795/2011-3
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Relatório de Levantamento Operacional
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas - Seprog
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do levantamento de auditoria operacional com os propósitos de conhecer em profundidade as políticas e ações a cargo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), identificar eventos de risco e subsidiar a seleção de temas de futuras auditorias do Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 238 e 169, inciso IV, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada dos respectivos relatório e voto:

9.1.1. ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

9.1.2. ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;

9.1.3. à Ministra-Chefe da Casa Civil; e

9.1.4 ao Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;

9.2. arquivar o processo.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2534-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2535/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-012.562/2011-4
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Representante: Secex/SE
4. Unidades: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa (CNPJ 08.763.259/0001-04), Agência Norte-Sul de Pesquisa, Desenvolvimento Social e Cultural (CNPJ 91.572.941/0001-55), Associação para Organização e Administração de Eventos, Educação e Capacitação (CNPJ 04.922.709/0001-03), Agência de Tecnologia, Pesquisa e Ensino do Nordeste (CNPJ 07.093.505/0001-97), Organização para Conservação da Biodiversidade e Meio Ambiente (CNPJ 03.856.188/0001-62) e Sociedade de Apoio Sócio-Ambientalista e Cultural (CNPJ 05.550.187/0001-10).
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/SE
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre possíveis irregularidades nas transferências voluntárias feitas a organizações não governamentais no Estado de Sergipe entre os anos de 2008 e 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 237, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar constante do item 9.2. do Acórdão nº 1.205/2011 - Plenário, em razão da não confirmação dos indícios de inexistência física da Organização para Conservação da Biodiversidade e Meio Ambiente e da Sociedade de Apoio Sócio-Ambientalista e Cultural, excluindo-as da relação processual;

9.3. manter os efeitos da medida cautelar determinada no item 9.1 do Acórdão nº 1.205/2011 - Plenário, determinando ao Ministério do Trabalho e Emprego a suspensão de transferências de recursos a qualquer título às entidades União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa, Agência Norte-Sul de Pesquisa, Desenvolvimento Social e Cultural, Associação para Organização e Administração de Eventos, Educação e Capacitação e Agência de Tecnologia, Pesquisa e Ensino do Nordeste;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Superintendência Regional de Sergipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Procuradoria da República em Sergipe, à Controladoria-Geral da União e ao Departamento de Polícia Federal; e

9.5. apensar este processo ao TC 019.760/2011-6.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2535-39/11-P.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2536/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.986/2003-1.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Brilmar Zimmerman Desengrini (CPF 005.720.120-04); Genésio Bernardino de Souza (CPF 001.702.916-34); Gilson Zerwes de Moura (CPF 347.324.200-44); Kleber de Oliveira Barros (CPF 207.650.103-72); Mauricio Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34); Pedro Eloi Soares (CPF 355.429.007-63); Rômulo Fontenelle Morbach (CPF 000.110.882-49).
4. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (1ª Secex).
8. Advogados constituídos nos autos: Pedro Eloi Soares (OAB/DF 1586-A), Carlos Roberto Guimarães Marcial (OAB/DF 1.330-A); Marília de Almeida Maciel Cabral (OAB/DF 11.166), Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF 3.373), André Sá Braga (OAB/DF 11.657), Neyla Ney Teixeira Machado (OAB/PA 11.472), Luiz Henrique Borges Santos (OAB/DF 12.655), Gervásio Alves de Oliveira Júnior (OAB/MS 3.592) e Marcelo Barbosa Alves Vieira (OAB/MS 9.479), Brilmar Zimmermann Desengrini (OAB 6277/RS).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial constituída em atendimento a determinação constante do Acórdão 891/2003-Plenário, prolatado no âmbito do TC 006.399/2002-3, referente a auditoria realizada para verificar a atuação do DNER nos processos relativos a desapropriações e acordos extrajudiciais para pagamento de precatórios e ações em andamento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no § 2º do art. 3º da Resolução/TCU 178/2005, acrescido pelo art. 4º da Resolução/TCU 235/2010, em:

9.1. tornar insubsistente o subitem 9.6 do Acórdão 1.312/2005 - TCU - Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou ao Sr. Genésio Bernardino de Souza a multa prevista nos arts. 57, 58, incisos II e III, e 59 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00, considerando que o responsável faleceu antes do trânsito em julgado da referida deliberação;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis;

9.3. retornar os presentes autos à 1ª Secex para que proceda à constituição dos processos de cobrança executiva relativos ao débito e às multas remanescentes.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2536-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2537/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.635/2011-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional.
3.1. Responsável: Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00).
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (SECOB-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no âmbito do Fiscobras 2011, referente às obras de construção da BR-487/PR, entre a localidade de Porto Camargo e o Município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar ao Dnit que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.1.1. determine qual das soluções técnicas discutidas nestes autos é mais adequada para a execução da sub-base do pavimento da obra em análise (sub-base com adição de cimento ou sub-base estabilizada granulometricamente), apresentando os estudos técnicos que demonstrem a viabilidade da solução escolhida; e

9.1.2. caso venha a optar pela solução com adição de cimento (menos econômica), apresente as justificativas específicas que desaconselham a utilização da sub-base estabilizada granulometricamente;

9.2 promover a oitiva do Consórcio Momento-Iccila, responsável pelo Contrato TT 401/2011- 00, com fundamento no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, apresente esclarecimentos sobre os indícios de irregularidade relativos ao orçamento contratado com custos de mão de obra em desacordo com a metodologia do Sicro 2, com potencial de dano ao erário de R$ 629.118,18 (referente a março/2010), identificados nas obras de Construção de Trechos Rodoviários - Porto Camargo - Cruzeiro do Oeste, na BR-487/PR, conforme detalhado à peça 50, em desacordo com o art. 12, inciso III, da Lei 8.666/1993;

9.3 determinar à Secob-2 que:

9.3.1. após o Dnit apresentar suas justificativas em atenção à medida constante do item 9.1 acima, elabore, com urgência, parecer técnico conclusivo sobre a matéria; e

9.3.2. adote as providências necessárias para a reclassificação no sistema Fiscalis de IGP para IGC da irregularidade apontada no item 3.2 - projeto básico deficiente ou desatualizado -, em razão de não mais se enquadrar no art. 91, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), haja vista a redução do sobrepreço observado com a assinatura do Contrato TT 401/2011-00 com o Consórcio vencedor Momento/Iccila;

9.4 informar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves, apontados no Edital 455/2010-00, relativos aos serviços de Construção e Pavimentação na Rodovia BR487/PR, subtrecho Cruzeiro do Oeste - Guaritava (km 117,7 ao km 136,4), lote 3 do trecho 1, não mais se enquadram no art. 91, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), haja vista a redução da materialidade do sobrepreço verificada com a assinatura do Contrato TT 401/2011-00;

9.5 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Dnit e ao Consórcio Momento/Iccila;

9.6 restituir os presentes autos à Secob-2, para o prosseguimento da instrução; e

9.7 cientificar a Secob-2 para que, quando da instrução do TC 019.728/2009-8, que trata do monitoramento dos achados graves com recomendação de paralisação das obras na BR-487/PR, considere as informações ora obtidas pela equipe de auditoria a respeito do Contrato PG-143/99-00.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2537-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2538/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.626/2011-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
3.1. Responsáveis: Albertino Alves Ribeiro (CPF 992.458.257-87), Cerix Soares de Azevedo (CPF 328.776.686-49), Eduardo San Pedro Siqueira (CPF 408.811.307-10), Flávio Ferreira Fernandes (CPF 870.730.057-34), Harley Frambach de Moura Junior (CPF 011.041.667-80), Ivan Ferreira Carmo (CPF 789.044.807-44), Ivan Jose do Couto Pinna Barbosa (CPF 094.318.497-55), José Cezar Rodrigues dos Santos (CPF 461.973.977-49), João Roberto Nunes (CPF 719.251.557-49), Luiz Antonio Ferreira Neves (CPF 349.164.829-72), Mildce de Jesus Moreno de Siqueira (CPF 399.776.927-34), Milton Reynaldo Flores de Freitas (CPF 298.904.037-49), Márcio Escobar Conforte (CPF 642.807.137-15), Pablo César Benetti (CPF 717.947.947-00), Paulo Mario Ripper Vianna (CPF 937.609.907-97)
4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito do Fiscobras 2011, referente às obras de construção dos edifícios da Escola de Belas Artes, do Instituto de Matemática e do Bloco "J" do Centro de Ciências da Saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a oitiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, se manifeste acerca das seguintes ocorrências:

9.1.1. subdimensionamento do projeto básico/orçamento base da obra do Instituto de Matemática em relação aos serviços de fundação e estruturas, em desrespeito aos arts. 6º, inciso IX, 7º, § 4º, e 12 da Lei 8.666/1993, tendo em vista que, após a contratação, houve a necessidade dos seguintes acréscimos em relação aos quantitativos originalmente previstos:

9.1.1.1. alteração de 10.633kg para 160.486,70kg de "aço para armadura CA-50", representando um aumento de 1409%;

9.1.1.2. aumento de 33,56% no item "serviço de concreto estrutural usinado fck=30Mpa";

9.1.2. alteração injustificada, no orçamento base da obra do Instituto de Matemática, do tipo de fundação prevista nas plantas constantes do projeto básico, de estacas raiz para estacas pré-moldadas, em inobservância ao art. 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei 8.666/1993;

9.1.3. formalização do termo aditivo nº 02 do Contrato nº 3/2010, aumentando indevidamente o valor do ajuste em razão da execução de fundação com estacas raiz, a despeito de as plantas constantes do projeto básico da obra já preverem a execução dessa espécie de fundação, o que representou a inobservância ao disposto no item 5.8.4 do Edital nº 8/2009, da UFRJ, e a alteração indevida do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em afronta ao art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, uma vez que a empresa, ao fazer sua proposta de preços, tinha conhecimento de sua obrigação de executar o objeto conforme previsto nas plantas e desenhos constantes do Projeto Básico;

9.2. promover a oitiva da empresa Engenew Engenharia Ltda., CNPJ 01.001.193/0001-68, executora do Contrato nº 3/2010-UFRJ, com fundamento no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, se manifeste, caso seja de seu interesse, acerca da ocorrência verificada no item 9.1.3 do presente acórdão;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que adote providências em relação ao atraso injustificado das obras de construção do edifício da Escola de Belas Artes, cobrando a execução dos serviços nos prazos pactuados e aplicando as sanções administrativas cabíveis no caso de culpa da contratada, conforme previsto no Contrato nº 7/2010 e nos artigos 66 e 86 da Lei 8.666/1993;

9.4. dar ciência à Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre as seguintes constatações:

9.4.1. ausência de especificação do limite admitido para subcontratações no Edital de Concorrência nº 11/2010, contrariando o disposto no art. 72, caput, da Lei nº 8.666/1993;

9.4.2. inexistência de composição de custos unitários, com seus respectivos insumos e índices de produtividade, nos orçamentos base dos Editais de Concorrência nº 11/2010 (Escola de Belas Artes); nº 5/2009 (Bloco J do Centro de Ciências da Saúde) e nº 8/2009 (Instituto de Matemática), em inobservância ao disposto no art. 6º, incisos IX e X, e no art. 7º, § 2º, inciso II, e § 4º, da Lei 8.666/1993, bem como à Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;

9.4.3. inexistência de descrição dos serviços alterados, com acréscimos ou supressões, bem como das devidas justificativas, nos termos aditivos do Contrato nº 3/2010, contrariando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso II, e § 4º, e no art. 65, §3º, da Lei 8.666/1993;

9.4.4. inexistência dos critérios de aceitabilidade de preços unitário e global nos Editais de Concorrências nº 11/2010, nº 5/2009, e nº 8/2009, contrariando o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993;

9.4.5. substituição de engenheiro residente sem comprovação do seu acervo técnico e sem prévia aprovação do substituto pela administração contratante, contrariando o disposto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e o disposto nos Editais de Concorrência nº 5/2009 e nº 11/2009, subitens 4.5 a 4.5.3, bem como o disposto nos correspondentes contratos, Cláusula Nona, subitens 9.1.2, 9.1.19 e 9.1.44;

9.4.6. atraso na alimentação do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) a cada medição liquidada, contrariando os princípios constitucionais da eficiência e da publicidade, esculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, e o disposto na Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 198, de 18 de julho de 2005, que prevê alimentação mensal do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento SIGPlan, sucedido pelo SIMEC;

9.4.7. ausência de publicidade dos conteúdos referentes aos Anexos IV, V, VI do Edital de Concorrência nº 5/2009, contrariando o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993;

9.5. determinar à Secob-1 que verifique a adequação dos seguintes custos unitários com os preços de mercado, emitindo, em sua próxima instrução nestes autos, manifestação acerca de possível sobrepreço em razão das alterações promovidas no Contrato nº 3/2010-UFRJ:

9.5.1. itens "aço para armadura CA-50" e "serviço de concreto estrutural usinado fck=30Mpa"; e

9.5.2. serviços atinentes à execução de fundação com estacas do tipo raiz;

9.6. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Universidade Federal do Rio de Janeiro;

9.7. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que até o momento não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do §1º do art. 91 da Lei nº 12.465/2011 (LDO/2012) nos Contratos nº 117/2009-UFRJ, nº 3/2010-UFRJ e nº 7/2010-UFRJ.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2538-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2539/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.222/2011-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
3.1. Responsável: Dalton Melo Macambira (240.291.573-00).
4. Unidades: Ministério do Meio Ambiente e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - Semar/PI
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada no Ministério do Meio Ambiente e na Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, no âmbito do Fiscobras 2011, referente às obras da Avenida Margina Leste - Controle de Enchentes do Rio Poty - no Município de Teresina/PI.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que:

9.1.1. não foram implementadas pelo órgão gestor as medidas corretivas indicadas por esta Corte para sanear os indícios de irregularidades graves que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), apontados no Edital nº 02/97 e no Contrato nº 01/99, relativos à execução das obras da Avenida Marginal Leste - Controle de Enchentes do Rio Poty - em Teresina/PI, com potencial dano ao erário de R$ 7.820.632,83, e que, assim, subsistem os indícios de irregularidade e seu saneamento depende da anulação da Concorrência nº 02/97 e do Contrato nº 01/99, firmado entre o Governo do Estado do Piauí e a Construtora OAS Ltda.;

9.1.2. não foram detectados na presente fiscalização novos indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012) nas obras da Avenida Marginal Leste - Controle de Enchentes do Rio Poty - em Teresina/PI;

9.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Voto e do Relatório que o fundamentam, à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - Semar/PI e ao Ministério do Meio Ambiente;

9.3. apensar estes autos ao TC 021.023/2003-1.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2539-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2540/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-015.750/2010-8
2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsável: Hugo Sternick (CPF 296.677.716-87).
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada nas obras de adequação e duplicação da travessia urbana da BR-153/TO, no trecho de Colinas do Tocantins, objeto do PT 26.782.1457.11VD.0017 - "ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS - NA BR-153 - NO ESTADO DO TOCANTINS", como parte integrante do Fiscobras de 2010 (Fiscalização 187/2010),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Hugo Sternick;

9.2. considerar saneado o indício de irregularidade informado no item 3.1 do Relatório de Auditoria, apreciado preliminarmente pelo Acórdão 2.067/2010 - Plenário, relativo a sobrepreço no Contrato 00016/2010-23, em face de sua repactuação efetuada junto à contratada, visando à redução de valores;

9.3. enviar cópia deste acórdão ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit;

9.4. dar ciência deste acórdão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em face do interesse nestes autos, e

9.5. arquivar o processo, com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2540-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2541/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-019.901/2009-5
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Monitoramento.
3. Unidades: Ministério das Cidades, CBTU - Companhia Brasileira de Trens urbanos, CTS - Companhia de Transportes de Salvador, Consórcio Metrosal, constituído pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Siemens, Consórcio Bonfim, constituído pelas empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda., CNPJ 00.811.185/0001-14 e MPE - Montagens e Projetos Especiais, CNPJ 31.876.709/0001-89; Consórcio Ductor/Ineco/Tifsa, e empresas Engevix Engenharia; Noronha Engenharia e Promon Engenharia.
4. Interessado: Congresso Nacional.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secob-4
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento de obra - execução do trecho Lapa-Pirajá do Metrô de Salvador/BA - com recomendação de paralisação ou com retenção cautelar de pagamentos, cuja instauração foi determinada pelo Acórdão 1.884/2009-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, em:

9.1. arquivar o presente processo, em atenção ao princípio da racionalidade administrativa e ao subitem 9.8.4 do Acórdão 442/2010-Plenário.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2541-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2542/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-028.361/2011-3.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação
3. Interessado: Senador Álvaro Dias.
4. Unidade: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), vinculada à Presidência da República, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Cultura (MinC).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex/6).
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Senador Álvaro Dias acerca da utilização de suprimento de fundos e dos Cartões de Pagamento do Governo Federal CPGF), conforme dados obtidos pelo parlamentar em resposta a requisições de informações encaminhadas à Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Cultura (MinC);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. esclarecer ao Senador Álvaro Dias que:

9.2.1. o Tribunal realizou, nos últimos anos, trabalhos na área de utilização de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, consistindo em seis auditorias, sendo quatro delas em unidades vinculadas à Secretaria de Administração da Presidência da República (SA/PR) (TC-001.110/2004-0, TC-011.825/2005-2, TC-007.512/2006-0 e TC-017.054/2009-0), uma na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) (TC-005.487/2006-6) e outra que abrangeu diversos órgãos da Administração Pública Federal (TC-002.824/2008-0);

9.2.2. os trabalhos culminaram na prolação dos seguintes acórdãos do TCU: 1.783/2004, 1.246/2005, 1.829/2005, 230/2006, 470/2007, 1.564/2008, 1.688/2008, 1.276/2008, 2.514/2010 e 1.755/2011, todos do Plenário;

9.2.3. a efetividade e o resultado desses trabalhos vem sendo maximizados, complementados e atualizados quando do exame das contas anuais dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, em razão da sistemática estabelecida pelo Tribunal no sentido de exigir que as auditorias de avaliação de gestão, executadas pela Secretaria Federal de Controle Interno a cada exercício, verifiquem e se pronunciem sobre a regularidade do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal;

9.2.4. os indícios de impropriedades na utilização do CPGF na locação de veículos para utilização do Presidente da República e dos ministros titulares das unidades integrantes da Presidência, incluindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), foram objeto de exame detalhado por este Tribunal quando da prolação do Acórdão 230/2006-Plenário;

9.2.5. conforme constou do Acórdão 1.755/2011-Plenário, indícios de falhas na utilização do CPGF na locação de veículos pelo Ministério da Cultura foram levados ao conhecimento desta Corte em ocasião anterior, estando o acompanhamento da questão inserido no âmbito da fiscalização das contas anuais das unidades vinculadas à Pasta;

9.3. encaminhar ao Senador Álvaro Dias cópias dos Acórdãos 1.783/2004, 1.246/2005, 1.829/2005, 230/2006, 470/2007, 1.564/2008, 1.688/2008, 1.276/2008, 2.514/2010 e 1.755/2011, todos do Plenário;

9.4. encaminhar à Secretaria Federal de Controle Interno cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, bem como cópia, em meio digital, das peças 1 a 11 deste processo para que as informações nelas contidas subsidiem, no que for considerado cabível, as próximas verificações relativas à utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal constantes dos relatórios de auditoria de gestão anual das unidades que lhe são jurisdicionadas, conforme indicado nas decisões normativas anuais que disciplinam a organização dos processos de contas;

9.5. encaminhar à Secretaria-Adjunta de Planejamento e Procedimento, para conciliação e inclusão no Plano de Fiscalização do Tribunal, proposta de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada a avaliar a regularidade na aplicação de recursos federais utilizados para custear suprimento de fundos e gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República - SG/PR, Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, Ministério da Ciência de Tecnologia, Ministério da Cultura, na qual o período de avaliação a ser considerado leve em conta as últimas prestações contas já apreciadas dos órgãos sob enfoque, subsidiando as futuras prestações de contas.

9.6. arquivar os presentes autos com fundamento no art. 169, inciso IV, do RI/TCU.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2542-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2543/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-000.823/2011-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit no Estado de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 2ª Secob.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da consolidação dos Levantamentos de Auditoria realizados por este Tribunal, entre os meses de novembro de 2009 e junho de 2010, por meio dos quais se buscou verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas de Habitação e Saneamento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit no Estado de Santa Catarina - Dnit/SC que, caso decida pela publicação do novo edital para as obras na BR-280/SC, efetue as alterações relacionadas a seguir:

9.1.1. abstenha-se de exigir a obrigatoriedade de visita e reunião técnicas, realizada por responsável técnico da empresa interessada, o que afronta o disposto no art. 30, II, e § 1º, c/c o art. 3º, § 1º, da Lei n. 8.666/1993;

9.1.2. na hipótese de manutenção dos custos de remanejamento de serviços públicos (redes de água, comunicações e elétrica) no orçamento da licitação, adote providências no sentido de garantir o ressarcimento dos valores gastos, em desacordo com as Instruções de Serviço/Dnit ns. 06, 07 e 08, pois são de responsabilidade das respectivas concessionárias;

9.1.3. corrija o cálculo do transporte de materiais betuminosos nos Lotes 2 e 3 e o local de fornecimento do CAP tradicional e do CM-30 nos três lotes, adotando os preços indicados a seguir:

**Lote 1:**

**Tabela 1**

| Insumo | DMT utilizada (km) | | Preço correto (set/10) |
|---|---|---|---|
| | Pavimentada | Não pavimentada | |
| CAP | 87,1 | 1,0 | R$ 72,94 |
| CAP com polímero* | 87,1 | 1,0 | R$ 72,94 |
| CM-30 | 87,1 | 1,0 | R$ 65,74 |
| RR-2C* | 87,1 | 1,0 | R$ 65,74 |

**Lotes 2 e 3:**

**Tabela 2**

| Insumo | DMT utilizada (km) | | Preço correto (set/10) |
|---|---|---|---|
| | Pavimentada | Não pavimentada | |
| CAP | 70,96 | 4,24 | R$ 68,39 |
| CAP com polímero | 70,96 | 4,24 | R$ 68,39 |
| CM-30 | 70,96 | 4,24 | R$ 61,63 |
| RR-2C | 70,96 | 4,24 | R$ 61,63 |

9.1.4. retire o adicional de 10% na quantificação dos seguintes serviços de pavimentação (Lote 2): regularização de subleito, imprimação, pintura de ligação, camada de brita graduada, CBUQ, CBUQ com polímero, remoção de CBUQ, remoção de camada granular, fresagem descontínua, fresagem contínua, camada de macadame seco, fornecimento de CAP 50/70, de CAP 50/70 com polímero, de CM-30 e de RR-2C e, caso confirme a mesma irregularidade no Lote 3, proceda também à exclusão do adicional de 10% dos quantitativos desses mesmos serviços;

9.1.5. exija das projetistas o atendimento ao disposto na letra **d** do item 1.4.1.4.2 da Instrução de Serviço do Dnit n. 15, de 20/12/2006, no que se refere aos itens de serviços novos não contemplados no Sicro 2 (enfilagens tubulares - tubos Schedule e PVC e colunas de solo-cimento);

9.1.6. efetue a troca das composições do tipo "5 S" por "2 S", dos seguintes serviços: hidrossemeadura, compactação de aterros a 95% PN, compactação de aterros a 100% PN, escavação, carga e transporte de material de 1ª, 2ª e 3ª categorias, base de brita graduada e CBUQ, admitindo-se, entretanto, a redução da velocidade de ida e de volta dos caminhões previstos nos serviços, desde que devidamente fundamentado por meio de memorial justificativo próprio (Lotes 1 e 2);

9.1.7. promova estudos conclusivos acerca da viabilidade técnico-econômica da aplicação ou não da alternativa mais econômica de execução da obra com areia extraída, estudos esses que deverão contemplar as jazidas potenciais, circunvizinhas ao trecho, que não possuam licenciamento ou lavra concedida pelo DNPM; caso se indique como alternativa mais econômica a extração da areia, solicite ao DNPM o bloqueio dos direitos de lavra dos areais adjacentes à obra, nos termos do art. 7º da Portaria n. 441/CCE/DNPM (Lotes 1, 2 e 3);

9.1.8. para a quantificação de escavações e compactações a serem inseridas na planilha orçamentária, considere, no cálculo da área das seções geométricas, as primitivas de terraplenagem após as operações de desmatamento, destocamento e limpeza, conforme sugere o Manual de Implantação Básica do Dnit (Lotes 2 e 3);

9.1.9. atente, na fase de execução das obras, para a construção das cambotas metálicas e dos pés direitos no túnel de acordo com os quantitativos previstos em projeto e para o devido registro fotográfico da execução desses elementos (Lote 3);

9.1.10. atualize o projeto do Lote 3 com as especificações técnicas, detalhes e memória de cálculo do elemento construtivo "invert";

9.1.11. proceda, em relação à insuficiência de sondagens para solos moles, ao aperfeiçoamento do projeto, com novas investigações nos termos da Norma Dner-PRO n. 381/1998 e do art. 6º, inciso IX, alínea **f**, da Lei n. 8.666/1993, de modo a obter um perfil geotécnico detalhado que possibilite a precisa avaliação e quantificação dos serviços;

9.1.12. exija das projetistas, como parte do projeto básico definido no art. 6º da Lei de Licitações, as notas de serviço referentes aos serviços de terraplenagem previstos nos projetos dos Lotes 1, 2 e 3;

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, na presente fiscalização, indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011);

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Dnit, concedendo-lhe, ainda, cópia integral do presente processo, conforme solicitação indicada na peça n. 69;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2543-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2544/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-022.238/2010-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ana Maria Araujo Torres Pontes, CPF n. 089.151.214-49; Imobiliária Rocha Ltda., CNPJ n. 08.162.448/0001-13; Infortec Comércio, Serviços e Instalações Ltda., CNPJ n. 07.125.942/0001-45; João Bosco de Almeida, CPF n. 059.132.414-87; Otacílio de Souza Araújo, CPF n. 052.172.374-49; OTL Obras Técnicas Ltda., CNPJ n. 00.545.355/0001-66; Rodrigo Quental Feitosa, CPF n. 032.405.224-38; Sandra Mirelly de Souza Pereira, CPF n. 334.408.754-15 e Waldeck Stevens de Vasconcelos Egito, CPF n. 180.736.704-53.
4. Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA, Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa e Ministério das Cidades - MiCi.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 1ª Secob.
8. Advogados constituídos nos autos: Ediel Lopes Frazão, OAB/PE n. 13.497; Leonardo Oliveira Silva, OAB/PE n. 21.761; Madson Gomes Frazão, OAB/PE n. 20.784; Rodrigo Viana da Costa, OAB/PE n. 20.864; Paulo Gabriel Domingues de Rezende, OAB/PE n. 26.965 e Ludmila Torres Mathias, OAB/SP n. 216.298.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial decorrente da conversão do processo TC-000.339/2010-5 (Fiscobras 2010) que cuidou de auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema Adutor de Camevô, em Caruaru/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da presente relação processual o Consórcio Rocha/OTL, a empresa Infortec Comércio, Serviços e Instalações Ltda. e o Sr. Otacílio de Souza Araújo;

9.2. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, julgar regulares as contas do Sr. Rodrigo Quental Feitosa e da Sra. Sandra Mirelly de Souza Pereira, dando-se-lhes quitação plena;

9.3. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Waldeck Stevens de Vasconcelos Egito, João Bosco de Almeida e Ana Maria Araujo Torres Pontes, dando-se-lhes quitação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. determinar à Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa que, doravante, quando estiver lidando com verbas federais, observe os ditames da Lei n. 8.666/1993, no que tange à necessidade de o Projeto Básico possuir o nível de detalhamento ali insculpido, bem como que, em empreendimentos de grande porte seja elaborado Projeto Executivo antes de ser iniciado o procedimento licitatório;

9.5. arquivar o TC-000.339/2010-5, apenso a este processo;

9.6. dar ciência desta Deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e fiscalização do Congresso Nacional, encaminhando-lhe cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2544-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2545/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-030.336/2010-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.
3. Interessado: Márcio Fortes de Almeida, então Ministro de Estado das Cidades.
4. Órgão: Ministério das Cidades.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 1ª Secob.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Consulta formulada pelo então Ministro de Estado das Cidades, Sr. Márcio Fortes de Almeida, no tocante a vários assuntos relacionados a procedimentos a serem adotados por aquele Ministério no que concerne às descentralizações de recursos orçamentários efetivadas para entes federados, em especial aqueles liberados por intermédio da Caixa Econômica Federal - CAIXA, com pactuação de contratos de repasse ou termos de compromisso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. no tocante aos questionamentos efetuados a esta Corte de Contas que não foram abordados pelo Acórdão n. 2.099/2011-Plenário, de 10/8/2011, que conheceu da presente Consulta, responder ao consulente que, até que este Tribunal delibere acerca das conclusões do grupo de trabalho formado em atendimento ao subitem 9.1 do Acórdão n. 2.369/2011- Plenário:

9.1.1. os parâmetros a serem utilizados pelo Ministério das Cidades para análise da adequabilidade das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI adotadas nos orçamentos das obras custeadas com recursos federais devem ser, além dos referenciais contidos no subitem 9.2 do Acórdão n. 325/2007 - Plenário, estritamente para obras de linhas de transmissão de energia elétrica e de subestações, as tabelas indicadas no subitem 9.3.2 do Acórdão n. 2.369/2011- Plenário, específicas para cada tipo de empreendimento;

9.1.2. no que concerne a itens do orçamento relativos a simples aquisição de insumos e equipamentos, o Ministério das Cidades deve aplicar BDI diferenciado em relação à taxa incidente sobre itens de serviço, adotando como referências as faixas de valores indicadas no mencionado subitem 9.3.2 do Acórdão n. 2.369/2011-Plenário;

9.1.3. encontra-se no âmbito da discricionariedade dos procedimentos administrativos internos do Ministério das Cidades a operacionalização da repactuação das taxas de BDI consideradas inadequadas, após serem efetivadas as análises com base nas diretrizes contidas nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011, ambos do Plenário;

9.2. encaminhar cópia do Acórdão n. 2.369/2011-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado das Cidades e à Secretaria Federal de Controle Interno;

9.3. determinar ao Ministério das Cidades que faça uma revisão no "Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Exercícios 2010/2011", com vistas a adequá-lo aos entendimentos contidos no Acórdão n. 2.369/2011-Plenário, bem como no Relatório e no Voto que o embasaram;

9.4. informar o Ministério das Cidades que, tão logo este Tribunal delibere sobre as conclusões do grupo de trabalho a que se refere o subitem 9.1 do Acórdão n. 2.369/2011- Plenário, ser-lhe-á encaminhada cópia do Acórdão que vier a ser proferido;

9.5. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex que providencie a juntada de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao processo que será a constituído em atendimento ao subitem 9.1 do Acórdão n. 2.369/2011- Plenário, com vistas ao cumprimento do subitem 9.4 supra.

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2545-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2546/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-**003.104/2011-7**.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgãos: Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura do Estado de Roraima/RR.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/RR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Levantamento de Auditoria realizada pela Secex/RR, em cumprimento ao Acórdão n. 3.313/2010 - Plenário, no período de 14/02 a 25/03/2011, referente ao Convênio n. 2.611/2007, cujo objeto consiste na construção do Hospital das Clínicas em Boa Vista/RR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar:

9.1.1. à Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima - Seinf/RR que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento deste Acórdão, apresente ao Tribunal:

9.1.1.1. a composição analítica dos serviços previstos no orçamento da obra, com a discriminação de todos os insumos que integram as respectivas composições, indicando a unidade, o coeficiente de produtividade, o consumo e o custo unitário (com a correspondente fonte de preço);

9.1.1.2. as memórias de cálculo de todos os quantitativos dos serviços previstos nas planilhas, com os detalhamentos que se fizerem necessários para a compreensão dos serviços;

9.1.2. à Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Roraima - Sesau/RR e à Secretaria de Estado da Infraestrutura - Seinf/RR que, nos próximos certames envolvendo recursos federais, obtenham tempestivamente a licença ambiental prévia antes de elaborarem o projeto básico e de promoverem licitações de obras, a fim de que o empreendimento seja concebido e orçado levando-se em conta as medidas mitigadoras, compensatórias e/ou corretivas do meio ambiente porventura fixadas, consoante disposto no art. 6º, inciso IX, c/c o art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993 e no Acórdão n. 516/2003 - Plenário (subitem 9.2.3.1).

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2546-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2547/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 005.958/2010-5.
2. Grupo II; Classe de Assunto: VII - Solicitação.
3. Interessado: Sr. Ivan Gradowski, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR.
4. Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Paraná - Secex/PR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa expediente encaminhado pelo Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, Sr. Ivan Gradowski, com o intuito de buscar orientação acerca do cumprimento da deliberação prolatada nos autos do TC n. 012.999/2000-5, referente à Tomada de Contas Especial instaurada em nome do Sr. Everton Bahl Grabski, servidor do TRE/PR, após a apuração de débito resultante de processo administrativo disciplinar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secex/PR que altere nos sistemas pertinentes a natureza da autuação deste feito para Consulta;

9.2. não conhecer da presente Consulta encaminhada pelo Sr. Ivan Gradowski, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, porquanto não foram preenchidos os requisitos fixados no art. 264 do RI/TCU;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o sustentam, ao Sr. Ivan Gradowski, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR.

9.4. arquivar estes autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2547-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

## ACÓRDÃO Nº 2548/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 014.599/2011-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgãos: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Secretaria da Infraestrutura do Estado do Tocantins - Seinfra/TO.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 2ª Secob.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada pela 2ª Secob, no âmbito do Fiscobras 2011, em cumprimento ao Acórdão n. 564/2011 - Plenário, no período de 26/5 a 1º/07/2011, referente aos recursos repassados por meio do PT 26.782.1457.7L92.0017/2011 -"Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia na Rodovia BR-153/TO/PA, ligando as cidades de Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA."

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a oitiva do Consórcio Egesa - Cmt Araguaia, signatário do Contrato n. 243/2010, na pessoa de seu representante legal, e do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit para que, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, manifestem-se quanto aos seguintes achados de auditoria apontados no Relatório da Fiscalização n. 216/2011 que originaram indício de sobrepreço de aproximadamente R$ 77 milhões, que representa 34% do valor total contratado:

9.1.1. previsão na planilha orçamentária de quantitativos superestimados para os serviços de apoio naútico;

9.1.2. custos com mão de obra superestimados;

9.1.3. custos unitários acima do preço médio de mercado para serviços de:

9.1.3.1. fornecimento e cravação de estacas metálicas e de escavação mecânica em subsolo de 1ª, 2ª e 3ª categorias;

9.1.3.2. fornecimento e cravação de camisas metálicas de diâmetros de 1.200 mm e de 1.400 mm;

9.1.3.3. escavação mecânica no interior de camisas metálicas de diâmetros de 1.200 mm e de 1.400 mm, em subsolo de 1ª categoria;

9.1.3.4. escavação mecânica no interior de camisas metálicas de diâmetros de 1.200 mm e de 1.400 mm, em subsolo de 2ª categoria;

9.1.3.5. escavação mecânica além do interior de camisas metálicas de pino, em subsolo de 3ª categoria, nos pinos de diâmetros de 1.050 mm e de 1.250 mm;

9.1.3.6. instalação de canteiros de obras em ambas as margens do Rio Araguaia;

9.1.3.7. transporte, lançamento e posicionamento de vigas pré-moldadas com P=75TF, L=36,10 M;

9.1.3.8. fornecimento e lançamento dos concretos: C30 (Fck >=30 Mpa) A/C 0,55, C40 (Fck >= 40 Mpa) A/C < 0,45 (p/execução das vigas pré-moldadas) e submerso C30 (Fck 30 Mpa) A/C<0,55 - c/ consumo mínimo de cimento de 400 kg/m³;

9.1.3.9. mobilização de equipamento e pessoal;

9.1.3.10. fôrmas especiais metálicas para moldagem de vigas pré-moldadas;

9.1.3.11. pintura das superfícies dos blocos de coroamento expostos, da mesoestrutura (travessas de apoio) e do infradorso da superestrutura, com tinta mineral tipo cimentol ou similar;

9.1.4. deficiências detectadas no Projeto Básico quanto à falta de detalhamento das estruturas de concreto armado, insuficiência de cotações de preços para alguns itens do orçamento-base da licitação e utilização de composições unitárias cuja adequação técnica não foi devidamente atestada pelo setor especializado do Dnit (Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes - CGCIT);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. determinar à 2ª Secob que, após a análise dos elementos encaminhados em decorrência da oitiva determinada no subitem 9.1. supra:

9.2.1. efetue a conferência da adequabilidade dos quantitativos dos itens da planilha orçamentária referentes à execução das peças de concreto armado, tendo em vista que esse exame não pôde ser efetuado ante a ausência de detalhamentos no Projeto Básico;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta deliberação, encaminhe o presente processo ao Relator, com posicionamento conclusivo acerca da permanência ou não da classificação como IG-P para os achados de auditoria apontados no Relatório da Fiscalização n. 216/2011;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMPOF.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2548-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2549/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.021/2010-7.
2. Grupo I - Classe IV- Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ministério do Esporte e Caixa Econômica Federal.
3.2. Responsáveis: Alencar Julião Dias Filho (115.072.255-04) e Jaime de Oliveira Rosa (044.746.785-91).
4. Entidade: Município de Piatã/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra o sr. Jaime de Oliveira Rosa, ex-prefeito do município de Piatã/BA, em razão da paralisação de obra de construção de quadra poliesportiva, o que ensejou a impugnação dos recursos transferidos pelo Contrato de Repasse nº 0155555-73/2003/ME/CAIXA, no âmbito do Programa Esporte Solidário, celebrado entre o Ministério do Esporte, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o município;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar À Secex-BA que desentranhe a documentação original referente à tomada de contas especial e a restitua à Caixa Econômica Federal;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que promova as medidas necessárias ao saneamento desta tomada de contas especial, em estrita consonância com o que dispõe a IN TCU nº 56/2007, considerando as falhas apontadas no pronunciamento da unidade técnica (fls. 55 a 57), no parecer do MP/TCU e nesta proposta de deliberação;

9.3. autorizar as unidades técnicas a promoverem o encerramento do processo, indevidamente autuado, quando constatarem que a tomada de contas especial não foi constituída na forma prescrita no art. 4º da IN TCU nº 56/2007, devendo a documentação ser restituída à origem para regularização, nos termos do art. 4º, § 2º da mencionada norma;

9.4. determinar à Secegex que expeça as orientações que julgar necessárias ao correto cumprimento deste acórdão pelas unidades técnicas;

9.5. remeter cópia do pronunciamento da unidade técnica (fls. 55/56) e do parecer do Ministério Público junto a este Tribunal à Caixa Econômica Federal;

9.6. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2549-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2550/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.150/2010-8.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região/SC - JT.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: Marisaura Rebelatto dos Santos (OAB/SC nº 9.702); Eduardo Carlin Kilian (OAB/SC nº 13.890) e Sebastião Baptista Affonso (OAB/DF nº 788)
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região contra o Acórdão TCU nº 1968/2011-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer os embargos de declaração opostos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei nº 8.442/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;

9.3. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 39/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2550-39/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos de nºs 2557, 2558 e 2571, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

O Acórdão nº 2571, apreciado de forma unitária, consta também do Anexo IV desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou.

**RELAÇÃO Nº 38/2011 - Plenário**
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

**ACÓRDÃO Nº 2557/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, e 53 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e mandando adotar as providências sugeridas pela unidade técnica, sem prejuízo de dar ciência ao denunciante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-018.462/2009-9 (DENÚNCIA)**
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Dar ciência à Caixa Econômica Federal e à Superintendência da Caixa Econômica Federal no Maranhão para que observe, quando da elaboração de futuros editais de certames licitatórios e afins, o disposto no art. 32, § 5º, da Lei nº 8.666/1993 e jurisprudência deste Tribunal (AC 2715/2008 - Plenário), evitando a cobrança de valores que exorbitem o efetivo custo de reprodução gráfica do instrumento convocatório.
1.7. Nos termos do art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, retirar a chancela de sigilo quanto ao objeto da denúncia.

**ACÓRDÃO Nº 2558/2011 - TCU - Plenário**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143 inciso III e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e mandando adotar as providências indicadas a seguir, conforme os pareceres emitidos nos autos.

**1. Processo TC-019.817/2011-8 (DENÚNCIA)**
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagarto/SE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos.
1.7. Dar ciência ao denunciante desta decisão, encaminhando-lhe cópia das respectivas instruções;
1.8. Remeter cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para que este tome as providências que entender cabíveis.

Ata n° 34/2011 - Plenário
Data da Sessão: 21/9/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 2571/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-029.217/2009-0 (Sigiloso).
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).
3.2. Responsável: Raul Zucatto (CPF 097.085.539-72).
4. Unidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex/SC).
8. Advogados constituídos nos autos: Lincoln de Paula (OAB/SC 12.823); Jailson Laurentino (OAB/SC 14.449); Jean Maicon Gabiatti (OAB/SC 15.214) e Tércio Moreira Mourão (OAB/DF 29.816).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia versando sobre possíveis irregularidades no pagamento, por parte do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina/SC - Crea/SC, de diárias e passagens aéreas a advogado responsável por defender causa pessoal do Sr. Raul Zucatto, presidente da referida entidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, com fundamento nos arts. 234 e 235 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - Crea/SC, de que as despesas com pagamento a advogados contratados pela instituição, a qualquer título, para viabilização do patrocínio de causas em que haja interesse pessoal de seus dirigentes, não encontra amparo nos princípios dispostos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, devendo ser evitados, sob pena de responsabilização de quem a elas der causa;

9.3. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos.

9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao Crea/SC, e

9.5. arquivar o processo após ciência ao denunciante.

10. Ata n° 34/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 21/9/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2571-34/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 19 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário do Plenário
Substituto

Aprovada em 27 de setembro de 2011.

AUGUSTO NARDES
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Poder Legislativo

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PORTARIA Nº 17, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO MAIA

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" ) R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Setembro/2010 a Agosto/2011) LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | **3.069.469.992,76** | **148.374.000,00** |
| Pessoal Ativo | 2.114.821.636,26 | 98.152.000,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 954.648.356,50 | 50.222.000,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | **390.746.251,65** | **72.204.112,00** |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 39.268.820,10 | 800.000,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 15.001.503,53 | 71.404.112,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 336.475.928,02 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | **2.678.723.741,11** | **76.169.888,00** |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb) | **2.754.893.629,11** | |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | **552.733.063.000,00** |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | **0,498413** |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%) | **6.688.070.062,30** |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%) | **6.353.666.559,19** |

Fonte: Receita: STN; Despesa: SIAFI.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA
Secretário de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

## SENADO FEDERAL

### ATO Nº 188, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2011.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de setembro/2010 a agosto/2011, na forma do Anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador JOSÉ SARNEY

ANEXO

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (setembro/2010 a agosto/2011) LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 2.842.246.545,11 | 8.270.700,40 |
| Pessoal Ativo | 1.698.220.060,92 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 1.075.012.714,08 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 69.013.770,11 | 8.270.700,40 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 352.509.633,56 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 11.531.260,18 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 88.859.277,79 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 252.119.095,59 | 0,00 |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 2.489.736.911,55 | 8.270.700,40 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 2.498.007.611,95 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V) | 552.733.063.000,00 |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 0,45 |
| LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,86% | 4.753.504.341,80 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,82% | 4.532.411.116,60 |
| FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 647, de 19 de setembro de 2011. | |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
Foram computados no cálculo da despesa bruta com pessoal ativo os gastos com auxílio-creche registrados na conta 3.3.3.90.08.55, no valor de R$ 3.403.436,02, segundo o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010.
O total de "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização" é composto pelos registros nas contas 3.3.1.90.34.01, 3.3.3.90.34.01 e 3.3.3.90.92.34.
O estorno no valor de R$ 21.214.427,22 registrado no mês de dezembro/2010 na conta 3.3.1.90.34.01 refere-se à reclassificação das despesas no período de janeiro/2010 a maio/2010 e parte de junho e julho/2010 para a conta 3.3.3.90.34.01, de acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2010, de 18/06/2010.

MARCOS ANTONIO KÖHLER
Diretor Financeiro

EDUARDO TORRES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral

# Poder Judiciário

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 98, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2011, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CEZAR PELUSO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESA S EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses) LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1 8 . 529 . 142 , 76 | 705 . 762,75 |
| Pessoal Ativo | 18.529.142,76 | 705.762,75 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 18.529.142,76 | 705.762,75 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | - | - |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | |
|---|---|---|
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | - | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DE SPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | 19. 633,90 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 19.633,90 | - |
| Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados | - | - |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1 8 . 5 09 . 508 , 86 | 705 . 762,75 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP ( IV ) = (I II a + III b) | | 19 . 215 . 271 , 61 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V) | 5 52 . 733 . 063 .000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 0,0 0 3 476 % |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0, 0 0 6 000 % | 3 3 . 163 . 983 , 78 |
| LIMITE PRUDENCIAL ( parágrafo ún ico, art. 22 da LRF) - 0,0 05700 % | 31 . 505 . 784 , 59 |
| FONTE: SIAFI GERENCIAL E RESOLUÇÃO 26/2006 - CNJ | |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

HELENA YAECO FUJITA AZUMA
Diretora-Geral

GLAUCIA ELAINE DE PAULA
Secretária de Controle Interno

FERNANDO MARCONDES
Secretário-Geral

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### PORTARIA Nº 476, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 7740/2011, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b) |
|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1 63. 410 | 1 2 . 471 |
| Pessoal Ativo | 128.085 | 11.139 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 2.513 | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 125.573 | 11.139 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 35.325 | 1.332 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 181 | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 35.143 | 1.332 |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 38 . 292 | 9.732 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 2.513 | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 473 | 8.667 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 35.305 | 1.065 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1 2 5 . 118 | 2 . 739 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 1 2 7 . 857 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | VALOR |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1] | | 5 52 . 733 . 063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | | 0,02 3132 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> | 0,043969 | 2 43 . 031 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> | 0,041770 | 2 30 . 877 |

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/9/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS
Diretora-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA
Secretário de Administração

MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

### RESOLUÇÃO Nº 153, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Altera o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 2011.16.1454, na sessão realizada em 12 de setembro de 2011, que determinou a instalação, no exercício de 2012, da vara federal de Imperatriz/MA e, em contrapartida, o adiamento da instalação da vara federal de São Luís/MA para 2014, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2011, Seção 1, páginas 147 a 149.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO ARI PARGENDLER

ANEXO

Anexo da Resolução n. 153, que altera o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2010

| Região | Municípios |
|---|---|
| 1ª Região | 1. Araguaína/TO |
| | 2. Bacabal/MA |
| | 3. Belém/PA |
| | 4. Belo Horizonte/MG |
| | 5. Brasília/DF |
| | 6. Cuiabá/MT |
| | 7. Diamantino/MT |
| | 8. Guajará Mirim/RO |
| | 9. Manaus/AM |
| | 10. Paracatu/MG |
| | 11. Parnaíba/PI |
| | 12. Formosa/GO |
| | 13. Porto Velho/RO |
| | 14. São Luís/MA |
| | 15. São Luís/MA |
| | 16. Teófilo Otoni/MG |
| | 17. Teresina/PI |
| | 18. Unaí/MG |
| | 19. Uruaçu /GO |
| 2ª Região | 1. Duque de Caxias/RJ |
| | 2. Nova Iguaçu/RJ |
| | 3. Rio de Janeiro/RJ |
| | 4. São Gonçalo/RJ |
| | 5. Serra/ES |
| 3ª Região | 1. Barretos/SP |
| | 2. Itapeva/SP |
| | 3. Mauá/SP |
| | 4. Osasco/SP |
| | 5. Osasco/SP |
| | 6. Piracicaba/SP |
| | 7. Presidente Prudente/SP |
| | 8. São Paulo/SP |
| | 9. Taubaté/SP |
| 4ª Região | 1. Canoas/RS |
| | 2. Guaíra/PR |
| | 3. Itajaí/SC |
| 5ª Região | 1. Caruaru/PE |
| | 2. Fortaleza/CE |
| | 3. Fortaleza/CE |
| | 4. Fortaleza/CE |
| | 5. Juazeiro do Norte/CE |
| | 6. Monteiro/PB |
| | 7. Mossoró/RN |
| | 8. Recife/PE |
| | 9. Recife/PE |
| | 10. Sobral/CE |

Anexo da Resolução n. 153, que altera o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2011

| Região | Municípios |
|---|---|
| 1ª Região | 1. Barra do Garças/MT |
| | 2. Contagem/MG |
| | 3. Contagem/MG |
| | 4. Feira de Santana/BA |
| | 5. Goiânia/GO |
| | 6. Gurupi/TO |
| | 7. Ipatinga/MG |
| | 8. Irecê/BA |
| | 9. Jataí/GO |
| | 10. Laranjal do Jari/AP |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| | 11. Manhuaçu/MG |
| | 12. Marabá/PA |
| | 13. Montes Claros/MG |
| | 14. Muriaé/MG |
| | 15. Oiapoque/AP |
| | 16. Redenção/PA |
| | 17. São Luís/MA |
| | 18. Teixeira de Freitas/BA |
| | 19. Uberlândia/MG |
| 2ª Região | 1. Duque de Caxias/RJ |
| | 2. Itaboraí/RJ |
| | 3. Nova Iguaçu/RJ |
| | 4. Rio de Janeiro/RJ |
| | 5. Rio de Janeiro/RJ |
| 3ª Região | 1. Americana/SP |
| | 2. Campinas/SP |
| | 3. Dourados/MS |
| | 4. Jundiaí/SP |
| | 5. Lins/SP |
| | 6. Mogi das Cruzes/SP |
| | 7. Ponta Porã/MS |
| | 8. Santo André/SP |
| | 9. São Vicente/SP |
| 4ª Região | 1. Capão da Canoa/RS |
| | 2. Foz do Iguaçu/PR |
| | 3. Gravataí/RS |
| | 4. Porto Alegre/RS |
| 5ª Região | 1. Açu/RN |
| | 2. Arcoverde/PE |
| | 3. Caruaru/PE |
| | 4. Guarabira/PB |
| | 5. Itapipoca/CE |
| | 6. Jaboatão dos Guararapes/PE |
| | 7. Jaboatão dos Guararapes /PE |
| | 8. Maceió/AL |
| | 9. Pau dos Ferros/RN |

Anexo da Resolução n. 153, que altera o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2012

| Região | Municípios |
|---|---|
| 1ª Região | 1. Alagoinhas/BA |
| | 2. Belém/PA |
| | 3. Belo Horizonte/MG |
| | 4. Floriano/PI |
| | 5. Goiânia/GO |
| | 6. Imperatriz/MA |
| | 7. Itumbiara/GO |
| | 8. Ituiutaba/MG |
| | 9. Juiz de Fora/MG |
| | 10. Ji-Paraná/RO |
| | 11. Manaus/AM |
| | 12. Paragominas/PA |
| | 13. Ponte Nova/MG |
| | 14. Santarém/PA |
| | 15. Sinop/MT |
| | 16. Tefé/AM |
| | 17. Tucuruí /PA |
| | 18. Viçosa/MG |
| | 19. Vitória da Conquista/BA |
| 2ª Região | 1. Barra do Piraí/RJ |
| | 2. Campos dos Goytacazes/RJ |
| | 3. Rio de Janeiro/RJ |
| | 4. Rio de Janeiro/RJ |
| | 5. São João do Merití/RJ |
| 3ª Região | 1. Araraquara/SP |
| | 2. Bauru/SP |
| | 3. Botucatu/SP |
| | 4. Caraguatatuba/SP |
| | 5. Catanduva/SP |
| | 6. Ourinhos/SP |
| | 7. Santos/SP |
| | 8. São Paulo/SP |
| | 9. Sorocaba/SP |
| 4ª Região | 1. Carazinho/RS |
| | 2. Foz do Iguaçu/PR |
| | 3. Criciúma/SC |
| 5ª Região | 1. Arapiraca/AL |
| | 2. Fortaleza/CE |
| | 3. Garanhuns/PE |
| | 4. João Pessoa/PB |
| | 5. Juazeiro do Norte/CE |
| | 6. Limoeiro do Norte/CE |
| | 7. Mossoró/RN |
| | 8. Natal/RN |
| | 9. Patos/PB |
| | 10. Santana do Ipanema/AL |

Anexo da Resolução n. 153, que altera o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2013

| Região | Municípios |
|---|---|
| 1ª Região | 1. Balsas/MA |
| | 2. Belém/PA |
| | 3. Bom Jesus da Lapa/BA |
| | 4. Contagem/MG |
| | 5. Cáceres/MT |
| | 6. Corrente/PI |
| | 7. Cuiabá/MT |
| | 8. Cruzeiro do Sul/AC |
| | 9. Itaituba/PA |
| | 10. Janaúba/MG |
| | 11. Juína/MT |
| | 12. Montes Claros/MG |
| | 13. Palmas/TO |
| | 14. Patos de Minas/MG |
| | 15. Pouso Alegre/MG |
| | 16. São Luís/MA |
| | 17. Teresina/PI |
| | 18. Uberaba/MG |
| | 19. Vilhena/RO |
| 2ª Região | 1. Rio de Janeiro/RJ |
| | 2. Rio de Janeiro/RJ |
| | 3. Rio de Janeiro/RJ |
| | 4. Rio de Janeiro/RJ |
| | 5. São Gonçalo/RJ |
| 3ª Região | 1. Bragança Paulista/SP |
| | 2. Jaú/SP |
| | 3. Piracicaba/SP |
| | 4. São Bernardo do Campo/SP |
| | 5. São João da Boa Vista/SP |
| | 6. São José dos Campos/SP |
| | 7. São Paulo/SP |
| | 8. Taubaté/SP |
| 4ª Região | 1. Curitiba/PR |
| | 2. Erechim/RS |
| | 3. Florianópolis/SC |
| | 4. Palmeira das Missões/RS |
| | 5. Ponta Grossa/PR |
| 5ª Região | 1. Arapiraca/AL |
| | 2. Caruaru/PE |
| | 3. Estância/SE |
| | 4. Garanhuns/PE |
| | 5. Maceió/AL |
| | 6. Maceió/AL |
| | 7. Recife/PE |
| | 8. Sobral/CE |
| | 9. Sousa/PB |

Anexo da Resolução n. 153, que altera o Anexo II da Resolução n. 137, de 31 de dezembro de 2010

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2014

| Região | Municípios |
|---|---|
| 1ª Região | 1. Anápolis/GO |
| | 2. Belém/PA |
| | 3. Belo Horizonte/MG |
| | 4. Boa Vista/RR |
| | 5. Cuiabá/MT |
| | 6. Feira de Santana/BA |
| | 7. Governador Valadares/MG |
| | 8. Itabuna/BA |
| | 9. Juiz de Fora/MG |
| | 10. Porto Velho/RO |
| | 11. Poços de Caldas/MG |
| | 12. São Luis/MA |
| | 13. São Luis/MA |
| | 14. São Raimundo Nonato/PI |
| | 15. Salvador/BA |
| | 16. Uberaba/MG |
| | 17. Uberlândia/MG |
| | 18. Varginha/MG |
| 2ª Região | 1. Rio de Janeiro/RJ |
| | 2. Rio de Janeiro/RJ |
| | 3. Rio de Janeiro/RJ |
| | 4. Rio de Janeiro/RJ |
| | 5. Rio de Janeiro/RJ |
| 3ª Região | 1. Avaré/SP |
| | 2. Campinas/SP |
| | 3. Cruzeiro/SP |
| | 4. Presidente Prudente/SP |
| | 5. Ribeirão Preto/SP |
| | 6. São Paulo/SP |
| | 7. São Paulo/SP |
| | 8. Sorocaba/SP |
| 4ª Região | 1. Apucarana/PR |
| | 2. Campo Mourão/PR |
| | 3. Curitiba/PR |
| | 4. Joaçaba/SC |
| | 5. Porto Alegre/RS |
| 5ª Região | 1. Caruaru/PE |
| | 2. Fortaleza/CE |
| | 3. Fortaleza/CE |
| | 4. Itabaiana/SE |
| | 5. João Pessoa/PB |
| | 6. Limoeiro do Norte/CE |
| | 7. Mossoró/RN |
| | 8. Recife/PE |
| | 9. Serra Talhada/PE |
| | 10. Sobral/CE |

## SECRETARIA-GERAL

### DESPACHOS

Processo nº 2011161402

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação dos instrutores Alessandro Diaferia, CPF nº 149.048.918-56, valor R$ 1.118,36 (mil, cento e dezoito reais e trinta e seis centavos); Daniel Marchionatti Barbosa, CPF nº 938.936.630-53, valor R$ 1.424,48 (mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos); Germana de Oliveira Moraes, CPF nº 213.894.383-68, valor R$ 1.118,36 (mil, cento e dezoito reais e trinta e seis centavos); Marivaldo Dantas de Araújo, CPF nº 708.319.474-20, valor R$ 506,12 (quinhentos e seis reais e doze centavos); Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho, CPF nº 021.847.864-03, valor R$ 2.036,72 (dois mil, trinta e seis reais e setenta e dois centavos); Sérgio Fernando Moro, CPF nº 863.270.629-20, valor R$ 6.026,50 (seis mil, vinte e seis reais e cinqüenta centavos) e Walter Nunes da Silva Júnior, CPF nº 500.716.024-53; valor R$ 2.342,84 (dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos); no valor total de R$ 14.573,38 (quatorze mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos) para a prestação de serviços de instrutoria/tutoria, destinado a magistrados federais, do Curso sobre gestão para o funcionamento de varas criminais e de execução penal - carga horária geral de 40 horas.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2011.
MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

Processo nº 2011161412
Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, inciso I, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 43.217.850/0001-59, no valor de R$ 9.399,00 (nove mil, trezentos e noventa e nove reais), para renovação de assinatura dos periódicos: Repertório IOB de Jurisprudência, Revista Síntese de Direito Administrativo, Revista de Direito Público, Revista Brasileira de Arbitragem, IOB Online Regulatório Corporativo Anual, Revista De Direito social, Revista de Estudos Criminais e a Revista Síntese Direito empresarial; pelo período de janeiro a dezembro/2012.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2011.
MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

Processo nº 2011161413
Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, inciso I, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação da Editora NDJ LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 54.102.785/0001-32, no valor de R$ 13.580,00 (treze mil e quinhentos e oitenta reais), para renovação de assinatura do BDA - Boletim de Direito Administrativo e do BLC - Boletim de Licitações e Contratos, pelo período de janeiro a dezembro/2012.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2011.
MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício
Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

# CORREGEDORIA-GERAL
# TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

## ATOS ORDINATÓRIOS

## AUTOS FÍSICOS

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao embargado para apresentação de resposta aos Embargos de Declaração.

PROCESSO: 0018676-64.2010.4.01.3400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): REGINA MARIA SANTOS BARRETTO
PROC./ADV.: CAMILA MONTALVÃO DE ALBUQUERQUE

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao agravado para apresentação de contrarrazões ao Agravo de Instrumento dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

PROCESSO: 2005.70.53.001869-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
AGRAVATE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JOÃO CÉSAR GUIRADO
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI

## DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

## AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2010.71.52.003466-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIO DA CRUZ SILVEIRA
PROC./ADV.: LUIZ ANTONIO MULLER MARQUES OAB: RS-39 450
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional e suscitado por Claudio da Cruz Silveira com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que alterou parcialmente sentença de procedência e reconheceu a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que antecede a data de ajuizamento da ação.

Sustenta o suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal do Distrito Federal. Aduz que a contribuição previdenciária de servidor público é tributo sujeito a lançamento por homologação; portanto, o prazo prescricional aplicável é o decenal (teoria dos 5 + 5).

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Entendo estar configurada a divergência jurisprudencial.

Diante dessas considerações e da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2011.
MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.62.004420-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PEDRO DE ALCANTERA MATTOS FARIAS
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS 33.559

**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pela FAZENDA NACIONAL com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que reconheceu a inexigibilidade de imposto de renda sobre valores recebidos acumuladamente em decorrência de demanda judicial previdenciária e condenou União a restituir ao autor o montante da exação indevidamente recolhido.

Sustenta a suscitante que, uma vez reconhecida a natureza salarial dos valores recebidos judicial e administrativamente, incide imposto de renda sobre os juros moratórios.

O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal, vindo à TNU por meio de pedido de submissão.

É o relatório. Decido.

Entendo estar configurada a divergência jurisprudencial.

Diante dessas considerações e da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501922-39.2009.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FERNANDA CRISTINA TORRES DANTAS ALVES
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA OAB: SE-4191

**DECISÃO**

Verifico que a questão jurídica constante dos autos - a aplicabilidade do art. 5º do Decreto n. 2.565/1998 (que regulamentou as disposições da Lei n. 9.266/1996) e, consequentemente, a ofensa aos princípios da legalidade e da isonomia no que tange ao reconhecimento do direito à progressão funcional na carreira da Polícia Federal e a fixação de data para a incidência dos respectivos efeitos financeiros - está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0501999-48.2009.4.05.8500.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.70.50.001270-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LYDIA DE CAMPOS MARQUEZINI
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSS com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que negou provimento a recurso da autora, mantendo decisão monocrática por seus próprios fundamentos.

Sustenta a suscitante que a cota previdenciária integrante dos benefícios dos ex-ferroviários não vem sendo reajustada pela sistemática do regime geral da previdência, tendo sofrido congelamento quando atingiu o vencimento do pessoal da ativa.

O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Entendo estar configurada a divergência jurisprudencial.

Diante dessas considerações e da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de setembro de 2011.
MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA**

**AUTOS FÍSICOS**

PROCESSO: 0013283-21.2006.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZABETE MOTA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pelo INSS com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas que, ao manter sentença de procedência que acolhera pedido de concessão de auxílio-doença formulado pela requerida, determinou que o benefício fosse implantado com DIB a partir do ajuizamento da ação (8.11.2006).

Sustenta a autarquia previdenciária que a decisão combatida diverge do entendimento não só da Turma Recursal do Tocantins, mas também do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, "não havendo (...) prévio requerimento administrativo, o termo inicial do pensionamento é a data da citação da autarquia".

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Entendo estar configurado o dissídio com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Observo que há, na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, multiplicidade de recursos de mesmo objeto, razão pela qual, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão, do qual também devem ser informados, por meio de ofício, os Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2011.
MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

**PORTARIA Nº 725, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea a, e § 2º, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Des. ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 108.044 | 171 |
| Pessoal Ativo | 91.320 | 141 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 91.320 | 141 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 16.724 | 30 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 16.724 | 30 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II) | 22.023 | 158 |
| Indenizações por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 6.482 | 128 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 15.540 | 30 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 86.021 | 13 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 86.034 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1] | 468.699.862 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 0,018356 |
| LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023401 | 109.680 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,022231 | 104.197 |

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

1 - valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/09/2011.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II, do art. 35 da Lei 4.320/64.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento e Finanças

JOSÉ FERNANDO ALVES DE SOUSA
Coordenador de Controle Interno

LEONARDO HERNANDEZ SANTOS SOARES
Diretor-Geral

Des. ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

**PORTARIA Nº 546, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011, na forma do anexo a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. RUI RAMOS RIBEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em restos a pagar não-processados (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 68. 751 | 623 |
| Pessoal Ativo | 59. 876 | 516 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 59.876 | 516 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 8. 875 | 107 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 8.875 | 107 |
| Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 15. 59 4 | 273 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 7.100 | 273 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 8.494 | - |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II) | 5 3 . 158 | 350 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(IIIa + IIIb) | | 53. 507 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V) [1] | 5 52 . 733 . 063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100 | 0,0 09681 |
| LIMITE MAXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> - 0,018436 | 101 . 902 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> - 0,017515 | 9 6 .8 11 |

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/09/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. RUI RAMOS RIBEIRO
Presidente do Tribunal

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral

NILSON FERNANDO GOMES BEZERRA
Secretário de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### PORTARIA Nº 241, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 2º quadrimestre de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Des. KILDARE CARVALHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | **319.507** | **8.295** |
| Pessoal Ativo | 265.418 | 7.931 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Orgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Orgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 265.418 | 7.931 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 54.089 | 364 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Orgão) | 130 | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Orgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 53.959 | 364 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | **60.010** | **820** |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 6.026 | 520 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 53.984 | 300 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II ) | **259.497** | **7.475** |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | **266.972** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1] | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 0,048300 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,076116% | 420.718 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,072310% | 399.681 |

FONTE: SIAFI - Mês de Agosto/2011(fechado) e COFIC/SOF/TSE.

[1] Valor divulgado pela Portaria STN nº 647/11 de 19/09/2011.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Na Despesa Bruta com Pessoal estão computados R$ 36.001 mil concernentes à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias). Desse valor, R$ 35.703 mil referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB.0031 (Contribuição Previdenciária da União).

MARIA LEONOR ALMEIDA BARBOSA
Secretária de Orçamento e Finanças

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Secretário de Controle Interno e Auditoria

ELIZABETH REZENDE BARRA
Diretora-Geral

Des. KILDARE CARVALHO
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

### PORTARIA Nº 12.218, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e §2 do art.55 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art.1 Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º Quadrimestre de 2011, na forma do Anexo I.

Art.2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Em exercício

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea a) R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 95.988 | 861 |
| Pessoal Ativo | 79.824 | 861 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 79.824 | 861 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 16.165 | - |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 16.165 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1o do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1o do art.19 da LRF) (II) | 21.317 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 5.374 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 15.943 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 74.671 | 861 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)= (III a + III b) | 75.532 | |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) 1 | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100 | 0,013665 |
| LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - <%> 0,026841 | 148.359 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - <%> 0,025499 | 140.941 |

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

1 Valores referentes à Portaria STN nº. 647de 19/9/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

FRANCISCO VALENTIM MAIA
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SAMUEL CARVALHO MARINHO
Secretário de Controle Interno e Auditoria
Em exercício

SOLANGE MACIEL CARVALHO
Diretora-Geral

Des. LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Presidente do Tribunal
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

### PORTARIA Nº 69, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e § 2° do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° - Publicar o Relatório do Segundo Quadrimestre de Gestão Fiscal do exercício de 2011, desta Corte, constituído de um anexo.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MANOEL SOARES MONTEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 89.904 | - |
| Pessoal Ativo | 79.202 | - |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Orgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 79.202 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 10.702 | - |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Orgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista | 10.702 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 19.751 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 9.609 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 10.142 | - |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 70.153 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb) | | 70.153 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)[1] | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | 0,012692 |
| LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,022319 | 123.364 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,021203 | 117.196 |

FONTE: SIAFI2010/2011, COFIC/SOF/TSE E SECON/COF/TRE-PB
1Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/09/2011.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.

Nome: Des. MANOEL SOARES MONTEIRO
Cargo: Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Nome: RANULFO LACET VIÉGAS DE ARAÚJO
Cargo: Secretário de Administração e Orçamento do TRE/PB

Nome: ANA EMÍLIA TAIGY DE MEDEIROS E QUEIROZ MELLO
Cargo: Coordenadora do Controle Interno do TRE/PB

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

### PORTARIA Nº 932, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 143.700 | 4.443 |
| Pessoal Ativo | 117.252 | 4.443 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 1.695 | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 115.558 | 4.443 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 26.448 | 0 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 53 | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 26.395 | 0 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1.º do art.18 da LRF) | 0 | 0 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1.º do art. 19 da LRF) (II) | 28.158 | 0 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0 | 0 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 1.695 | 0 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 59 | 0 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 26.405 | 0 |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 115.542 | 4.443 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP (IV) = (IIIa +IIIb ) | | 119.985 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1] | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 0,021708 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - % 0,043852 | 242.385 |
| LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único do art.22 da LRF) - % 0,041659 | 230.263 |

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
[1] Valor referente à Portaria STN n.º 647 de 19 /09/2011.
NOTA:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

MÔNICA PESSOA SOARES SPREAFICO MONTEIRO
Secretária de Controle Interno

Des. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### PORTARIA Nº 673, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. VIVALDO OTÁVIO PINHEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 77.675 | 583 |
| Pessoal Ativo | 61.870 | 58 3 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 61.870 | 583 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 15.806 | - |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 15.806 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 16.373 | 14 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 610 | 14 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 15.763 | - |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | |
|---|---|---|
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 61.302 | 570 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | 61.872 | |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | VALOR |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V) [1] | | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | | 0,011194 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) <%> | 0,024545 | 135.668 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) <%> | 0,023318 | 128.886 |

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - Valores ref . Portaria STN nº 647 de 19/09/11

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. VIVALDO OTÁVIO PINHEIRO
Presidente do Tribunal
Em exercício

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Diretora-Geral
Substituta

FRANCISCO ANDRADE DE FREITAS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Secretária de Administração e Orçamento

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

### PORTARIA Nº 252, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Desembargador Sérgio Torres Paladino, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SÉRGIO TORRES PALADINO

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 105.503 | 3.992 |
| Pessoal Ativo | 81.972 | 3.894 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 81.972 | 3.894 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 23.530 | 99 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 23.530 | 99 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 DA LRF) (II) | 25.383 | 3.992 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 5.532 | 3.992 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 19.851 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 80.120 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 80.120 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1] | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100 | 0,014495 |
| LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,034894 | 192.871 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,033149 | 183.225 |

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
[1] Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/9/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei n. 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei n. 4.320/64.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDUARDO CARDOSO
Secretário de Administração e Orçamento

ELTON CARIONI CARSTEN
Coordenador de Controle Interno
Substituto

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Des. SÉRGIO TORRES PALADINO
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

### ATO Nº 453, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARGADOR WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2011, na forma do Anexo.

Des. WALTER DE ALMEIDA GUILHERME

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 426.410 | 19.150 |
| Pessoal Ativo | 326.813 | 17.273 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 326.813 | 17.273 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 99.597 | 1.877 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 99.597 | 1.877 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 118.667 | 12.751 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 25.501 | 11.112 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 93.166 | 1.638 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 307.743 | 6.400 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 314.143 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1] | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | 0,056834 |
| LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) - <%> 0,109462 | 605.033 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -<%> 0,103989 | 574.782 |

FONTES: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
[1]Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/9/2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

São Paulo, 26 de setembro de 2011.
Des. WALTER DE ALMEIDA GUILHERME
Presidente do Tribunal

CARLOS YUKIO FUJIMOTO
Secretário de Orçamento e Finanças
Substituto

MAGALY SILICANI CARDOSO
Secretária de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

### PORTARIA Nº 406, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011, constante no demonstrativo anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCO VILLAS BOAS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 45.150 | 217 |
| Pessoal Ativo | 42.514 | 217 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 42.514 | 217 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.636 | - |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 2.636 | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 4.380 | 217 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.209 | 217 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 2.172 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 40.770 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 40.770 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1] | 552.733.063 |
| % da DESEPSA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100 | 0,00 7376 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> 0,012419 | 68.644 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,011798 | 65.211 |

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº. 647 de 19 de Setembro de 2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. MARCO VILLAS BOAS
Presidente do Tribunal

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor-Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

LUCIANO GOMES GONÇALVES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

### PORTARIA Nº 1.096, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2010 a Agosto/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Set/10 a Ago/11) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.326.068.772,04 | 2.628.129,71 |
| Pessoal Ativo | 1.078.553.251,04 | 2.059.717,31 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 53.915.780,54 | |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | | |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 1.024.637.470,50 | 2.059.717,31 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 247.515.521,00 | 568.412,40 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 8.794.358,96 | |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | | |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 238.721.162,04 | 568.412,40 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art.18 da LRF) | | |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 273.416.172,55 | 2.628.129,71 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 22.772.099,61 | |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Despesas de Exercícios Anteriores | | 15.791.490,72 | 2.628.129,71 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | 234.852.582,22 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | 1.052.652.599,49 | 0,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 1.052.652.599,49 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | VALOR | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | | 552.733.063.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | | 0,190445% | |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 0,275000% | 1.520.015.923,00 | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 0,261250% | 1.444.015.127,00 | |

FONTE: SIAFI; Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010; Portaria STN nº 647/2011, que divulga a Receita Corrente Líquida; e Decreto nº 3.917/2011, que estabelece os limites para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127, 331909129, 331909131 e 331909291.
3) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de setembro a dezembro/10, excluindo-se desses as vinculadas às fontes 156/169.
4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 156/169.

FÁTIMA OBARGE DE BRITO
Secretária de Recursos Orçamentários e Financeiros
Substituta

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Secretária de Controle Interno

GUILHERME DE SOUSA JULIANO
Secretário-Geral

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
2ª REGIÃO

### ATO Nº 15, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar o quadro "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

Des. NELSON NAZAR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (últimos 12 meses) Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.333.804 | 6.404 | 1.340.208 |
| Pessoal Ativo | 922.796 | 5.658 | 928.454 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 922.796 | 5.658 | 928.454 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 411.008 | 746 | 411.754 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | 432 | - | 432 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 410.576 | 746 | 411.322 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 444.065 | 5.133 | 449.198 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 39.845 | 5.133 | 44.978 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 404.220 | - | 404.220 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 889.739 | 1.271 | 891.010 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 552.733.063 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100 | | 0,160971% | 0,000230% | 0,161201% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,365117% | | | 2.018.122 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0,346861% | | | 1.917.216 |

FONTE: SIAFI e SCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações externas (Destaques) a seguir indicadas:
a) Precatórios da Administração Direta, classificadas no item de despesa 33190.91.05, no valor de R$ 8.443 (em milhares),
b) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item 33190.91.06, no montante de R$ 2.742 (em milhares), e
c) Precatórios da Administração Indireta, classificado no item de despesa 33190.91.07, no montante de R$ 16.078 (em milhares).

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

Des. NELSON NAZAR
Presidente do Tribunal

LUÍS ALBERTO DAGUANO
Diretor Geral da Administração

ELISABETE MITIE ONO
Diretora da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira
Substituta

RITA KOTOMI YURI
Diretora da Secretaria de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## 6ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 84, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2011, na forma constante do anexo.

Des. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 084/2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS SET/2010 A AGO/2011 | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a)+(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 476.741 | 1.636 | 478.377 |
| Pessoal Ativo | 354.374 | 1.276 | 355.650 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | 1 | 0 | 1 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta | 0 | 0 | 0 |
| Demais despesas com Pessoal Ativo | 354.374 | 1.276 | 355.649 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 122.367 | 360 | 122.727 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta | 0 | 0 | 0 |
| Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 122.367 | 360 | 122.727 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0 | 0 | 0 |
| (-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 133.396 | 660 | 134.057 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0 | 0 | 0 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 1 | 0 | 1 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 12.978 | 660 | 13.638 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 120.418 | 0 | 120.418 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 343.345 | 976 | 344.320 |
| **APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL** | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 552.733.063 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (V) = (III c /IV) * 100 | 0,062118% | 0,000176% | 0,062294% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152620% | | | 843.581 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144989% | | | 801.402 |

FONTE: SIAFI e SERVIÇO DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) R$ 426.765 (Em milhares) e R$ 12.522 (Em milhares) referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente na UO 71103.

3) No período foi pago o valor de R$ 410 (Em milhares) a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques).

4) Não houve, no período de janeiro a agosto de 2011, cancelamento de RAP não processados referente ao Grupo de despesa 1.

Des. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

## 9ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 105, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO - PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 25 do Regimento Interno, e do contido no Memorando nº 105/2011, do Serviço de Contabilidade e Orçamento, resolve determinar a publicação do anexo relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro/2010 a agosto/2011, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Des. NEY JOSÉ DE FREITAS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 562.055 | 4.501 | 566.556 |
| Pessoal Ativo | 467.154 | 2.390 | 469.544 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 467.154 | 2.390 | 469.544 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 94.901 | 2.111 | 97.012 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 94.901 | 2.111 | 97.012 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0 | 0 | 0 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II) | 119.951 | 4.501 | 124.452 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 743 | 0 | 743 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 31.521 | 4.501 | 36.022 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 87.687 | 0 | 87.687 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 442.104 | 0 | 442.104 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V)=(IIIc/IV)x100 | 0,079985% | 0,000000% | 0,079985% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,115872% | | | 640.463 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,110078% | | | 608.440 |

FONTE: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas liquidadas com Precatórios:

a) Precatórios da Administração Direta: R$ 7.969.185,36;

b) Precatórios referentes a Sentenças de Pequeno Valor: R$ 9.250.427,45;

a) Precatórios da Administração Indireta: R$ 5.859.506,14.

3) Não houve no período de janeiro a agosto de 2011 cancelamento de RP não processados referente a Despesas com Pessoal.

Des. NEY JOSÉ DE FREITAS
Presidente do Tribunal

HILMA MARIA WIELEWSKI
Ordenadora da Despesas

MÁRIO LUIS KRUGER
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Substituto

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

## 10ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 8, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 5381/2011, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

Des. RICARDO ALENCAR MACHADO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c)=(a)+(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 341.936 | 965 | 342.901 |
| Pessoal Ativo | 262.837 | 358 | 263.194 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 262.837 | 358 | 263.194 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | 79.0990 | 607 | 79.707 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta | | 79.099 | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | | | 607 | 79.707 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | | 0 | 0 | 0 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | | 84.772 | 834 | 85.606 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | 0 | 0 | 0 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | | 12.602 | 822 | 13.424 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | 72.171 | 12 | 72.182 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | 257.164 | 131 | 257.295 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 552.733.063 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100 | | 0,046526% | 0.000024% | 0.046550% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0.104329% | | | 576.661 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0.099113% | | | 547.828 |

FONTE: SIAFI GERENCIAL -CDCAN/SEORF/TRT 10ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados,consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 4.363.087,59 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R$ 77.302,20.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 3.958.364,92 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R$ 495.934,11.

4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 1.171.406,39.

5) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R$ 39.838.454,67 correspondem a contribuição patronal para o RPPS e R$ 176.441,28 a contribuições previdenciárias ao INSS.

6) O montante na conta 19514.02.00 - Outros cancelamentos de RP, no Grupo de Despesa 1, no período de janeiro a agosto/2011, é de R$ 357.237,14.

Des. RICARDO ALENCAR MACHADO
Presidente do Tribunal

SÉRGIO LUIZ BARBOSA VARGAS
Diretor-Geral Administrativo

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS
Ordenador de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Diretor de Controle Interno

## 19ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 1.122, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do Art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.309 de 09 de Agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

DESª VANDA MARIA FERREIRA LUSTOSA

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1 1 3.672 | 661 | 1 1 4.333 |
| Pessoal Ativo | 102.804 | 403 | 103.207 |
| Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão) | | | - |
| Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta) | | | |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 102.804 | 403 | 103.207 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 10.868 | 258 | 11.126 |
| Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão) | | | - |
| Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta) | | | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 10.868 | 258 | 11.126 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF) (II) | 1 3.597 | 542 | 1 4.139 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 4.356 | 534 | 4.890 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 9.241 | 8 | 9.249 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 100.075 | 119 | 100.194 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)* 100 | 0,01 8105 % | 0,0000 2 2 % | 0,0 1 8127 % |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> 0,037725% | | | 208.519 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,035839% | | | 1 98.093 |

Fonte: SIAFI 2010 E 2011 - SCAN/SOF - TRT 19ª REGIÃO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas

inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com precatório com administração direta: despesas liquidadas R$ 335 mil.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV): despesas executadas R$ 31 mil.

4) O valor referente a destaques recebidos para pagamento de precatórios da administração indireta foi de R$ 59 mil.

5) Do montante de R$ 661 mil inscritos em restos a pagar, foi cancelado o total de R$ 34 mil.

Desª VANDA MARIA FERREIRA LUSTOSA
Presidente do Tribunal

GUILHERME ANTÔNIO FEITOSA FALCÃO
Ordenadora de Despesas

ANARDINO JOSÉ CANCIO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

SHEILA SANTOS ROLIM
Diretora do Serviço de Controle Interno

## 20ª REGIÃO

### ATO Nº 145, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve,

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 c/c 55, I, "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a esta Portaria.

JORGE ANTÔNIO ANDRADE CARDOSO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c)=(a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 98.548 | 172 | 98.720 |
| Pessoal Ativo | 89.088 | 168 | 89.256 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 89.088 | 168 | 89.256 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 9.460 | 4 | 9.464 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | -1 | 0 | -1 |
| Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 9.461 | 4 | 9.465 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF) | 0 | 0 | 0 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art 19, §1º da LRF) (II) | 15.659 | 160 | 15.819 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0 | 0 | 0 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 7.229 | 156 | 7.385 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 8.430 | 4 | 8.434 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 82.889 | 12 | 82.901 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 552.733.063 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100 | 0,014996% | 0,000002% | 0,014998% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,026889% | | | 148.624 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,025545% | | | 141.193 |

FONTE: SIAFI E SOF/TRT 20ª REGIÃO-SE

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) O valor das despesas no período com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) Unidade Orçamentária 71103: despesa liquidada R$ 1.038.315,72.

4) O valor das despesas no período com Sentenças de Pequeno Valor executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) Unidade Orçamentária 71103: despesa liquidada R$ 454.508,98.

5) Não houve despesas no período relativas a destaques recebidos para pagamento de Precatórios da Administração Indireta.

6) No campo "Demais despesas com pessoal ativo" está incluída a importância de R$ 12.709.387,96 relativa a CPSSS patronal.

7) No campo "Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)", elemento de despesas 3.3.1.90.91, o valor negativo refere-se à anulação de despesa concernente à devolução de Gratificação Natalina efetuada por meio da Nota de Sistema nº 2010NS002864, de 30.11.2010.

Aracaju, 26 de setembro de 2011.
Des. JJORGE ANTÔNIO ANDRADE CARDOSO
Presidente do Tribunal

ARY DA SILVA FONSECA
Ordenador de Despesa

MARCUS VINÍCIUS RESI DE ALCÂNTARA
Secretário de Controle Interno

AÉLIO FÁBIO OLIVEIRA DE AMORIM
Secretário de Orçamento, Finanças e Pagamento de Pessoal
Substituto

## 21ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 533, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2010 a agosto/2011, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. RONALDO MEDEIROS DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 138.770 | - | 138.770 |
| Pessoal Ativo | 122.826 | - | 122.826 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais despesas com Pessoal Ativo | 122.826 | - | 122.826 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 15.944 | - | 15.944 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 15.944 | - | 15.944 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 19.863 | - | 19.863 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 5.477 | - | 5.477 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 14.386 | - | 14.386 |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 118.907 | - | 118.907 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | | 0,021513% | 0,000000% | 0,021513% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,038802% | | | 214.471 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,036862% | | | 203.748 |

FONTE: SIAFI/2010 e 2011 E SECAN/SOF/TRT21

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas Liquidadas com Precatórios da Adm. Direta, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R$ 4.982.383,28.

3) Despesas Liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R$ 540.370,25.

4) Despesas Liquidadas com Precatórios da Adm. Indireta: R$ 30.441.102,03.

5) Do total das Despesas com Pessoal Ativo, R$ 18.692.630,14 referem-se a Contribuição Patronal.

Des. RONALDO MEDEIROS DE SOUZA
Presidente do Tribunal

TAREJA CHRISTINA SEABRA DE FREITAS MEDEIROS
Ordenadora de Despesas

JAIRO DE LIMA DANTAS
Assessor de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

FRANCISCO ERIVALDO ARAÚJO DO NASCIMENTO
Diretor do Serviço de Pagamento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## 23ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 2.970, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Publica Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, observado o disposto no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria n. 249, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 30/04/2010, que aprovou a 3ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, resolve:

Publicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro/2010 a agosto/2011, na forma do Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

OSMAIR COUTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 132.246 | - | 132.246 |
| Pessoal Ativo | 119.901 | - | 119.901 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais despesas com Pessoal Ativo | 119.901 | - | 119.901 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 12.345 | - | 12.345 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 12.345 | - | 12.345 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 13.747 | - | 13.747 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.998 | - | 2.998 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 10.749 | - | 10.749 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 118.499 | - | 118.499 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 552.733.063 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | | 0,021439% | 0,000000% | 0,021439% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,034312% | | | 189.654 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,032596% | | | 180.171 |

FONTE: SIAFI - DICONT/SEAOF/TST

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 59.411,35.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 302.125,25.

3) Despesa Liquidadas de Precatórios da Administração Indireta: R$ 281.354,47.

NEY MUSSA DE MORAES
Analista Judiciário
Contador - CRC/MT - 001227/02

ROBERTO ANACLETO DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

MARCO ANTONIO DE ALMEIDA BARROS
Secretário de Auditoria e Controle Interno

ÉRCIO DE ARRUDA LINS
Ordenador de Despesas

Des. OSMAIR COUTO
Presidente do Tribunal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## 24ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 582, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF-ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | TOTAL |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 127.023 | - | 127.023 |
| Pessoal Ativo | 117.522 | - | 117.522 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 117.522 | - | 117.522 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 9.501 | - | 9.501 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão) | 122 | - | 122 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 9.379 | - | 9.379 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 13.185 | - | 13.185 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 10 | - | 10 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 4.376 | - | 4.376 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 8.799 | - | 8.799 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 113.838 | - | 113.838 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 552.733.063 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100 | 0,020595% | - | 0,020595% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,036802% | | | 203.417 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,034962% | | | 193.246 |

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Despesa com o cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - SPV, executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 152.189,84.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

ALENCAR MINORU IZUMI
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

SELZO MOREIRA FERNANDES
Diretor do Serviço de Controle Interno

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA
Presidente do Tribunal

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

### SESSÃO PLENÁRIA Nº 7/2011
(Gestão 2010/2012)

### DECISÕES DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

JULGAMENTO DE PROCESSOS

1 - Processo-COFECI nº 1843/2010. Recte: MÁRCIO DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para conceder a inscrição pleiteada. 2 - Processo-COFECI nº 955/2009. Recte: FERNANDO SIMÕES COLATTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para conceder a inscrição pleiteada. 3 - Processo-COFECI nº 1651/2009. Recte: CLAUDINEI DONISETI DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para conceder a inscrição requerida. 4 - Processo-COFECI nº 1967/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I. ACYR LUZIO VARELLA-CRECI 58828, face a problemas de saúde. (Estado de penúria e cardíaco). decisão: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 5 - Processo-COFECI nº 1961/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I. SÔNIA TAKEDA MORIWAKE-CRECI 64648, face a problemas de saúde. (Colesterol, trigliceris, cardíaca e articulações gastas dos joelhos - aposentada/idade). decisão: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 6 - Processo-COFECI nº 1968/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I. ANTONIO JOSÉ DA SILVEIRA-CRECI 23220, face a problemas de saúde. (Estado de penúria e idade avançada). decisão: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 7 - Processo-COFECI nº 1965/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I. LUIZA TERSARIOL COUTO-CRECI 5317, face a problemas de saúde. (Estado de penúria, hipertireoidismo, hipertensa, incontinência urinária e aposentada por invalidez). Decisão: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 8 - Processo-COFECI nº 1496/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I. JORGE RODRIGUES MADURO-CRECI 8490, face a problemas de saúde. (AVC, transplante de córnea, próstata, diabético, colesterol, tireóide e depressivo). Decisão: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

## CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

### DECISÃO Nº 149, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza Aberturas de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento para o exercício de 2011, no valor de R$3.904.084,12.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em conjunto com o Primeiro-Secretário, nos termos do estatuído na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, tendo em vista o que consta na letra "b", inciso VII, do art. 22, c/c com o inciso XII, do art. 23, do Regimento Interno do COFEN, aprovado pela Resolução COFEN nº 242/2000, de 31 de agosto de 2000;

Considerando, o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64;

Considerando o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais aprovado pela Resolução COFEN 340/2008;

Considerando, a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

Considerando, a urgência na adoção de providências na esfera orçamentária e financeira;

Considerando ainda, a faculdade delegada ao Presidente do COFEN, constante no inciso XVIII, do art. 23, do Regimento Interno da Autarquia, no inciso I do artigo 24 da Resolução 340/2008 em conjunto ao artigo 4º da Decisão COFEN 088/2009;

Considerando, por último, o que consta ao Orçamento para o presente exercício, nos Quadros Demonstrativos, decide:

Art. 1º Autorizar as Aberturas de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$3.904.084,12 (Três Milhões, Novecentos e Quatro Mil, Oitenta e Quatro Reais e Doze Centavos);

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos alterados, são os provenientes de:

a) Anulação de despesa do exercício corrente no valor de R$3.904.084,12 (Três Milhões, Novecentos e Quatro Mil, Oitenta e Quatro Reais e Doze Centavos), nos termos preceituados no artigo 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/1964.

Art. 3º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão os quadros demonstrativos da Despesa e da Receita modificados em face da presente decisão.

Art. 4º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, não altera do valor de R$75.682.465,00.

Art. 5º Os efeitos da presente Decisão produzirão efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

### ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6241-196/2007 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 0365/2004). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo recorrente, reformando a decisão da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que absolveu o recorrido, para aplicar-lhe a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 09 de junho de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9311-245/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 890/2003). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) RENATO MOREIRA FONSECA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0119/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6.520-125/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer o recurso interposto pela apelante e acatar a preliminar de bis in idem, declarando a extinção do PEP sem análise do mérito, por tratar-se de matéria já julgada, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) CACILDA PEDROSA DE OLIVEIRA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2909/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 65/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 45 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação ao artigo 6º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; FREDERICO HENRIQUE DE MELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3286/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6068-159/2004). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 62 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 37 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; RENATO MOREIRA FONSECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4207/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 11/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 60, 65, 86, 94 e 113 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 35, 40, 58, 64 e 82 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º, 4º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) FREDERICO HENRIQUE DE MELO, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4724/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6575-154/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo primeiro apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), e em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela segunda apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) EDEVARD JOSÉ DE ARAÚJO, Presidente da Sessão; LUIZ NÓDGI NOGUEIRA FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4896/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 023/2003). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 33, 35, 38, 45 e 110 do Código de Ética Médica, (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 7º, 10, 17 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração aos artigos 30 e 44 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e extinguindo a punibilidade em relação ao artigo 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5641/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1243/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos em conhecer o recurso interposto pelo apelante e, por maioria de votos, acatar a preliminar arguida de cerceamento de defesa, declarando a nulidade do julgamento aviado pelo Conselho Regional de origem, nos termos do voto divergente do Conselheiro Renato Moreira Fonseca. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; RENATO MOREIRA FONSECA, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6221/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 5836-485/2003). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer o recurso interposto pelo apelante e acatar a preliminar argüida, declarando a nulidade do julgamento aviado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, com a consequente prescrição da pretensão punitiva do apelante, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6854/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 5203-563/2002). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigo 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º, 4º e 5º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de junho de 2011. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8077/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 37/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica, (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8553/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6225-316/2004). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado"", para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM n º 1.246/88, DOU 26.01.1988) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; RENATO MOREIRA FONSECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8554/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6831-413/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, sendo o 1º Apelante por infração ao artigo 79 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 50 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e o 2º Apelante, por infração aos artigos 33, 39 e 79 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 5º, 11 e 50 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE V. VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; JECÉ FREITAS BRANDÃO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9853/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1.473/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 44 e 142 do Código de Ética Médica, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10.116/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 1716/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 42 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º e 14 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; JECÉ FREITAS BRANDÃO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10.478/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 5.764-413/2003). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 5º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 08 de junho de 2011. (data do julgamento) LUIZ NÓDGI NOGUEIRA FILHO, Presidente da Sessão; EDEVARD JOSÉ DE ARAÚJO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10050-273/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 10/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; FREDERICO HENRIQUE DE MELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0559/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 99171/2004). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer os recursos interpostos, dando provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciante e negando provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou à apelante/denunciada a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, agravando para a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d", do artigo 22, do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 29 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e mantendo a decisão do Conselho a quo em relação ao apelado, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; DESIRÉ CARLOS CALLEGARI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4364/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1296/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e extinguindo a punibilidade em relação ao artigo 2º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO GONÇALVES PINHEIRO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6228/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1268/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3,268/57, por infração aos artigos 29, 42, 124 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 14, 102 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6427/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 02/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) cujos fatos também estão respectivamente previstos nos artigos 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) FREDERICO HENRIQUE DE MELO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6637/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 14/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) FREDERICO HENRIQUE DE MELO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6638/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 17/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 116 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previsto no artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator ad hoc. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO GONÇALVES PINHEIRO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator ad hoc.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9845/2010- ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7263-321/2006). Vistos, relatados e discutidos os pre-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 5º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) GERSON ZAFALON MARTINS, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9954/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 0004/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 38, 45 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 10, 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10430/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7172-231/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 DIAS", prevista na letra "d", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 42 e 124 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 14 e 102 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1671/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6.567-143/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos 1º e 2º apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, abrandando para a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22, do mesmo dispositivo legal, nos termos do voto divergente do Conselheiro Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, por unanimidade por infração aos artigos 44, 124 e 125 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 21, 102 e 103 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º, 4º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator; por unanimidade de votos em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo 3º apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 44, 124 e 125 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988); e por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela 4ª apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c", do artigo 22, do mesmo dispositivo legal citado, por infração aos artigos 44, 124 e 125 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 21, 102 e 103 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º, 4º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) RENATO MOREIRA FONSECA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Voto Divergente

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2260/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 0078/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU os apelados, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 13 de julho de 2011. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4457/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Sindicância nº 82/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, negar provimento ao recurso interposto pela apelante, extinguindo a possível punibilidade em relação ao artigo 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) ELIAS FERNANDO MIZIARA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10.409/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 138/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7981/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 42.960/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29, 57, 59 e 60 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32, 34 e 35 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ELIAS FERNANDO MIZIARA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8383/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância nº 0394/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8580/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 0399/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8647/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 153.614/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; LUIZ CARLOS BEYRUTH BORGES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8696/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 0239/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8813/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 54.411/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8845/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 61/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ELIAS FERNANDO MIZIARA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8977/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 6813/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9086/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 42/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9462/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 56/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9512/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 9.485/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9514/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância nº 160/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9701/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 14.648/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9728/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 0048/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Con-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

selheiro Relator. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9923/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (Sindicância nº 0063/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ELIAS FERNANDO MIZIARA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10.126/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 18/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0077/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 74.436/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0170/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 15/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0628/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 6724/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8497/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 73.363/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que se instaure o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, para apurar indícios de infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0598/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Sindicância nº 52/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 142, 65, 102, 105 e 120 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 40, 73, 76 e 93 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1937/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 6508/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que se instaure o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29, 57 e 58 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 33 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; LUIZ CARLOS BEYRUTH BORGES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2576/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 18/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOELHER AYUB, Presidente da Sessão; JAILSON LUIZ TOTOLA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4189/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 0047/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 34 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 6º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; MARTA RINALDI MULLER, Relatora.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2011.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

## CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

### RESOLUÇÃO Nº 729, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Corrige pelo IPCA os valores dos emolumentos para o exercício de 2012 cobrados pelos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais das pessoas físicas e jurídicas neles registradas e dá outras providências.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso das atribuições legais previstas no artigo 10, VIII, da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.246, de 27 de maio de 2010, Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional da atividade de representação comercial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 4.886/65, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação; Considerando que as pessoas físicas e jurídicas que exercem a atividade de representação comercial estão obrigadas ao registro nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos termos do artigo 2º da Lei nº 4.886/65; Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos órgãos que compõem o Sistema Confere/Cores, assim como a disponibilidade de recursos que lhes permitam cumprir suas finalidades institucionais no campo do poder de polícia da profissão, em benefício e proteção da sociedade; Considerando ser atribuição do Conselho Federal dos Representantes Comerciais fixar, mediante Resolução, os valores dos emolumentos cobrados pelos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais das pessoas físicas e jurídicas neles registradas, para custeio de emissão de documentos diversos e prestação de outros serviços; Considerando que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, situou-se em 7,23% (sete vírgula vinte e três por cento), conforme anunciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Considerando o que ficou deliberado sobre o assunto na Reunião realizada nesta data, resolve:

Art. 1º. Os valores dos emolumentos para o exercício de 2012 cobrados pelos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais relativos à emissão de documentos e prestação de serviços diversos, com a correção pelo IPCA acumulado nos últimos doze meses, serão os seguintes: I - Pessoa Física: a) Taxa de registro: R$ 107,20 (cento e sete reais e vinte centavos); b) 2ª via de carteira: R$ 21,40 (vinte e um reais e quarenta centavos); c) Certidão: R$ 21,40 (vinte e um reais e quarenta centavos); d) Transformação de registro: R$ 53,60 (cinquenta e três reais e sessenta centavos); e) Transferência de registro: R$ 53,60 (cinquenta e três reais e sessenta centavos); f) Manutenção anual por suspensão de registro: R$ 53,60 (cinquenta e três reais e sessenta centavos); g) Registro secundário: 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade paga ao Conselho Regional de origem; h) Multa pelo registro fora do prazo: o equivalente aos duodécimos das respectivas anuidades corrigidas, relativas ao período em atraso, contado após 60 (sessenta) dias da data do início das atividades, limitada à importância correspondente ao valor de uma anuidade à época do registro. II - Pessoa Jurídica: a) Taxa de registro: R$ 128,70 (cento e vinte e oito reais e setenta centavos); b) 2ª via de certificado: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); c) Certidão: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); d) Transformação de registro: R$ 85,80 (oitenta e cinco reais e oitenta centavos); e) Transferência de registro: R$ 85,80 (oitenta e cinco reais e oitenta centavos); f) Manutenção anual por suspensão de registro: R$ 85,80 (oitenta e cinco reais e oitenta centavos); g) Registro secundário: 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade paga ao Conselho Regional de origem; h) Alteração de Razão ou Denominação Social: R$ 85,80 (oitenta e cinco reais e oitenta centavos); i) Alteração de Responsável Técnico: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); j) Multa pelo registro fora do prazo: o equivalente aos duodécimos das respectivas anuidades corrigidas, relativas ao período em atraso, contado após 60 (sessenta) dias da data do arquivamento dos atos constitutivos ou da alteração contratual, conforme o caso, limitada à importância correspondente ao valor de uma anuidade relativa ao capital mínimo, à época do registro.III - Responsável Técnico: a) Taxa de registro: R$ 53,60 (cinquenta e três reais e sessenta centavos); b) 2ª via de carteira: R$ 10,70 (dez reais e setenta centavos); c) Certidão: R$ 10,70 (dez reais e setenta centavos); d) Transformação de registro: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); e) Transferência de registro: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); f) Manutenção anual por suspensão de registro: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); g) Registro secundário: 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade paga ao Conselho Regional de origem; h) Alteração de Responsável Técnico: R$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos); i) Multa pelo registro fora do prazo: o equivalente aos duodécimos das respectivas anuidades corrigidas, relativas ao período em atraso, contado após 60 (sessenta) dias da data do início das atividades, limitada à importância correspondente ao valor de uma anuidade à época do registro. Art. 2º. A suspensão do registro da pessoa física deverá ser requerida anualmente, por escrito, e instruída com a comprovação de que o requerente se encontra em benefício de auxílio-doença concedido pelo órgão previdenciário, comprovando sua incapacidade física temporária para o exercício de atividade profissional. Art. 3º. A suspensão do registro da pessoa jurídica deverá ser requerida anualmente, por escrito, e instruída com declaração de inatividade junto à Receita Federal com relação ao exercício anterior, suspensão da licença de funcionamento expedida pela Prefeitura e comprovação de inexistência de movimentação financeira referente à representação comercial. Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

### RESOLUÇÃO Nº 728, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Corrige pelo IPCA os valores das anuidades para o exercício de 2012 cobrados pelos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais das pessoas físicas e jurídicas neles registradas e dá outras providências.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso das atribuições legais previstas no artigo 10, VIII, da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.246, de 27 de maio de 2010, Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional da atividade de representação comercial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 4.886/65, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação; Considerando que as pessoas físicas e jurídicas que exercem a atividade de representação comercial estão obrigadas ao registro nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos termos do artigo 2º da Lei nº 4.886/65; Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos órgãos que compõem o Sistema Confere/Cores, assim como a disponibilidade de recursos que lhes permitam cumprir suas finalidades institucionais no campo do poder de polícia da profissão, em benefício e proteção da sociedade; Considerando ser atribuição do Conselho Federal dos Representantes Comerciais fixar, mediante Resolução, os valores das anuidades devidas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais pelas pessoas físicas e jurídicas neles registradas, observadas as peculiaridades regionais e demais situações inerentes à capacidade contributiva da categoria profissional nos respectivos Estados e necessidades de cada entidade; Considerando que o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.886/65 dispõe que os valores correspondentes aos limites máximos estabelecidos naquele artigo para as anuidades devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos quais estejam registrados, serão corrigidos anualmente pelo índice oficial de preços ao consumidor; Considerando que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, situou-se em

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7,23% (sete vírgula vinte e três por cento), conforme anunciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Considerando que com a correção pelo índice acima referido os limites máximos estabelecidos pelo art. 10, VIII, da Lei nº 4.886/65, passam a ser os seguintes: a) Anuidade para pessoas físicas - até R$ 321,69 (trezentos e vinte um reais e sessenta e nove centavos). b) ...; c) Anuidade para pessoas jurídicas, de acordo com as seguintes classes de capital social: 1. de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) - até R$ 375,30 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos). 2. de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) - até R$ 450,36 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos). 3. de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais) - até R$ 540,43 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e três centavos). 4. de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) - até R$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos). 5. de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) - até R$ 986,51 (novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos). 6. acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) - até R$ 1.469,05 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). Considerando o que ficou deliberado sobre o assunto em Reunião realizada nesta data, resolve:

Art. 1º. Os valores das anuidades para o exercício de 2012 devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos quais estejam registrados, com a correção pelo IPCA acumulado nos últimos doze meses, serão os seguintes: I - Para os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais dos Estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Distrito Federal: a) Pessoa física: R$ 214,46 (duzentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 375,30 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 450,36 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 540,43 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e três centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 986,51 (novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.469,05 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). II - Para o Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Ceará: a) Pessoa física: R$ 225,18 (duzentos e vinte e cinco reais e dezoito centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 375,30 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais): R$ 450,36 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 540,43 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e três centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 986,51 (novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.469,05 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). III - Para os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais dos Estados de Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí e Tocantins: a) Pessoa física: R$ 253,06 (duzentos e cinquenta e três reais e seis centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 375,30 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais): R$ 450,36 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 540,43 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e três centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 986,51 (novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.469,05 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). IV - Para os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais dos Estados do Espírito Santo e São Paulo: a) Pessoa física: R$ 214,46 (duzentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 321,69 (trezentos e vinte um reais e sessenta e nove centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 386,02 (trezentos e oitenta e seis reais e dois centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 463,23 (quatrocentos e sessenta e três reais e vinte três centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 557,59 (quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 669,11 (seiscentos e sessenta e nove reais e onze centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 804,22 (oitocentos e quatro reais e vinte dois centavos). V - Para o Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais: a) Pessoa física: R$ 235,90 (duzentos e trinta e cinco reais e noventa centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 375,30 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 450,36 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 540,43 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e três centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 986,51 (novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.469,05 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). VI - Para o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro: a) Pessoa física: R$ 321,69 (trezentos e vinte um reais e sessenta e nove centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 375,30 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 450,36 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 540,43 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e três centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 986,51 (novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.469,05 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). VII - Para os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais dos Estados de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina: a) Pessoa física: R$ 268,07 (duzentos e sessenta e oito reais e sete centavos); b) Pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social: b.1) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 268,07 (duzentos e sessenta e oito reais e sete centavos); b.2) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 321,69 (trezentos e vinte um reais e sessenta e nove centavos); b.3) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 386,02 (trezentos e oitenta e seis reais e dois centavos); b.4) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 463,23 (quatrocentos e sessenta e três reais e vinte três centavos); b.5) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 557,59 (quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos); b.6) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 664,82 (seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º. O pagamento da anuidade será efetuado pelo representante comercial, pessoa física ou jurídica, até o dia 31 de março de 2012, com desconto de 10% (dez por cento), ou em 3 (três) parcelas, sem desconto, vencendo-se a primeira em 30 de abril, a segunda em 31 de agosto e a terceira em 31 de dezembro do mesmo ano. § 1º. Ao pagamento antecipado da anuidade de 2012 será concedido desconto de 20% (vinte por cento) até 31 de janeiro e de 15% (quinze por cento) até 28 de fevereiro de 2012. §2º. As anuidades que forem pagas após o vencimento serão acrescidas de 2% (dois por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros de mora por mês de atraso e atualização monetária pelo índice oficial de preços ao consumidor. §3º. A filial ou representação de pessoa jurídica instalada em jurisdição de outro Conselho Regional que não o da sua sede, pagará anuidade em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do que for pago pela matriz. §4º. O representante comercial, pessoa física, como responsável técnico de pessoa jurídica devidamente registrada no Conselho Regional dos Representantes Comerciais, pagará anuidade em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade devida pelos demais profissionais autônomos registrados no mesmo Conselho Regional. Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
## CONSELHO FEDERAL
## CONSELHO PLENO

### ACÓRDÃOS

PROPOSIÇÃO 2008.18.05794-01. Origem: Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios - ANDECC. Assunto: Pedido de providência contra a PEC 471/2005, que prevê a efetivação de titulares de cartórios que estão no cargo sem concurso público. Relator: Conselheiro Federal Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves (PE). EMENTA N. 040/2011/COP. PEC 471/2005. Apoio da Ordem dos Advogados do Brasil à sua rejeição. Efetivação sem concurso público de substitutos temporários dos serviços notariais e de registros públicos. Violação aos princípios da moralidade, isonomia e do concurso público, inerentes à República. Inconstitucionalidade manifesta. Gestão da OAB junto ao Congresso Nacional, através da Comissão Nacional de Acompanhamento Legislativo. Envio do voto e do parecer da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais aos parlamentares como subsídios à deliberação legislativa.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência,

Acórdão os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 19 de setembro de 2011. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves, Relator. PROPOSIÇÃO 2011.19.00911-01. Origem: Advogado Jayme Vita Rosso - OAB/SP 10.305. Assunto: Proposta de Institucionalização da Auditoria Jurídica. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 041/2011/COP. Proposta de Institucionalização da Auditoria Jurídica. Anterior manifestação do Conselho Federal da OAB. Desacolhimento.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membro do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 19 de setembro de 2011. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Renato da Costa Figueira, Relator. PROPOSIÇÃO 2011.31.01022-01. Origem: Associação Brasileira de Medicina Legal - ABML. Assunto: Proposta de inclusão da matéria de Medicina Legal nos Exames de Ordem; Concursos para vagas do Ministério Público; cursos das Escolas Superiores do Ministério Público; e na grade curricular dos cursos de Direito. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA N. 042/2011/COP. O conteúdo das provas do Exame de Ordem atém-se aos conhecimentos jurídicos contemplados nos Eixos de Formação Profissional e Fundamental previstos nas diretrizes curriculares para os cursos de Direito instituídas na Resolução nº 09/2004 do CNE, entre os quais não figuram os concernentes à Medicina Legal. Inviabilidade das demais solicitações feitas. Manifestação anterior do Conselho Federal da OAB sobre o assunto.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência,

Acórdão os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 19 de setembro de 2011. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 2011.08.03156-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Processo n. 15459/2010. 2ª Subseção de Duque de Caxias. Assunto: Recurso. Decisão do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Consulta de incompatibilidade. Subseção de Duque de Caxias/RJ. Recorrentes: Dalmir Machado - OAB/RJ 53.561 e Marta Maria Dantas - OAB/RJ 77.890 - Advs.: Erik Franklin Bezerra - OAB/DF 15.978 e J. Haroldo dos Anjos OAB/RJ 69.553. Recorrido: Geraldo Menezes de Almeida - OAB/RJ 38.103. Interessado: Conselho Seccional da OAB/RJ e Segunda Subseção de Duque de Caxias/RJ. Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 043/2011/COP. Recurso contra decisão majoritária da Seccional carioca. Processo arquivado na origem por inadequação da via eleita. Consulta em concreto transformada, de logo, em procedimento administrativo instaurado ex officio pelo Presidente da Seccional. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa observados. Ausência de vício processual a impedir o julgamento do feito. Recurso parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à origem, para que se prossiga na apreciação controvérsias. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes do Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Delegação da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 19 de setembro de 2011. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2011.000173-0. Origem: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Processo n. 121/2010-GAB. Assunto: Recurso. Decisão do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Constitucionalidade. Lei Estadual n. 3939/2010, que prevê a reserva de vagas para negros e índios em concursos públicos. Recorrente: Valmir Messias de Moura Fé (Adv.: Pedro Moura Fé Elias OAB/MS n. 14.706). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Celso Ceccatto (RO). EMENTA N. 044/2011/COP: Reserva de cotas, por Lei Estadual, para negros e indígenas, relativamente aos concursos públicos para cargos de Carreiras no âmbito do respectivo Estado. Legitimidade de não inscrito na Ordem dos Advogados para instar o Conselho a pronunciar-se sobre a matéria. Finalidades da OAB (art. 44, inciso I). Política de ação afirmativa temporária. Constitucionalidade da Lei.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em rejeitar, por maioria de votos, a preliminar de ilegitimidade de parte suscitada pela Relatoria, acolhendo, no mérito, o voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Delegação do Mato Grosso do Sul. Brasília, 19 de setembro de 2011. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Celso Ceccatto, Relator. PROPOSIÇÃO 49.0000.2011.002616-0. Origem: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Comissão Nacional de Estudos Constitucionais. Assunto: Proposta de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade com pedido de Medida Cautelar em face da Lei n. 13.756/2011 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre o pagamento das requisições de pequeno valor devidas pelo Estado, suas Autarquias e Fundações. Relatora: Conselheira Federal Angela Serra Sales (PA). EMENTA N. 045/2011/COP. Lei n. 13.756, de 15/07/2011, do Estado do Rio Grande do Sul. Limites constitucionais da competência legislativa atribuída aos Estados. Nova espécie de requisição de pequeno valor. Discriminação entre os credores contra a Fazenda Pública. Prejuízo daqueles cujos créditos têm origem em decisão judicial da Justiça Comum, entre outros aspectos relevantes e suficientes para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade visando afastar a eficácia de tais normas por inconstitucionalidade material.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, parte integrante deste. Brasília, 19 de setembro de 2011. Ophir Cavalcante Junior, Presidente. Angela Serra Sales, Relatora.

Brasília, 27 de setembro de 2011.
OPHIR CAVALCANTE JUNIOR
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## 1ª CÂMARA

### DESPACHO

RECURSO nº 49.0000.2011.002275-0/PCA. Recte: Luiz Henrique Chaves Oliveira, OAB/GO 25192 (Adv: João Paulo Ungarelli, OAB/GO 19768). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Antonio Pimentel Neto (TO).

DECISÃO/DESPACHO: "Trata-se de pedido de tutela antecipada recursal que pretende a manutenção do recorrente nos quadros da OAB/GO (...). Se não bastasse tal fato, admitir a tutela pretendida pela via recursal restaria garantia a efetividade da pretensão recursal. Oportunamente, Nelson Nery Júnior indica que a concessão da antecipação da tutela imediatamente antes ou por ocasião da sentença equivale a, praticamente, atribuir eficácia imediata à sentença, obtendo-se o recebimento da eventual apelação no efeito apenas devolutivo. (in coletânea Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997, p. 407). Observo ainda que a provisoriedade e a reversibilidade das medidas de urgência, como ora a que se pretende, são incompatíveis com a segurança jurídica que deve prevalecer no procedimento de inscrição junto aos quadros da Ordem, eis que já estaríamos ab initio garantindo-lhe o pleno exercício da advocacia em sede antecipatória que é sua única pretensão recursal. Assim, indefiro a antecipação de tutela recursal pretendida. Dê-se ciência ao recorrente."

Brasília, 19 de setembro de 2011.
ANTONIO PIMENTEL NETO
Conselheiro-Relator

## 2ª CÂMARA

### ACÓRDÃOS

PEDIDO DE REVISÃO N. 2011.08.04340-05/SCA. Requerente: M.A.L.R. (Adv.: Maguy Azevedo Lobo Ribas OAB/PR 7.531). Requerida: Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Departamento de Polícia Civel 3ª Delegacia Regional de Campo Largo/PR. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA N. 030/2011/SCA. Pedido de Revisão. Não conhecimento. Ausência de confirmação do atendimento dos pressupostos de admissibilidade de erro de julgamento ou produção de provas falsas.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara, unanimemente, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, não conhecendo do pedido de revisão. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 23 de agosto de 2011. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator. PEDIDO DE REVISÃO N. 2009.08.06601-05/SCA - Embargos de Declaração. Embargante: I.A.P. (Adv.: Elecir Martins Ribeiro OAB/SP 126283). Embargado: Acórdão da Segunda Câmara de fls. 235/236. Interessados: CFOAB, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e José Carrera. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA N. 031/2011/SCA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE REVISÃO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INTIMAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. INTIMAÇÃO REALIZADA, NOS TERMOS DO ART. 69, §2º DO ESTATUTO DA ADVOCACIA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, EQUÍVOCO OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente julgado. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 20 de setembro de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator.

Brasília, 27 de setembro de 2011.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente da Câmara

### DESPACHOS

RECURSO N. 2007.08.00626-05/SCA. Recte: P.C.S. (Adv.: Paulo Corrêa dos Santos OAB/DF 8405). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA).

DESPACHO (fls. 328): "Chamo o feito à ordem. Junte-se o Protocolo n. 2010.29.02325-01 aos autos. Conhecido o recurso e rejeitada a preliminar de prescrição, por unanimidade de votos (fls. 325), diante da ocorrência de causa interruptiva, qual seja a verificação da notificação válida, nos termos do voto desta Relatoria que, oportunamente, integrará os autos, determino a inclusão do processo na pauta de julgamentos da Segunda Câmara, para a sessão do mês de outubro do ano corrente, visando à apreciação do mérito do apelo. Publique-se."

Brasília, 19 de setembro de 2011.
ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA
Relator

RECURSO N. 2010.08.01581-05/SCA-PTU. Recte.: L.F.H.S. (Adv. Luiz Fernando Henrique dos Santos OAB/SP 111.481). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Prefeitura Municipal de Ituverava/SP. Representante legal: Messias da Silva Júnior OAB/SP 120922.

DESPACHO (fls. 3993): "Trata-se de novo pedido de suspensão do processo pelo prazo de (06) seis meses, sob a alegação de problemas sérios de saúde do recorrente, com referência a atestados médicos anteriormente anexados aos autos. Considerando os termos da petição de fls. 3987 e seguintes, mantenho o indeferimento do adiamento do julgamento do presente feito pelo prazo requerido.Oportunizo, contudo, a remessa de memoriais pelo interessado por via digital ou pelo correio, que serão distribuídos aos Conselheiros julgadores da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Retiro, portanto, o processo da pauta da sessão de julgamentos da Segunda Câmara do mês de setembro e determino a sua inclusão na sessão de julgamentos do mês de dezembro de 2011, viabilizando, assim, o envio dos memoriais, querendo, pelo interessado."

Brasília, 20 de setembro de 2011.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente da Segunda Câmara

PROTOCOLO N. 49.0000.2011.001967-7/SCA. (Origem: TD.GP.11.04176 - PV 020110019184202123) Agravantes: Marcus Tulio de Souza Bandeira OAB/SP 211.449 e Renato Sérgio da Rocha .OAB/SP 217.451. (Adv.: José Eduardo Ferreira Pimont OAB/SP 8.611). Agravados: Despacho de fls. 121 e 136 do Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/São Paulo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

DESPACHO (fls. 193/195): "Tratou-se, na origem, de agravo de instrumento interposto pelos ora agravantes, buscando atribuir efeito suspensivo ao Processo Disciplinar nº 27/10, em trâmite na 16ª Subseção de Bragança Paulista, em face do despacho do Relator (fls. 119) que designou audiência de instrução para a data de 04.05.2011. (...) Portanto, com razão o ilustre Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/São Paulo ao não admitir o agravo de instrumento interposto, por ausência de previsão legal. Ante o exposto, não conheço do presente agravo de instrumento, por ausência de previsão legal, determinando a baixa dos autos à origem e o apensamento aos autos principais."

Brasília, 20 de setembro de 2011.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente da Segunda Câmara

## 3ª CÂMARA

### ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2011.08.04889-05/TCA. Assunto: Sociedade de Advogados. Pedido de registro de abertura de filial no Estado de Santa Catarina, originalmente inscrita na OAB/São Paulo. Necessidade de adequações ao Provimento n. 112/2006 do Conselho Federal da OAB. Pedido de Reconsideração sob alegação de que o recolhimento da taxa recursal foi regularmente efetuado.

Decisão da OAB/SC entendendo que o pedido de registro de Contrato de filial de Sociedade de Advogados não atende os requisitos do Provimento n. 112/2006 do CFOAB. Recurso. Recorrente: Portinho Advogados Associados OAB/SP4271. (Advogado: Francisco Braz da Silva OAB/SP 160262B - Sócio Administrador). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 035/2011/TCA. "REGISTRO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS. OFENSA AO PROVIMENTO N. 112/06 DO CONSELHO FEDERAL DA OAB. RECURSO QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS NO ARTIGO 75 DA LEI N. 8906/94. RECURSO NÃO CONHECIDO."

ACORDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente. Impedido de votar o representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 23 de agosto de 2011. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator/RJ. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 2011.32.03342-05/TCA. (49.0000.2011.01484-9/TCA). Assunto: Prestação de Contas. Seccional: OAB/Maranhão. Exercício: 2010. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Maranhão (Presidente Mario de Andrade Macieira OAB/MA 4217, Vice-Presidente Valeria Lauande Carvalho Costa OAB/MA 4749; Secretário-Geral Carlos Augusto Macêdo Couto OAB/MA 6710; Secretária-Geral Adjunta Ana Flávia Melo e Vidigal Sampaio OAB/MA 3429; Diretor-Tesoureiro Valdenio Nogueira Caminha OAB/MA 5835); (Diretoria/Exercício 2010: Presidente Mario de Andrade Macieira OAB/MA 4217, Vice-Presidente Valeria Lauande Carvalho Costa OAB/MA 4749; Secretário-Geral Carlos Augusto Macêdo Couto OAB/MA 6710; Secretária-Geral Adjunta Ana Flávia Melo e Vidigal Sampaio OAB/MA 3429; Diretor-Tesoureiro Valdenio Nogueira Caminha OAB/MA 5835). Relator: Conselheiro Federal José Murilo Procópio de Carvalho (MG). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). EMENTA N. 036/2011/TCA. "Prestação de Contas. Conselho Seccional da OAB/Maranhão. Exercício 2010. Prestação de Contas julgada regular, nos termos do art. 7º, I, do Provimento n. 101/2003. Contas aprovadas."

ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Federais integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, pela aprovação da Prestação de Contas da OAB/Maranhão, relativa ao Exercício 2010, nos termos do voto do Relator que integram o presente julgado. Impedido de votar o representante da OAB/Maranhão. Brasília, 20 de setembro de 2011. Alberto de Paula Machado, Presidente em exercício. José Murilo Procópio de Carvalho, Relator/MG. Maryvaldo Bassal de Freire, Relator "ad hoc"/RR.

Brasília, 26 de setembro de 2011.
MIGUEL ÂNGELO CANÇADO
Presidente da Câmara

## ÓRGÃO ESPECIAL

### ACÓRDÃOS

RECURSO 2008.08.01798-05 - Embargos de Declaração. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. II, Processo n. 1124/2002, de 18.03.2002. Secretaria das Câmaras, IVª Câmara, Processo n. S.C. 7122/2007, de 01.02.2007. Conselho Federal da OAB/São Paulo - Segunda Câmara, Processo nº 2008.08.01798-05, de 25.03.2008. Assunto: Embargos declaratórios. Embgte: M.I.C. (Advs.: Luis Carlos Puleio OAB/SP 104747 e Livia Cristina Campos Leite OAB/SP 223459). Embgdo: Acórdão de fls. 680/686. Recte: M.I.C. (Advs.: Luis Carlos Puleio OAB/SP 104747 e outros). Recdo: Banco Panamericano S.A (Advs.: Eduardo Montenegro Dotta OAB/SP 155456, Manuel Magno Alves OAB/SP 128587 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Murilo Procópio de Carvalho (MG). Ementa n. 0102/2011/OEP: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS".

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 23 de agosto de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. José Murilo Procópio de Carvalho - Relator. CONSULTA 2011.27.02658-01. Origem: Processo Originário. Assunto: Consulta. Comissões do Conselho Federal da OAB. Critério de votação. Desempate. Consulente: Claudio Pereira de Souza Neto - Conselheiro Federal da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Francisco Anis Faiad (MT). Revisor: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 0103/2011/OEP: Presidente de Comissão do Conselho Federal da OAB. Critério de votação. O presidente de comissão deve conduzir e coordenar reunião, não votando como membro, mas apenas em caso de desempate. Voto de qualidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por maioria, em responder a consulta nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Francisco Anis Faiad - Relator. RECURSO 2008.08.06028-01. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. IV, Processo nº 818/99, de 25.02.1999. Secretaria das Câmaras, IIIª Câmara, Processo nº S.C. 5116/2005, de 20.07.2005. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo nº 2007.08.01686-05, de 30.03.2007. Assunto: Recurso. Tempestividade. Correspondência recebida. Protocolo. Recte: M.A.C. (Adv.: Márcio Antonio Cosenza OAB/SP 65.190). Recdos: O.C.M. e T.T.M. (Advs.: Daniela Tamura OAB/SP 190.403, Sergio Aparecido Tamura OAB/SP 68.187 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Augusto Monteiro Nascimento (SE). Relator: redistribuído ao Cons. Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). Relator: redistribuído ao Cons. Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 0104/2011/OEP: 1 - Recurso voluntário. Inteligência do art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. 2 - Tempestividade dos embargos de declaração comprovada por meio de aviso de recebimento - "AR". 3 - Recurso conhecido e provido para afastar a intempestividade dos embargos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para afastar a intempestividade dos embargos, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a representante da OAB/São Paulo. Brasília, 17 de maio de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Conselheiro Federal Relator.

RECURSO 2008.08.06028-01 - Embargos de Declaração. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. IV, Processo nº 818/99, de 25.02.1999. Secretaria das Câmaras, IIIª Câmara, Processo nº S.C. 5116/2005, de 20.07.2005. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo nº 2007.08.01686-05, de 30.03.2007. Assunto: Embargos declaratórios. Embargante: M.A.C. (Adv.: Márcio Antonio Cosenza OAB/SP 65.190). Embargado: Acórdão de fls. 521/527. Recte: M.A.C. (Adv.: Márcio Antonio Cosenza OAB/SP 65.190). Recdos: O.C.M. e T.T.M. (Advs.: Daniela Tamura OAB/SP 190.403, Sergio Aparecido Tamura OAB/SP 68.187 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Augusto Monteiro Nascimento (SE). Relator: redistribuído ao Cons. Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). Relator: redistribuído ao Cons. Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 0105/2011/OEP: Embargos de declaração com efeitos infringentes. Inexistência de omissão, contradição e obscuridade no acórdão embargado. Embargos rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a representante da OAB/São Paulo. Brasília, 17 de maio de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Conselheiro Federal Relator. RECURSO 2008.08.00965-05 - Embargos de Declaração. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. II, Processo nº 3962/2001, de 06.08.2001. Secretaria das Câmaras, IVª Câmara, Processo nº S.C. 6945/2006, de 06.11.2006. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo nº 2008.08.00965-05, de 25.02.2008. Assunto: Embargos declaratórios. Embargante: E.A.R. (Advs.: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142 e Luiz Guilherme da Cunha Mello OAB/SP 227673). Embargado: Acórdão de fls. 361/363. Recte: E.A.R. (Advs.: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142 e Luiz Guilherme da Cunha Mello OAB/SP 227673). Recdo: Ângela Maria Pires (Advs.: Andréa Franco Scatena OAB/SP 141762, Anselmo Pedro Gavazzi Junior OAB/SP 234181 e outros). Interessado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Ementa n. 0106/2011/OEP: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 43 DO EAOAB. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator. RECURSO 2008.08.01784-05 - Embargos de Declaração. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. II, Processo n. 2866/00, de 30.05.2000. Secretaria das Câmaras, IVª Câmara, Processo n. S.C. 6051/2006, de 20.03.2006. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2008.08.01784-05, de 25.03.2008. 04 Apensos: Processo n. 3555/00, de 03.07.2000. Processo n. 3927/00, de 18.07.2000. Processo n. 6609/00 (2 volumes), de 23.11.2000. Processo n. 300/01, de 16.01.2001. Assunto: Embargos declaratórios. Embargante: L.F.C.M. (Adv.: Luiz Antônio de Oliveira Mello - OAB/SP 145142). Embargado: Acórdão de fls. 566/575. Recte: L.F.C.M. (Adv.: Luiz Antônio de Oliveira Mello - OAB/SP 145142). Recdos: Andréa Passos Gaspar, Clóvis Ferreira da Cunha Filho e Oswaldo Corrêa Filho (Adv.: Oswaldo Corrêa Filho - OAB/SP 68930). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 0107/2011/OEP: Embargos de declaração. Irresignação do embargante. Prescrição. Inocorrência. 1) Não havendo omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado, não há como acolher os embargos de declaração. 2) Não decorridos 05 (cinco) anos entre a representação e a decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo por mais de 03 (três) anos pendente de despacho ou julgamento, não há que se falar em prescrição, nos termos do art. 43 do EAOAB e da Súmula nº 01/2001-COP. Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 23 de agosto de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator. RECURSO 2007.08.02084-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. X, Processo nº 102/03, de 13.05.2003. T.E.D. IV, Processo nº 1867/2003, de 14.04.2003. Secretaria das Câmaras, IIIª Câmara, Processo nº S.C. 5365/2005, de 10.09.2005. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo nº 2007.08.02084-05, de 19.04.2007. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Infração. Previsão. Art. 34, XXV, da Lei nº 8.906/94. Recte: E.R.M. (Adv: Gustavo Martin Teixeira Pinto OAB/SP 206949 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Carlos Araújo de Paiva (AL). Relator: redistribuído ao Cons. Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). Ementa n. 0108/2011/OEP: A decisão que determina a remessa de autos ou documentos à autoridade competente da OAB, sugerindo que avalie a hipótese de instaurar procedimento para investigar possível infração disciplinar é providência administrativa não passível de recurso, nem tampouco caracteriza Reformatio in Pejus. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro - Relator. RECURSO 2008.08.07842-01 - Embargos de Declaração. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. IV, Processo nº 1059/2002, de 13.03.2002. Secretaria das Câmaras, IIIª Câmara, Processo nº S.C. 5120/2005, de 22.07.2005. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo nº REC - 1095/2006, de 16.12.2006. Assunto: Embargos declaratórios. Embargante: J.C.A. (Advs.: João Custódio de Alencar OAB/SP 81.725 e Nair Zavatini OAB/SP 112.726). Embargado: Acórdão de fls. 731/733. Recte: J.C.A. (Advs.: João Custódio de Alencar OAB/SP 81.725 e Nair Zavatini OAB/SP 112.726). Recdo: Roberto Locatelli - Delegado de Polícia. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). Relatora para o acórdão: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). Ementa n. 0109/2011/OEP: Embargos de declaração. Omissão. Prescrição. Inocorrência. Súmula n. 01/2001-COP. Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 23 de agosto de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Daniela Rodrigues Teixeira - Relatora ad hoc. PEDIDO DE REVISÃO 2011.08.04059-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/Paraná - Pedido de Revisão n. 002226/2011, de 12.04.2011. Protocolo n. 013465/2011, de 08.04.2011. 03 Apensos: Conselho Seccional da OAB/Paraná - Processo de Representação n. 830/99. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. REC - 0159/2003, de 07.04.2003. Órgão Especial, Processo n. ROE - 0031/2006, de 01.08.2006 - 07 volumes. Apenso: Conselho Seccional da OAB/Paraná - Processo n. 465/99 - 01 volume. Apenso: Conselho Seccional da OAB/Paraná - Processo n. 842/99 - 01 volume. Apenso: Conselho Seccional da OAB/Paraná - Processo n. 843/99 - 01 volume. Assunto: Pedido de Revisão. Liminar. Requerente: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/PR 14487, Nilseymonn Kayon Wolcoff OAB/PR 37825 e outros). Requerido: Roberto Bosch Ltda (Advs: Roberto Catalano Botelho Ferraz OAB/PR 11700 e Sandro Mansur Gibran OAB/PR 24500). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). Ementa n. 0110/2011/OEP: "PEDIDO DE REVISÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 7º, IX, DO EAOAB. ALCANCE E FUNDAMENTOS DA DECISÃO DO EG. STF. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO JULGAMENTO POR TER OCORRIDO A SUSTENTAÇÃO ORAL DO ADVOGADO APÓS O VOTO DO RELATOR. INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DA OAB PARA DETERMINAR O PROCEDIMENTO DE SEUS JULGAMENTOS. PRECEDENTES DO EG. TST. REVISÃO CONHECIDA E DESPROVIDA". Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em conhecer e julgar improcedente o pedido de revisão, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 20 de setembro de 2011. Márcia Machado Melaré - Presidente ad hoc. Daniela Rodrigues Teixeira - Relatora. RECURSO 2010.08.02502-01. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. III, Processo n. 3635/00, de 05.07.2000. T.E.D. X, Processo n. 352/01, de 12.12.2001. Secretaria das Câmaras, IVª Câmara, Processo n. S.C. 3416/2004, de 19.02.2004. Conselho Federal da OAB - Segunda Turma da Segunda Câmara, Processo n. REC - 0091/2006, de 08.08.2006. Segunda Câmara, Processo n. 2007.29.03309-01, de 05.10.2007. Órgão Especial, Processo n. 2008.08.00570-01, de 25.07.2008. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Infração. Previsão. Art. 34, XX, da Lei n. 8.906/94. Recte: E.L.G. (Advs: Antonio Carlos Teixeira OAB/SP 111996, Edson Luiz Gozo OAB/SP 103139 e outros). Recdo: Argemiro Viana da Silva (Adv.: Leandro Chab Pistelli OAB/SP 182264). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 0111/2011/OEP: Decisão adotada por unanimidade. Recurso não evidencia de que forma a decisão recorrida tenha contrariado os dispositivos legais que autorizam sua interposição, nem mesmo qualquer divergência de julgamento a respeito. Situações fáticas reiteradas e discutidas amplamente pelas instâncias anteriores. Falta de pressupostos de admissibilidade. Não conhecimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, no sentido de não conhecer do recurso. Impedida de votar a representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Marcelo Cintra Zarif - Relator. RECURSO 2008.08.03269-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. III, Processo n. 4651/03, de 25.08.2003. Secretaria das Câmaras, IIIª Câmara, Processo n. S.C. 6246/2006, de 28.04.2006. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2008.08.03269-05, de 19.05.2008. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Infração. Previsão. Art. 33, da Lei 8.906/94. Violação. Arts. 44 e 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Recte: E.M.J. (Adv.: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Ementa n. 0112/2011/OEP: RECURSO - DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS REITERADOS E MANIFESTAMENTE IMPERTINENTES DENOTANDO INTUITO PROTELATÓRIO - UNANIMIDADE NA DECISÃO DO CONSELHO DE ORIGEM - AUSÊNCIA DE NULIDADES E/OU AFRONTA ÀS NORMAS LEGAIS - Não conhecimento do recurso por ausência de atendimento aos pressupostos legais para a sua interposição. (Inteligência do art. 75 do EAOAB). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 23 de agosto de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator. RECURSO 2007.07.06152-01 - Embargos de Declaração. Origem: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal - Processo nº 1600/00, de 05.05.2000. Processo nº 1600/00, de 17.09.2004. Conselho Federal da OAB - Processo nº REC-0635/2006, de 21.07.2006. Assunto: Embargos de Declaração. Efeitos infringentes. Embargante: S.L.C.S. (Advs.: Sérgio Leverdi Campos e Silva - OAB/DF 12069 e outros). Embargado: Acórdão de fls. 367/373. Recte: S.L.C.S. (Adv.: Sérgio Leverdi Campos e Silva - OAB/DF 12069). Recdo: S.M.D.D. Ltda. - Representante legal: S.I.P. (Adv.: Anderson Rodrigo Machado - OAB/GO 16635). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Francisco Irapuan Pinho Camurça (CE). Relator: redistribuído ao Conselheiro Federal Manoel Bonfim Furtado Correia (TO). Ementa n. 0113/2011/OEP: Recurso voluntário recebido como embargos de declaração. Erro na distribuição. Não caracterização por não ser aplicável o princípio da identidade física do juízo em instância recursal. Reformatio in pejus. Inexistência. A alegação de ausência de intimação para comparecimento em audiência de instrução e julgamento não pode prosperar, diante da demonstração de intimação dos advogados da parte. Dever do advogado em comunicar mudança de endereço. Art. 137-D, § 1º, do RGEAOAB. Inexistência das nulidades sustentadas. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Manoel Bonfim Furtado Correia - Relator. RECURSO 2008.08.01627-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais - Representação n. 15.191. 1ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, Processo n. 1588/99. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2008.08.01627-05, de 17.03.2008. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Infração. Previsão. Art. 34, XXI, da Lei n. 8.906/94. Recte: J.U.M. (Adv.: José Urbano Menegheli OAB/MG 60117). Recda: Ana Rodrigues Ferreira (Representante Legal: Iademar Rodrigues Soares). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais (MG). Relator: Conselheiro Federal Carmelino de Arruda Rezende (MS). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). Ementa n. 0114/2011/OEP: Decisão unânime e fundamentada. Ausência de contrariedade à legislação pertinente e as decisões do Conselho Federal e de outras seccionais. Inexistência de fato novo ou de matéria que possa ser reconhecida Ex Officio a autorizar o conhecimento do recurso no mérito. Recurso não conhecido. A decisão unânime proferida pelas Câmaras deste Conselho constitui severo óbice ao conhecimento do recurso pelo Órgão Especial do Conselho Pleno, eis que em razão de sua natureza extraordinária só pode ser admitido recurso nas estreitas hipóteses previstas no art. 85, I, do Estatuto, que não se fazem presentes no caso em exame. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Luiz Carlos Levenzon - Relator para o acórdão. RECURSO 2008.08.07796-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso - Processo n. 1641/01, de 10.05.2001. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2008.08.07796-05, de 14.01.2010. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Infração. Previsão. Art. 34, XX, da Lei n. 8.906/94. Recte: M.D.C.R. (Advs.: Ivan Ribas OAB/PR 4394 e outros). Recdo: A.C.S.S. (Adv.: João Bertoli Filho OAB/MT 998). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relatora: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). Ementa n. 0115/2011/OEP: "Advogado que recebeu por um serviço e não o prestou. Preliminares afastadas. Pena de suspensão mantida". Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Daniela Rodrigues Teixeira

Relatora. CONSULTA 2009.27.08335-01. Origem: Processo Originário. Assunto: Consulta. Necessidade de pagamento de anuidade por advogado impedido de exercer a advocacia. Consulente: Wanderlei Mereb Calixto - OAB/PR 9426. Relator: Conselheiro Federal Jayme Jemil Asfora Filho (PE). Relatora para o acórdão: Conselheira Federal Márcia Regina Machado Melaré (SP). Ementa n. 0116/2011/OEP: Advogado. Suspensão. Processo ético-disciplinar. Obrigatoriedade do pagamento de anuidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em responder à consulta nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 14 de junho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente do Órgão Especial. Márcia Regina Machado Melaré - Relatora para o acórdão. RECURSO 2009.08.02809-01. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. XI, Processo n. 132/02, de 10.06.2002. Secretaria das Câmaras, IIIª Câmara, Processo n. S.C. 4013/2004, de 09.09.2004. Conselho Federal da OAB - Primeira Turma da Segunda Câmara, Processo n. REC - 0691/2006, de 11.09.2006. Segunda Câmara, Processo n. 2009.08.02809-01, de 18.09.2009. 02 apensos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Processo n. 5712/98, de 22.10.1998. T.E.D. II, Processo n. 4912/00, de 30.08.2000. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Composição das Câmaras recursais. Nulidade de julgamento. Recte: E.S.T.B. (Adv.: Eugenio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Francisco Anis Faiad (MT). Ementa n. 0117/2011/OEP: "Recurso ao Órgão Especial do Conselho Federal da OAB. Decisão unânime da 2ª Turma da 2ª Câmara quanto ao mérito do apelo. Inexistência de violação ao Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como às outras normas da Ordem. Inexistência de violação à Constituição Federal e às leis do País. Não conhecimento. Aplicação do artigo 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c artigo 85, I, do Regulamento Geral. Tratando-se de não conhecimento do recurso, sua execução deve ser imediata, na forma do art. 140 do Regulamento Geral. Quanto a Súmula 01 do Órgão Especial, não há qualquer ilegalidade na sua aplicação, posto que se coaduna com a legislação em vigor". Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Francisco Anis Faiad - Relator. RECURSO 2008.08.07885-05. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. X, Processso n. 209/04, de 14.09.2004. Secretaria das Câmaras, IVª Câmara, Processo n. S.C. 7075/2007, de 16.01.2007. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2007.08.07885-05, de 02.01.2008. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Infração. Previsão. Art. 34, III e IV, da Lei n. 8.906/94. Recorrente: A.C.M. (Adv.: Rodolfo Otto Kokol OAB/SP 162522). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Ângela Serra Sales (PA). Ementa n. 093/2011/OEP: Recurso contra decisão unânime. Decisão recorrida que não conheceu do recurso anterior por intempestividade. Razões recursais que não enfrentam o fundamento daquela decisão. Ausência de requisito necessário à admissão do recurso. Art. 85, I, do RGEAOAB. Não conhecimento. - Pretensão de revolvimento de matéria fática não admitida nesta instância especial. - Não conhecimento do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, decidem os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 17 de maio de 2011. Miguel Ângelo Cançado - Presidente "ad hoc" do Órgão Especial. Miguel Ângelo Cançado - Relator "ad hoc".

Brasília, 27 de setembro de 2011.
ALBERTO DE PAULA MACHADO
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS